

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Luciana Maciel Bizzotto

**#RESISTEIZIDORA:
controvérsias do movimento de resistência das Ocupações da Izidora e
apontamentos para a justiça urbana**

Belo Horizonte
2015

Luciana Maciel Bizzotto

**#RESISTEIZIDORA:
controvérsias do movimento de resistência das Ocupações da Izidora e
apontamentos para a justiça urbana**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Jupira Gomes de Mendonça

FICHA CATALOGRÁFICA

B625r

Bizzotto, Luciana Maciel.

#RESISTEIZIDORA [manuscrito]: controvérsias do movimento de resistência das Ocupações da Izidora e apontamentos para a justiça urbana / Luciana Maciel Bizzotto. - 2015.

240f. : il.

Orientadora: Jupira Gomes de Mendonça.


Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Planejamento urbano – Teses. 2. Ocupações – Belo Horizonte, Região Metropolitana de (MG) - Teses. 3. Movimentos sociais urbanos - Teses. 4. Grupos sociais - Teses. 5. Resiste Izidora (Movimento) – Teses. 6. Movimentos de protesto - Belo Horizonte, Região Metropolitana de (MG) - Teses. I. Mendonça, Jupira Gomes de Mendonça. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.


CDD 303.484

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU – da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 10 de agosto de 2015 pela Comissão Examinadora:

Professora Dra.  Jupira Gomes de Mendonça (Orientadora - EA-UFMG)

 Professora Dra. Heloisa Soares de Moura Costa (IGC-UFMG)

 Professor Dr. Frederico Guilherme Bandeira de Araújo (IPPUR/UFRJ)

 Professor MSc. Tiago Castelo Branco Lourenço (PUC Minas e Instituto Metodista Izabela Hendrix)

Dedico este trabalho à rede de apoiadores das Ocupações da Izidora e a todos aqueles que, com diferentes visões de mundo, estão lutando pela justiça urbana em BH.

“Caminheemos cantando; que as nossas lutas e a nossa preocupação por este planeta não nos tirem a alegria da esperança”.

Papa Francisco, Carta Encíclica.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus. Dentre as intermináveis razões que me alegam todos os dias, obrigada por me colocar no lugar certo, cercada pelas pessoas certas. Agradeço, ainda, àqueles que, de alguma forma, têm me acompanhado a compreendê-Lo.

Em seguida, à família. Aos pais, antes de tudo, pela liberdade e confiança que me concederam sempre. À minha mãe, Lúcia Helena, pelo exemplo eterno de fé, caráter e responsabilidade; e pela correção da linguagem deste trabalho. Você foi meu primeiro exemplo de luta e resistência na vida. Ao meu pai, Ricardo, por orgulhar-se de mim. Aos irmãos, Paula, Rebeca e Cristiano, por serem presentes e me ensinarem a estudar. E aos sobrinhos, Davi, Clara e Olívia, meu mais forte brilho nos olhos.

Aos amigos. São muitos, graças a Deus, mas alguns merecem destaque. Aos grandes companheiros do colégio: Nuni, Karine, Nathalia, Victor e Lincoln. Vocês são meus maiores e eternos parceiros. Dentre os Muito Amigos, obrigada Alessandra, Aninha e Leandro, pelo nosso relacionamento virtual, a companhia mais divertida nos dias solitários de mestrado. Aos queridos da Economia; em especial, obrigada Bárbara, Júlia, Marcos e Samuel, por compartilharem das ansiedades de produzir uma dissertação em encontros que se arrastaram noite adentro. Essa amizade foi mais um fruto da experiência no Programa de Educação Tutorial - PET, ao qual sou muito grata pela convivência adorável com aqueles que também contribuíram com a construção de meu pensamento crítico.

Aos colegas do mestrado do NPGAU, pelos debates e testemunhos, na sala de aula e nos intervalos. Tenho sorte por fazer parte de uma turma eclética que me permitiu dialogar com diversas áreas e me aproximar da utopia da interdisciplinaridade. Um agradecimento singular, aqui, às Formiguetes: Júlia e Cecília. Meninas, obrigada por compartilharem comigo de seu aprendizado. Este trabalho é outro, graças aos nossos encontros e a seus conselhos. Espero que esta parceria não se encerre aqui e nos encontremos em outras controvérsias.

Aos professores do NPGAU, que inspiraram novos debates e pontos de vista. Em especial, ao professor Roberto Monte-Mór, que me apresentou ao Urbanismo. Agradeço, também, aos professores Frederico de Araújo, Heloísa Soares e Tiago Castelo Branco, pelas contribuições na banca de defesa.

Um agradecimento sincero à professora Jupira, pela orientação e pelo apoio. Obrigada pelo voto de confiança e pela liberdade de me permitir seguir o caminho escolhido nesta pesquisa.

Aos entrevistados, obrigada por me ajudarem a conhecer melhor o movimento de resistência das Ocupações da Izidora. Parabéns pelo seu trabalho, que também me inspira.

Ao povo resistente e acolhedor das ocupações urbanas, por permitir que uma pequena parte de sua luta e trajetória de vida fosse descrita por mim.

E, finalmente, a CAPES, pela bolsa de estudos que possibilitou minha dedicação exclusiva.

“Percebi ainda outra coisa debaixo do sol: os velozes nem sempre vencem a corrida; os fortes nem sempre triunfam na guerra; os sábios nem sempre têm comida; os prudentes nem sempre são ricos; os instruídos nem sempre têm prestígio; pois o tempo e o acaso afetam a todos”. (ECLESIASTES, 9:11).

RESUMO

Neste trabalho, considerando a justiça urbana como parâmetro, apresento uma crítica ao planejamento urbano contemporâneo no Brasil. A justiça urbana consiste na luta pelo reconhecimento e por uma distribuição equitativa dos recursos, atribuindo maior importância à mobilização social do que às políticas públicas – a via institucional do planejamento urbano. Para avançar nessa discussão teórica, desenvolvo um estudo de caso da Região da Izidora, no intuito de cartografar a controvérsia em torno do movimento de resistência das Ocupações Urbanas que ali se estabeleceram e sua rede de apoiadores: a rede *#Resistelzidora*. A controvérsia é a parte da ciência ainda não estabilizada, por ser uma situação na qual os atores discordam entre si. Essa metodologia da cartografia das controvérsias se insere na Teoria Ator-Rede (em inglês, Actor-Network Theory, ou ANT), desenvolvida, dentre outros, por Bruno Latour, na tentativa de romper com o pensamento moderno no que tange à relação entre natureza e cultura, reunindo elementos humanos e não humanos, que atuam e deixam rastros ao longo do relato. Desde o surgimento das Ocupações da Izidora, em meados de 2013, esteve lançada a ameaça do seu despejo forçado para a realização do Empreendimento Granja Werneck, como resultado da Operação Urbana do Isidoro, aprovada em 2010. Na luta pelo direito à moradia, emergiu a rede *#Resistelzidora*, carregada de outros significados implícitos na ideia da justiça urbana e que se insere em uma rede internacional de movimentos sociais que ganharam espaço nos atuais processos de resistência. Como a *#Resistelzidora* tem impedido o despejo forçado e contribuído para uma cidade mais justa? Essa é a pergunta que, baseando-me na ANT, proponho investigar. A partir das controvérsias presentes nesse movimento de resistência, apresento, via relatos de entrevistas e notícias disponibilizadas nos meios de comunicação virtuais (jornais, blogs e Facebook), o maior número de visões de mundo nele inserido. O objetivo deste estudo é, pois, dar a oportunidade para que o máximo de atores expresse seus desejos, o que pode ser um caminho para que a produção acadêmica nos ajude a compreender os diferentes olhares que existem sobre o nosso mundo comum, e aponte, assim, para outras possibilidades de planejamento urbano – ou *não* planejamento.

Palavras-chaves: Planejamento urbano. Justiça urbana. Ocupação urbana. Teoria Ator-Rede. Região da Izidora. Operação Urbana do Isidoro.

ABSTRACT

In this paper, considering the urban justice as a parameter, I present a critique of contemporary urban planning in Brazil. Urban justice is the struggle for recognition and equitable distribution of resources, giving greater emphasis to social mobilization than public policy – the institutional path of urban planning. To advance this theoretical discussion, I develop a case study in the Region of Izidora, in order to map the controversy surrounding the urban occupation (squatters in Brazil) resistance movement settled there and its supporter's network: the *#ResisteIzidora's* network. The controversy is the part of science not yet stabilized, as a situation in which the actors disagree. This methodology is part of the Actor-Network Theory (ANT) developed, among others, by Bruno Latour, in an attempt to break with the modern thought regarding the relationship between nature and culture, bringing together human and non-human elements, whose acts leave traces throughout the report. Since the emergence of the Izidora's Occupations in mid- 2013, a threat was launched of a forced eviction for the realization of the Enterprise Granja Werneck, as a result of the Urban Operation of Isidoro, approved in 2010. In the fight for housing rights, the *#ResisteIzidora's* network has emerged, laden with other meanings implicit in the idea of urban justice and inserted in an international network of social movements that gained ground in the current processes of resistance. How has the *#ResisteIzidora's* network prevented the forced eviction and contributed to a more just city so far? That is the question that, basing myself on the ANT, I intend to investigate. From the controversies inside this movement, I present, through interviews and news reports available on virtual media (newspapers, blogs and Facebook), the largest number of world views inserted in it. The purpose of this study is therefore to give the opportunity for as many players as possible express their wishes, which can be a way for academic research helps us to understand the different views that exist about our common world, and, than, point at other urban planning options - or *non*-planning.

Keywords: Urban planning. Urban justice. Urban occupation (squatter). Actor-Network Theory. Region of Izidora. Urban Operation of Isidoro.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização da Região da Izidora _____	36
Figura 2. Demarcação das Ocupações da Izidora _____	37
Figura 3. Esboço do projeto original da Operação Urbana do Isidoro _____	38
Figura 4. Graus de Proteção da Região da Izidora segundo a Operação Urbana do Isidoro e Matrículas de Propriedade _____	39
Figura 5. Arte feita a partir de fotos de apoiadores do movimento <i>#ResisteIsidoro</i> _____	40
Figura 6. Planta do Empreendimento Granja Werneck _____	80
Figura 7. Sobreposição aproximada do Empreendimento Granja Werneck e das Ocupações da Izidora _____	81
Figura 8. Sanatório Hugo Werneck _____	83
Figura 9. Resquícios da Pedreira da Granja Werneck _____	86
Figura 10. Quilombo das Mangueiras _____	87
Figura 11. Vista aérea da Região da Izidora e seu entorno (2010) _____	89
Figura 12. Dinâmica do Vetor Norte de Belo Horizonte e RMBH _____	90
Figura 13. Condicionantes ambientais à Operação Urbana do Isidoro _____	91
Figura 14. Zoneamento da Região da Izidora segundo a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo (1996) _____	92
Figura 15. Solicitações de parcelamento da Região da Izidora pelos proprietários _____	101
Figura 16. Mapa das macrozonas propostas pela Operação Urbana do Isidoro _____	103
Figura 17. Fotos da Ocupação Rosa Leão _____	116
Figura 18. Fotos da Ocupação Esperança _____	117
Figura 19. Fotos da Ocupação Vitória _____	118
Figura 20. Evolução da ocupação da Região da Izidora _____	119
Figura 21. A rede de apoiadores das Ocupações da Izidora _____	152
Figura 22. A campanha <i>#ResisteIsidoro</i> _____	165

Figura 23. Área demarcada pelo MPMG como parte da Ocupação Rosa Leão localizada no Município de Santa Luzia (azul) e parte da Ocupação Vitória localizada no Município de Santa Luzia (verde) _	167
Figura 24. Planta oficial (CP 038-021), na qual o próprio Município de Belo Horizonte demarcou, à caneta, onde estariam localizadas as Ocupações da Izidora _____	168
Figura 25. Zoneamento da área do Zilah Spósito _____	169
Figura 26. Área em azul demarcada pelo MPMG como parte da Ocupação Rosa Leão inserida em território de ZEIS-2 _____	170
Figura 27. Reforço da equipe da PMMG para realização do despejo em preparação no Estádio do Independência _____	172
Figura 28. Panfleto realizado pela PMMG distribuído por helicópteros às famílias das Ocupações da Izidora alertando sobre o despejo _____	173
Figura 29. Infográfico sobre a disputa jurídica do caso das Ocupações da Izidora elaborado pelo Coletivo Margarida Alves _____	177
Figura 30. Ocupação da Caixa Econômica Federal _____	178
Figura 31. Plano de Reassentamento da Santa Margarida Empreendimentos _____	180
Figura 32. Plano de Readensamento Compartilhado _____	181
Figura 33. Diagrama de translação da resistência das Ocupações da Izidora _____	192
Figura 34. A luta das Ocupações da Izidora: protestos, manifestações e negociação _____	193
Figura 35. A ocupação do espaço público _____	198
Figura 36. A coalizão de movimentos sociais _____	204
Figura 37. Rede sociotécnica do movimento de resistência das Ocupações da Izidora _____	207

LISTA DE TABELA

Tabela 1. Origem das pessoas que “curtiram” no Facebook a página Resiste Izidora _____	41
Tabela 2. Parâmetros urbanísticos originais da Região da Izidora _____	92
Tabela 3. Parâmetros urbanísticos da Operação Urbana do Isidoro de 2000 _____	97
Tabela 4. Parâmetros urbanísticos da Região da Izidora (antes e depois da Lei 9.959/2010) _____	104
Tabela 5. Custo das intervenções previstas na Operação Urbana do Isidoro _____	105
Tabela 6. Resultados gerais do Cadastro da Urbel _____	161
Tabela 7. Cruzamento dos resultados com a base municipal do Cadastro Único para Programas Sociais _____	161

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Déficit Habitacional Total na RMBH _____	75
Gráfico 2. Índice de Qualidade de Vida Urbana em Belo Horizonte segundo as regionais _____	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Relação entre as propostas do Plano de Readensamento Compartilhado e os princípios de cidade justa _____ 184

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACP	Ação Civil Pública
ADE	Área de Diretrizes Especiais
AEIS	Área Especial de Interesse Social
AGE	Advocacia Geral do Estado
ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
AMABEL	Associação dos Moradores de Aluguel de Belo Horizonte
ANT	Actor-Network Theory
APCBH	Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
ASF	Arquitetos Sem Fronteira Brasil
BHTRANS	Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A
BNH	Banco Nacional de Habitação
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAMG	Cidade Administrativa de Minas Gerais
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CDPCM/BH	Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte
CEF	Caixa Econômica Federal
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CF	Constituição Federal
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COHAB	Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais
COMPUR	Conselho Municipal de Política Urbana
COPAC	Comitê Popular dos Atingidos pela Copa
COPASA	Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais

CPE	Comando de Policiamento Especializado
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DPMG	Defensoria Pública de Minas Gerais
EGW	Empreendimento Granja Werneck
EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança
ENANPUR	Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
FACEMG	Federação das Associações Comunitárias de Minas Gerais
FAMEMG	Federação de Associações de Moradores de Minas Gerais
FAMOBH	Federação das Associações de Bairros, Vilas e Favelas de Belo Horizonte
FEAM	Fundação Estadual do Meio Ambiente
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIFA	Fédération Internationale de Football Association
FJP	Fundação João Pinheiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
IAP	Institutos de Aposentadoria e Pensão
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IQVU	Índice de Qualidade de Vida Urbana
LOM	Lei Orgânica do Município
LOP	Liga Operária
LPOUS	Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo

MLB	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
MLPM	Movimento de Luta Pela Moradia
MOM	Morar de Outras Maneiras
MPMG	Ministério Público de Minas Gerais
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OODC	Outorga Onerosa do Direito de Construir
OP	Orçamento Participativo
OUC	Operação Urbana Consorciada
OUI	Operação Urbana do Isidoro
OUS	Operação Urbana Simplificada
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PBF	Programa Bolsa Família
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
PCR	Partido Comunista Revolucionário
PD	Plano Diretor
PDS	Partido Democrático Social
PGE	Plano Global Específico
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMMG	Polícia Militar de Minas Geras

PNH	Política Nacional de Habitação
PP	Partido Popular
PRODECOM	Programa de Desenvolvimento de Comunidades
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PROFAVELA	Programa Municipal de Regularização de Favelas
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SECCRI	Secretaria de Relações Institucionais do Governo de Minas Gerais
SEDESE	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social
SEDS	Secretaria de Estado da Defesa Social
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SMAGEA	Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa de Belo Horizonte
SMAPU	Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano
SMARU	Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana
SMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SMURBE	Secretaria Municipal de Políticas Urbanas
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SUDECAP	Superintendência de Desenvolvimento da Capital
SUS	Sistema Único de Saúde
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TJMG	Tribunal de Justiça de Minas Gerais

UC	Unidade de Conservação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNA	Centro Universitário UNA
UNAVEN	União das Associações de Venda Nova
URBEL	Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte
UTDC	Unidade de Transferência do Direito de Construir
UTP	União de Trabalhadores da Periferia
ZAR	Zona de Adensamento Restrito
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
ZP	Zona de Proteção
ZPAM	Zona de Preservação Ambiental

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA.....	20
1.1.	Do planejamento à justiça urbana como parâmetro	20
1.2.	Por uma compreensão da noção de justiça urbana	25
1.3.	As Ocupações Urbanas da Izidora: do estudo de caso ao objeto de pesquisa	35
1.4.	Expansão do método de pesquisa: abordagens pós-estruturalistas	42
2.	A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA	54
2.1.	Sobre a filosofia da resistência.....	54
2.2.	Mapeando a resistência em Belo Horizonte: planejamento e mobilização social.....	59
2.2.1.	<i>Resistência, (ausência de) políticas habitacionais e histórico de ocupação</i>	71
2.2.2.	<i>A Operação Urbana do Isidoro e o Empreendimento Granja Werneck</i>	82
3.	MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA.....	112
3.1.	Dinâmica de formação de grupos	114
3.1.1.	<i>Processo inicial de ocupação e organização interna</i>	114
3.1.2.	<i>A entrada do movimento social</i>	128
3.1.3.	<i>A formação de lideranças</i>	137
3.1.4.	<i>O meio ambiente como actante</i>	140
3.1.5.	<i>A extensão universitária</i>	143
3.2.	A trajetória de resistência.....	153
3.2.1.	<i>Ano 2013</i>	153
3.2.2.	<i>Ano 2014</i>	159
3.2.3.	<i>Destaques do ano 2015</i>	187
3.3.	Genealogia da rede #Resistelizidora.....	196
4.	APONTAMENTOS PARA O PLANEJAMENTO URBANO CONTEMPORÂNEO.....	209
4.1.	Cartografando desejos	210
4.2.	Contribuições para a justiça urbana	212
4.3.	E o planejamento urbano?.....	215
4.4.	Reflexões finais.....	222
	REFERÊNCIAS	224
	ENTREVISTADOS	236
	APÊNDICE – LINHA DO TEMPO DA TRAJETÓRIA DE RESISTÊNCIA DAS OCUPAÇÕES DA IZIDORA ..	238

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

1.1. Do planejamento à justiça urbana como parâmetro

Este trabalho partiu de minha motivação em estudar o paradigma do planejamento urbano contemporâneo no sentido de adoção de uma nova agenda de prática e pesquisa. A impressão apreendida de alguns trabalhos recentes sobre o tema era de que nos encontramos em um momento de pessimismo no tocante a uma linha de ação que partisse do planejamento urbano como instrumento capaz de levar a uma cidade mais justa e democrática. Isso era reforçado por meio do meu olhar para a cidade propriamente dita - em especial, Belo Horizonte, lugar de onde falo e onde vivo -, a partir do qual pude observar a intensificação dos processos de exclusão socioespacial, gentrificação do espaço, esgotamento dos serviços urbanos, dentre diversos outros problemas típicos das grandes metrópoles brasileiras¹.

Na tentativa de compreender, em uma perspectiva mais abrangente, o papel do planejamento urbano - e da função da figura do planejador em si - a leitura de John Friedmann (1991) foi um significativo ponto de partida. Esse autor mostra que, a partir dos anos 1950 e 1960, várias das teorias escritas sobre o planejamento eram baseadas na crença do planejador de que as ciências e as novas tecnologias promoveriam grande ajuda na elaboração de ações futuras, embasadas num critério de racionalidade². Em contraposição a essa visão, havia na literatura uma teoria influenciada pelos movimentos utópicos, anarquistas e adeptos ao materialismo histórico. A bandeira que levantavam era a da mobilização social e atuavam em prol dos excluídos do poder e, portanto, explorados pelo capitalismo industrial. Seu objetivo era promover uma transformação radical da sociedade.

Portanto, para Friedmann (1991), as diferentes vertentes de planejamento urbano se resumem em dois processos básicos de ação que desencadeariam quatro categorias: a *orientação social* (reforma social e análise de políticas) e a *transformação social* (aprendizagem social e mobilização social). Trata-se de interpretações sobre a maneira como o conhecimento técnico e a ação poderiam ser vinculados e sofrerem contradições internas.

¹ Parte dessa observação decorreu de trabalho anterior: Ver BIZZOTTO, Luciana Maciel. A exclusão socioespacial na Região Metropolitana de Belo Horizonte: uma análise sob as perspectivas do mercado de trabalho, da valorização imobiliária e das políticas públicas. In: *XIII Seminário da Rede Iberoamericana de Investigadores (RII)*, 2014, Salvador. Anais do XIII Seminário da Rede Iberoamericana de Investigadores (RII), 2014.

² O *mainstream* acreditava, assim, que caberia ao Estado planejar; à economia, produzir; e aos trabalhadores, focarem em assuntos privados, como constituir família e consumir (FRIEDMANN, 1991, p. 22). Friedmann traça dez principais tarefas do planejamento urbano, dentre elas: promover a estabilidade e o crescimento econômico, prover serviços públicos para cobrir necessidades gerais da população, inverter os investimentos para áreas de pouco interesse do capital privado e intermediar consequências disfuncionais (sociais, econômicas e ambientais) da racionalidade de mercado.

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

No campo da *orientação social* estão as categorias da *reforma social* e a *análise de políticas*. Em ambas predomina a vertente do planejamento tecnocrático. A *reforma social* tem como foco o papel do Estado na orientação social, compreendendo a atividade do planejamento como científica. Defende o discurso da democracia representativa, dos direitos humanos e da justiça social, e suas principais preocupações consistem em promover o crescimento econômico, a manutenção do pleno emprego e a redistribuição da renda. Por sua vez, a *análise de políticas* tem como fundamentação teórica a sociologia weberiana e a economia neoclássica, de onde herdou valores, tais como: o individualismo, a supremacia do mercado na distribuição de recursos e a noção de equilíbrio geral.

No campo da *transformação social* se encontram a *aprendizagem social* e a *mobilização social*. A *aprendizagem social* acredita que o conhecimento deve ser extraído da experiência e validado, somente, com a prática. Os teóricos dessa vertente defendem a possibilidade de mudanças do comportamento humano que podem refletir em transformação social a partir da experiência social. Preocupam-se, assim, com questões instrumentais que dizem respeito à prática, em detrimento da teoria. A *mobilização social* é mais radical e defende, ainda, a primazia da ação coletiva direta “de baixo”. Sua orientação teórica advém da tradição dos movimentos sociais de esquerda, ainda que antagônicos: marxistas, utópicos e anarquistas³. Trata-se de uma ideologia dos despossuídos, que se apoiam na solidariedade social como potência para a transformação do *status quo*.

Na visão de Friedmann (1991), a crise promovida pelo capitalismo⁴ foi o que levou ao surgimento de práticas de planejamento via *mobilização social*, com a emergência de movimentos de emancipação - por exemplo, o antirracismo, o movimento a favor da erradicação da pobreza ou em apoio aos homossexuais e transexuais, dentre outros. Todos esses tiveram em comum a defesa pela autossuficiência coletiva, no que diz respeito ao desenvolvimento e à recuperação da comunidade política. Friedmann aponta, portanto, que esse paradigma do planejamento urbano se pautaria na necessidade de recuperar o sentido de comunidade ativa politicamente, capaz de renovar a política em uma escala local de interação que poderia se expandir na construção de um novo Estado e uma nova economia.

Assim, em uma reflexão sobre o papel do planejador na produção do espaço, o autor insiste que, se não estiver imersa em uma forma de autogoverno democrático, a razão técnica está fadada a

³ Segundo Friedmann (1991), enquanto os marxistas acreditam na *política do confronto* pelo poder e uma nova vida na *luta*, os utópicos e anarquistas apoiam a *política da liberação* e a nova vida em *comunidade*. No entanto, Tammy Pogrebinschi (2009) revela que o sentido de comunidade em Marx não foi necessariamente compreendido por seus leitores.

⁴ O autor cita alguns exemplos, como o enfraquecimento da noção de Estado-Nação após a globalização do capital, o empobrecimento crescente nos países do Terceiro Mundo, a crise energética e ambiental, ou o excesso de mão de obra devido à substituição do trabalho humano por máquinas.

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

promover consequências destrutivas no urbano. Defende, portanto, uma “variedade necessária” de atores envolvidos em uma divisão do trabalho que atenda a interesses diversos, assumindo o planejamento como um processo social e político.

Não se pode confiar à mente científica aplicada aos assuntos políticos: carece da "variedade necessária". Servindo ao capital corporativo, está presa ao turbilhão da expansão econômica sem limites. Servindo ao Estado, trabalha para a economia da destruição. Somente se serve diretamente às pessoas, quando estas são organizadas para agir coletivamente, em benefício próprio, contribuirá para o projeto de um desenvolvimento alternativo⁵ (FRIEDMANN, 1991, p.25).

Para o autor, o planejamento envolve aspectos políticos e técnicos, os quais se articulam a partir da prática burocrática (referente às estruturas institucionais) e da prática política (referente à comunidade politicamente ativa), que convivem em um estado de tensão. O resultado desse processo é o estabelecimento de um conflito entre o público e o privado, na medida em que o Estado tem o dever de trabalhar em prol da racionalidade social, mas se vê pressionado pelo capital privado a favorecer a racionalidade de mercado.

(...) o Estado tenta evitar ou suprimir a prática política sempre que possível. Mas dado que a prática política é a principal fonte de inovação estrutural, suprimir ou neutralizar a comunidade política faz com que seja mais difícil para o Estado encontrar maneiras de lidar com êxito com as mudanças externas ao próprio sistema. (...) Com a comunidade política inativa, o Estado se torna vulnerável à prática revolucionária⁶ (FRIEDMANN, 1991, p.52).

É a partir dessa tensão que Friedmann analisa o surgimento de visões contraditórias de planejamento: enquanto algumas privilegiam o apoio aos negócios privados, outras impõem sérias restrições às forças de mercado, ou substituem o funcionamento deste por decisões políticas. Entretanto, o autor reforça que “dessas batalhas temos aprendido que somente a mobilização política em grande escala pode aspirar limitar a lógica unidimensional do mercado”⁷ (FRIEDMANN, 1991, p.45).

Voltando, novamente, meu olhar para o caminho que o planejamento urbano contemporâneo segue em minha cidade e, aqui, como reflexo de um contexto mais amplo – nacional e global – o que se observa é esta predominância de duas frentes opostas de ação: uma delas, dominada pela perspectiva do mercado (o que chamamos planejamento estratégico); a outra, um conjunto de

⁵ “No se puede confiar en la mente científica aplicada a los asuntos políticos: carece de la "necesaria variedad". Sirviendo al capital corporativo, está atascada en el torbellino de la expansión económica ilimitada. Sirviendo al estado, trabaja para la economía de destrucción. Solamente si sirve directamente a las personas, cuando éstas están organizadas para actuar colectivamente en beneficio propio, contribuirá al proyecto de un desarrollo alternativo”.

⁶ “(...) el estado intenta evitar o suprimir la práctica política siempre que puede. Pero puesto que la práctica política es la fuente principal de innovación estructural, suprimir o neutralizar la comunidad política hace que sea más difícil para el estado encontrar maneras de enfrentarse con éxito a los cambios externos al sistema en si. (...) Con la comunidad política inactiva, el estado se vuelve vulnerable a la práctica revolucionaria”.

⁷ “(...) de esas batallas hemos aprendido que solo la *mobilización política a gran escala puede aspirar a limitar la lógica unidimensional del mercado*”.

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

tentativas de impor restrições ao capital financeiro e imobiliário em direção à ampliação de formas mais democráticas de governo e produção do espaço, conhecido como o Movimento pela Reforma Urbana. No entanto, a meu ver, mesmo com a evolução de formas autônomas de planejamento urbano, no final do século passado, o que prevaleceu na atualidade foi o enfraquecimento desse processo, ofuscado pelas estratégias de mercado. O planejamento estratégico pode ser compreendido, aqui, como homogêneo, no sentido de caracterizar uma tendência das políticas empreendidas pelo Estado brasileiro na atualidade.

No entanto, retomando a análise que Friedmann levanta sobre a relação que existe entre o conhecimento técnico e a ação, chamou-me a atenção a necessidade de compreender o planejamento para além de empreendimento de intervenções urbanísticas por parte do Estado, uma vez que há uma série de alternativas de planejamento engajadas pela própria população - movimentos sociais, associação de moradores e outras formas de grupos organizados. Isso era algo que já havia sido descrito por outros atores, como Marcelo Lopes de Souza (2011), e que se tornava cada vez mais claro ao olhar para minha cidade.

Estou falando das chamadas formas de planejamento urbano autônomo, que podem ocorrer por outras vias e diretrizes que não as da exclusão. Não se trata necessariamente de se desvencilhar por completo das relações capitalistas ou até mesmo da intervenção estatal, o que pode afastar, neste momento, os mais ávidos leitores marxistas. O ponto central, nesses casos, se encontra na reciprocidade, solidariedade, afetividade e outras virtudes que caracterizam tais relações, na tentativa de construção de uma resistência a ações que buscam reprimir nossos desejos. Assim sendo, é como se estes pequenos e pontuais processos – de planejamento ou autogestão - fossem dotados de sementes capazes de germinar trajetórias de reapropriação de nossos desejos. Estas tentativas já existem e fazem parte do próprio processo de evolução do capitalismo, que gera suas próprias contradições, permitindo o surgimento de estruturas capazes de ameaçar a si mesmo – retornando a Marx. E como tudo tem uma vertente espacial, a população resistente vai se ocupando destes espaços vazios ou *fissuras* geradas pelo capitalismo, como descreve John Holloway (2013). Foi aqui que me pareceu ideal trabalhar com a ideia da justiça social.

Dan Swain (2013), em *Justice as Fetish*, pretende mostrar como Marx rejeitou aspectos da teoria liberal da justiça, por acreditar tratar-se de um conceito adequado somente a um dado modo de produção. Segundo o autor, para Marx, “visões ideais sobre a sociedade futura nada mais são que reflexões sanitaristas da sociedade existente”⁸ (SWAIN, 2013, p.06). Partindo da noção do fetichismo,

⁸“(…) ideal visions of the future society are but a sanitised reflection of the existing society”.

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

quando características que são consequências dos arranjos sociais aparentam uma realidade objetiva - e o fetichismo da justiça tem sua figura máxima no sistema legal -, tratarmos as ideias como se não fossem reflexos das condições materiais da vida nos levaria à reprodução dessas condições. Simplesmente explicar isso seria insuficiente para remover tais ideias: é necessário transformar as relações sociais que suportam o fetichismo. Este argumento desqualifica a ideia de partir de uma definição de justiça social para buscar transformações sociais, embora Swain afirme que a justiça, como forma particular da sociedade capitalista, não desqualifica seu caráter de engajamento por transformações no mundo.

Reconhecendo que as teorias da justiça são uma forma particular para nossa sociedade atual não significa necessariamente que não devemos nunca nos envolver com elas, mas apenas que não devemos elevá-las a um *status* universal que não merecem. Na verdade, tal reconhecimento pode nos ajudar a saber como e quando usá-las como parte de uma luta por um mundo melhor⁹ (SWAIN, 2013, p.13).

Mas, e se o propósito não fosse o uso de uma *definição* ou *conceito* de justiça?

E se fizéssemos da justiça apenas um elemento catalizador de ações que se dispõem em uma rede delineada a partir dos diversos vínculos que estabelecem entre si - e estes, sim - capazes de promover transformações no mundo comum em que vivemos?

É necessário esclarecer que este trabalho não se propõe revolucionário, no sentido de transpor a atual relação capital/trabalho e o modo de produção que a determina, ou ainda, o desvanecimento do Estado como plataforma política - ainda que compreenda que estes aspectos da teoria marxista devam ser apreendidos para ratificar as limitações do discurso que aqui pretendo reproduzir. Não obstante, meu comprometimento se coloca com a luta pela justiça social, como tática para promover as transformações sociais necessárias, no meu entendimento, a uma prática revolucionária legítima.

Posto isso, na tentativa de apresentar a crítica ao planejamento urbano contemporâneo no Brasil e se diferenciar dos inúmeros outros trabalhos que o fizeram, optei pelo parâmetro da *justiça urbana* como ponto de partida. Esse termo - que tomo a liberdade de cunhar para incluir suas diferentes acepções, mas que já foi utilizado anteriormente, por exemplo, por Ermínia Maricato (2011) - foi objeto de estudo de alguns autores estrangeiros, dentre os quais David Harvey (justiça social na cidade), Edward Soja (justiça espacial) e Susan Fainstein (cidade justa). Segundo Fainstein (2010), a crítica ao planejamento a partir da justiça social tem um caráter mobilizador, não no sentido de homogeneizar os diversos discursos que engajam a ação social, mas na tentativa de aproximá-los no processo de resistência ao que se tem hoje. É por estar de acordo com este argumento - mesmo com

⁹ "Acknowledging that theories of justice are a form particular to our present society does not necessarily mean we should never engage with them, merely that we shouldn't elevate them to a universal status they do not deserve. In fact, such an acknowledgement might help us know how and when to use them as part of a struggle for a better world".

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

todas as críticas realizadas sobre o uso do termo, como a de Swain (2013) - e acreditar que essas cidades têm algo de novo a mostrar para o mundo em termos de planejamento autônomo¹⁰, é válido academicamente o esforço de transpor este debate sobre a justiça urbana para o cenário nacional. Não se trata de definir um conceito único e fechado de justiça urbana, mas apresentar ideias que estão por trás do termo como catalizadoras da prática social e política.

1.2. Por uma compreensão da noção de justiça urbana

Muitos de nós queremos melhorar nossa qualidade de vida e, por sua vez, as nossas cidades. Contudo, o viés desenvolvimentista e a ideologia do progresso têm ditado as normas de qual futuro desejamos – para a cidade e para a vida em si. A aplicação de ideias estrangeiras em nossa realidade há muito contribui para reforçar as desigualdades de oportunidade. Por essa razão, refletir novamente sobre o que tem sido debatido fora do país, no que tange à justiça urbana, pode ser interessante antes de começarmos a olhar para nossas metrópoles por meio de suas próprias lentes.

Talvez graças a seu caráter mobilizador, seja possível dialogar essas distintas realidades. Porém, duas etapas são imprescindíveis: primeiro, compreender o que é a noção de justiça urbana; e, segundo, buscar reconhecer nosso território e os elementos que caracterizam nossa produção do espaço. Só então seremos capazes de pensar se é possível estabelecer uma associação entre ambas.

A justiça é um tema que, por muito tempo, ficou recluso ao universo do Direito, pensado a partir do sistema judiciário instituído com a formação dos Estados-Nação. A teoria sobre a justiça foi marcada pela obra de John Rawls, professor de Filosofia Política da Universidade de Harvard que, em 1971, publicou *Uma Teoria da Justiça*, iniciando uma nova era no debate acadêmico do termo. O autor apresentou um conceito de justiça que levou a um nível mais alto de abstração a teoria do contrato social formulada por Locke, Rousseau e Kant, considerando justiça como equidade – em que deveríamos proceder de uma posição original de igualdade hipotética. Segundo Rawls (1981), a concepção pública do que seria a justiça é o que regulava a estrutura básica de uma sociedade bem ordenada, apoiando-se em dois princípios básicos:

(...) primeiro – cada pessoa deve ter a mais ampla liberdade, sendo que esta última deve ser igual à dos outros e a mais extensa possível, na medida em que seja compatível com uma liberdade similar de outros indivíduos. Segundo – as desigualdades econômicas e sociais devem ser combinadas de forma a que ambas (a) correspondam à expectativa de que trarão vantagens para todos, e (b) que sejam ligadas a posições e a órgãos abertos a todos (RAWLS, 1981, p.67).

¹⁰ Como exemplo, Amin (2013) considera que as vilas, favelas e ocupações constituem espaços de resistência no urbano e devem ser minuciosamente estudadas, de modo que devemos nos aproximar telescopicamente delas para refletir melhor sobre as novas possibilidades de produção do espaço nas cidades do futuro.

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

O objetivo de Rawls (1981) era oferecer uma alternativa à visão utilitarista que por tanto tempo dominou a filosofia moral. Entretanto, sua teoria permaneceu influenciada por um viés liberal e focada no papel das instituições. De todo modo, seu trabalho foi importante para a retomada do termo em discussão, ainda que no âmbito da filosofia do Direito. No campo das teorias urbanas, propriamente dito, a discussão sobre a justiça teve início com David Harvey, em sua publicação de *A Justiça Social e a Cidade*, em 1973. A partir dessa obra, o autor se comprometeu a dedicar seus estudos em prol da justiça social, o que, em alguma medida, delineia seus trabalhos mais atuais.

A Justiça Social e a Cidade é composto por três partes - formulações liberais, formulações socialistas e síntese -, nas quais o autor buscou açambarcar a literatura desenvolvida sobre o tema em diferentes perspectivas. Seu argumento reclinou na associação estabelecida entre o processo social e a forma espacial, ou seja, na relação entre o homem, as relações sociais e o espaço físico. Naquele momento, as abordagens acerca dessas relações pressupunham a existência de uma linguagem adequada para discutir simultaneamente ambas as ideias, o que ainda não existia. Desse modo, Harvey (1980) destacou a carência de estudos que detectassem a interdependência entre a variação social e espacial.

As perspectivas de equidade ou de justa redistribuição de renda em um sistema urbano através de um processo político naturalmente emergente (particularmente aquele que está baseado numa filosofia do interesse individual) são certamente precárias. A possibilidade de que um sistema social possa reconhecer este fato e ajustar-se para combater essa tendência natural está, creio eu, correlacionada ao grau de êxito do sistema social em evitar os problemas estruturais e as tensões sociais profundas, consequentes do processo de maciça urbanização (HARVEY, 1980, p.65).

As formulações liberais propunham a construção de uma teoria normativa de alocação espacial baseada em princípios de justiça social. Assim, seu principal desafio era o de, a partir das políticas públicas, questionar a possibilidade de governar a forma espacial e os processos sociais, de modo a assegurar determinado objetivo social. A justiça entrava nessa equação como uma série de princípios usados somente para resolver direitos conflitivos, não se tratando de um conceito universal transcendente.

No entanto, Harvey (1980) defende que os objetivos capitalistas não são compatíveis com os objetivos da justiça social, uma vez que o mercado – um dos pilares do sistema capitalista - se baseia em um sistema de escassez de recursos, que exige, necessariamente, a concentração de produto excedente, ou seja, a desigualdade social. A necessidade do autor de abandonar a perspectiva liberal em direção a uma socialista se encontra na fatalidade de um novo paradigma formulado dialeticamente e que ganhe aceitação a partir da realidade presente na natureza das relações sociais que engloba.

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Por essa razão, Harvey identificou na abordagem revolucionária – em que conceitos e categorias poderiam ser reformulados – a possibilidade de organização de uma mudança social humanizadora.

Assim, necessitamos nos mover em direção a um novo padrão de organização, no qual o mercado seja substituído (provavelmente por um processo de planejamento descentralizado), a escassez e a privação sejam sistematicamente eliminadas, tanto quanto possível, e um sistema de competição degradante seja substitutivamente reduzido como incentivo ao trabalho, sem qualquer modo de diminuir o poder produtivo total útil para a sociedade (HARVEY, 1980, p.98).

Conforme identificam Andy Marrison e Eric Swyngedouw (1997), Harvey se propôs a tirar a discussão sobre a justiça nas bases da moralidade e tratá-la como contingente aos processos sociais e espaciais. O geógrafo desenvolve, então, sua teoria sobre a construção do espaço urbano *ditada* pelo capital, a qual constrói a partir de conceitos marxistas relativos à renda da terra¹¹ (HARVEY, 1980). Segundo esta, as cidades são produto da concentração de um excedente social - cuja definição é contingente às condições sociais de produção - e são construídas quando os investimentos provenientes do excedente produtivo assumem forma fixa. Para tanto, é necessário crescimento da demanda efetiva para a acumulação primitiva. Logo, a cidade é um campo destinado a gerar demanda efetiva e faz uso de um modo de produção em expansão - como o capitalista - para gerar acumulação primitiva o suficiente. Entretanto, há uma tendência inerente ao sistema de circulação do excedente de ser minado por uma falha econômica ou social - razão pela qual as cidades são substituídas em termo de prosperidade. Essa tendência propicia o surgimento e o fortalecimento dos outros modos de integração, “como forças contrabalanceadoras do poder destrutivo potencial do mercado de troca antagonístico”.

A concentração crescente de investimento de capital fixo, a criação de novas necessidades e demandas efetivas, e um padrão de circulação de mais valia que se apoia na apropriação e exploração, tudo emana na dinâmica interna do capitalismo industrial. Os padrões de circulação de mais valia estão mudando, mas eles não alteraram o fato de que as cidades – essas “oficinas de civilização” – estão fundadas na exploração de muitos por uns poucos. Um urbanismo genuinamente humano ainda está por surgir (HARVEY, 1980, p.270-271).

É importante destacar que não estou de acordo com o argumento determinista de Harvey, no que tange à relação estabelecida entre o capital e a produção do espaço, embora possamos observar a associação entre eles em diversos vínculos que se estabelecem entre os atores responsáveis por esta produção. Como exemplo, citamos o jogo político-eleitoral no Brasil, no qual construtoras e empresas de transporte público financiam as campanhas e, assim, redirecionam decisões políticas capazes de intervir na esfera da produção do espaço, segundo seu interesse pelo lucro. Não se trata,

¹¹ Considerando as diversas propriedades particulares da mercadoria do solo urbano, Marx diferenciou sua renda em três espécies: i) a *renda absoluta*, relacionada à posse de uma propriedade privada; ii) a *renda diferencial*, que se refere à maior produtividade da terra garantida por um investimento de capital; e iii) a *renda de monopólio*, proveniente da posse de um recurso natural escasso, como a localização em uma região central.

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

aqui, de não reconhecer que haja relações de dominação estabelecidas, mas de assumi-las aprioristicamente, sem uma apreciação dos vínculos e dos atores que os protagonizam.

Apoiando-se em Marx, Harvey afirma que uma teoria do uso do solo urbano não é geral, mas contingente, e depende do modo dominante de produção e das relações sociais e instituições que prevalecem na sociedade – assim como Swain (2013) afirmara sobre a justiça para Marx. Exatamente porque uma teoria é contingente, um modo de produção *pode* determinar as instituições e as relações que serão estabelecidas entre elas, conquanto isso seja observável. Somente após a leitura de diversos teóricos neoclássicos e liberais e da conclusão de que seus modelos não propuseram uma verdadeira mudança nas relações sociais de produção, o autor propõe pensar em diferentes modos de integração – como a reciprocidade e a redistribuição - que culminem em um novo urbanismo, onde a cidade seria o berço de um novo modo de produção.

Dialogando com o trabalho de Harvey, Edward Soja, em *Seeking for Spatial Justice* (2010), tenta explicitar a existência de uma geografia (ou espacialidade) da justiça, vital para compreender sua construção social a partir da adoção de uma perspectiva crítica espacial. O autor defende, assim como Harvey, a extensão dos conceitos a partir de um método dialético, no qual os aspectos espaciais também estão presentes, em detrimento da abordagem tradicional que privilegia os aspectos sociais. O autor pretende, assim, estimular novas formas de pensar e agir para mudar as geografias injustas em que se vive¹². Para tanto, baseia-se em três pressupostos:

- Justiça e injustiça estão infundidas nas geografias multiescalares em que vivemos, das intimidades da família ao desenvolvimento desigual da economia global;
- As geografias socializadoras de (in)justiça afetam significativamente nossas vidas, criando estruturas duradouras de distribuições desiguais de vantagens e desvantagens;
- Estas geografias e seus efeitos podem ser alterados através de formas de ação social e política¹³ (SOJA, 2010, p.20).

Soja defende que a relevância atual do termo justiça social é uma consequência dos efeitos negativos gerados pela globalização sobre o social, o político, o cultural e o ambiental, associando-se à reestruturação do Estado, na busca de novas formas de dominação política. O projeto de Soja consiste em enfatizar uma maneira inclusiva de mobilização política, “que seja radicalmente aberta a novas

¹² A partir da análise de movimentos e rebeliões concentrados na produção do espaço em Los Angeles, Soja destaca ainda sua importância em um contexto de deterioração da economia, perdas de emprego e redução do poder dos sindicatos, incluindo o papel da Universidade da Califórnia (UCLA) no ativismo social.

¹³ “- Justice and injustice are infused into the multiescalar geographies in which we live, from the intimacies of the household to the uneven development of the global economy;

- The socialized geographies of (in)justice significantly affect our lives, creating lasting structures of unevenly distributed advantage and disadvantage;

- These geographies and their effects can be changed through forms of social and political action”.

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

bases de apoio e visa à construção de coalizões eficazes entre os diferentes movimentos sociais e organizações”¹⁴ (SOJA, 2010, p.23). Compreende, assim, o conceito de justiça como o que une os associativismos a coalizões plurais e homogêneas, o que reforça o argumento anterior.

Aqueles investidos do poder de produzir os espaços físicos em que vivemos através do desenvolvimento, investimento, planejamento - bem como através de movimentos sociais banhados pelo ativismo - são igualmente vestidos do poder de perpetuar injustiças e/ou criar espaços justos (...). A justiça, portanto, não é abstrata, e não é apenas algo “entregue” ou distribuído pelo Estado, mas, sim, uma responsabilidade partilhada de atores envolvidos nos sistemas socioespaciais nos quais habitam e se (re) produzem¹⁵ (SOJA, 2010, p.28).

Para o autor, a produção de injustiças geográficas está amparada nas desigualdades produzidas pelos efeitos geográficos, ações individuais e processos sociais desiguais, os quais ocorrem cotidianamente. Dessa forma, somente abstraindo a condição espacial é possível pensar na igualdade entre indivíduos, pois há sempre uma diferenciação geográfica que poderá gerar opressão e efeitos de exploração. Por essa razão, considera essencial compreendermos as diferentes formas de injustiça espacial, pois a ação social deve atuar sobre as geografias de poder e privilégio que geram maior injustiça.

A justiça abordada pelo autor vai além das determinações do sistema judiciário e inclui princípios gerais de democracia, direitos e responsabilidades de um grupo social. As compreensões normativa, científica e crítica da injustiça recairiam nos debates sobre democracia, cidadania e direitos humanos. Somente com o desenvolvimento das teorias ocidentais é que a espacialidade urbana da justiça se associou à ideia de universalização natural, em um sistema legal que definiu a cidadania em termos de direitos e obrigações determinados pelo Estado-nação.

Como exemplo, Soja (2010) retoma a teoria rawlsiana compreensiva, liberal e democrática da justiça, de grande importância no debate e desenvolvimento de teorias geográficas sobre a justiça. Em sua análise, as ideias racionais de Rawls resultaram em um pensamento a-espacial e a-histórico, que defendia a distribuição justa de bens de valor, como liberdade, oportunidade e respeito. Ao dar muita ênfase à estratificação social e abstrair as influências geográficas de uma análise da desigualdade distributiva, Rawls teria ofuscado os motivos que geram a desigualdade.

Para dar outro exemplo, destaca, ainda, a obra de Iris Marion Young, *Justice and the Politics of Difference*, publicada em 1990, na qual a autora se distanciou de uma fixação pela justiça distributiva e

¹⁴ “(...) that is radically open to new bases of support and aimed at building effective coalitions between different social movements and organizations”.

¹⁵ “Those invested with the power to produce the physical spaces we inhabit through development, investment, planning – as well as through grassroots embodied activism – are likewise vested with the power to perpetuate injustices and/or create just spaces (...). Justice is therefore not abstract, and not solely something “handed down” or doled out by the state, it is rather a shared responsibility of engaged actors in the sociospatial systems they inhabit and (re)produce”.

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

focou nas forças estruturais que geram as desigualdades. Segundo o autor, Young adotou uma análise sobre os processos, buscando respeitar as diferenças sociais sem opressão, chamando a atenção para o grande potencial presente no pluralismo e na heterogeneidade de grupos sociais em uma construção coletiva.

Para Soja (2010), contudo, a construção de uma teoria espacial da justiça tem como base os estudos de Harvey sobre a urbanização da injustiça, em conjunto com o desenvolvimento e a extensão das ideias de Henri Lefebvre (2011) sobre o direito à cidade. Sua crítica preocupa-se, portanto, com a utilidade da teoria para a *práxis*, na busca pela liberdade da opressão e dominação. Partindo do pressuposto de que as forças sociais modelam a forma espacial, Soja mostra como Harvey defende que a construção do espaço urbano é influenciada pelo capitalismo, produzindo geografias injustas que moldam o próprio desenvolvimento capitalista - estimulando o crescimento ou inibindo o processo de acumulação do capital. A produção dessas geografias é, na verdade, resultado do movimento do capital para recuperação de uma crise, que exige a reorganização e a reestruturação do espaço na busca por um rejuvenescimento espacial.

Em seus estudos mais recentes, entretanto, Harvey (2013) se mostrou mais adepto a um pensamento normativo e utópico, confiando novas possibilidades nas lutas por direitos humanos e justiça ambiental e apostando na ideia do desenvolvimento geográfico desigual para compreender as injustiças sociais¹⁶. Por essa razão, Soja aproximou o debate sobre a justiça na contemporaneidade à ideia do direito à cidade. Segundo o autor, o conceito reestabelece a fundação urbana na busca pela justiça, democracia e direitos do cidadão. A ideia é a de que os processos de urbanização e organização do espaço são forças generativas de desenvolvimento social, inovação tecnológica e criatividade cultural, mas também fontes de estratificação, desigualdade e injustiça social.

Sob o olhar de Soja (2010), a luta pelo direito à cidade é uma forma de resistir aos esforços do capitalismo de criar geografias que mantêm a reprodução das atuais relações sociais de produção. Essa luta é acompanhada pela defesa do direito à diferença, desafiando o controle das forças de homogeneização, fragmentação e desenvolvimento desigual imposto pelo Estado e o mercado. A busca pela justiça espacial parte, nesse sentido, de um significado político e prático para a cidade, o que se alia à busca por recursos gerados pela rede urbana que formam as metrópoles regionais e que se estendem à escala global. Assim, enquanto Harvey privilegia os efeitos gerados pelas forças *sociais* – como a acumulação de capital -, Lefebvre insiste em um balanço mais dialético entre as causalidades *sociais* e *espaciais*.

¹⁶ Além disso, as ideias de Harvey, como a criação de “espaços de esperança”, acrescentaram muito ao debate sobre a teoria da justiça, democracia e direitos humanos.

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

A contextualização da obra de Soja (2010) se dá na cidade norte-americana de Los Angeles, que sofreu fortemente os efeitos gerados pelo ataque de 11 de setembro de 2001 e a crise financeira de 2008. O autor considera que o momento de crise de reestruturação generalizada serve para promover a inovação em termos de ação política, tirando vantagem das novas oportunidades e dos desafios colocados. O primeiro passo é a adoção de uma perspectiva espacial crítica mais potente, reconhecendo as consequências espaciais sobre a vida humana e assumindo que os processos espaciais e sociais colaboram com a produção da opressão.

É importante lembrar-se desta dupla dimensão, como a espacialidade da (in) justiça pode ser ao mesmo tempo intensamente opressiva e potencialmente libertadora¹⁷ (SOJA, 2010, p.37).

Embora limitado no sentido da dupla dimensão nas causalidades espaciais e sociais, está presente no argumento de Soja, no que tange à justiça, a perspectiva da multiplicidade. O autor acredita que, no momento atual, no qual sofremos as consequências de uma reestruturação econômica global que resultou na reconfiguração da divisão internacional do trabalho, é possível a produção de elementos libertadores, ao mesmo tempo em que se reforça a opressão. Por essa razão, aposta em um novo tipo de urbanização que se aproxima mais da noção do direito à cidade, uma luta que vai além de opor-se ao capitalismo¹⁸. Para o autor, as forças que formam a produção social do espaço são múltiplas, o que exige uma mobilização social a partir de coalizões, criando redes das mais variadas escalas – da transnacional à familiar. Seu argumento central é, portanto, a defesa da adoção de uma perspectiva espacial crítica aliada à mobilização social na busca pela justiça espacial, de modo que se mostra reticente com relação ao Estado e ao papel das políticas públicas nesse sentido.

Adotando um ponto de vista mais otimista, Susan Fainstein (2010), em *The Just City*, desenvolve uma teoria urbana da justiça na qual propõe um guia de elaboração de políticas que veem a justiça como um critério avaliativo. Como estudiosa do Planejamento Urbano, tendo em vista uma perspectiva diferente da Geografia de Harvey e Soja, Fainstein adota uma abordagem mais normativa e defende a possibilidade de transformações sociais por meio da máquina estatal. Na medida em que as decisões locais sobre os investimentos são feitas por governos locais, a incorporação da justiça como critério de avaliação poderia gerar resultados positivos à cidade.

Fainstein (2010) analisa o surgimento da busca por uma cidade justa em contraposição à competitividade que tem dominado o discurso do planejamento urbano na atualidade – em especial, o planejamento estratégico. Trata-se de uma extensão do questionamento sobre a real necessidade de

¹⁷ “It is important to remember this double-sidedness, how the spatiality of (in)justice can be both intensely oppressive and potentially liberating”.

¹⁸ Soja (2010) mostra como esta ideia foi pouco explorada nos anos 1990, mas voltou a ocupar o debate internacional na atualidade, tornando-se comum e equivocadamente tratada como sinônimo de direitos humanos.

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

crescimento e sobre a distribuição desigual dos benefícios, movimento que se iniciou nos anos 1960, quando Lefebvre, Harvey e Soja desenvolveram suas ideias. A escolha da justiça, para a autora, se contrapõe às formulações neoliberais de política urbana que reduzem o poder do governo em detrimento do mercado. Assim, acredita que, ao apoiar-se em uma noção de cidade justa para avaliar políticas urbanas, seria possível promover pequenas revoluções em um nível local, as quais, somadas a um poder mobilizado em uma escala maior, têm o potencial de promover transformações nas relações sociais e de produção.

A autora constrói sua teoria a partir da observação de cidades no contexto dos países ricos ocidentais e insiste que estratégias adotadas nesses países não podem simplesmente ser reproduzidas em outras realidades das quais não detém conhecimento. Isso foi alvo de crítica de Harvey, que afirmou que Fainstein se eximiu de lidar com as injustiças sociais inerentes ao capitalismo, evitando o conflito. Entretanto, Fainstein defende que a mudança no sistema virá como consequência de pressão contínua por justiça, na busca por um movimento nacional e internacional mais amplo. Esse posicionamento se assemelha ao adotado neste trabalho; desse modo, acredito que sua abordagem pode colaborar com a análise do papel do Estado na promoção da cidade justa também nas cidades brasileiras, em especial, Belo Horizonte. No entanto, é preciso reiterar que as relações de poder estabelecidas – histórica, social, espacialmente - entre os diferentes atores - políticos, sociais, econômicos, etc. - em nossa realidade, constituem obstáculo ainda maior para tornar as cidades mais justas.

A partir da contribuição de Rawls, Fainstein apresenta os desafios em trazer esse debate para o meio urbano, com o seguinte questionamento: Quais as qualidades de uma cidade justa? Em que medida tais qualidades se realizaram na história recente? Quais as forças (sociais e econômicas), políticas públicas e modelos de planejamento marcaram essa história? Quais estratégias podem ser adotadas para promover a justiça social e quais instituições podem ajudar nesse processo? Para responder a essas perguntas, defende o que denomina “reformas não reformistas”, a partir das quais se desencadeia uma trajetória de mudança – ou ainda uma rede de ações –, em que reformas radicais se tornariam praticáveis com o tempo. Logo, movimentos sociais devem lutar por uma sociedade igualitária por meio da política, ainda que os procedimentos democráticos possam ser limitados e nem sempre geram resultados igualitários.

Dentre as diversas teorias que se enquadram no debate filosófico da literatura em planejamento urbano, Fainstein (2010) dá maior ênfase à equidade, definindo a justiça urbana a partir do respeito pela diferença e apoiando-se na abordagem das capacidades, em Amartya Sen e Martha

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Nussbaum¹⁹. Essa teoria é uma extensão do liberalismo, ao enfatizar o desenvolvimento do indivíduo e seu a-historicismo, preocupando-se com o reconhecimento dos grupos e as relações emocionais. Assim, as ideias de Fainstein conjugam mais com uma perspectiva pós-moderna: não se trata de como as pessoas vivem, mas do que possuem a oportunidade de fazer; as oportunidades devem estar disponíveis, bem como a consciência do valor das capacidades. A visão pluralista e descentralizada da autora de participação democrática defende que os movimentos sociais devem pressionar por objetivos de equidade e redução de injustiças.

Sobre a perspectiva do planejamento urbano, a autora crê que as teorias tradicionais deixaram de analisar as condições socioespaciais que contextualizam o objeto da ciência. Embora nos anos 1960 e 1970 uma corrente intelectual defendeu uma maior preocupação com os impactos das decisões sobre os politicamente mais fracos, mais tarde, a mobilização e os protestos desapareceram na Europa e nos EUA, ao mesmo tempo em que as parcerias público-privadas aumentavam. O planejamento fora, então, recentralizado e a participação popular teve sua real influência questionada, tornando-se apenas um veículo apropriado pela classe média - nas grandes metrópoles brasileiras, mais recentemente, isso esteve relacionado ao esvaziamento dos espaços de participação democrática, como os conselhos e as conferências municipais.

Baseado nesse contexto, Fainstein (2010) nos convida a refletir: quais as condições relativas ao passado que facilitam ou dificultam o planejamento de uma cidade justa? Como o planejamento afeta os usuários da cidade? Quais princípios deveriam guiar o planejamento desde sua formulação à implementação? Para responder às suas próprias questões, a autora se baseia em três princípios: equidade, diversidade e democracia.

A escolha do termo *equidade* – e não igualdade – faz referência à distribuição material e imaterial dos benefícios gerados pela política pública, de modo a não privilegiar os já favorecidos: não se trata de tratar todos igualmente, mas apropriadamente. Portanto, devemos perguntar quem se beneficia com a política e em que medida, a qual deve ser redistributiva econômica, política, social e espacialmente.

Por sua vez, a opção pela *diversidade* é controversa. A defesa pela diversidade surgiu nos anos 1960, a partir da ideia de heterogeneidade física e social. Mais tarde, sua importância se destacou no reconhecimento da situação do outro, para mobilizar transformações sociais. Essa estratégia, no

¹⁹ Amartya Sen é um economista indiano que mostrou que o desenvolvimento de um país está essencialmente ligado às oportunidades que oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania. Martha Nussbaum, uma filósofa estadunidense, expandiu sua teoria ao postular que a justiça exige a busca, para todos os cidadãos, de um limiar mínimo de capacidades.

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

entanto, é criticada por forçar uma realidade que não existe e que um contato superficial de distintas realidades poderia obscurecer as verdadeiras fontes econômicas de perpetuação das divisões sociais, prevalecendo a hostilidade ao invés da mobilização.

Sobre a *democracia*, Fainstein insiste que “se a justiça é o objetivo, o requisito por democracia é essencialmente instrumental - sem ele, aqueles com menos poder serão susceptíveis de serem mal tratados”²⁰ (p.175). A democracia se coloca como o meio pelo qual os interesses distintos de todos os influenciados por uma decisão de política pública serão representados de maneira justa. Para tanto, faz uma crítica ao modelo comunicativo, que acredita na eficácia da comunicação aberta e negligencia as estruturas de desigualdade e hierarquias de poder existentes. A autora defende uma forma pluralista e descentralizada de democracia participativa, a qual dependerá do contexto da demanda. Fainstein explicita, assim, sua prioridade pela equidade do que pela democracia.

No olhar de Fainstein, somente com as teorias pós-modernas e pós-estruturalistas o posicionamento que enaltece a justiça poderia ser validado, a partir da introdução no debate filosófico de termos, como: reconhecimento, diversidade, multiculturalismo e política da diferença. Essa ideia se associa fortemente à defesa de que as abordagens político-econômicas não são capazes de lidar com outras formas de opressão existentes, como a opressão contra as minorias, por exemplo, as mulheres (FAINSTEIN, 1997). Para a autora, redes de influência baseadas em valores outros que não econômicos persistem tanto no capitalismo quanto no socialismo como formas de subordinação.

Lembranças da perseguição de um grupo por outro grupo ou sentimentos de superioridade de grupo com base na cor, nacionalidade ou religião não vão desaparecer simplesmente por causa da igualdade econômica. O socialismo como ele realmente existiu demonstrou que a abolição da propriedade privada não dissolve o antagonismo étnico e de gênero e pode até aumentar a importância das diferenças simbólicas²¹ (FAINSTEIN, 1997, p.24).

A pretensão de Fainstein (2010) com a cidade justa vai além de estabelecer um padrão mínimo de justiça social, para maximizar a equidade, a diversidade e a democracia expressas em um conjunto de normas que devem direcionar e avaliar políticas públicas. O objetivo da autora é especificar programas que beneficiariam grupos socialmente em desvantagem, incentivando os formuladores de políticas a escolherem estratégias embasadas no princípio da justiça. Ao tratar de casos de intervenção urbanística em Nova Iorque, Londres e Amsterdã, Fainstein buscou evidenciar a existência de uma variação do nível de equidade, diversidade e democracia apresentado para cada caso. Isso colabora

²⁰ “if justice is the goal, the requirements of democracy is mainly instrumental – without it, those with less power are likely to be treated badly”.

²¹ “Recollections of persecution of one group by another or feelings of group superiority based on colour, nationality, or religion will not go away simply because of economic equality. Socialism as it really existed demonstrated that abolition of private property does not dissolve ethnic and gender antagonism and may even increase the importance of symbolic differences”.

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

com o argumento de que, mesmo com a estrutura atual de forças globais e políticas nacionais, é possível pensar em uma *cidade mais justa* – no caso, a autora considera Amsterdã uma cidade *mais justa* que Londres e Nova Iorque.

Contextualizando sua análise no atual momento de crise econômica, Fainstein (2010) recorda que as instituições privadas se voltaram para o Estado para resolver seus problemas e, com o envolvimento da esfera pública, nossos interesses também devem ser observados – nós, uma grande parcela da população que não detém o capital, que pretende limitar a liberdade dos investidores e gerar preocupações com a justiça social no processo de formulação de políticas. Além disso, a mobilização política – nossa e dos planejadores inseridos no aparelho estatal – é crucial para gerar políticas mais equitativas, na medida em que, quando há uma pressão de baixo, os governos tendem a se tornar mais responsáveis com nossos interesses, reduzindo as chances de o corpo participativo oficial ser cooptado.

Por essa razão, identifico no otimismo de Fainstein uma relação com as ideias de Harvey e Soja, uma vez que, na busca pela cidade justa, por trás da atuação do Estado, todos apostam que é imprescindível a mobilização social e a ação coletiva. A obra desses três autores, portanto, foi a base para a construção de minha abordagem sobre a justiça urbana. De cada perspectiva, busquei somar o que me levou a constituir um novo instrumental capaz de pautar o planejamento urbano contemporâneo, sendo eles: i) estamos inseridos em uma rede de ações nas quais tem prevalecido o estabelecimento de vínculos geradores de injustiças sociais; ii) é preciso formar uma nova rede pautada em princípios de justiça social para a avaliação de políticas de governança local; e iii) a mobilização social, em suas diversas escalas, é a única ferramenta capaz de gerar esta rede de ações, a qual permitirá uma reversão dos processos de injustiça social.

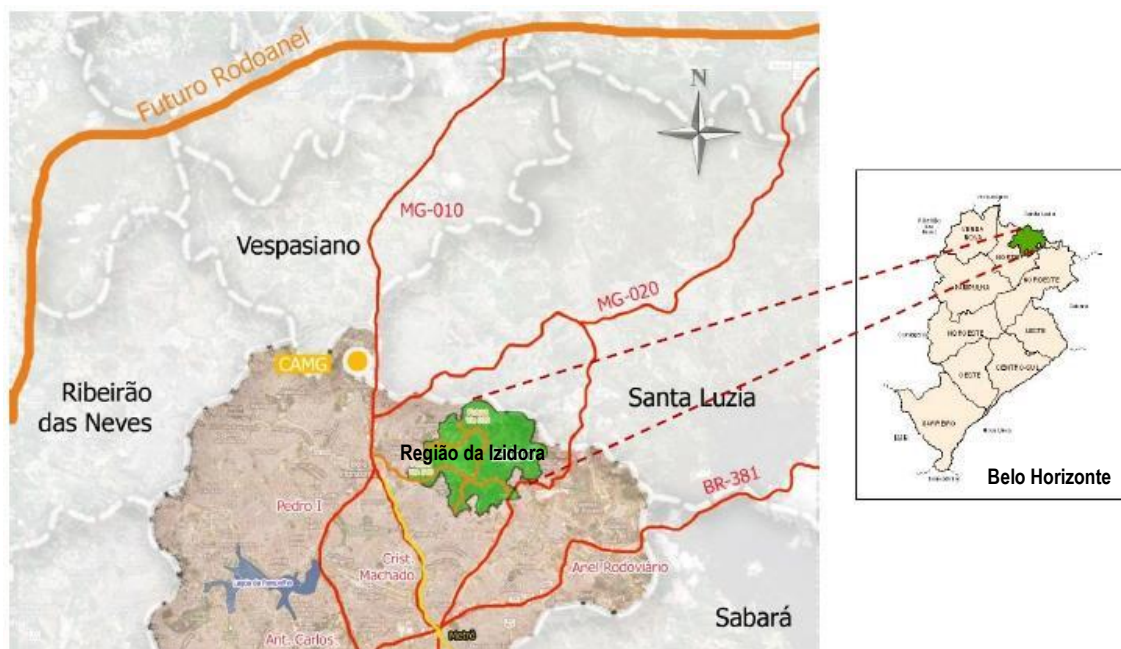
1.3. As Ocupações Urbanas da Izidora: do estudo de caso ao objeto de pesquisa

Cumprida a primeira etapa de compreensão da noção a que me refiro de justiça urbana, é preciso reconhecer o território e os elementos que caracterizam sua produção do espaço. Um estudo de caso me pareceu a melhor opção para desenvolver este segundo estágio da pesquisa. Segundo Robert Yin (2001), o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa abrangente e deve ser adotada para examinar um acontecimento contemporâneo em um contexto no qual os comportamentos relevantes não podem ser manipulados. Decidi realizar minha observação em um espaço físico específico e delimitado por relações de poder entre atores definidos, elementos que contribuiriam para a construção

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

de uma cidade mais (ou menos) justa. E por essa razão desloquei meu olhar para a Região da Izidora²².

Figura 1. Localização da Região da Izidora



Fonte: PBH (2010).

A Região da Izidora (**Figura 1**) constitui a última área de grande porte não parcelada da cidade de Belo Horizonte. Trata-se de cerca de 10km² – dimensão pouco superior à área interna à Avenida do Contorno –, dos quais cerca de 2km² correspondem à área de preservação ambiental. Essa região está localizada no Vetor Norte de expansão urbana de Belo Horizonte, onde ocorre um processo de valorização imobiliária acelerado, impulsionado por grandes empreendimentos: projetos viários, aeroporto industrial e centro administrativo. O não parcelamento da gleba não implicou, contudo, a ausência de moradores.

Entre os meses de maio e julho de 2013, três ocupações irregulares - Rosa Leão (1.500 famílias²³), Esperança (2.000 famílias) e Vitória (4.500 famílias) – ocuparam o terreno²⁴ (**Figura 2**). O movimento se deu espontaneamente, ou seja, não surgiu da orientação inicial de movimentos sociais,

²² Embora por muito tempo se referissem ao local por Região do Isidoro (e, por sua vez, Ocupações do Isidoro e Operação Urbana do Isidoro), diz-se que seu nome original é Região da Izidora, em homenagem a uma escrava que ali viveu. Nos documentos antigos, o Ribeirão da Izidora é referenciado no feminino. Deste modo, o uso do termo no masculino só será utilizado nos casos em que estiver contido desta forma em documentos (legislação e fotos) ou depoimentos.

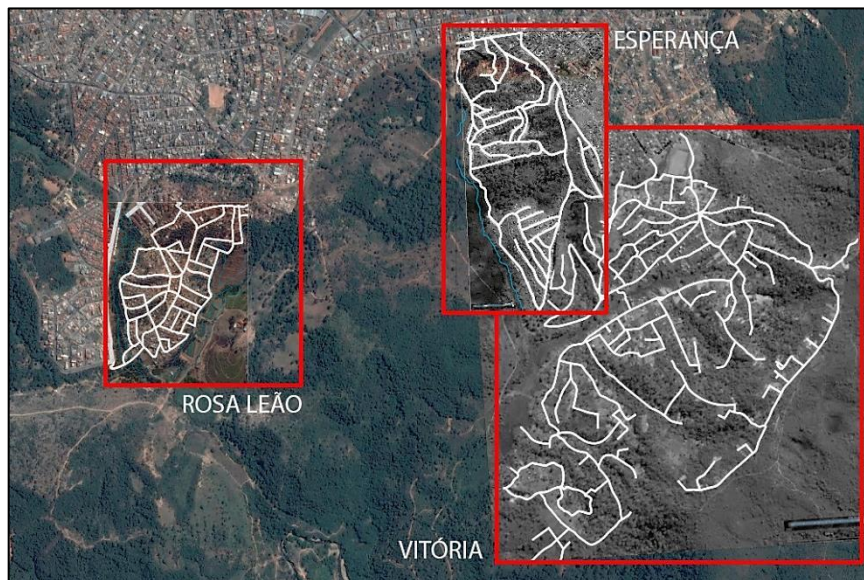
²³ Estes valores se referem a uma estimativa dos moradores e movimentos sociais.

²⁴ Vale dizer que a Região da Izidora já contava com a presença do Quilombo das Mangueiras desde a segunda metade do século XIX.

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

mas da união de famílias incluídas no déficit habitacional da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), defendendo seu direito à moradia digna. Para essas pessoas, a ocupação constituiu a garantia de liberdade, ao se livrar de um aluguel que corroía a renda familiar ou da situação de morar de favor em casa de parentes e conhecidos.

Figura 2. Demarcação das Ocupações da Izidora

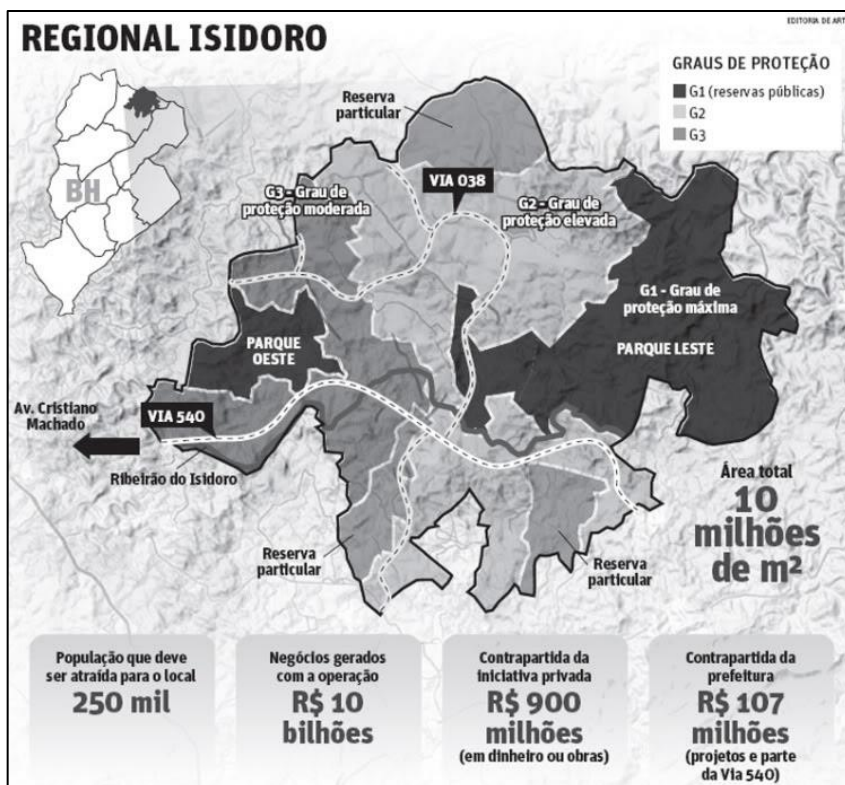


Fonte: Fornecido pelo Escritório de Integração da PUC Minas.

A existência na região de uma grande área de preservação ambiental ameaçada pela ocupação irregular – e a necessidade de construção da via 540 para expandir a acessibilidade ao local, interligando a Avenida Cristiano Machado à MG-20 – levou a PBH a aprovar, em 2010, a Operação Urbana do Isidoro (OUI), estabelecendo um conflito pela terra devido aos interesses distintos que atores sociais possuem para o local. Esse instrumento urbanístico tem origem nas parcerias público-privadas e permite o afrouxamento dos parâmetros urbanísticos de construção em contrapartida a investimentos privados em infraestrutura urbana. No entanto, quando realizadas em áreas onde se vislumbra a valorização imobiliária, a operação urbana pode reforçar a centralização das políticas públicas em áreas privilegiadas, reproduzindo as geografias de privilégio.

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Figura 3. Esboço do projeto original da Operação Urbana do Isidoro

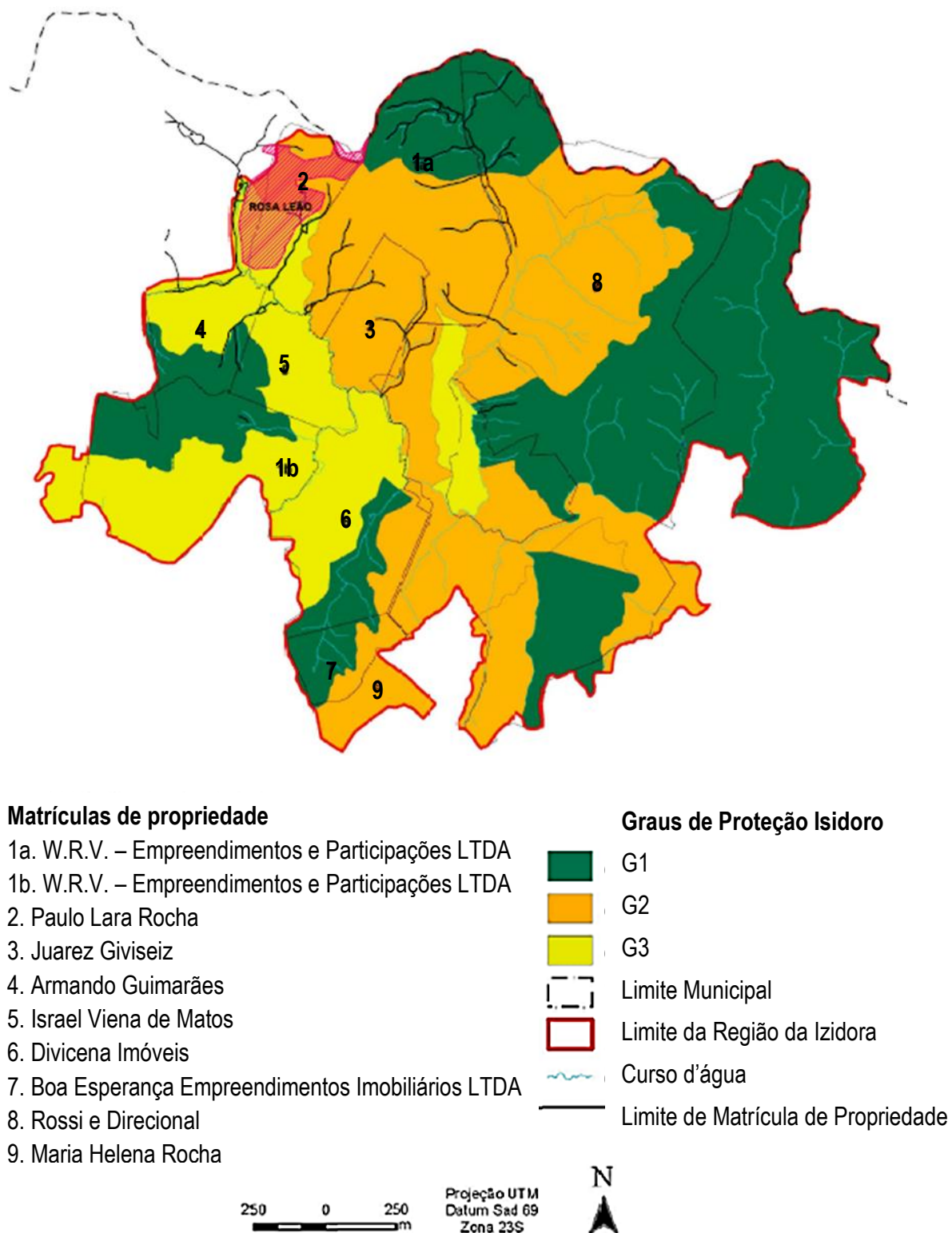


Fonte: Recorte de infográfico original extraído do Facebook, página Resiste Izidora.

A OUI foi aprovada anteriormente ao início das Ocupações da Izidora, quando foi previsto um faturamento milionário para seus empreendedores a partir da elevação da permissividade de construção na área (Figura 3). A propriedade do terreno pertence, a princípio, a nove proprietários - um deles, o Município de Belo Horizonte (Figura 4) -, embora haja controvérsias, que, no momento, deveriam estar sendo investigadas pelas instituições competentes, uma vez que este é o elemento que legitima o empreendimento que se planeja para o local. De todo modo, ainda no início da ocupação da Região da Izidora, a Justiça determinou a reintegração de posse em favor dos proprietários privados do terreno e, desde então, os moradores, amparados por movimentos sociais – Brigadas Populares, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), têm lutado pelo direito das famílias, por meio de manifestações e da abertura de uma mesa de negociação com proprietários e empresários.

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Figura 4. Graus de Proteção da Região da Izidora segundo a Operação Urbana do Isidoro e Matrículas de Propriedade



Fonte: Disponibilizado pelo Escritório de Integração da PUC Minas.

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Esse quadro traçado brevemente levanta uma série de elementos na Região da Izidora que poderiam ser investigados sob o viés da produção do espaço. Além disso, algo de novo transpareceu naquele universo que não poderia ser ignorado. Desde 24 de julho de 2013, a juíza Luzia Divina, da 6ª Vara da Fazenda Pública Municipal, concedera a liminar de reintegração de posse para o terreno que havia sido ocupado pelas famílias. No entanto, em agosto de 2014, as ameaças de despejo sofridas pelas Ocupações da Izidora se intensificaram exponencialmente, e o movimento de resistência que se desencadeou desse processo estampou o caso nas páginas diárias dos principais jornais de circulação do estado – *O Tempo*, *Estado de Minas* e *Hoje em Dia* – dando visibilidade às ocupações urbanas de uma maneira que a mídia nunca permitira antes. Em cerca de uma semana, a página do Facebook Resiste Izidora já contava com mais de 4.000 curtidas - em maio de 2015, continha cerca de 5.500 curtidas, em sua maioria, mulheres dos 18 aos 34 anos. Surgia, assim, o movimento *#ResisteIzidora* (Figura 5), e pessoas de cidades – e até países – variados tiravam fotos manifestando seu apoio às ocupações²⁵.

Figura 5. Arte feita a partir de fotos de apoiadores do movimento *#ResisteIzidora*



Fonte: Facebook, página Resiste Izidora.

Durante esse período mencionado, todo material publicado na internet, em especial, nas páginas do Facebook e *blogs* das ocupações, dos movimentos sociais e de outros apoiadores, e nos jornais eletrônicos disponibilizados gratuitamente foi coletado por mim. Eram muitas informações – notícias, reportagens, artigos de opinião, manifestos, infográficos, documentos, fotos, vídeos, áudios e etc. – as quais eu ainda não sabia exatamente por onde começar a analisar, mas seguia reunindo os dados disponíveis. Além disso, participei de algumas reuniões de apoiadores, realizadas nas quintas-

²⁵ Mais tarde, o movimento também ficará conhecido como *#ResisteIzidora*. A mesma mudança ocorreu na página do Facebook, que anteriormente se chamava Resiste Izidoro.

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

feiras, à noite, na Faculdade de Direito da UFMG. Desde então, após o mês de agosto, os meses seguintes foram intensos no que se referiu a manifestações, assembleias e reuniões cujo tema central era a iminência de um despejo forçado e violento às ocupações, que poderia resultar em um “banho de sangue”, como os moradores e militantes apontavam.

Em alguma medida, imersa no que estava acontecendo, o que mais me surpreendia era a variedade de pessoas que surgiam de lugares diferentes apoiando as ocupações. E os lugares a que me refiro são não somente cidades ou países, mas também universos distintos (**Tabela 1**). Tratava-se de alguns grupos consolidados pertencentes à classe média universitária e que simpatizavam com as mobilizações sociais ou participavam delas pela cidade, somados aos moradores e movimentos sociais que estavam apoiando as ocupações. Foi perceptível o envolvimento de outras camadas da população no movimento; acredito que meu próprio envolvimento – ainda que motivado, também, por se tratar de meu objeto de pesquisa – era um sintoma disso.

Tabela 1. Origem das pessoas que “curtiram” no Facebook a página Resiste Izidora

PAÍS	CURTIDAS	CIDADE	CURTIDAS
Brasil	5.293	Belo Horizonte /MG	3.409
EUA	26	São Paulo /SP	220
Chile	21	Rio de Janeiro/RJ	185
Espanha	15	Contagem/ MG	126
Argentina	14	Recife/PE	73
França	13	São João Del Rey/MG	60
Alemanha	13	Brasília/DF	54
Reino Unido	10	Porto Alegre/RS	42
Portugal	10	Ouro Preto/MG	41
México	9	Betim/MG	37

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da página Resiste Izidora, disponíveis ao administrador da página.

Na primeira reunião de apoiadores naquele mês de agosto, quando se reuniram mais de cem pessoas, enquanto alguns atores se direcionavam ao público, percebi que havia uma mobilização maior ocorrendo para além da luta diária daqueles moradores, que envolvia outros grupos, como movimentos sociais distintos e universidades. Diante disso, decidi que, de toda a riqueza do universo de análise presente na Região da Izidora, meu foco seriam as ocupações e essa rede de apoiadores que se formou em torno de sua luta. Minha hipótese era de que, graças ao empenho e significado político dessa rede de atores, as Ocupações da Izidora não foram despejadas no fatídico dia 13 de agosto de 2014, indo contra a vontade do Estado, representado pelo município de Belo Horizonte e do poder Judiciário, que havia concedido a liminar de reintegração de posse. Assim, considerando uma

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

série de aproximações da teoria pesquisada com o que eu observava em meu objeto de estudo, orientei este trabalho a partir da seguinte pergunta: *como o movimento de resistência das Ocupações da Izidora impediu o despejo forçado e contribuiu para uma cidade mais justa*²⁶?

As ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória se instalaram na Região da Izidora há pouco mais de dois anos e, até o momento em que escrevo esta dissertação, vivem o processo de luta pela permanência no local e por uma negociação que garanta a moradia de milhares de famílias. Enquanto aguardam uma resolução justa e pacífica por meio de uma mesa de negociação, essas famílias estão produzindo espaços e se apropriando daquele espaço de forma coletiva e autogestionária. Entretanto, o conflito, no que tange à propriedade da terra, permanece, e avaliar as consequências das diferentes linhas de ação que podem se desencadear nesse processo, em termos de produção da justiça urbana, é um esforço de previsão que *não* pretendo realizar.

Assim, irei me restringir a identificar, neste movimento de resistência que se desenvolveu nos últimos meses, elementos que potencializam a justiça urbana discutida anteriormente. Desse modo, espero contribuir para a compreensão de como esse termo pode ser trabalhado na realidade espacial brasileira, em especial, no atual viés de planejamento urbano estratégico adotado pela prefeitura de Belo Horizonte. Portanto, a crítica ao planejamento urbano contemporâneo tomará sua forma, também, na análise do processo de resistência ao planejamento estratégico hegemônico embutido na forma como o instrumento de operação urbana tem sido apropriado.

Para *tentar* responder à pergunta feita, mais cinco questões se colocarão, ainda, em meu caminho: *como* se constituiu essa rede de atores? *Quem* são os atores envolvidos? *A que* exatamente eles estão resistindo? *Quais* são os desejos que procuram realizar? *Onde* se encontra a justiça urbana neste movimento de resistência (se houver)?

1.4. Expansão do método de pesquisa: abordagens pós-estruturalistas

Dentre as diversas contribuições de outros autores que Yin apresenta, uma delas identifica o estudo de caso como “uma estratégia que deve ser priorizada quando as circunstâncias e os problemas de pesquisa são apropriados, em vez de um comprometimento ideológico que deve ser seguido, não importando quais sejam as circunstâncias” (PLATT, 1992, p.46 apud YIN, 2001, p.31-

²⁶ A razão de utilizar o verbo no passado (*impediu* e *contribuiu*) se justifica pela necessidade de interromper minha observação até o momento de entrega da dissertação. O movimento de resistência segue ou não existindo, mas, como toda rede, tem sua forma modificada por novos atores e objetivos, dos quais não posso executar nenhuma análise porque, obviamente, as ações ainda não aconteceram.

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

32)²⁷. Desse modo, a partir de então, meu olhar para as ocupações não tinha mais como objetivo apenas desenvolver uma observação capaz de provar a validade ou não da teoria sobre justiça urbana que estava pesquisando: *o movimento de resistência das ocupações da Izidora – o #Resistelzidora - havia se tornado, essencialmente, meu objeto de pesquisa.*

Yin (2001) chama a atenção para o fato de que, em um estudo de caso, o pesquisador deve se propor a expor todas as evidências de forma justa, mas a análise não depende exclusivamente de dados etnográficos ou da pesquisa participante, mas resulta do cumprimento de diferentes etapas de um projeto. Para o autor, então, “o projeto é a sequência lógica que conecta os dados empíricos às questões de pesquisa iniciais do estudo e, em última análise, às suas conclusões. (...) É um plano de ação para sair daqui e chegar lá.” (p. 41). A última etapa consistiria na generalização a uma proposição teórica, o que não significa transpor os resultados para populações ou universos. A ideia de traçar um plano me pareceu cabível, dado que havia um prazo estabelecido para a finalização do mestrado. No entanto, eu não sabia exatamente aonde eu queria chegar com ele, porque ainda não havia me inserido no campo de pesquisa.

Desse modo, após a realização de uma primeira etapa na qual me propus a revisar a literatura, no que consistia o planejamento urbano contemporâneo e à justiça urbana, e decidido o meu objeto de estudo e pergunta central, comecei a me preparar para a segunda etapa, que consistiria na inserção no campo propriamente dita. Para tanto, minha estratégia prévia seria seguir com a pesquisa às informações disponíveis na internet sobre o movimento de resistência ao despejo forçado e realizar entrevistas semiestruturadas²⁸ com referências que se destacaram na rede de apoiadores das Ocupações da Izidora. A escolha inicial dessas pessoas foi baseada nas informações que obtive por meio da minha pesquisa somada à primeira entrevista que realizei com Rafael Bittencourt, das Brigadas Populares. No entanto, ao longo das outras entrevistas, outros atores foram surgindo e alguns saíram da minha lista de entrevistas a realizar.

Embora houvesse programado os próximos passos a serem traçados, na ausência de experiência com trabalhos dessa natureza, não estava satisfeita com meu referencial metodológico. Em especial, porque não gostaria de transpor para meu discurso nas entrevistas ou na análise dos relatos uma visão simplista que opusesse o projeto da OUI às Ocupações da Izidora. Não estava ignorando os efeitos perversos que o instrumento da operação urbana produzira em outras cidades brasileiras e

²⁷ PLATT, J. "Case study" in American methodological thought. In: *Current Sociology*, 40, p.17-48. 1992.

²⁸ Neste método, a entrevista é guiada por um conjunto de perguntas estruturadas previamente, mas são incorporadas novas perguntas inerentes às circunstâncias momentâneas, permitindo o fluxo de informações de uma forma mais livre. Dada a capacidade do entrevistador de interferir no discurso e raciocínio do entrevistado, é preciso cuidado para não haver manipulação, no anseio de encontrar respostas para o problema de pesquisa, ou verificar uma hipótese (MANZINI, 2004).

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

acreditava que o movimento de resistência das ocupações urbanas é uma forma justa de se manifestar contra a especulação imobiliária e a ausência de políticas habitacionais, mas não queria partir do pressuposto de que qualquer proposta que viesse das ocupações fosse mais justa do que uma parceria público-privada pudesse apresentar.

Estabeleci contato com alguns estudos que buscaram superar a perspectiva estruturalista e desconstruir a análise literária, caracterizado pelo pós-estruturalismo. Segundo James Williams (2012), o movimento pós-estruturalista surgiu na década de 1960 e defendeu a subversão das oposições estabelecidas pelo estruturalismo de uma forma positiva, se opondo a qualquer certeza absoluta através da prática.

Como um herdeiro de 1968, o pós-estruturalismo defende a espontaneidade, fluidez e abertura nos movimentos políticos de resistências; a revolução do desdobramento dos limites se estende a estruturas e metas revolucionárias (WILLIAMS, 2012, p.23).

Um grande locutor desta vertente filosófica foi Gilles Deleuze, que, segundo Williams, defendia que o pós-estruturalismo resulta da transformação do estruturalismo “para além do conceito de representação e de definições de diferença em termos de identidade” (WILLIAMS, 2012, p.85). Na visão do autor, para Deleuze, não existem identidades, mas variações: “tudo retorna, mas apenas como diferente e apenas como variação” (p.110). A partir dos conceitos de *multiplicidade*, *diferença* e *singularidade* é que está embasada sua filosofia, em contrapartida à totalidade, universalidade e particularidade, que, para o autor, nada mais são do que o assujeitamento: a realidade é produzida e tudo é agenciado.

Para desenvolver sua teoria, Deleuze, junto a Félix Guattari, trabalhou com dois conceitos centrais: *rizoma* e *árvore* (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Trata-se da transformação de uma imagem em um conceito, em que o *rizoma* se assemelha a uma erva daninha adirecional, dotada de superfície e velocidade, não sendo possível interromper seu crescimento. A *árvore*, por sua vez, tem um fundamento: é vertical (em oposição ao rizoma horizontal e desverticalizado) e hierarquizada, como um corpo funcional, organizado e moderno (enquanto o rizoma é o corpo sem órgãos). Portanto, enquanto o rizoma é a produção de desejos, a árvore retoma ao assujeitamento, ou à subjetivação dos corpos.

A proposta aqui não é um dualismo. Para os autores, o mundo está contaminado por esses conceitos: tudo pode estar árvore (devir-árvore) e tudo pode se tornar rizoma (devir-rizoma) por meio de um processo de *desterritorialização*²⁹ seguido pela *reterritorialização*. Portanto, o devir é o que

²⁹ Um rizoma é composto por linhas de segmentaridade, a partir das quais é territorializado e organizado (aproximando-se da árvore), e linhas de desterritorialização pelas quais foge - que surgem quando as linhas de segmentaridade explodem em uma linha de fuga (DELEUZE; GUATTARI, 1995). A desterritorialização é acompanhada de um processo de reterritorialização e é a chave de compreensão do conceito de *devir* dos autores.

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

determina que as coisas não *são*, mas *estão* e podem, logo, *estar* outra coisa, prevalecendo a noção das multiplicidades de Deleuze e Guattari.

As multiplicidades se definem pelo fora: pela linha abstrata, linha de fuga ou de desterritorialização segundo a qual elas mudam de natureza ao se conectarem às outras (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 17).

Essa ideia da multiplicidade está presente, também, nos trabalhos do antropólogo Bruno Latour, de cujas ideias me aproximei na busca por aperfeiçoar minha metodologia de trabalho de campo. O método da cartografia das controvérsias que esse autor propõe, sistematizado nos trabalhos de Tommaso Venturini, pareceu-me ideal para fugir de determinismos. Essa técnica de análise advém da Teoria Ator-Rede (em inglês, *Actor-Network Theory*, ou *ANT*), desenvolvida na década de 1980, nos laboratórios do Centro de Sociologia de Inovação da Escola Nacional Superior de Minas de Paris, em especial, por Bruno Latour, John Law e Michel Callon.

Trata-se de uma tentativa de romper com o pensamento moderno no que tange à relação entre natureza e cultura. Esse rompimento implica a compreensão de que o social não se limita aos humanos em uma esfera específica da realidade, mas se associa à noção do *coletivo*, reunindo elementos *humanos* e *não humanos* (os *actantes*), que atuam e deixam rastros. Atores não humanos - por exemplo, um objeto ou a natureza - são dotados de agência, na medida em que fazem outras entidades (humanas ou não humanas) agirem e, dessa forma, são agentes de uma ação e devem ser incluídos na compreensão do coletivo. Segundo Latour, o *social* "é apenas um momento na longa história dos agregados, suspenso entre a busca do corpo político e a investigação do coletivo" (LATOURE, 2012, p.352). Já o coletivo é a junção de novas entidades ainda não reunidas e que, por isso, não são feitas de material social. Assim, sua crítica à sociologia se fundamenta no argumento de que esta teria confundido a *sociedade* com o *coletivo*.

Para os próprios elaboradores da teoria, o termo *ator-rede* não expressa todo o seu conteúdo e, do contrário, pode encaminhar o leitor para uma interpretação inconsistente com sua proposta inicial. Por essa razão, é importante não confundir a Teoria Ator-Rede com uma "teoria de rede de atores": os seres humanos vivem em uma rede de relações sociais entre atores sociais; no entanto, na ANT, o ator não é um indivíduo social e, sim, um ator-rede³⁰.

³⁰ O antropólogo Tim Ingold (2012) também faz uma crítica à expressão ANT: pensando na aranha que tece sua teia para capturar a mosca, em um primeiro momento, a aranha não se conecta diretamente com a mosca, mas a teia (ou a malha) possibilita essa interação - a malha em si é construída a partir da trajetória da aranha (p.40-41). Essas ideias tiveram inspiração em Deleuze e Guattari, no conceito de rizoma.

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

O que há de errado com essa palavra [ator] não é o fato de ela quase sempre se limitar a humanos - já sabemos como superar tais limites -, mas de designar sempre uma *fonte* de iniciativa ou ponto de partida, a extremidade de um vetor orientado em outra direção. (...) estamos interessados em mediadores que *induzam* outros a *fazer* coisas. "Induzir" não é o mesmo que "causar" ou "fazer": há em seu âmago uma duplicação, um deslocamento, uma translação que modifica simultaneamente todo o argumento (LATOUR 2012, p.311-312).

Esse deslocamento parte da ideia de multiplicação dos agentes do mundo desenvolvida por Gabriel Tarde, sociólogo de grande influência para Latour. Segundo as ideias de Tarde, ações como a quebra do átomo, a quebra da célula ou a codificação do DNA deveriam inspirar a Sociologia, caso esta pretendesse se tornar uma Ciência. Trazendo a ideia desenvolvida por Leibniz da mônada, partícula simples que entra em qualquer composto e é o princípio das coisas, Tarde propôs a sua "quebra": a mônada é composta por elementos infinitesimais, o que implica que a diferença é o que define a existência. Eduardo Vargas (2004) interpreta que, para Tarde, a mônada era, na verdade, composta por *relações*: indivíduos e sociedades são todos compostos e, portanto, imediatamente relacionais. Dessa noção de relação, podemos falar da categoria da *diferença*: é na relação entre atores distintos que se produz a diferença entre eles, ou seja, a diferença se pauta em relação ao outro. Esse é o princípio que move a ANT, que pode ser categorizada como uma teoria relacional.

O princípio básico da ANT é que cada ator pode ser decomposto em uma rede e que toda a rede pode estar conectada com força suficiente para se tornar um único ator³¹ (VENTURINI, 2010, p.15).

Até o momento, foram delineados dois conceitos importantes para a filosofia de Latour: a noção de *multiplicidade* e *simetria* (GOLDMAN; VIVEIROS DE CASTRO, 2006). Pela noção de *multiplicidade*, vimos que é possível reconhecer que as relações entre os actantes adquirem múltiplas possibilidades e, portanto, os vínculos não podem ser determinados por uma estrutura pré-estabelecida. Assim, Latour defende que, ao invés de debatermos sobre a importância em estabelecer ou não um vínculo, precisamos analisar a qualidade e a intensidade dos vínculos já estabelecidos: do que consiste esse vínculo? O que ele faz? Como alguém é afetado por ele? Ao focar no vínculo propriamente dito, torno-me livre de travar uma batalha, no meu caso, entre advogados que defendam o instrumento da operação urbana ou as ocupações urbanas.

³¹ "The basic tenet of ANT is that every actor can be decomposed into a network and that every network can be connected tightly enough to become a single actor."

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

(...) por esta nova formulação, já não busco romper com o que me faz e o que é feito, o ativo e o passivo, porque eu estou posicionado para perseguir uma cadeia de mediadores, cada um não sendo a causa exata do próximo, mas em vez disso, cada um permitindo ao próximo tornar-se, por sua vez, o autor da ação: literalmente, cada um torna causal seu sucessor. Ao contrário da noção de linguagem como estrutura determinante, a linguagem não controla aqueles a quem ela permite falar, *faz-lhes aqueles que podem falar*, que é algo completamente diferente³² (LATOIR, 1999, p.26).

Por sua vez, a *simetria* não deve ser confundida aqui com a ideia de que o mundo seja harmônico e que as relações estejam em perfeito equilíbrio; o autor propõe a dissolução da assimetria que existia na teoria social entre sujeito e objeto e está ligada, portanto, à inclusão dos não humanos. Márcio Goldman e Eduardo Viveiros de Castro (2006) apontam, em entrevista, que a separação entre sujeito e objeto esteve presente no modernismo, que focou na relação sujeito-objeto, e no pós-modernismo, voltado para a relação sujeito-sujeito. A partir da noção de multiplicidade, a ANT afirma que tudo é sujeito e objeto ao mesmo tempo – denomina-se *hibridismo* - e a relação é estabelecida nos vínculos. Há, portanto, uma rejeição do dualismo em direção não a uma restauração da unidade do humano, mas à sua multiplicidade.

Aliado a esses outros conceitos, os antropólogos destacam, também, a noção de *transversalidade* em Deleuze e Guattari, a qual desmistifica a ideia de que as diferenças – ou assimetrias - são obstáculos para estabelecer conexões. Com esse conceito, compreende-se que nem toda relação é caracterizada por ser vertical (como na relação mestre-discipulo) ou horizontal (na qual é sempre possível associar qualquer coisa com qualquer coisa). Assim, “as relações transversais são as únicas capazes de gerar e sustentar um ‘grupo-sujeito’, capaz de não se submeter passivamente nem às determinações exteriores, nem à sua própria lei interna” (GOLDMAN; VIVEIROS DE CASTRO, 2006, p.190). Esse conceito remete, novamente, à noção da multiplicidade, que busca fugir dos dualismos que predominam na teoria social.

A importância em elencar esses novos conceitos que surgem na abordagem pós-estruturalista em minha trajetória de pesquisa é evidenciar as transformações que advêm dela na metodologia de inserção no campo e compreensão do meu objeto. Com a noção de simetria, é possível apreender que, ainda que não se possa entrevistar atores não humanos, elementos como a natureza, a energia elétrica, o posto de saúde, a creche, o panfleto distribuído pela Polícia Militar às famílias anunciando o despejo ou o desenho do plano urbanístico das ocupações realizado pelos arquitetos, para citar alguns, são dotados de agência. Com esses elementos, novas relações são estabelecidas na rede que

³² “By this new formulation, I no longer seek to sunder what makes me and what is made, the active and the passive, because I am positioned to pursue a chain of mediators, each not being the exact cause of the next, but instead, each enabling the next to become, in turn, the originator of action: literally, each renders causal its successor. Contrary to the notion of language as determinant structure, language does not control those whom it permits to speak, it *makes them those who can speak*, which is something altogether different”.

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

constitui o movimento de resistência. Do mesmo modo, graças à noção de multiplicidade, estou livre da tarefa de ter que admitir que a aplicação de um instrumento de operação urbana na Região da Izidora está fadada à promoção de injustiças sociais na produção daquele espaço, ou ainda, de que todos os desejos exprimidos pelos moradores das ocupações urbanas são dotados dos princípios de justiça urbana, discutidos anteriormente.

A grande escolha entre vincular-se ou não oblitera a multidão de pequenas escolhas contidas nos laços que diferenciam (para aqueles que aceitam a aprofundar-se neles) o bom do ruim na justiça imanente nas coisas³³ (LATOURE, 1999, p.24-25).

Ao identificar-me com a proposta de Latour, busquei compreender melhor como utilizar a ANT como ferramenta de pesquisa, com base em sua obra *Reagregando o Social*. No livro, Latour (2012) defende que as ciências sociais deveriam: i) documentar os modos pelos quais o social é construído; ii) estabelecer as controvérsias do social; e iii) tentar resolver a questão social, oferecendo uma prótese para a ação política. Assim, a escolha pela ANT se traduz na opção pelo caminho mais difícil nessa empreitada: nas palavras do autor, sem pegar caronas em veículos alternativos, aceitando passar por outros lugares e fugindo do contexto e das estruturas.

A primeira parte (o ator) revela o minguado espaço em que todos os grandiosos ingredientes do mundo começam a ser incubados; a segunda (a rede) explica por quais veículos, traços, trilhas e tipos de informação o mundo é colocado dentro desses lugares e depois, uma vez transformado ali, expelido de dentro de suas estreitas paredes (LATOURE, 2012, p.260).

Latour propõe, então, a *sociologia das associações*, em oposição à *sociologia do social*: a primeira mostra como as relações sociais se estabilizam, enquanto que a segunda toma o social como dado. Sua crítica à sociologia do social é de que trabalha com a ideia do fato construído, buscando explicar uma realidade supostamente sólida e objetiva segundo entidades infalíveis, substituindo aquilo do que esta realidade é feita por outro material - o *social*. Assim, a sociologia das associações procura relativizar a descrição e sugere o apego aos *vínculos* para explicar o mundo social: na medida em que a vida é feita de articulações, relações e conexões, o que muda é o olhar para os vínculos e o modo de interpretá-los. Por essa razão, na ANT, o que aparece primeiro são os vínculos, e somente depois surgem os atores.

Devemos nos questionar: de que é feito o social? O que age quando estamos agindo? A que tipo de agrupamento nós pertencemos? O que queremos? Que tipo de mundo nós estamos dispostos a partilhar? De modo geral, a ANT é uma teoria sobre como estudar as coisas, como criar espaço para que os atores se expressem (LATOURE, 2012). Por isso a importância de partir dela para esta análise espacial: como dar voz aos atores envolvidos na produção do movimento de resistência das

³³ "The grand choice between attachment and detachment obliterates the multitude of little choices contained within ties that differentiate (for those who accept to delve into them) the good from the bad in the justice immanent in things".

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Ocupações da Izidora? Quais os agrupamentos possíveis entre esses atores diversos? O que quer o movimento de resistência e que tipo de mundo seus atores desejam habitar? São algumas questões que compõem o escopo deste trabalho.

Um dos pontos centrais na obra de Latour para esta pesquisa se encontra em sua crítica de que o pesquisador deve permitir que os atores (humanos e não humanos, sempre) se expressem, evitando que seu discurso sobressaia à fala dos atores: "não devemos substituir uma expressão precisa, embora surpreendente, do repertório bem conhecido do social por aquilo que se supõe estar oculto nela" (LATOURE, 2012, p. 79). O autor distingue, assim, o papel do *intermediário* e do *mediador*: enquanto o primeiro se encontra apenas no meio dos elementos que entram (*input*) e saem (*output*) na análise e não altera seu resultado, o segundo dota de novos significados a informação recém-chegada³⁴. Assim, dentre os objetos não humanos, por exemplo, o que cabe aqui são os elementos os quais o pesquisador está preparado para acolher e explicar a durabilidade e extensão de uma associação.

Um curso de ação se caracteriza por conexões intercaladas entre humanos e não humanos, as quais podem ser constituídas de vínculos morais, legais, simbólicos e, até mesmo, físicos. Assim, um ator só é considerado como tal se surgir no relato e, com isso, é preciso ser cuidadoso, pois é possível que o objeto deixe de ser mediador e se torne intermediário com o tempo. Os vínculos sociais só são rastreáveis quando estão sendo modificados: se os atores não falarem, não devem ser mencionados no relato. Conforme brinca Latour (2012), não trabalhamos com forças ocultas, a não ser que elas deixem provas de que existem pelo caminho.

Outro ponto levantado pelo autor consiste na compreensão da dinâmica de formação de grupos³⁵, "o produto provisório de um rumor constante feito por milhões de vozes contraditórias sobre o que vem a ser um grupo e quem pertence a ele" (LATOURE, 2012, p.55). Enquanto os sociólogos do social observam os grupos que permanecem (a inércia), para os sociólogos das associações prevalece a performance, ou seja, a exceção. Para esclarecer, Latour distingue o *ostensivo* e o *performativo*: o primeiro se refere ao *objeto* que permanece independente dos actantes; enquanto o performativo é representado pelas *ações* do próprio actante, mobilizado para consolidar suas fronteiras contra pressões adversas de grupos antagônicos. Assim, perseguir as ações dos atores é princípio fundador da análise do social e essa ação é assumida: o ator-rede não é a fonte de um ato, mas o alvo móvel de

³⁴ A natureza das entidades é sempre incerta, podendo atuar como intermediários em um contexto ou mediadores em outro.

³⁵ Para Latour (2012), grupos propriamente ditos não existem, mas constituem uma estratégia de garantia de direitos individuais.

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

um conjunto de entidades que culminam em uma determinada ação, que podem ser agrupadas de diferentes maneiras.

O problema com qualquer definição ostensiva do social é que nenhum esforço extra parece necessário para preservar a existência dos grupos, enquanto a influência do analista não conta para nada - ou é um mero fator de perturbação que deve ser minimizado a todo custo. Já a grande vantagem de uma definição performativa caminha no sentido contrário: enfatiza tanto os meios imprescindíveis para manter indefinidamente os grupos, quanto as contribuições cruciais que são dadas pelos próprios recursos do analista (LATOURE, 2012, p.60).

Em sua explicação de como aplicar a ANT em um trabalho sociológico, Latour propõe o desdobramento de controvérsias. As controvérsias se colocam em torno de uma ação e devem ser exploradas a fundo para evitar uma simplificação da importante tarefa de reunir o coletivo. Ao trabalhar com controvérsias, qualquer coisa que modifique uma situação fazendo diferença deve ser reconhecida como um ator. O autor retorna, assim, à questão da assimetria e defende que, ainda que haja relações de poder e dominação, não devemos partir desse flagrante como se fosse causado por uma assimetria social. A durabilidade, solidez e inércia são consequência de conexões frágeis das habilidades sociais que deverão ser compreendidas em sua contradição.

Por isso é tão importante sustentar que o poder, como a sociedade, constitui o resultado final de um processo e não um reservatório, um estoque ou um capital capaz de fornecer automaticamente uma explicação. Dominação e poder precisam ser produzidos, feitos, compostos. Não há como negar que as assimetrias existem; mas de onde vêm e de que são constituídas? (LATOURE, 2012, p.98).

Aqui se revela uma questão fundamental para minha escolha em trabalhar com a ANT na análise da Região da Izidora: a possibilidade de olhar para meu objeto de estudo para além das relações de dominação pré-estabelecidas pela literatura científica. Realizar um trabalho de campo que apenas confirmasse minhas hipóteses anteriores me parecia contraproducente e, ademais, incoerente com meus objetivos. Em especial, porque a imposição de uma estrutura ou categorias *de cima para baixo*, partindo do meu papel acadêmico-científico para os demais atores (sim, eu também sou um deles) envolvidos nas controvérsias que se estabelecem na produção daquele espaço, não corresponde às diretrizes que compõem o debate sobre a justiça urbana que pretendo estabelecer. Latour descreve essa sensação na passagem abaixo:

Insistir em que, por trás de todas as questões, alteia-se a presença esmagadora do mesmo sistema, do mesmo império e da mesma totalidade sempre me pareceu uma atitude de masoquismo radical, uma forma pervertida de assegurar a derrota enquanto se degusta o sentimento agri-doce da correção política superior (LATOURE, 2012, p.359).

Não se trata de negligenciar as diferenças de classes e outras que se colocam entre mim e os moradores das Ocupações da Izidora, por exemplo, ou ainda, a relação de poder ou dominação que pode ser promovida pelo Estado-Capital sob a sociedade civil ou ainda pelos movimentos sociais sob a ideologia dos moradores. Do contrário, a proposta que se coloca é permitir tais divergências e relações

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

transparecerem no decorrer das controvérsias, que partem das ações dos atores, ao invés de uma lógica na qual tudo está dado.

Segundo Ignacio Fariás (2011), defensor da *urban assemblages*, vertente teórica que surgiu da aplicação da ANT aos estudos urbanos, o urbanismo crítico – de onde advém boa parte da literatura sobre urbanismo marxista e que também é utilizada neste trabalho, por exemplo, na análise de Harvey - se encontra mais disposto a compreender o capitalismo a partir das cidades, do que as cidades propriamente ditas. O problema desta visão é que delimita a observação dos fenômenos e associações que se dão no espaço e ditam a sua produção, assumindo uma postura, muitas vezes, maniqueísta e tendenciosa. Sob a ótica do urbanismo, a ANT propõe que o olhar para a cidade garanta uma melhor compreensão do capitalismo como forma de vida, de modo que este seja visto como um processo concreto (não estático), mas que assume múltiplas formas de habitar e construir o espaço urbano.

Novamente, isso não significa abandonar uma perspectiva crítica, mas apenas assumir uma postura mais comprometida com a prática, ou seja, com as *questões de interesse*³⁶, do que com a teoria, que pretende traduzir os fatos e as associações observadas, enquadrando-as em comportamentos pré-definidos pelos acadêmicos e intelectuais (as *questões de fato*). A proposta pelos urbanistas críticos tem como foco os processos sociais (humanos) que se dão no espaço urbano que traduzem as relações capitalistas de produção, enquanto que o olhar dos estudiosos da *urban assemblages* está concentrado na tentativa de compreender a cidade produzida por relações sociais exprimidas a partir de associações e dissociações entre atores que acabam por produzir o espaço urbano e o próprio sistema capitalista.

Assim sendo, na literatura pós-estruturalista, encontrei uma expansão do referencial teórico desta pesquisa, principalmente no que se refere à metodologia de trabalho. A proposta de decodificar o emaranhado de fluxos de atores que permeiam o movimento de resistência promovido pelas Ocupações da Izidora, lutando pelo seu “desejo de um mundo melhor”, conforme a moradora Elielma Carvalho, da Ocupação Vitória, destaca em seu depoimento, dialoga com a filosofia de Deleuze, na medida em que incorpora a noção de multiplicidade em um contexto de micro revoluções. A ideia de justiça urbana aqui trabalhada também interage com esta bibliografia, pois, ao contrário do que se supõe, não pretende uma definição fixa do que seria uma cidade justa, mas, sim, a compreensão de diretrizes pautadas nos princípios da diferença capazes de mobilizar o social na busca por este mundo melhor.

³⁶ Latour diferencia as *questões de fato* e as *questões de interesse*: a primeira não atinge as conexões e as controvérsias que mobilizam o ator-rede; ao passo que, nos laboratórios, episódios diversos despertam diariamente o interesse da comunidade científica e deveriam ser investigados, segundo a sociologia das associações.

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Portanto, o estudo que pretendi realizar se delineia sobre a observação e a descrição segundo o mapeamento das múltiplas visões e interesses que definem as *controvérsias* em torno do movimento de resistência das Ocupações da Izidora. Para tanto, uma importante referência foi Tommaso Venturini (2010; 2012), um dos autores que dá continuidade ao trabalho de Latour, por meio de cursos sobre a aplicação do *método da cartografia de controvérsias* em trabalhos acadêmicos³⁷, de acordo com o autor, “uma forma educativa de fazer uso da ANT”. Para tanto, três aspectos são fundamentais: i) não devemos restringir as metodologias utilizadas no trabalho de campo, mas combiná-las; ii) a observação deve ser feita de diversos ângulos diferentes; e iii) a voz dos atores é mais importante que nossas presunções teóricas.

Conforme Venturini (2010), o conhecimento científico é resumo de uma série de contaminações, e não da pureza científica e metodológica. A controvérsia, por sua vez, é a parte da ciência ou tecnologia que ainda não está tomada como dada em uma caixa preta, ou estabilizada. Em outras palavras, trata-se simplesmente de uma situação na qual os atores discordam entre si. Cinco características definem as controvérsias: i) envolve atores humanos e não humanos; ii) apresenta o social em sua forma mais dinâmica, com a formação e separação constante de grupos; iii) são resistentes a reduções, o que dificulta sua resolução na medida em que não há acordo (nem em torno da própria questão em que se diverge); iv) são debatidas, de modo que só tomam existência como controvérsia na medida em que se coloca o problema em discussão; e v) trata-se de um conflito, seja para conservar ou reverter determinada condição social e desigualdade.

Venturini (2010) afirma, ainda, que a complexidade da cartografia de controvérsias está no seu objeto de estudo, ou seja, na sociedade. As relações sociais são feitas e desfeitas continuamente, por isso o autor faz uma comparação com o magma, que é sólido e líquido ao mesmo tempo, se forja e se desfaz continuamente. No entanto, a controvérsia a ser escolhida deve cumprir algumas especificidades: ser quente, estar ocorrendo no tempo presente, conter uma fronteira específica e ser aberta ao público. A escolha de focar meu estudo no movimento de resistência das Ocupações da Izidora cumpre, portanto, com todos estes requisitos.

Desse modo, o que antes de tratava de um estudo de caso, segundo a metodologia apresentada por Yin (2001), se expandiu para o mapeamento da controvérsia em torno do despejo das Ocupações da Izidora. A controvérsia que pretendo delinear se exprime na decisão do despejo ou não das Ocupações da Izidora. Os moradores e rede de apoiadores resistem a uma série de questões,

³⁷ O curso de Cartografia das Controvérsias é ministrado no MediaLab da Sciences Po, em Paris, e faz parte do projeto Macospol (Mapping controversies in Science and Technology for Politics), coordenado por Bruno Latour e Tommaso Venturini.

1. INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

como ficará mais claro ao longo do trabalho, mas se há um elemento que se coloca a todo o momento em sua trajetória a qual acompanhei é a resistência ao despejo forçado. Assim, a decisão do não despejo das famílias – em especial, refiro-me ao despejo marcado para o dia **13 de agosto de 2014** – é o elemento que pretendo investigar: por que as ocupações da Izidora não foram despejadas? Já afirmei anteriormente que minha hipótese é a de que isso se deu devido ao movimento de resistência estabelecido. Mas como surgiu esse movimento e quais os resultados que trouxe para o conflito na Região da Izidora? Ou ainda, em que medida a rede de apoiadores mudou o cenário vivido pelos moradores das ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória? Estas são algumas das questões que pretendo desenvolver.

Segundo Venturini (2012), a observação deve ser feita a partir de *cinco* camadas: a *primeira* delas é a da literatura, em que diferentes interpretações do problema devem ser sistematizadas; a *segunda* vem dos atores e sua visão do problema, que deve sempre ser relevante para a controvérsia; a *terceira* camada é a da rede que se forma a partir do trabalho, das ações dos atores; a *quarta* é a do cosmos, atingida ao observar qual a estabilidade que os diferentes atores pretendem atingir; a *quinta* é a da cosmopolítica³⁸, quando se propõe a mudança no mundo, de fato, o que não significa algo estável nem que houve um acordo. Para Venturini, a contribuição política que a ANT e a cartografia das controvérsias trazem está no compromisso do pesquisador, ainda que explicita sua opinião, em falar a opinião também dos outros atores e pesquisadores, de modo que todos tenham a chance de se expressar e tentar mudar o mundo.

Essa pesquisa transborda ainda para o debate acerca das disputas sócio técnicas que apresenta Latour, uma vez que questões sociais e políticas se tornaram científicas e técnicas (FARIA, 2014). Veremos que, em torno do movimento de resistência pelo não despejo das Ocupações da Izidora, atores diversos se inserem com seus interesses distintos e em alguns casos, como na relação universidade, movimentos sociais e moradores, a ciência e a técnica se apresentam como elementos capazes de dotar alguns atores da qualidade de porta-vozes do movimento. Assim, a rede de atores que se estabelece no movimento de resistência aqui analisado se caracteriza, também, como uma rede sociotécnica. Latour (2012) acredita que as ciências sociais têm muito que aprender dos conflitos dessa natureza, o que se coloca como mais uma motivação para a realização deste trabalho.

³⁸ Isabelle Stengers (2005) desenvolve melhor a noção de cosmopolítica, que, para ela, tem o objetivo de criar um espaço de hesitação no que tange à construção de um mundo comum. O cosmos aqui se refere ao desconhecido constituído por múltiplos e divergentes mundos e pelas articulações que podem vir a ter. Não se trata de estabelecer um acordo entre todos, mas dotar todos do poder de fala, dificultando ao máximo qualquer decisão.

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

2.1. Sobre a filosofia da resistência

Para rastrear a formação do movimento de resistência das Ocupações da Izidora, é importante refletir sobre a noção de resistência propriamente. Já foi mencionado que essa rede de apoiadores não está resistindo somente ao despejo das famílias, mas a outros fatores, como ausência de políticas habitacionais, especulação imobiliária, repressão policial, planejamento da cidade às portas fechadas, visão de preservação ambiental isolada da ação humana, dentre outros. Então, o que significa, de fato, essa resistência?

Em entrevista a Daniel Bensaïd (1998), a filósofa Françoise Proust comenta sobre sua obra *De la résistance*, na qual desenvolve apontamentos iniciais em direção ao que seria uma filosofia da resistência. Segundo a autora, a resistência não é nem ativa, nem passiva, mas uma *lei do ser* e, portanto, imanente ao sujeito. Dessa ideia, a autora conclui que a resistência não é consequência de uma ideia, mas a própria ideia que se revela *porque* resistimos. Na interpretação de Bensaïd, sua noção de resistência:

(...) "com uma corrida frenética, um espaço a ser atravessado; ela escava uma fenda por onde desliza". Ela escava paciente e obstinadamente suas galerias, suas subterrâneas, suas catacumbas. Ela mina metodicamente o pesado edifício da dominação³⁹ (BENSAÏD; PROUST, 1998).

A ideia de Proust (2000a) é estabelecer uma analítica da resistência, inspirada na cartografia de poder de Michel Foucault⁴⁰. Foucault (2012) estudou o conceito de poder a partir da transição do que denominou sociedade disciplinar para a sociedade de controle; um movimento do capitalismo em direção ao trabalho imaterial e precário, baseado em táticas de controle. O biopoder foi essencial ao desenvolvimento do capitalismo, no que tange ao controle dos corpos do aparelho produtivo. Assim sendo, o controle da sociedade atual não atravessou somente a consciência ou a ideologia, mas, primeiramente, o corpo - a *realidade biopolítica*⁴¹.

³⁹ "avec une précipitation éperdue, un espace à traverser; elle creuse une fente où se glisser'. Elle creuse avec patience, obstinément, ses galeries, ses souterrains, ses catacombes. Elle mine avec méthode le lourd édifice de la domination".

⁴⁰ Segundo aponta Andrew Gibson (2008), o tema da resistência aparece nos últimos trabalhos de Proust, o qual foi desenvolvido parcialmente devido ao falecimento prematuro da autora. Proust fez uso do conceito de poder de Foucault para desenvolver uma filosofia da resistência, mas Gibson frisa que suas argumentações não atingiram a mesma densidade e sofisticação teórica de Foucault. A obra de vida de Proust, portanto, não se refere à resistência; a filósofa debruçou seus estudos em autores como Immanuel Kant e Walter Benjamin.

⁴¹ Contra esse processo de subjetivação, Foucault (2010) propôs uma arte de viver contra o fascismo, o amor pelo poder "que está em todos nós, que persegue nossos espíritos e nossas condutas cotidianas" (p.105). Para o autor, o indivíduo é o produto do poder, de modo a ser preciso "desindividualizar".

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

Segundo Foucault, a *biopolítica* faz do poder um agente de transformação da vida humana, ou seja, um poder que tem a tarefa de se encarregar desta. Na análise de Peter Pål Pelbart (2011), da obra foucaultiana, na atual sociedade de controle, o poder não é mais exercido verticalmente, mas em uma estrutura horizontal, fluida e em rede, de modo a articular as singularidades diversas. Assim, o biopoder rege e regulamenta a vida social e, ainda que não detenha um domínio efetivo sobre ela, é capaz do controle de sua produção e reprodução através de redes flexíveis, moduláveis e flutuantes. Entretanto, conforme afirma Pelbart, a biopolítica como forma de dominação da vida pode, ainda, apresentar-se de modo alternativo através da resistência ativa. Assim, a resistência pode ser interpretada como um investimento na formação de dispositivos cooperativos de produção e de comunidade: trata-se de uma forma de contra poder, ou seja, uma oposição ao biopoder opressor e controlador dos corpos⁴².

Proust (BENSAÏD; PROUST, 1998) afirma que, para Foucault, a força se encontra na relação, que é dupla e se dobra a partir de outra força. Proust destaca, por sua vez, que as relações de poder estão sujeitas a uma resistência, um arranjo ao mesmo tempo denso e fissurado, no qual os poderes jogam entre si. Assim, onde há poder, sempre há resistência. Esta toma sua forma em um combate político, de modo que é preciso haver uma organização contra forças determinadas. Nesse sentido, a resistência sempre existiu, mas é constantemente dotada de novo aparato, na medida em que novas formas são inventadas e induzidas pelo aparato de sua época ou de determinada situação contemporânea. Nas palavras da filósofa:

A resistência é de certa maneira exterior àquilo que combate. Mas ela não ocorre milagrosamente, teria dito antes, devido a uma vanguarda iluminada. É a situação insuportável que provoca a resistência, e é do interior da situação que a resistência mostra uma virada das coisas, uma nova maneira de viver, que será justa⁴³ (BENSAÏD, PROUST, 1998).

Essa definição de força como uma via de mão dupla pode ser vista como outra forma de descrever o que também se encontra na teoria relacional de Latour (2012). O poder e a resistência são a forma na qual um ator é afetado por essa relação, ou melhor, como é afetado pelo outro (alteridade).

⁴² A ideia da resistência é trabalhada por Foucault (2012) a partir da sexualidade: pensando na articulação entre dispositivos de poder com o corpo, o autor identificou na sexualidade o principal foco de disputa política, uma vez que fazia parte das disciplinas do corpo ao mesmo tempo em que pertencia à regulação das populações. Assim, reforçou-se a associação do sexo com operações políticas e econômicas em um conjunto de táticas com o objetivo de disciplinar o corpo e regular as populações. Para Foucault, na sociedade atual, um mecanismo de ampliação das resistências às captações do poder passa por uma liberação com relação ao sexo. Isso é observável em muitos movimentos recentes, como o Movimento LGBT e a Marcha das Vadias, críticos à opressão e ao controle dos corpos.

⁴³ “La résistance est d’une certaine manière extérieure à ce qu’elle combat. Mais elle ne survient pas miraculeusement ni, aurait-on dit autrefois, du fait d’une avant-garde éclairée. C’est la situation insupportable qui provoque la résistance, et c’est de l’intérieur de la situation que la résistance fait apparaître un tournant des choses, une nouvelle manière de vivre, qui serait juste”.

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

Trata-se, assim, da qualidade dos vínculos estabelecidos entre dois ou mais atores, de modo que a resistência não pode ser compreendida como uma força transcendente.

Proust (2000a) insiste que, ainda que faça parte do ser, é preciso não partir para determinismos; logo, a resistência não é algo que *deve acontecer*, mas algo que *acontece*. Assim, “a resistência não é criada ‘em nome’ de princípios, valores ou ideais” (p.19) dentre os quais a justiça se enquadra. Desse modo, nem toda resistência bem sucedida caminhará no sentido da justiça. Vale dizer, no entanto, que a autora defende a justiça como um *conceito político* que permite que se faça *política*. Segundo Proust, o conceito da Grécia Antiga designa o objeto da política sobre a dupla injustiça-justiça; pode ser individual, mas é essencialmente coletiva e apresenta um interesse político considerável “porque todo o mundo sente o que é a *injustiça* e não precisa saber o que é a *justiça* para se indignar e se mobilizar contra a injustiça”⁴⁴ (BENSAÏD; PROUST, 1998, grifo nosso). Além disso, a autora aponta para a raiz dupla da palavra, que evoca a verdade (*justice*) e precisão (*justesse*), como algo ajustado ao tempo e ao lugar⁴⁵.

De uma maneira geral, não há resistência justa, exceto como *ajustada para*, e a justiça não é aquilo pelo que alguém resiste. É uma ideia (e um afeto) que acorda e desperta porque alguém resiste. E desaparece se, ou na medida em que, ninguém resiste⁴⁶ (PROUST, 2000a, p.20).

O uso da palavra *afeto* na fala de Proust (2000a) nos aproxima mais uma vez de Latour: a justiça surge no processo de ser afetado pela resistência. Desse modo, a resistência é fruto de uma relação capaz de despertar a ideia da justiça. No entanto, ela não deve ser compreendida como passiva, um obstáculo a ser removido, ou sujeita apenas a vítimas e sofrendores. Segundo a filosofia de Proust, não há resistência boa ou ruim, mas apenas resistência *reativa* (quando a ação nega ou conserva ou restaura uma rede de ações, se pensarmos nos termos da ANT) ou *ativadora* (quando a ação ativa uma reação, criando algo novo e estabelecendo uma nova rede de ações). A resistência se coloca, portanto, como a coragem de exercer sua liberdade, independente de um julgamento de valor.

Este é o critério imanente de julgamento e avaliação de resistência. Não há boas resistências à maldade (ética) ou à regressão (história individual ou coletiva), nem más resistências ao bem ou ao progresso⁴⁷ (PROUST, 2000a, p.21).

⁴⁴ “(...) car tout le monde ressent ce qu'est l'injustice et n'a pas besoin de savoir ce qu'est la justice pour s'indigner et se mobiliser contre l'injustice”.

⁴⁵ Aliada à noção de justiça e influenciada por Spinoza, Proust aponta, ainda, para o papel da *perseverança*, de onde emana a potência capaz de tornar a resistência real. Assim, defende a natureza do ato de resistir: toda coisa resiste a qualquer outra que ameace diminuir sua potência para perseverar em seu ser (BENSAÏD, 1998).

⁴⁶ “In a general way, there is no just resistance, except as adjusted-to, and justice is not that which “in the name of” one resists. It is an idea (and an affect) which wakens and awakens because one resists. And it disappears if, or to the extent that, nobody resists”.

⁴⁷ “This is the immanent criteria of judgment and evaluation of resistance. There are no good resistances to badness (ethics) or to regression (individual or collective history), nor bad resistances to the good, or to progress. There are reactive

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

Proust (1998) recai nos conceitos de *potência* e *multidão*, presentes em Spinoza. Para a autora, toda potência enfrenta um jogo de ações e reações. A *multidão*, um só corpo político que enfrenta um poder, se esforça para se integrar e aumentar as esperanças coletivas. No entanto, os “amigos” e “inimigos” nesse contexto não são dados, mas se transformam na medida em que as alianças são feitas. Isso se aproxima da dinâmica de formação de grupos presente na obra de Latour (2012), segundo a qual os atores podem se associar em um determinado momento, graças a seus interesses (e *potência*) em comum, e se dissociar no momento seguinte.

A partir do momento em que há uma batalha, há aglomerações, ligações, grupo, composições de linhas e, portanto, de formas ou figuras. Mas, ao mesmo tempo, há, necessariamente - e devido a essas batalhas não serem confundidas com a guerra, nem com a paz - zonas e formas inesperadas do irregular, confronto do tipo franco-atirador⁴⁸ (PROUST, 2000b, p.27).

Essa noção de *vínculo duplo* da associação recorda novamente a ANT: a resistência, uma forma de ação, deve ser compreendida a partir da qualidade dos vínculos estabelecidos entre os atores e não por uma estrutura de dominância responsável por despartá-la. Essa qualidade dos vínculos, por sua vez, é o que definirá a *potência da multidão*.

Por um lado, de fato, quanto mais se reforça a associação, as singularidades veem multiplicar-se sua potência comum. (...). Mas, por outro lado, cada singularidade perde a capacidade de contar só consigo mesma, de ser *sui Juris*, e aumenta sua dependência. (...). No entanto, não vamos sair deste *impasse* abstraído-nos do *vínculo duplo* da associação, da *convenientia*, mas pelo contrário, ao multiplicar as ocasiões, ao variar as combinações, ao esperar as ocorrências (em latim, *occurs*, é o encontro), ou seja, ao correr riscos, a única condição da oportunidade⁴⁹ (PROUST, 1998, p.145-146).

Proust, também influenciada por Deleuze, dizia que a resistência vem *primeiro*, não como resposta a uma ação. Assim, trata-se de uma negação dupla, mas nenhuma afirmação. É, então, a provocação de uma nova ação, a reversão ou desestabilização da relação de forças estabelecida, mas não algo que pretende chegar a algum lugar; como afirma Proust, a resistência é *transcendental* e não está atrelada a um sujeito ou objeto.

O que é um campo transcendental? Ele se distingue da experiência, na medida em que não remete a um objeto nem pertence a um sujeito (representação empírica). Ele se apresenta, pois, como pura corrente de consciência a-subjetiva, consciência pré-reflexiva impessoal, duração qualitativa da consciência sem um eu [*moi*] (DELEUZE, 2002, p.10).

resistances which deny, conserve, and restore the state of things and active resistances which activate reactivity and draw from this diversion the joy of invention and the affirmation of the something diferente”.

⁴⁸ “From the moment there is battle, there are agglomerations, bindings, groups, compositions of lines and thus of forms or figures. But at the same time there are, necessarily - and because of this battles are not confused with war, nor with peace - zones and unexpected forms of irregular, sniper-like confrontation”.

⁴⁹ “Por una parte, en efecto, cuanto más se refuerza la asociación, las singularidades ven multiplicarse su potencia común otro tanto. (...). Pero, por otra parte, cada singularidad pierde la capacidad de contar sólo consigo mismo, de ser *sui Juris*, y aumenta su dependência. (...). Sin embargo, no lograremos salir de este *impasse* sustrayéndonos al *doble vínculo* de la asociación, de la *convenientia*, sino por el contrario al multiplicar las ocasiones, al variar las combinaciones, al esperar las ocurrencias (en latín *occurs*, es el encuentro), es decir, al tomar riesgos, única condición de la oportunidad”.

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

Nesse sentido de transcendência, Proust (2000b) tenta traçar uma linha da resistência, a qual é exterior, vem de *fora* - enquanto que as relações de poder operam em um diagrama interior. Mas o que seria esse conceito de *fora*? Para a autora, o fora é uma fissura, foge à certeza e à representação de um sujeito. Ele vem *primeiro*; só após o processo que a autora denomina “envaginação”, em referência ao processo de formação do órgão sexual feminino, é que se dá forma ao interior. Assim, a linha da resistência vem de fora e sua representação é estriada por todos os lados, como o rizoma para Deleuze. O fora é guerra, e não paz; multiplicidade de forças deformada e selvagem. Ao fim, não é uma oposição ou contradição, mas neutralidade, na medida em que tudo é indiferenciável, “condição transcendental de toda forma de exterioridade”.

Proust (2000b) reforça que essas linhas não são linhas de revolta contra injustiças ou combate à opressão, mas linhas de uma existência anônima e originária, as quais se tornam visíveis *ou não* no confronto com o poder. Logo, resistir é uma maneira de manter essa linha simultaneamente móvel (clandestina, nômade) e imóvel (presa ao seu lugar); e o destino (futuro) não é um resultado de uma sequência determinística de relações entre presentes, mas, sim, de conexões não localizáveis, ações à distância, ou seja, está em rede com o próprio presente. Isso dialoga claramente com as ideias da ANT.

Pensando na resistência no espaço – para chegarmos até a cidade -, assim como vimos que a árvore e o rizoma são dois lados de um processo contínuo de transformação, Deleuze e Guattari (1995) apontam para a passagem do espaço estriado (sedentário, fechado, orgânico) ao espaço liso (nômade, aberto, corpo sem órgãos): mesmo na cidade estriada, é possível pensar a produção de espaços lisos⁵⁰. O importante é identificar tais espaços na cidade, ou seja, os movimentos de resistência que, embora não sejam liberadores por si sós, possibilitam a reinvenção da cidade e do modo de viver nela, o que recai na ideia da *cidade subjetiva* de Pelbart (2000) - a imagem do desejo do corpo coletivo.

Nesse sentido, Pelbart (2000) trabalha com o conceito de *exterioridade*, assim como Proust (2000b), afirmando ser preciso liberar as forças que vêm de *fora* (a Vida), o que pode ser feito através do pensamento – em suas palavras, a resistência. Para o autor, o desafio é *atingir a vida como potência do fora*. Conforme podemos observar pela passagem abaixo, Latour (2012) também está

⁵⁰ Milton Santos, em *Urbanização Brasileira*, definiu melhor os conceitos de espaço liso e espaço rugoso, os quais, no entanto, apresentam um sentido contrário do que está em Deleuze e Guattari (1995). Conforme exprime resumidamente no texto *O tempo despótico da linguagem universalizante* (SANTOS, 2000), o espaço rugoso (vivido) está sendo superposto pelo espaço liso, matematizado e apto para o cálculo, sobrepondo à natureza um laboratório ideal. Ainda neste texto, ao tratar dos processos de territorialização e desterritorialização da linguagem, podemos observar uma conciliação das ideias de Santos com a proposta da ANT e do mapeamento de controvérsias, conforme a seguinte passagem: “Por mais que se procure nos fazer acreditar no contrário, não existe uma racionalidade única, nem uma única forma de pensar e de viver no mundo. A descoberta de novas formas de coexistência é uma tarefa urgente que não pode ser abandonada à mera espontaneidade, porque exige um mínimo de organização”.

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

dialogando com essa noção do potencial transformador do *fora*, dotando-o, nesse sentido, do papel de mediador, capaz de transformar os cenários do interior e do exterior – aqui, novamente, excluindo do que é exterior a qualidade de transcendente.

Se você encarar o que vem de fora como um mediador capaz de permitir ao próximo agente comportar-se da mesma maneira, todo o cenário do interior e exterior pode se modificar para sempre (LATOURE, 2012, p.311).

Pelbart (2000) destaca, ainda, que seu pensamento não se distancia de uma *práxis*: as forças exteriores atuam, também, na produção do espaço urbano. Por exemplo, o movimento de resistência das Ocupações da Izidora é composto por atores distintos, os quais, em suas respectivas cosmologias, possuem interesses diversos, pois são afetados por relações de poder diferentes. Um morador é reprimido pela ausência de uma política pública de tal forma que um militante de classe média, que compartilha de seu sentimento de revolta, talvez nunca compreenda. Por outro lado, ambos sofrem com um sentimento de impotência no que tange à produção da cidade de Belo Horizonte estar sendo direcionada no sentido proposto pelo viés do planejamento estratégico, que olha para esta como uma mercadoria a ser vendida a investidores e limita nossas possibilidades de apropriação do espaço.

Assim, as forças que vêm de fora não serão sempre as mesmas, ou seja, esses atores da rede de apoiadores não estão resistindo às mesmas forças, mas sua associação enquanto grupo exprime o fato de que há uma correlação de forças em comum agindo sobre eles, sobre a qual reagem mútua e/ou simultaneamente. Minha proposta é tentar compreender essa correlação de forças a partir da perspectiva dos próprios atores – passando, é claro, pela minha análise dos fatos e discursos imprimidos por estes. No entanto, como a resistência é resultado dos vínculos duplos estabelecidos, como em resposta (mas não necessariamente reação) às relações de poder, não basta rastrear somente a correlação de forças que caracteriza a resistência, mas também aquela que compõe as próprias formas de poder. Este capítulo é a tentativa de fazê-lo, embora de maneira breve, uma vez que o objeto de estudo é o movimento de resistência propriamente.

2.2. Mapeando a resistência em Belo Horizonte: planejamento e mobilização social

É possível fazer uma leitura do planejamento urbano em Belo Horizonte, sobretudo após o período da redemocratização, como inserido na perspectiva de Friedmann (1991): um movimento entre as vertentes da *orientação social à transformação social*. Belo Horizonte foi uma cidade planejada, mas que perdeu o controle de seu crescimento, o que se refletiu no surgimento de problemas urbanos a serem resolvidos. Desse modo, seu planejamento urbano se viu limitado pela expansão de uma estrutura social desigual e excludente, dificultando sua potência em resolver as carências urbanas. Em geral, os problemas vividos pelas grandes cidades brasileiras se relacionam a uma superestrutura

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

socioeconômica externa à sua localidade, cuja consequência é a precariedade da população pobre que se vê excluída dos serviços urbanos, como habitação, saneamento, transporte e meio ambiente.

Após o período militar, a preocupação do governo em promover a industrialização de Minas Gerais a qualquer custo levou-o a negligenciar os problemas socioeconômicos da população, promovidos pelo aumento da produção superior à variação do nível de emprego. A aprovação, em 1976, da Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo Urbano, cujos parâmetros obedeciam às diretrizes fixadas pela Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a Plambel⁵¹, reforçou a dinâmica de segregação no zoneamento urbano da cidade, reafirmando a centralidade de Belo Horizonte nos níveis econômico, político e cultural. Já os loteamentos populares foram contidos com a aprovação da Lei Federal 6.766, a Lei Lehmann, que trouxe mais rigor à legislação urbanística (TONUCCI FILHO, 2009).

Segundo Roberto Luís de Melo Monte-Mór (2008), as mudanças promovidas pelos processos de industrialização resultaram em níveis desiguais de urbanização ao longo do território, uma vez que a maioria dos investimentos se concentrava em Belo Horizonte. A RMBH apresentava, em plena década de 1980, os mais altos índices de serviços ligados à produção, tais como energia elétrica, infraestrutura de transportes e serviços de telefonia e, por sua vez, baixos índices de serviços voltados para a reprodução da população. A razão para este descontrole podia estar atrelada aos princípios de seu planejamento, que se preocupava com a formação de um espaço de sentido centro em direção à periferia, desconsiderando a articulação do capital com o sistema de cidades que dali se formaria. Contudo, o conjunto de problemas urbanos resultantes da urbanização e consequentes concentração populacional e industrial requeriam a presença do planejamento. A crise vivida nos anos 1980 reforçou a reprodução de carências urbanas, favorecendo o ressurgimento da mobilização popular e das lutas sindicais por liberdades democráticas.

Para tanto, foi criada, nos anos seguintes, uma série de leis na tentativa de orientar o planejamento da cidade⁵². Segundo a análise de Márcia Helena da Costa (2011), os chamados *planos*

⁵¹ O Plambel surgiu em 1974, a partir do corpo técnico da Fundação João Pinheiro (FJP) e foi responsável por um conjunto de estudos de alto nível metodológico e técnico, além da formação de uma geração de planejadores, embora praticasse um modelo autárquico e centralizado de planejamento. Seu maior dinamismo se deu no final dos anos 1970, em especial nos setores de transporte – com a organização da Companhia de Transportes Urbanos da RMBH (Metrobel) - e do uso e ocupação do solo. Dentre seus estudos, se destacam o Esquema Metropolitano de Estruturas, em 1974, o Plano Metropolitano de Transportes, em 1974, o Plano de Desenvolvimento Integrado Econômico e Social da RMBH, em 1975, e o Plano de Ocupação do Solo da Aglomeração Metropolitana de Belo Horizonte. Em 1987, o Plambel foi transferido para a Secretaria de Estado de Assuntos Metropolitanos e, mais tarde, em 1992, para a Secretaria de Estado de Planejamento, até sua extinção, em 1996. Suas atribuições foram assumidas pela Secretaria e pela FJP (TONUCCI FILHO, 2010).

⁵² O contexto do desenvolvimento da legislação urbanística empreendida em Belo Horizonte é mais bem compreendido a partir do entendimento da cultura do planejamento no Brasil. Até os anos 1990, os modelos adotados de planejamento urbano eram uma adaptação às tendências estrangeiras e não correspondiam com a realidade do país (MARICATO, 2000).

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

adotados resultaram de uma abordagem racionalista e de orientação positivista, calcada na dimensão físico-territorial e dedicando a maior parte do seu corpo à normatização do solo. Ainda que, mais tarde, na Câmara dos Vereadores fosse desenvolvida uma política de desenvolvimento e expansão urbana que pretendeu incorporar a garantia da função social da cidade, os instrumentos participativos eram escassos e não contavam com o apoio do Executivo⁵³. Assim, segundo a autora, não buscaram evidenciar o conflito de interesses com relação aos projetos de cidade que estavam sendo construídos pelos cidadãos. Após a redemocratização, faltava um entendimento da realidade como diversidade; os segmentos da sociedade civil ainda estavam fragilizados com o período militar e eram inexperientes com relação aos novos instrumentos de democracia, o que favoreceu seu controle pelo Estado.

Olhando para a mobilização social na capital mineira nesse período, segundo Michel Marie Le Ven e Magda de Almeida Neves (1996), ela esteve focada, até a década de 1990, nos movimentos que perpassavam a lógica do trabalho e dos sindicatos. Desde a origem da cidade, quando no planejamento interno à área da Avenida do Contorno não foi atribuída uma área para a ocupação dos trabalhadores, estes se viram excluídos de participar da produção do espaço nos mecanismos tradicionais oferecidos pelo Estado. Mais tarde, sua luta pela conquista da cidadania – a princípio limitada à reivindicação de direitos políticos e sociais – encontraria espaço nos sindicatos, com a participação da Igreja Católica e suas associações. Por sua vez, o clientelismo operário teve início ainda nas primeiras décadas do século XIX, ignorando a existência de um conflito de classes e atribuindo às elites a responsabilidade de proteger a família operária e disciplinar os trabalhadores.

Em uma análise que extrapola o olhar para Belo Horizonte, Wânia Maria de Araújo e Ediméia Maria Ribeiro de Mello (2012) estudam as experiências de mobilização social no século XXI, em uma tentativa de “elucidar como o cenário do novo milênio trouxe à tona não somente uma diversidade de atores, mas também de projetos para a vida em sociedade” (p.162). Conforme as autoras, os movimentos sociais brasileiros da década de 1970, por se tratar do período da Ditadura Militar, eram dotados do desejo por um novo cenário político e social. Desse modo, prezavam pela autonomia e defendiam uma participação anti-Estado, e se destacava o apoio da Igreja Católica. Já nos anos 1980, com a redemocratização, esses movimentos sociais viveram um período de institucionalização, de

A partir de 1930, com a introdução do modelo fordista no país, os governos populistas apresentaram preocupação quanto à pobreza, introduzindo a técnica e a ciência como motoras dos novos planos, submetidos à lógica do capital imobiliário. Após um longo período de hegemonia da tecnoburocracia desenvolvimentista, nos anos 1950 e 1960, a ideologia neoliberal passou a dominar o cenário mundial, em fins dos anos 1980, gerando o colapso do estado de bem estar social e do modelo de planejamento estatal (MONTE-MÓR, 2005).

⁵³ O Projeto de Lei de 1988, por exemplo, não foi aprovado pelo Legislativo Municipal por alguns motivos, dentre eles, a aplicação do instrumento urbanístico da Outorga Onerosa do Direito de Construir, vista com maus olhos pelo setor imobiliário. Já é possível visualizar o papel de destaque que esse setor teria na produção do espaço em Belo Horizonte nos próximos anos (COSTA, 2011).

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

onde surgiram os conselhos participativos. Além disso, ganharam espaço as lutas pelos direitos sociais modernos, que correspondiam às minorias – mulheres, negros, índios, meio ambiente e etc. – e relacionados à conjuntura político-econômica – como as Diretas Já e os movimentos de desempregados. Muitos desses movimentos culminaram em direitos aprovados na Constituição Federal de 1988.

Para Le Ven e Neves (1996), a liderança no espaço público belorizontino ganhou outra cara, com os “novos movimentos sociais” em defesa dos direitos civis e políticos das mulheres, dos negros e das associações de moradores. Na chamada “década perdida” sob o olhar econômico, os anos 1980 significaram nossos desafios e conflitos para os sindicatos, que fortaleceram suas instituições e passaram sua luta para o campo da política institucional, enriquecendo a cultura urbana e social da época, com a forte participação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e dos Comandos Gerais dos Trabalhadores (CGTs). Ao mesmo tempo em que, no mundo operário e sindical, afloravam novas aspirações aos trabalhadores, os moradores se organizavam espontaneamente em novas práticas políticas.

Segundo aponta Mercês Somarriba (1996), o advento do pluripartidarismo, alguns anos após a redemocratização e a reorganização dos organismos do Estado, também possibilitou o estabelecimento de uma relação legítima com os movimentos reivindicatórios. Assim, a natureza não institucional, ou ainda, anti-institucional passou a ser colocada em questão, conforme Araújo e Mello (2012) também apontam. Em Belo Horizonte, esse contato se iniciou desde 1979, com a criação do Programa de Desenvolvimento de Comunidades (PRODECOM), implementado pela Secretaria de Planejamento, no governo do PDS, para trabalhar em um Programa de Melhorias Urbanas em favelas⁵⁴, que atuou até 1983. Criado pelo governo do PDS, um modelo de gestão participativa prevaleceu ainda pelo governo seguinte do PMDB, até Sérgio Ferrara assumir a prefeitura de Belo Horizonte e adotar um estilo mais clientelista de governar. Para a autora, foi na gestão do PSDB, que propôs uma descentralização administrativa e a criação de conselhos comunitários nas regionais, que o movimento reivindicatório urbano se fortaleceria nas bases das associações de bairros.

Na década de 1980, a União de Trabalhadores da Periferia (UTP) – antiga Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte – e a Federação das Associações Comunitárias de Minas Gerais (FACEMG) tiveram importante papel agregador de associações comunitárias (SOMARRIBA,

⁵⁴ O PRODECOM era um programa do Governo do Estado e surgiu com o Secretário de Estado na época, Paulo Haddad. Tinha uma proposta avançada para a época, no que tange a projetos de obras públicas em favelas, contando com a forte participação da população: a mão-de-obra provinha da comunidade local e as obras eram realizadas via sistema de mutirão acompanhado pelos técnicos da Secretaria de Trabalho e Ação Social. Seus avanços foram poucos, contudo, no âmbito jurídico, devido à ausência de instrumentos de regularização na legislação.

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

1996). A UTP, que antes atuava mais pela permanência das famílias ameaçadas de remoção pelo Estado, naquele momento se concentrava em negociações com os organismos públicos: exemplo disso é que sua sede passou a se localizar na URBEL, conforme aponta Somarriba (1996). Já a FACEMG, com maior participação no gabinete do então prefeito de Belo Horizonte, teve vida curta e atuou mais fortemente na região de Venda Nova, dando origem à União das Associações de Venda Nova (UNAVEN), segundo a autora, talvez a iniciativa de maior sucesso de constituição de um organismo federativo de associações de moradores em uma região administrativa.

No entanto, a Federação das Associações de Bairros, Vilas e Favelas de Belo Horizonte (FAMOBH), criada em 1983, foi a maior aglutinação de associação de moradores da capital mineira, que se concentrou em reivindicações relacionadas a moradias populares (SOMARRIBA, 1996). Sua atuação se fortaleceu na gestão de Newton Cardoso, com a criação do programa PRÓ-HABITAÇÃO e, mais tarde, com a ligação à Associação dos Moradores de Aluguel de Belo Horizonte (AMABEL), que se constituiu em 1986, junto à qual realizou iniciativas de mobilização massiva e de confronto com o poder público. Sua atuação junto à Caixa Econômica Federal (CEF) na constituição de uma cooperativa habitacional com financiamento público se tornou polêmica e reforçou disputas veladas entre a FAMOBH e a UTP pela representação dos interesses da população das favelas⁵⁵.

Conforme aponta Somarriba (1996), essas iniciativas tiveram sucesso relativo, com dificuldade de financiamento e apoio político para se firmarem, pois nenhuma se vinculou a organismos federativos. Porém, vale destacar sua capacidade de renascimento (UTP), iniciativa de rearticulação após os períodos eleitorais (UNAVEN) e desenvolvimento de atividades diversificadas em caráter permanente (FAMOBH). A baixa participação dos moradores nas atividades das associações, segundo a autora, pode ter contribuído para seu enfraquecimento, bem como a ausência de uma ligação perene com outras organizações populares, como sindicais e operárias.

As interações partido e agentes políticos x associações de moradores não podem ser traduzidas somente como clientelismo, à direita, e “aparelhamento”, à esquerda. Embora as situações tipicamente descritas por esses dois termos tenham existência concreta no meio urbano metropolitano, tais formas de relação política estão hoje perpassadas por forte ambivalência (SOMARRIBA, 1996, p.71-72).

Desse modo, a relação do movimento comunitário com a política era heterogênea: havia grupos em que as vinculações com figuras políticas na troca de melhorias urbanas por voto eram claras; em outros casos, as administrações públicas fraudavam direitos exigidos pelo movimento; e

⁵⁵ A FAMOBH se desdobrou, ainda, na criação da Federação de Associações de Moradores de Minas Gerais (FAMEMG), ambas com controle massivo de militantes do PC do B. A Casa do Movimento Popular da Região Industrial da Grande Belo Horizonte também foi uma iniciativa aglutinadora neste período que contribuiu com a realização de cursos, debates e encontros para lideranças locais da região industrial (SOMARRIBA, 1996).

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

havia, ainda, grupos ideológicos que criticavam a atuação dos órgãos públicos e dos políticos – embora a autora avalie que essas associações fossem minoritárias. De todo modo, como aponta Somarriba (1996), o repertório, ainda que limitado, de práticas reivindicatórias por essas associações comunitárias contribuiu para sua legitimação do ponto de vista político e social, consolidando, naquele momento, um novo ator coletivo que expressava e articulava interesses sociais diversos ou anteriormente canalizados pelo clientelismo. A forte regulação estatal, na visão da autora, apontava para uma interação Estado-organizações de moradores no sentido democratizante para a realização de direitos sociais e representatividade das camadas mais pobres.

Foi neste contexto que, nos anos 1990, a prefeitura de Belo Horizonte foi assumida pela Frente BH Popular, que elegeu como prefeito Patrus Ananias (PT)⁵⁶. Esse governo tinha uma concepção socialmente mais justa da cidade e talvez possa ser encaixado, na classificação de Friedmann (1991), no sentido da *transformação social*. Em 1996, foi aprovada a Lei 7.165 do Plano Diretor (PD). O novo plano buscava valorizar o papel da cidade como centro político-administrativo regional, além de núcleo de comércio e serviços modernos, para tornar Belo Horizonte referência em termos de cultura, design, educação, esporte, lazer, artesanato, ciência e tecnologia (COSTA, 2011). Além disso, buscou preservar a paisagem urbana, em ações urbanísticas, como a recuperação da região do hipercentro, embasado na garantia dos princípios da função social da propriedade, da qualidade de vida urbana e bem-estar dos munícipes. Por trás do plano, havia um discurso ideológico vinculado ao ideal de Reforma Urbana, porém este foi minado pelas práticas do setor imobiliário, que tinha o Poder Legislativo como seu aliado, mantendo o tradicional planejamento clientelista brasileiro⁵⁷.

Ainda nos anos 1990, foi criada a Comissão Municipal de Política Urbana, que daria origem ao Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR), para coordenar o processo de formulação do PD e da LPOUS a partir da realização de Conferências Municipais de Política Urbana⁵⁸ (COSTA, 2011). No

⁵⁶ Segundo Sérgio Franco (2006), “a Frente BH Popular, liderada pelo Partido dos Trabalhadores e empossada em 1993, tinha como metas realizar uma gestão aberta à participação popular, promover a inversão de prioridades, além de regular e conter os fluxos acumulativos e especulativos na e através da cidade” (p.197-198).

⁵⁷ O debate pela reforma urbana no Brasil teve início no Seminário de Habitação e Reforma Urbana, na cidade de Petrópolis, em 1963, na tentativa de estabelecer bases para a promoção do desenvolvimento urbano ordenado no país. Esta tentativa foi fracassada pelo golpe militar do ano seguinte, que deu início a um período de planejamento moderno, centralizado, racionalista e funcionalista, que reforçara as desigualdades socioespaciais nos grandes centros urbanos cada vez mais urbanizados. Na CF de 1988, estabeleceu-se a descentralização política e institucional, de modo que as administrações locais passaram a priorizar estratégias de atração de recursos e investimentos em detrimento de empreender gastos sociais, o que abriu passagem para semear o planejamento estratégico no país na década de 1990 (SOMARRIBA, 1996).

⁵⁸ As Conferências são espaços de discussão das diretrizes da nova gestão e a forma como o planejamento urbano se dará, além de avaliar os projetos realizados pelo COMPUR. Entretanto, o que observamos após quatro conferências realizadas em Belo Horizonte é que sua esfera de poder decisório fica aquém do desejado, uma vez que as decisões políticas e técnicas prevalecem perante as vontades populares.

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

processo de tramitação dos projetos de lei na Câmara Municipal, houve um escasso envolvimento da sociedade por meio de Audiências Públicas internas, em horários que impossibilitavam a participação dos trabalhadores, favorecendo, novamente, os grupos com maior poder econômico⁵⁹.

A LPOUS aprovada definiu o zoneamento da cidade em zonas de adensamento populacional, respondendo a demandas de preservação ambiental, histórica, cultural, arqueológica e paisagística. Foram, ainda, estabelecidas as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEISs)⁶⁰ e as Áreas de Diretrizes Especiais (ADEs)⁶¹, sendo que o planejamento das ZEISs era de responsabilidade da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel) e se daria através de Plano Global Específico (PGE)⁶² (COSTA, 2011). Este teve como norte a construção de um instrumento flexível de gestão da cidade, procurando promover uma descentralização a partir da dinamização de novos centros regionais e locais, incorporando instrumentos de política urbana que garantissem a função social da propriedade que viriam a ser regulamentados, em 2001, pelo Estatuto da Cidade.

Além da aprovação do novo PD e LPOUS, uma das principais medidas de cunho democrático do novo governo foi a criação do Orçamento Participativo (OP), inspirado no orçamento público, instrumento de planejamento urbano desde o início do século XIX, na Inglaterra e que propunha um mecanismo que permitia o controle popular das finanças públicas e dos governantes políticos (SOUZA, 2011)⁶³. De acordo com Costa (2011), o OP foi uma experiência de planejamento participativo na

⁵⁹ “Ambos os projetos de lei sofreram inúmeras alterações, oriundas da compreensão dos próprios vereadores e da tradução dos interesses que representavam ou decorrentes de solicitações diretas dos setores técnico, empresarial e popular da sociedade. (...) Mais uma vez os ideais de reforma urbana pareceram ficar restritos aos limites dos interesses do capital imobiliário” (GONÇALVES, 2008, p. 209 apud COSTA, 2011, p.107). Foram suprimidos do texto original alguns instrumentos de recuperação de mais valias fundiárias, enquanto parâmetros urbanísticos foram flexibilizados mediante pressão do mercado imobiliário. Ver GONÇALVES, Patrícia Garcia. *Limites e possibilidades da Democracia representativa na produção do espaço urbano: uma análise a partir da atuação da Câmara Municipal de Belo Horizonte*, 2008. 230 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências. Belo Horizonte, 2008.

⁶⁰ Art. 12 - São ZEISs as regiões edificadas, em que o Executivo tenha implantado conjuntos habitacionais de interesse social ou que tenham sido ocupadas de forma espontânea, nas quais há interesse público em ordenar a ocupação por meio de implantação de programas habitacionais de urbanização e regularização fundiária, urbanística e jurídica, subdividindo-se essas regiões nas seguintes categorias:

II - ZEISs-3, regiões edificadas em que o Executivo tenha implantado conjuntos habitacionais de interesse social (BELO HORIZONTE, Lei 7.166/1996).

⁶¹ Art. 75 - As áreas de diretrizes especiais - ADEs - são as que, por suas características, exigem a implementação de políticas específicas, permanentes ou não, podendo demandar parâmetros urbanísticos, fiscais e de funcionamento de atividades diferenciados, que se sobrepõem aos do zoneamento e sobre eles preponderam (BELO HORIZONTE, Lei 7.166/1996).

⁶² O PGE é uma referência para constituir uma política de investimentos progressivos que resultassem na consolidação dos assentamentos e superação das intervenções pontuais e desarticuladas, apontando caminhos para a recuperação sócio-urbanística-jurídica dos assentamentos precários e estabelecendo ordens de prioridade para a execução das obras e investimentos (URBEL, 2014).

⁶³ O OP em Belo Horizonte surgiu na esteira de outras experiências nacionais, como o OP em Ipatinga, no interior de Minas Gerais, e em Porto Alegre, caso cujo sucesso se tornou reconhecido internacionalmente. A inovação do OP Interativo de Ipatinga, que iniciou em 2001, inspirou o OP Digital na capital mineira, por exemplo. Contudo, segundo analisa Leonardo

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

cidade, porém alguns líderes comunitários e representantes do governo acabaram cristalizando a dinâmica do projeto ao longo de sua trajetória, o que significou certa perda de sua representatividade.

De modo geral, concluímos que a década de 1990, em Belo Horizonte, foi marcada por uma série de conquistas constitucionais no que tange ao favorecimento da presença da sociedade civil em esferas participativas institucionalizadas. Surgiu, assim, um novo tipo de associativismo marcado pela posição privilegiada como manifestação de ação coletiva, buscando novas interlocuções com o Estado. Contudo, esta relação viria a se desequilibrar com o advento da globalização, que gerava a concentração da riqueza e do poder nas cidades globais, resultando em uma segregação ainda maior.

Ainda na década de 1990, em resposta a essa forma de organização e produção da sociedade no espaço, se desenvolveu entre teóricos urbanistas uma perspectiva empreendedora de planejar a cidade, conhecida genericamente como *planejamento estratégico*, no qual a competição entre as empresas refletiria em uma competição entre as cidades. Este resultou desse modelo clientelista de se fazer política pública no país, estando submetido aos objetivos das classes dominantes, como apontado em alguns momentos, anteriormente. Segundo Carlos Vainer (2000), a vertente do planejamento estratégico implica três analogias da cidade: a *cidade mercadoria*, a *cidade empresa* e a *cidade pátria*. Trata-se de oferecer a venda da cidade como uma mercadoria, promovendo-a para os investidores no exterior.

Se durante largo período o debate acerca da *questão urbana* remetia, entre outros, a temas como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo, a *nova questão urbana* teria, agora, como nexos central a problemática da *competitividade urbana* (VAINER, 2000, p.76).

No entanto, conforme colocado por Vainer, “a venda da imagem de cidade segura muitas vezes vai junto com a venda da cidade justa e democrática” (p.81). Assim, a *cidade mercadoria* possui um público-alvo específico, reforçando os processos de exclusão e segregação sociais. Os pobres não são incluídos na equação de investimentos, direcionados apenas para “visitantes e usuários solváveis”. Nesse processo, a cidade passa a ser tratada como um sujeito e ganha a identidade de empresa. Orientando-se a partir dos princípios que organizam a produção, a *cidade empresa* preocupa-se com a produtividade, a competitividade e a subordinação à lógica do mercado. O resultado foi a aproximação entre o setor público e o privado, cumprindo os interesses dos empresários capitalistas - o que Friedmann (1991) chamou de racionalidade de mercado - em detrimento da população excluída.

Avritzer (2002), o OP em Belo Horizonte surgiu de tal forma que não houve tempo para a construção de um associativismo que permitisse maior integração entre os cidadãos, o que permitiu que fosse estabelecido um processo decisório de baixo para cima, imprescindível para a participação democrática.

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

Vainer sustenta, ainda, que o planejamento estratégico promoveu a despolitização da cidade, que se tornou o lugar da gestão e não mais da identidade política. Seu funcionamento depende do consenso, sem o qual “não há qualquer possibilidade de estratégia vitoriosa” (p.91), o que só foi possível a partir de dois elementos: a *consciência de crise* e o *patriotismo*. A simples sensação de crise urbana foi suficiente para produzir uma negociação entre diversos atores, operada a partir da vontade conjunta e do consenso público, ainda que inseridos em uma rede de ações mais ampla. O efeito disso foi a paz social interna, sustentada pela *cidade pátria*, presente em diversas formas, como na arquitetura, na arte, no esporte ou na música.

(...) este projeto de cidade implica a direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados e depende, em grande medida, do banimento da política e da eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania (VAINER, 2000, p.78).

Em uma perspectiva mais histórica do problema, Ermínia Maricato (2000) sustenta que a evolução dessa forma de planejamento urbano no Brasil é resultado de anos de negligência com relação à realidade concreta da cidade “não oficial”, culminando na reprodução de desigualdades e relações de privilégio. A autora reafirma a tradição funcionalista do planejamento brasileiro, resquício de um paternalismo oligárquico e baseado na adoção de ideias estrangeiras, o qual construiu uma lógica dominada pelo mercado imobiliário e que tem o Estado como seu maior aliado, gerando a segregação socioespacial, facilmente observada nas grandes cidades.

Estamos nos referindo a um processo político e econômico que, no caso do Brasil, construiu uma das sociedades mais desiguais do mundo, e que teve no planejamento urbano modernista e funcionalista, importante instrumento de dominação ideológica: ele contribuiu para ocultar a cidade real e para a formação de um mercado imobiliário restrito e especulativo (MARICATO, 2000, p. 124).

A influência da vertente do planejamento estratégico em Belo Horizonte tem ficado clara na adoção de algumas medidas implementadas nos últimos anos. A desconcentração das atividades produtivas para as periferias e outros municípios e a queda do Produto Interno Bruto (PIB) ao longo dos anos 1990 podem ter levado à incorporação de estratégias competitivas no planejamento urbano (ALVARES; TEIXEIRA; LANSKY, 2009). Dentre os investimentos, se destacam aqueles destinados ao turismo de negócios, por exemplo, na renovação da Pampulha, pelo então prefeito Fernando Pimentel (PT). A eleição de Márcio Lacerda (PSB), um empresário, para a prefeitura de Belo Horizonte em 2008 foi algo sintomático nesse sentido. Além disso, alguns projetos de operação urbana a serem implementados na cidade - dentre os quais, a Operação Urbana do Isidoro - trazem consigo claramente o discurso do planejamento estratégico. De todo modo, tratou-se de um reflexo de um movimento que ocorre em todo o país, mas, no caso de Belo Horizonte, isso pode ser interpretado como um afastamento dos avanços ocorridos nos anos 1990, com a Frente BH Popular, em termos de uma gestão mais democrática e participativa.

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

Essa emergência do planejamento estratégico no Brasil não passou despercebida pela mobilização social nestes grandes centros urbanos. Ainda nos anos 1990, o caráter do engajamento social era uma herança do período de institucionalização da mobilização social, com a constituição dos Fóruns Nacionais de Luta e da Central dos Movimentos Populares, estabelecendo parcerias entre a sociedade civil organizada e o poder público. Conforme destaca Maria da Glória Gohn (2010 apud ARAÚJO; MELLO, 2012)⁶⁴, este foi o princípio, de certo modo, do estabelecimento de redes de ação entre atores com pautas distintas para a cidade, o trabalho e a sociedade, inclusive estabelecendo uma relação entre os movimentos sociais urbanos e rurais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), originário de Cascavel, no Paraná. Assim, as demandas dos movimentos sociais extrapolaram o âmbito local e passaram a se articular com outras dimensões – quando começam a aparecer, então, as ONGs e a qualificação de militantes.

No final do século XX, surgiram os movimentos antiglobalização nos Estados Unidos, contra o sistema capitalista e sua forma excludente e opressora de reprodução. Esse sentimento de revolta e o desejo por formas alternativas de vida inspiraram uma série de movimentos sociais locais, o que foi reforçado pela apropriação das novas tecnologias de comunicação para a organização, como as redes sociais da internet. Ainda segundo Gohn (2010 apud ARAÚJO; MELLO, 2012), as manifestações que acompanharam a realização do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em 2001, marcaram um novo ciclo de lutas que viria a desembocar na multiplicidade dos movimentos sociais do século XXI, dos quais a cidade de Belo Horizonte tem sido palco constantemente. Assim, o surgimento do *#Resistezidora* não pode ser compreendido separadamente deste contexto de lutas pela cidade e por essa razão este deve ser revisitado.

A filósofa Nancy Fraser (2002) também avalia esse quadro de transição. Segundo a autora, com o advento da globalização, houve uma tendência dos movimentos sociais migrarem de uma pauta por maior redistribuição, focada na luta de classes, para outra que defende o reconhecimento e a identidade cultural e étnica. Esse deslocamento trouxe consigo um novo entendimento da justiça social, abarcando outros eixos de subordinação para além daquelas do marxismo clássico. Vale dizer, porém, que a luta das ocupações urbanas por parte dos moradores ainda reflete uma demanda por redistribuição – no caso, o recurso é a terra –, enquanto que preceitos de identidade cultural e étnica são bandeiras, na maioria das vezes, trazidas pelos ativistas provenientes dos setores médios. De todo modo, Fraser admite ser preciso aliar essas frentes de luta em um *conceito bidimensional de justiça*, de modo a fugir do *problema da substituição* – no qual as lutas pela redistribuição estão sendo

⁶⁴ Ver GOHN, Maria da Glória (Org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

simplesmente substituídas pelas lutas por reconhecimento – e o *problema da reificação* – no qual estão sendo encorajados o separatismo e a formação de enclaves grupais identitários, levando à intolerância e ao autoritarismo. Assim, a autora preza pelo princípio da *paridade de participação*, “segundo o qual a justiça requer arranjos sociais que permitam a todos os membros (adultos) da sociedade interagir entre si como *pares*” (p.13). Para tanto, deve haver redistribuição de recursos que garanta independência e voz aos atores sociais, e os padrões institucionalizados de valor cultural devem respeitar a diversidade, a partir de um estatuto social, aproximando-se das ideias de Fainstein (2010), discutidas anteriormente.

Quanto à realidade vivida em Belo Horizonte, Araújo e Mello (2012) destacam o Grito dos Excluídos, de 7 de setembro de 1995, como parte da genealogia dos “novíssimos” movimentos sociais que surgiram na capital mineira. Tratou-se de uma mobilização com atores já ligados a outros movimentos distintos que se reúnem para fazer oposição ao modelo neoliberal vigente e propor alternativas mais inclusivas, buscando construir uma ideia de soberania e independência nacional perante as diretrizes internacionais. Entretanto, a partir dos anos 2000, Belo Horizonte passou a viver uma sucessão de mobilizações sociais que sobrepujaram essa pauta, transbordando para outras lutas, o que ficou expresso em movimentos como a Marcha das Vadias, que se originou no Canadá, em janeiro de 2011, e se repetiu ao redor do mundo, chegando a Belo Horizonte sua primeira edição cinco meses depois. As autoras ressaltam, também, a Praia da Estação, que teve início em janeiro de 2010 em uma revolta contra o decreto do prefeito Márcio Lacerda (PSB), que havia proibido a realização de eventos na Praça da Estação, no centro da cidade⁶⁵.

A estes movimentos somam-se outros - Fora Lacerda, Tarifa Zero BH, COPAC (Comitê Popular dos Atingidos pela Copa), Fica Ficus, Duelo de MC's, Salve Santa Tereza, Lagoinha Viva, Carnaval de Rua, Assembleia Popular Horizontal, Espaço Comum Luiz Estrela, Salve a Mata do Planalto, Parque Jardim América, para citar alguns - que vão se fazendo e desfazendo conforme as necessidades de expressão política e cultural da população. Segundo Araújo e Mello (2012), participam desses movimentos indivíduos dos mais variados grupos sociais, caracterizando sua atuação em rede, por meio de redes sociais de comunicação, mas também convocando movimentos sociais distintos a se unirem em torno de uma só causa, o que fica claro também no *#Resistezidora*. As autoras destacam, ainda, que essas manifestações trouxeram questões do mundo privado para a esfera pública, dotando-as de novos significados e evidenciando a opressão vivida por excluídos de seus direitos - ao espaço

⁶⁵ Mesmo após a revogação do Decreto 13.798 pela definição de um novo decreto - vale dizer, em um processo sem diálogo com a população -, a Praia da Estação segue ocorrendo em vários períodos ao longo do ano. O movimento foi apropriado por diferentes parcelas da sociedade e movimentos sociais, ganhando novas conotações, mas permanece sendo uma manifestação estético-política. Isso reforça a ideia de que um movimento social, enquanto grupo – e, aqui, faço alusão a Latour (2012) -, se transforma, ao longo do tempo, dinâmica inerente ao próprio processo de resistência, conforme colocado por Proust (1998).

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

público, à vida política e cultural, ao convívio com a natureza, à festa, à cidade, ao próprio corpo e, é claro, à moradia.

Outro ponto em comum entre as mobilizações ocorridas em Belo Horizonte é o fato de ocuparem os espaços públicos da cidade não só no intuito de conferir visibilidade às ações, demandas e reivindicações, mas também como uma forma de anunciar que, ocupando os espaços públicos, exerce-se o direito à cidade que deve ser pensada como *locus* de sociabilidade nos espaços públicos, mas também como espaço do exercício da política (ARAÚJO; MELLO, 2012, p.176).

Assim como o *#Resistezidora* faz parte dessa onda de mobilizações sociais em rede que se fortaleceram na cidade de Belo Horizonte nos últimos cinco anos, esta, por sua vez, também se insere em um contexto mais amplo de engajamento político e social nacional – tendo em vista as Jornadas de Junho de 2013 – e até mesmo global – fazendo referência a outros movimentos, como Occupy Wall Street (Estados Unidos), YoSoy132 (México), 15M ou Indignados (Espanha), e a Primavera Árabe. Para Araújo e Mello (2012) - que escrevem *antes* de junho de 2013, mas com argumento ainda válido, a meu ver - a multiplicidade de atores e demandas presentes nesses protestos, ao invés de gerar um sentimento de desnorreamento com relação ao futuro, deveria levar à desfundamentalização de identidades e reivindicações. Sua complexidade diante do que antes se manifestava mais claramente como um conflito de classes à luz de uma leitura marxista se mostrou de difícil compreensão por parte daqueles tradicionalmente responsáveis por atender ao clamor das ruas, como os políticos.

Isso significa que o desejo de mudança, de um novo modelo de sociedade, não tem como alvo apenas o aparato do Estado, não há apenas uma única forma de transformação social. Assim como também não é possível dizer de um projeto único de sociedade, mas de atores sociais diversos reivindicando projetos distintos. (...) Muitas das reivindicações levadas às ruas expressam a necessidade, inclusive, de ressignificação de questões que extrapolam essas esferas [do setor industrial e da forma de organização do sistema político da sociedade]. Isso não significa que os conflitos relativos ao confronto capital X trabalho não se fazem mais presentes, mas que até os conflitos daí oriundos são experimentados sob novas formas e são expressos pelos trabalhadores de maneiras também distintas (ARAÚJO; MELLO, 2012, p.178-179).

Conforme analisa os movimentos Occupy, Slavoj Žižek (2012) apontam para a importância de compreendermos que as reivindicações nas ruas são as *respostas* para as quais os intelectuais devem propor *questões*. Desse modo, não se trata aqui de *determinar*, enquanto pesquisadora, que o movimento de resistência das Ocupações da Izidora se explica simplesmente devido à mobilização generalizada que se deu na cidade de Belo Horizonte no fatídico ano de 2013 – como veremos, essa é uma associação que moradores e militantes dos movimentos sociais fazem – mas de *buscar questões* por trás dessa relação. Como diz Žižek (2012), “são as pessoas que têm as respostas, elas só não conhecem as perguntas para as quais têm (ou melhor, são) a resposta” (p.25). Acrescento à análise de Žižek a bagagem conceitual de Latour (2012): a investigação de uma resposta possível se encontra na voz dos diversos atores participantes desta rede de ações.

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

2.2.1. Resistência, (ausência de) políticas habitacionais e histórico de ocupação

Anteriormente à análise do #Resistezidora, é preciso dar um passo atrás e compreender os elementos em torno do surgimento das ocupações urbanas em Belo Horizonte, até chegar às Ocupações da Izidora. Começo pelo debate da exclusão socioespacial - que passa, também, por uma breve revisão da política habitacional adotada.

Historicamente, o governo concentrou os investimentos públicos nas áreas mais desenvolvidas, desde a construção de escolas, hospitais e parques, até rodovias e corredores de bicicleta, acesso a ônibus e metrô, coleta de lixo e saneamento básico. Essa concentração pode se justificar, por um lado, devido ao maior número de população residente nas áreas centrais em detrimento dos municípios periféricos. Entretanto, reforça-se um modelo centralizador em que as pessoas são forçadas a se deslocarem até o centro para ter acesso a serviços e oportunidades, caracterizando a exclusão daqueles que querem e não vivem nele porque não podem pagar.

No debate da economia política da urbanização, o Estado é identificado como o responsável por garantir a reprodução e o acesso ao que chamam *condições gerais de produção*⁶⁶ (MONTE-MÓR, 2006). Entretanto, considerando as décadas de 1960 e 1970, ao canalizar recursos para a promoção dessas condições, atendendo aos interesses da acumulação capitalista, em detrimento da reprodução ampliada da força de trabalho, em especial, o Estado brasileiro - provedor e autoritário - acirrou os problemas urbanos.

Partindo da ótica da política habitacional que pretendo desenvolver, Adauto Lúcio Cardoso (2001) mostra como os primeiros investimentos em políticas habitacionais eram financiados pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), de modo que os verdadeiros financiadores eram os trabalhadores - os quais, muitas vezes, eram excluídos dessas políticas graças a uma postura de privilegiar a "saúde financeira" dos investimentos. Isso perdurou ao longo das gestões do Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em 1964 e inserido no Sistema Financeiro de Habitação (SFH), quando os recursos utilizados passaram a provir da poupança, gerando uma oferta concentrada na população de renda de 3 a 10 SM, embora com questionável qualidade construtiva e acessibilidade. A criação do BNH resultou em um quadro de relações de interesses entre o Estado e o setor privado que garantia a execução das políticas habitacionais, engessando um modelo de mercado que privilegiava,

⁶⁶ "As *condições gerais da produção*, um conceito marxista resgatado por teóricos urbanos neomarxistas (LOJKINE, 1981; TOPALOV, 1979), abrangem: provisão, pelo Estado, de aparato legal que garanta as relações de propriedade privada e livre circulação de mercadorias (incluindo terra e força de trabalho), serviços de transporte e comunicações, e a provisão da infraestrutura básica e serviços para o capital industrial e financeiro, assim como para a reprodução da força de trabalho" (MONTE-MÓR, 2006, p.13). Ver LOJKINE, J. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: M. Fontes, 1981 e TOPALOV, C. *La urbanización capitalista: algunos elementos para su análisis*. Mexico: Editorial Edicol Mexico, 1979.

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

novamente, a classe média (CAMPOS, 2011). O resultado desse processo de exclusão do acesso à terra pela classe de baixa renda levou ao fracasso do BNH como provedor de habitação de interesse social. Após a crise econômica e do SFH, o BNH se extinguiu, em 1986⁶⁷.

A partir de então, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) passou a ser disputado entre setores do governo para ser destinado a outros investimentos. No governo FHC, foi criada a Política Nacional de Habitação (PNH) e esses fundos passaram a sofrer um controle maior, que se tornou ainda mais restrito após a crise da dívida em 1998 e as exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI). O Programa de Arrendamento Residencial (PAR) tampouco supriu as necessidades das classes mais pobres e dos investimentos em infraestrutura e saneamento, dependendo de recursos externos, como do Banco Mundial (CARDOSO, 2001).

Conforme apontam Cardoso e Thêmis Amorim Aragão (2011), o início do governo Lula deu continuidade ao PNH, associando-o a políticas específicas direcionadas à população de baixa renda. Entretanto, a população de renda até 3 salários mínimos permaneceu, grosso modo, excluída do mercado habitacional, mantendo o problema da segregação socioespacial. Com a abertura do capital das empresas da construção civil nas bolsas de valores, em 2004, o estímulo ao capital imobiliário aumentou, favorecendo especialmente as classes de renda entre 3 a 6 SM. Esse quadro colaborou para a criação de um *boom* imobiliário, com o surgimento de novas empresas de construção que competiam sua rentabilidade com empresas de mineração e bens de capital.

Entretanto, a verdadeira inovação do governo Lula viria com a instituição do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), como resposta à crise financeira internacional de 2008, a partir do estímulo à geração de emprego e renda. A base de seu funcionamento está na geração de subsídios a partir do governo federal para a construção de moradias destinadas à população de renda entre 0 e 10 SM, atuando em conjunto com empresas privadas. Assim, o programa sofreu um choque com os ideais do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), também instituído pelo governo Lula, na medida em que tornou o setor privado o gerador da demanda pelas novas construções, ou seja, o agente promotor da política habitacional (CARDOSO; ARAGÃO, 2011).

Dentre as diversas críticas produzidas atualmente pela academia no que tange ao programa e seus padrões construtivos⁶⁸, destaca-se que os empreendimentos destinados à população de baixa

⁶⁷ Com a extinção do BNH, a CEF ficou a cargo da administração das políticas de habitação, caracterizando uma época de fragmentação institucional e baixo fluxo de recursos. Foi com a criação das Cartas de Crédito, nos anos 1990, que foi possível garantir o reaquecimento do mercado. (CARDOSO; ARAGÃO, 2011).

⁶⁸ Nos anais da XVI edição do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR), realizado em Belo Horizonte, em maio de 2015, é possível perceber as inúmeras

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

renda têm sido alocados para ocuparem os eixos de expansão do tecido urbano, local em que a terra possui valor mais baixo, barateando a produção e intensificando o processo de segregação socioespacial. Além disso, a produção se concentrou nos locais em que o capital imobiliário considera lucrativo, ou seja, em municípios dinâmicos economicamente, de modo a excluir municípios de economia estagnada do conjunto de localizações possíveis⁶⁹.

De modo geral, podemos inferir que, uma vez que o Estado possui o poder de regulação urbanística e geração de infraestrutura urbana, cabe a ele o papel de criar mecanismos de garantir o acesso das camadas de mais baixa renda à moradia. Na visão de Gabriel Bolaffi (em 1979), as políticas habitacionais adotadas pelos governos brasileiros encararam a habitação como um “falso problema”, colocando as questões de ordem econômica em primeiro lugar. Esse discurso pode ser reproduzido em uma análise mais atual, se considerarmos o PMCMV. Além disso, vale lembrar que, segundo a teoria da renda da terra de Marx, recuperada por Harvey (1980), os investimentos públicos são diretamente responsáveis pela definição do preço da terra, na medida em que geram valorização. Assim, as políticas públicas colaboram para a transferência de capital para os proprietários de imóveis, sem que estes arisquem em alguma forma de investimento⁷⁰ (BOLAFFI, 1979).

As políticas habitacionais e os modelos de planejamento adotados ao longo da história de Belo Horizonte interferiram na dinâmica de ocupação espacial da população. Quando, nos anos 1950, chegaram as grandes indústrias à RMBH, iniciou-se um embate entre proprietários de terra e especuladores imobiliários no entorno das áreas industriais para retenção e parcelamento de terras (COSTA, 1994). Foi criada uma série de loteamentos nos municípios, gerando o espaço urbano periférico que, nas décadas seguintes, seria tema dos movimentos sociais pela reforma urbana. Nos anos 1970, com a nova industrialização mineira, vultosos volumes de capital industrial chegaram à cidade e foram se consolidando os vetores Oeste industrial e o Norte Central, em um complexo turístico-urbanístico-industrial (COSTA; MENDONÇA, 2010). A moradia ficava a cargo dos setores privados e sujeita à dinâmica do capital imobiliário, resultando na segregação da população,

produções acadêmicas sobre este tema: boa parte dos trabalhos apresentados tinham como foco o PMCMV e suas implicações.

⁶⁹ Outro resultado deste fenômeno é a concentração das atividades em um pequeno número de empresas construtoras que ignoram as divergências geográficas, estruturais, culturais e sociais – o chamado *projeto do edifício padrão* (CARDOSO; ARAGÃO, 2011, p. 97).

⁷⁰ Para Bolaffi (1979), este é um problema político que deve ser corrigido a partir da intensificação da cobrança de impostos, a única forma de garantir a redução da rentabilidade dos investimentos do capital imobiliário no setor. Uma opção seria a aplicação dos instrumentos captura de mais valias fundiárias presentes no Estatuto da Cidade, como a Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC) e as Operações Urbanas Consorciadas (OUC), aliadas à cobrança de IPTU progressivo no tempo e à utilização compulsória de terrenos vagos e ociosos. Entretanto, a não aplicabilidade destes instrumentos, desde a aprovação do Estatuto, exprime a ineficácia do Estado em agir de forma não consonante com os interesses do mercado privado.

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

intensificada pelos processos privados de parcelamento da terra que contavam com o consentimento do poder público⁷¹.

Segundo Heloísa Soares de Moura Costa, em trabalho com Jupira Gomes de Mendonça (2010), a cidade passou por algumas transformações graças ao processo de reestruturação produtiva, que gerou implicações econômicas, socioculturais, espaciais e ambientais, culminando em uma nova conjuntura local. Nos anos 1990, a queda da migração rural-urbana e das taxas de crescimento populacional na capital também colaborou para a mudança do padrão espacial de ocupação do espaço em Belo Horizonte, e a dinâmica de valorização imobiliária seguia expulsando grande parte da população de baixa renda para os municípios periféricos⁷².

O modelo de concentração de renda e exclusão socioespacial, aliado ao processo de crescimento urbano vivido pela cidade, sobretudo a partir dos anos 1970, elevou o déficit habitacional em Belo Horizonte e tornou seu espaço proliferado por ocupações irregulares nas áreas particulares e públicas desprezadas pelo mercado imobiliário e frágeis, ambientalmente⁷³. Assim, surgiram as áreas altamente adensadas, de ocupação desordenada e carentes de infraestrutura básica, como acesso ao saneamento, equipamentos e serviços urbanos, constituindo os adensamentos precários em suas diversas tipologias, como favelas e vilas. Hoje, segundo dados da Diretoria da URBEL, cerca de 20% da população de Belo Horizonte estão distribuídos em 215 favelas, conjuntos habitacionais populares e outros assentamentos irregulares (áreas de ZEIS-1 e ZEIS-3), em 16,5km² de área.

O **Gráfico 1** abaixo apresenta alguns dados referentes ao déficit habitacional da RMBH. Adensamento excessivo corresponde ao número médio de moradores por dormitório acima de 3 pessoas; ônus excessivo em aluguel é quando a razão entre valor do aluguel (localizado em área urbana) e rendimento domiciliar (que deve ser até 3SM) é superior a 30%; coabitação familiar compreende as famílias conviventes secundárias que declararam intenção de constituir um domicílio

⁷¹ Entre os anos 1967 e 1972, somente 13,6% das unidades habitacionais em Belo Horizonte haviam sido financiados pelo SFH, de acordo com dados da Plambel (COSTA, 1994), revelando a fragilidade das políticas públicas habitacionais desde então.

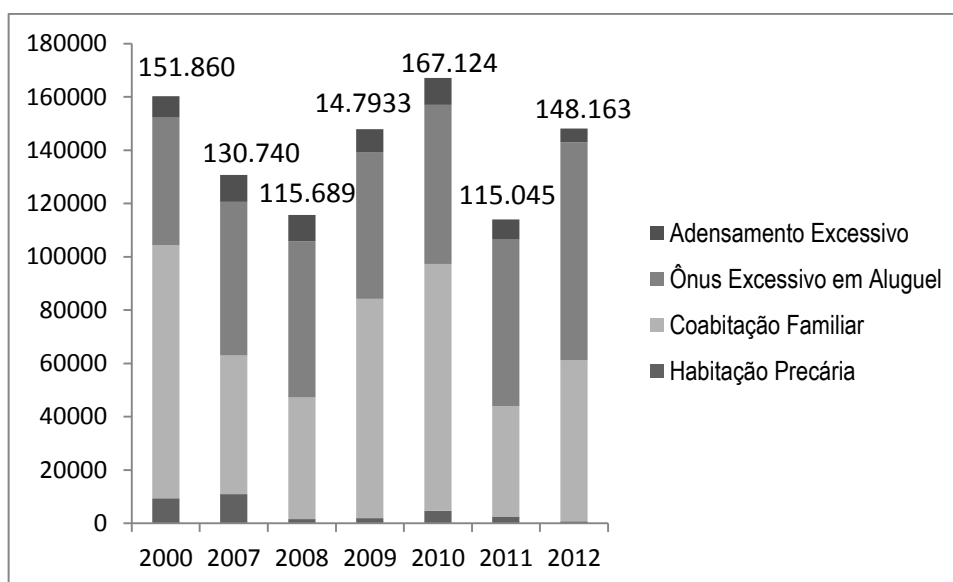
⁷² Para as autoras, a produção monopolista promoveu a diferenciação dos imóveis em relação à tipologia construtiva mais que pelas condições de localização. O padrão de investimentos foi alterado e direcionado para a construção de moradias populares, o que se deveu à aprovação, em 1996, de legislação urbanística que ampliou o potencial construtivo das regiões periféricas, associada a investimentos em infraestrutura viária e saneamento na periferia. Esses imóveis se destinam a famílias de renda de 3 a 6 SM, com tamanho em torno de 50 m², localizados em terrenos grandes, priorizando condomínios horizontais em grande escala (COSTA; MENDONÇA, 2010).

⁷³ Atualmente, na distribuição da população na RMBH, as classes de renda média ocupam as áreas em direção ao vetor Oeste, enquanto as classes de alta renda ocupam aquelas em direção ao vetor Sul; e as classes de baixa renda ocupam as regiões mais periféricas, nos vetores Norte, Norte Central e Leste. Os empreendimentos realizados pelo capital imobiliário contam, também, com a expansão dos condomínios de luxo, como é o caso do Alphaville e do Vale dos Cristais, no vetor Sul, embora haja diversos projetos de expansão urbana no vetor Norte, vinculados ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves, ao Centro Administrativo de Minas Gerais (CAMG) e à construção da Linha Verde (COSTA; MENDONÇA, 2010).

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

exclusivo; e habitação precária é a soma de domicílios improvisados (engloba locais e imóveis sem fins residenciais que servem como moradia alternativa, como imóveis comerciais, embaixo de pontes, barracas, carcaças de carros abandonados e etc.) e rústicos (aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada ou taipa não revestida). O ônus excessivo em aluguel e a coabitação familiar correspondem aos principais fatores que incrementam o déficit habitacional na RMBH atualmente. Isso poderia ser confirmado em um cadastro das famílias das ocupações urbanas, uma vez que, aparentemente, a maior parte dos moradores é proveniente de uma dessas condições de habitação. É importante destacar, ainda, que a política pública demandada por cada um desses fatores é diferente, de modo que tal índice é um bom orientador para a política habitacional⁷⁴.

Gráfico 1. Déficit Habitacional Total na RMBH



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da Fundação João Pinheiro.

Nos anos 1980, o movimento de favelas e de moradia – UTP (União dos Trabalhadores da Periferia), Pastoral de Favelas da Igreja Católica e a FAMOBH – também passou a pressionar o governo, o que resultou na estruturação, por iniciativa do Plambel, em 1982, da fundamentação jurídica e do anteprojeto do Programa Municipal de Regularização de Favelas (PROFAVELA) (SOMARRIBA, 1996). Mais tarde, em 1993, com a criação da Política Municipal de Habitação, através da URBEL, a prefeitura passou a desenvolver um processo de recuperação e urbanização desses assentamentos.

⁷⁴ Em Belo Horizonte, segundo dados de 2010 do Censo Demográfico, o déficit habitacional total é de 78.340 unidades habitacionais (1.978 habitações precárias; 42.340 casos de coabitação familiar; 29.566 unidades com ônus excessivo de aluguel e 4.457 domicílios com adensamento excessivo). Além disso, há 65.505 domicílios vazios com potencial de ocupação, o que mostra que o déficit habitacional na capital mineira poderia ser reduzido para 12.835 unidades habitacionais (FJP, 2013).

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

Assim, surgiu a partir do PGE de cada vila, em 2000, no governo de Fernando Pimentel (PT), o Programa Vila Viva de intervenção estrutural através de melhorias do sistema viário, redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário e regularização fundiária, o que, em muitos casos, vem acarretando em reassentamentos e, nos piores deles, remoções das famílias.

De modo geral, esses programas de regularização de favelas se concentraram em áreas de ilegalidade da relação do morador com a terra ou implantadas pelo Poder Público sem a regularização jurídica e urbanística. Assim, estiveram sempre ligados a uma ideia de inclusão daqueles espaços no que se denominava cidade formal, como se este fosse realmente um desejo da população local. Embora esses programas assumam uma abertura à participação popular, alguns trabalhos acadêmicos têm sido realizados, evidenciando a ausência da capacidade do poder público de apreender o diálogo com a população local e ser capaz de contemplar suas necessidades (MELO, 2009).

Segundo Tiago Castelo Branco Lourenço⁷⁵ (2014), os elementos da política habitacional brasileira e de Belo Horizonte abriram caminho para a formação maciça das ocupações urbanas nos últimos anos. A Ocupação Corumbiara no Vale do Jatobá, mito de fundação para as ocupações mais recentes da cidade, surgiu em 1996, ainda no governo da Frente BH Popular, em terreno particular da região do Barreiro. A ocupação continha 379 famílias e foi organizada pela Liga Operária (LOP) e pelo Partido Comunista Revolucionário (PCR), que originou o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)⁷⁶. Atualmente, a ocupação está consolidada como um bairro e em processo de regularização fundiária.

Somente em 2006 se desenvolveu a próxima ocupação urbana na cidade, com o apoio das Brigadas Populares⁷⁷, batizada de Caracol, localizada em um edifício no Bairro Serra, somando 15 famílias (LOURENÇO, 2014). Embora tenha se mantido por somente dois meses, inspirou outros

⁷⁵ Tiago Lourenço (2014) é arquiteto e participou intensamente do processo inicial de ocupação da comunidade Dandara, a partir do qual desenvolveu sua dissertação de mestrado. É, também, integrante do grupo dos Arquitetos Sem Fronteiras Brasil (ASF), que faz parte da rede de apoiadores das Ocupações da Izidora e, por esta razão, foi uma das pessoas entrevistadas neste trabalho, como veremos mais adiante com o tratamento Tiago.

⁷⁶ O MLB foi formado em 1999, após a Ocupação Corumbiara e outras ações no Nordeste, onde também atua. Sua pauta é a luta pela reforma urbana nos moldes socialistas e alguns de seus membros são vinculados ao PCR. O movimento faz parte da equipe de coordenação do Fórum Nacional de Reforma Urbana e assume a importância do trabalho em conjunto de grupos, movimentos e organizações populares da classe trabalhadora para encaminhar as mudanças necessárias. Partindo da questão da moradia para mobilizar o povo, defende outras bandeiras de luta, como educação, saúde e outros direitos humanos (LOURENÇO, 2014).

⁷⁷ As Brigadas Populares foram formadas em 2005 a partir de um grupo de estudos marxistas organizado por universitários de Belo Horizonte, em especial da Faculdade de Direito da UFMG. O grupo tem uma área de atuação abrangente, incluindo os municípios da RMBH e se estendendo para outras cidades mineiras e nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal. Seus militantes se dividem em brigadas territoriais (atuando na organização do território segundo as demandas locais) e especiais (articulando-se a temas ao invés de territórios), e sua atuação se dá em diferentes Frentes de Trabalho (Antiprisional, Comunicação e Cultura, Formação, Juventude e Reforma Urbana) (LOURENÇO, 2014).

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

movimentos de resistência, como a Ocupação João de Barro, que recrutou famílias no Núcleo de Moradia do Barreiro e do Padre Eustáquio, na Vila do Cafezal e no assentamento Novo Lajedo. A ocupação viria a ser despejada e gerar a Ocupação João de Barro II e III. Lourenço destaca o depoimento de um militante que explicita como a ideia das ocupações urbanas foi se fortalecendo como prática de resistência à carência de uma política habitacional.

Participo de movimentos de luta por moradia e pelo direito à cidade desde 2002. A princípio, a participação iniciou dentro da política habitacional institucional, através da participação nas reuniões do orçamento participativo de habitação. Ao longo do tempo fui percebendo que tudo isso é nada mais e nada menos que uma forma de a própria instituição dirigir o povo. E aí começou o processo de rebelião. Então essa lógica que está aí começou em 2007, quando iniciamos um processo de ocupação juntamente com as Brigadas Populares, lá na Serra, com a ocupação João de Barro, ocupando a massa falida da Construtora Encol (Amorim, 2014, militante apud LOURENÇO, 2014, p.26).

Conforme analisa o autor, após esse processo, a lógica de ocupação vertical (edifícios vazios) foi repensada e passou a ser substituída pela lógica da ocupação horizontal (terrenos vazios), possibilitando a autoconstrução e, assim, criando-se um vínculo maior com o espaço e entre os moradores, fortalecendo a resistência. Nesta fase recente de ocupações urbanas em Belo Horizonte e RMBH, a primeira ocupação horizontal foi a Ocupação Camilo Torres, em fevereiro de 2008, também localizada na região do Barreiro, sob o mote de que “nossos sonhos não cabem em uma caixa de fósforos”, a qual mais tarde seria despejada. Após essa ocupação, as Brigadas Populares colocaram em discussão a implementação de ocupações rururbanas, conjugando a moradia com atividades agrícolas em terrenos peri-urbanos, em associação com o MST. Surgiu, assim, a Ocupação Dandara, cujo papel na luta por moradia na Grande BH foi essencial, conforme é possível observar pelo depoimento do religioso e ativista da Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁷⁸, Frei Gilvander Luís Moreira:

Acho que o que está animando muitas essas ocupações tidas como espontâneas, é o que eu chamo de “efeito Dandara”. Espalhou nacionalmente, internacionalmente, o êxito da Dandara, que não é só Dandara, é o êxito da Camilo Torres, é o êxito da Eliana Silva, é o êxito da Guarani Kaiowá. Juntas, elas estão mostrando, sinalizando para os pobres do Brasil que quando a gente faz essa conjugação de forças, empoderar os pobres internamente, contar com movimentos sociais populares legítimos e idôneos, com um grupo de arquitetos, um grupo de advogados populares, montando uma rede de apoio, trazendo as muitas forças vivas da sociedade, isso faz uma grande diferença. (Moreira, 2013, religioso e ativista apud LOURENÇO, 2014, p.28).

Lourenço aponta que o termo *ocupação* se contrapõe ao termo *invasão*, na medida em que os moradores e movimentos sociais envolvidos consideram essa forma de mobilização legítima. O direito à propriedade privada é absoluto, segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU de

⁷⁸ A CPT, de ordem religiosa católica, é guiada pelos princípios da Teologia da Libertação – um movimento de setores da Igreja Católica na América Latina que também possui influências marxistas e busca interpretar os ensinamentos de Jesus Cristo a partir de questionamentos acerca do sistema capitalista (LOURENÇO, 2014). A CPT tem em Frei Gilvander uma figura de liderança local, que insiste no importante papel que a religião assume nas lutas sociais no Brasil. Junto ao MLB e às Brigadas Populares, a CPT atua nas Ocupações da Izidora, como veremos mais tarde.

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

1948, a Constituição Brasileira de 1988 e o Novo Código Civil Brasileiro de 2002. Entretanto, a Constituição Federal de 1988 defende o cumprimento da função social da propriedade, termo regulamentado pelo Novo Código Civil e pelo Estatuto da Cidade. Assim, o argumento jurídico que legitima as ocupações urbanas tem sido o fato de se tratar de imóveis vagos e que cumpriam propósitos especulativos. O termo *ocupação*⁷⁹ é, ainda, carregado de uma conotação política, o que a diferencia de outros assentamentos informais, como as *favelas* ou os *loteamentos periféricos*.

A ação política das ocupações tem como uma de suas motivações, justamente, o processo de institucionalização dos movimentos sociais mais antigos, que os fez perder a possibilidade de pressão sobre o poder público para a realização de políticas habitacionais (LOURENÇO, 2014, p.29).

Enquanto as favelas constituem uma ocupação paulatina e desorganizada de um terreno para satisfazer a necessidade da moradia, as ocupações urbanas constituem uma ação planejada e estruturada - via a ação de movimentos sociais ou dos próprios moradores -, e, portanto, possui um discurso que ultrapassa a questão habitacional *per se*, mas reforça uma oposição política ao *status quo* (LOURENÇO, 2014). Por sua vez, os loteamentos periféricos podem ser realizados por loteador privado, - cuja compra, mediante aprovação nos órgãos públicos, se dá informalmente pelos moradores, sem ação política - ou via loteamento associativo⁸⁰ - promovidos por associações de sem-casa, o que envolve uma mobilização popular. Desse modo, pressupõem a propriedade da terra pelo agente que os promove, o que exclui grupos populacionais de renda muito baixa. Diante deste cenário, multiplicaram-se, portanto, o número de ocupações urbanas em Belo Horizonte⁸¹.

Segundo Rafael B., militante das Brigadas Populares, as ocupações urbanas assumem um papel mais importante de caráter político na luta pelo direito à moradia muito devido à atuação do movimento social. Este traz consigo aspectos acumulados do que seria o direito à cidade, principalmente do ponto de vista espacial, como a noção do acesso à rua, para garantir a mobilidade, e o acesso aos serviços urbanos, além da noção da importância do espaço público como espaço de encontro para a construção da cidadania, de onde vem a ideia das áreas de uso coletivo, por exemplo.

⁷⁹ Conforme apontado por Lourenço (2014), também é comum entre os moradores e movimentos sociais o uso da palavra *comunidade* para se referir às ocupações, a qual, diferentemente do termo *favela*, carregado de uma conotação negativa, evoca comunhão de interesses, harmonia e coesão.

⁸⁰ Estudos sobre os loteamentos associativos na RMBH, realizados pelo Grupo MOM da Escola de Arquitetura da UFMG, mostram que tais processos ocorreram entre as décadas de 1980 e 2000 com forte mobilização popular favorecida pelo contexto político de redemocratização, quando as políticas habitacionais nos municípios da RMBH eram quase inexistentes. Atualmente, com boa parte destas institucionalizadas, inclusive com a participação de movimentos sociais, a mobilização popular nesse sentido se vê enfraquecida (LOURENÇO, 2014).

⁸¹ Atualmente, somam-se doze ocupações na cidade: Nelson Mandela (Aglomerado da Serra); Novo Paraíso (Palmeiras); Rosa Leão, Esperança e Vitória (Região da Izidora); Nelson Mandela, Eliana Silva, Irmã Dorothy e Camilo Torres (Barreiro); Dandara (Céu Azul); Vila da Esperança (Calafate); e, a ocupação cultural Luiz Estrela (Centro-Sul). Por se tratar de um processo dinâmico na cidade, outras ocupações podem ter surgido ou sido desocupadas até o momento de finalização deste trabalho.

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

Esses conceitos que o movimento traz são repassados às famílias, que acabam internalizando esses valores.

Assim, antes de tratarmos das Ocupações da Izidora, observamos dois elementos que justificam a escolha das ocupações pela população de baixa renda para realizar o sonho da casa própria: i) o “efeito Dandara”, uma vez que a ocupação foi exitosa, fortalecendo os movimentos sociais envolvidos; e ii) o teor político que carrega, que questiona o modelo de reprodução da cidade, compreendendo o direito à moradia como conjugado ao direito à cidade. Uma questão que se coloca aqui é em que medida esta bandeira levantada pelos movimentos sociais de inspiração socialista trata de um interesse real dos moradores, conforme aponta Lourenço a partir de sua experiência de observação-participante em ocupações na RMBH.

(...) a experiência cotidiana das diferentes classes sociais que convivem numa ocupação urbana é um importante elemento para a reflexão. Os discursos progressistas de que movimentos e ativistas sociais são portadores, nesse contexto, muitas vezes não passam de imposições culturais entre classes em posições completamente desiguais, promovendo (des)encontros que não favorecem a autonomia dos sujeitos envolvidos (LOURENÇO, 2014, p.34).

Um exemplo que ilustra isso é o da Ocupação Dandara. Foi realizado, com a ajuda de um grupo de arquitetos e dos movimentos sociais, um Plano Urbano com lotes coletivos de, no mínimo, 1.000 m², respeitando a ADE da Bacia da Pampulha, e quota mínima de 120 m² de terreno por unidade habitacional, segundo a ADE Trevo. No entanto, após várias discussões internas, os moradores recusaram tal proposta substituindo-a por lotes individuais com medidas idênticas de 8m x 20m. Desse modo, ainda que a ideologia por trás dos movimentos sociais buscasse introduzir na ocupação um ideal de coletividade como exceção à cidade formal, os moradores não compartilhavam dos mesmos ideais e optaram pelos lotes individuais.

Os moradores da Ocupação Dandara vivem nesta mesma sociedade e estão submetidos a todos os seus discursos ideológicos e, portanto, também à desconfiança em relação a qualquer tipo de coletivização. Soma-se a isso a urgência que envolve uma ocupação urbana. Os problemas ali exigem respostas imediatas. Reflexões que pretendam romper com o senso comum têm que ser construídas no atropelo dos acontecimentos. Nesse contexto, é difícil discutir alternativas com todos os envolvidos, mais ainda quando se trata de um empreendimento tão grande e com tantos participantes (LOURENÇO, 2014, p. 44).

Podemos compreender que os moradores das Ocupações da Izidora se inspiraram nas outras ocupações urbanas da cidade, como a Dandara. No entanto, a mobilização de sua rede de apoiadores se inseriu, ainda, no contexto de fortalecimento da mobilização social na cidade, expresso nas Jornadas de Junho de 2013, momento em que essas ocupações surgiram. Esses elementos não são suficientes para explicar as Ocupações Rosa Leão, Vitória e Esperança, uma vez que o movimento social organizado não tomou a iniciativa de ocupação da Região da Izidora: esta partiu da mobilização dos próprios moradores. Contudo, isso é mais um apontamento de como a resistência se insere em

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

uma rede de correlação de forças para além do que nos parece estabilizado. Desse modo, faz-se necessária uma inserção no campo para compreender melhor seu surgimento e a constituição da rede de apoiadores capaz de impedir seu despejo em agosto de 2014.

A iminência do despejo naquele momento era resultado de parte do contrato assinado pela empresa Santa Margarida Empreendimentos Imobiliários com a CEF para a realização do Empreendimento Granja Werneck (EGW), em **27 de novembro de 2013**, ou seja, quando as Ocupações da Izidora já existiam. Esse contrato se encontrava em fase de cumprimento de exigências para autorização do início das obras e reivindicava a liberação do terreno até o dia **31 de agosto de 2014**. O empreendimento (**Figura 6**) contava com a inclusão do PMCMV e, das cerca de 70 mil moradias a serem construídas na área, previa a construção inicial de 8.896 unidades no prazo de dois anos para as famílias que recebem até R\$1.600 (na Fase 1 do programa, a Faixa 1 correspondia a famílias de 0 a 3SM). Na Fase 2 seriam construídas 2.036 unidades, totalizando 10.932 unidades habitacionais. A sobreposição aproximada das áreas do EGW e das Ocupações está na **Figura 7**.

Figura 6. Planta do Empreendimento Granja Werneck



Fonte: Disponibilizado pela ASF.

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

Figura 7. Sobreposição aproximada do Empreendimento Granja Werneck e das Ocupações da Izidora



Fonte: Elaboração própria a partir da imagem satélite extraída do Google Earth (2015).

Esse empreendimento resultou do interesse de alguns proprietários da Região da Izidora em urbanizar a área de forma sustentável em uma associação com empresas privadas; os proprietários e o poder público não dispunham do capital necessário, embora se preocupassem com a ocupação desordenada da área ameaçada pela expansão urbana de seu entorno. O resultado foi a aprovação, em 2010, da lei da Operação Urbana do Isidoro e, mais tarde, de sua alteração com a inclusão do PMCMV.

Conforme percebemos a partir do depoimento de Charlene Egídio, moradora da Ocupação Rosa Leão, as famílias desconheciam o projeto da OUI e o EGW antes de ocuparem o terreno. Segundo a declaração de Frei Gilvander, o próprio movimento social passou a se inteirar das informações ao longo do processo de resistência.

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

Nós não sabíamos que aqui tinha essa operação urbana. Na verdade, a gente nem sabia que ia dar tanto problema ocupar esse terreno! Isso aqui é a cereja do bolo do município de Belo Horizonte; a gente sabe que eles estavam ganhando dinheiros e dinheiros com esse terreno parado. Foi com a busca de informações, com o apoio dos movimentos sociais que nós tivemos consciência do grande enfrentamento que a gente ia ter a partir daí. Essa operação urbana mesmo: eu ainda não tirei um dia para estudar realmente ela, porque eu quero fazer isso. Se a gente for estudar mesmo, ela danifica mais o solo, a população, do que as ocupações, muito mais. Eles fazem um desenho magnífico, com muitas escolas e parques, mas colocam não sei quantas mil famílias morando um em cima do outro em “apertamentos”, sem qualidade de vida, sem saber o que é uma plantação, tem gente sem mobilidade. São várias coisas que nós temos que reavaliar nessa operação urbana (Charlene, Ocupação Rosa Leão, 2015).

Nós já tínhamos conhecimento. Eu já estava pessoalmente indignado porque eles iriam construir apartamento para a classe média alta e o prefeito ia conceder cinco anos de isenção do IPTU e o trem iria lucrar bilhões. Então já estávamos engasgados e sentindo que era algo muito injusto que estava rolando. Uma minoria tinha noção do que se estava planejando para o lugar, mas foi durante o processo de resistência que as informações foram se difundindo para o povo (Frei Gilvander, CPT, 2015).

Ainda que o surgimento das Ocupações da Izidora não tenha sido uma resistência direta a esse projeto, este é um importante ator no processo de consolidação do movimento de resistência que pretendo analisar. Um exemplo disso é a participação da Construtora Direcional em todas as mesas de negociação com as famílias até o momento. Desse modo, apresento, na próxima seção, alguns apontamentos acerca da controvérsia no que tange à aprovação da lei que instituiu o instrumento e ao EGW, que decorreu desta.

2.2.2. A Operação Urbana do Isidoro e o Empreendimento Granja Werneck

Em uma postagem na revista eletrônica *Ecológico*, em 02 de dezembro de 2013, Otávio Werneck, um dos netos de Hugo Werneck, conta que, desde a morte de seu avô, em março de 1935, a situação financeira do Sanatório e da Fazenda Granja Werneck era crítica, tendo a família realizado acordos com credores para garantir sua manutenção. Conta Werneck que, naquele ano, foi constituída a Granja Werneck S/A e, após um período de dificuldades financeiras, a propriedade prosperou, baseada em atividades agropastoris. Com o falecimento de Dora Eiras, esposa de Hugo Werneck, a fazenda manteve-se como propriedade rural produtiva, mas foi dividida entre seus 13 filhos - Roberto Werneck, Jorge Werneck, Hugo Werneck, Jayme Werneck, Paulo Werneck, Samuel Werneck, Víctor Werneck, Dora Werneck, Lygia Werneck, Hortense Werneck, Vera Werneck, Ruy Werneck e Léa Werneck. Segundo consta o depoimento de Otávio, na medida em que seu entorno era ocupado, os proprietários passaram a sofrer casos de roubos e agressões armadas, e o local servia de depósito de lixo e desova de cadáveres. Assim, na segunda metade dos anos 1980, após reconhecer a impossibilidade de manutenção do negócio, a produção local passou a ser somente artesanal e a propriedade para fins de lazer.

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

Em 1988, iniciamos conversas para encontrar a destinação mais adequada para a área original da Granja Werneck, levando em consideração as disposições impostas pela legislação municipal. A partir daí, mantivemos entendimentos com autoridades e técnicos da PBH e com potenciais investidores. O objetivo foi viabilizar um projeto de urbanização para a área que, pela LPOUS vigente, era considerada rural (WERNECK, 2013).

O desejo da família, por influência do filho ambientalista Hugo Werneck⁸², era um projeto de manutenção das áreas verdes, em uma ocupação com padrão de qualidade superior ao entorno. Por essa razão, em 15 de dezembro de 2008, a família assinou um contrato de promessa de venda e compra condicionada com a Construtora e Incorporadora Rossi e a empresa Direcional Engenharia⁸³ para uma urbanização sustentável. Estes teriam se articulado com vizinhos e com o poder público para traçar um empreendimento, o que resultou a inclusão da área Granja Werneck S/A na OUI, em 2010, projeto o qual seu avô, o médico Hugo Werneck, “certamente aprovaria”, conforme conta Otávio.

A intensificação da ocupação da Região da Izidora, que tanto preocupa a família Werneck, se deu a partir dos anos 1970, devido à construção dos conjuntos populares Jardim Felicidade e Ribeiro de Abreu, loteamentos informais cujos lotes foram doados pela PBH para populações desabrigadas (PBH, 2010). Até este momento, sua história de ocupação contou com três elementos, em especial: o Sanatório Hugo Werneck, a Pedreira e o Quilombo das Mangueiras.

Figura 8. Sanatório Hugo Werneck



Fonte: PBH (2010).

⁸² Em 2010, foi criado, em sua homenagem, o Prêmio Hugo Werneck de Sustentabilidade & Amor à Natureza, para homenagear projetos de soluções sustentáveis para a cidade.

⁸³ As empresas Granja Werneck S/A, Construtora e Incorporadora Rossi e Direcional Engenharia conformam a Santa Margarida Empreendimentos, responsável pelo Empreendimento Granja Werneck, que se ocupa da aplicação da OUI no terreno da família Werneck. Participou, como segundo anuente, a empresa Dagmar Imóveis S/A.

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

Por meio do Decreto Municipal 82, de 24 de outubro de 1914⁸⁴, o médico Hugo Werneck recebeu uma doação pelo município de Belo Horizonte da área correspondente a uma parte da Região da Izidora para a instalação de um Sanatório Modelo (**Figura 8**) para a cura de tuberculose, construído em 1928 com seus próprios recursos. Os termos da doação do terreno, como informações sobre o perímetro e localização exata, não foram detalhados nos documentos oficiais e a área se tornou, mais tarde, a produtora rural Granja Werneck S/A, como mencionamos. Ainda, segundo uma postagem da revista eletrônica *Ecológico*, do dia 29 de outubro de 2013, por Hiram Firmino, parte dos terrenos da família Werneck teria sido comprada pelo patriarca ainda em 1906, quando se mudou do Rio de Janeiro para se curar de tuberculose. Em 1921, Hugo Werneck teria adquirido de José da Paula Costa uma propriedade de 523 hectares chamada Fazenda Santa Isabel, para erguer o Sanatório.

O terreno englobava um total de 174 hectares de matas, 19 de campos e 330 de capoeiras e pastagens. Depois comprou mais, para manter e preservar o sanatório e seus doentes em paz, distantes medicamente do contato humano. Em meados da década de 1940, a propriedade toda passou para 630 hectares. (...) A família Werneck tem a posse oficialmente garantida do que restou da antiga e original propriedade, por meio do Registro Torrens, datado de 20 de dezembro de 1921. Este instrumento legal torna insuscetível de reivindicação e garante a propriedade do Estado (FIRMINO, 2013).

Em 1993, foi aprovada a Lei Municipal 6.370, que buscou retificar a legislação anterior. A partir desta, foram revogadas várias leis, inclusive a que havia instituído a doação do terreno, porém este se manteve de posse da família Werneck⁸⁵. Em um Ofício (MPMG, 2011), o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) questionou a razão pela qual a revogação da lei de doação do terreno para Hugo Werneck não foi levada para averbação junto ao cartório de imóveis, o que teria reintegrado o imóvel ao patrimônio municipal. Segundo resposta da Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa de Belo Horizonte (SMAGEA), após consulta ao Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis, foi confirmado não haver registros de terras no nome do município nos lugares referentes à Região da Izidora, não tendo sido encontrados, também, nenhum registro em consulta ao cartório de Santa Luzia. A SMAGEA afirmou que, diante da pesquisa cartorial, a área não pertenceu ao município de Belo Horizonte e, por isso, não foi levada para averbação. Foram anexadas cópias a este documento com informações sobre a aquisição de áreas relativas ao terreno pela família Werneck.

⁸⁴ Art. 1º: Fica o Prefeito de Belo Horizonte autorizado a conceder aos Drs. Hugo Werneck e Samuel Libânio, ou à empresa por eles organizada, na zona suburbana ou rural, uma área de terreno suficiente para instalação de um Sanatório Modelo.

Art. 2º Esse estabelecimento gozará da isenção dos impostos e taxas municipais pelo prazo de quinze anos, a contar da data de sua instalação.

Parágrafo único. O Prefeito poderá conceder para o mesmo estabelecimento, e durante o mesmo prazo, o fornecimento de energia elétrica pelo preço mínimo pelo qual for ela fornecida à Prefeitura.

Art. 3º Fica o Prefeito autorizado a conceder gratuitamente um quarteirão na oitava secção urbana, para construção da matriz do curato do Barro Preto e suas dependências (BELO HORIZONTE, Lei 0082/1914).

⁸⁵ Segundo Cherem (2011), o primeiro registro em cartório da propriedade do terreno se deu entre os anos 1935 e 1936.

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

Entretanto, segundo reportagem do Diário do Comércio (COMPLEXO, 2011), a Região da Izidora, a princípio, compunha originalmente, três fazendas: a Granja Werneck, pertencente à Granja Werneck SA; a parte da antiga Fazenda Tamboril⁸⁶, propriedade do grupo DMA, que detém as redes de supermercado Epa, MartPlus e ViaBrasil; e, a Fazenda Capitão Eduardo, que pertencia aos herdeiros do Coronel Antônio Ribeiro de Abreu, cuja parte das terras originou o bairro Ribeiro de Abreu, mas agora pertencem ao município de Belo Horizonte, conforme matrícula nº 29.166, do Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis. Desse modo, o município de Belo Horizonte tem a propriedade de parte do terreno da Região da Izidora, o que justifica sua entrada no processo de reintegração de posse depois de sua ocupação informal.

Após mudança na legislação nacional que aboliu o tratamento da tuberculose em sanatórios, a construção de 8.000m² e que ocupa uma área de 250.000m² foi doada pela PBH, em 1979, à Fundação Obras Sociais da Paróquia da Boa Viagem, a partir da Lei Municipal 3.106, para a instalação do Recanto Nossa Senhora da Boa Viagem⁸⁷, que funciona atualmente como um asilo (APCBH, 2011). A propriedade da Fazenda Granja Werneck, novamente, permaneceu na família. Entretanto, como a Lei 0082/1914 definiu que a função e a finalidade da doação do terreno era a instalação do sanatório, a separação da propriedade na venda do edifício pela Lei Municipal 3.106/1979 se colocou como um desvio da finalidade, ocorrendo, assim, desvinculação da doação, situação que não foi regularizada⁸⁸.

⁸⁶ Cerca de 817mil m² da Fazenda Tamboril foram desapropriados, em 1986, após a AMABEL entrar em negociação com a PBH para que fosse comprada uma área para assentamento de famílias de baixa renda na região (APCBH, 2011). Esta é uma evidência da mudança no comportamento estatal para com ocupações urbanas irregulares em Belo Horizonte nas últimas décadas.

⁸⁷ Art. 1º - Fica o Prefeito autorizado a fazer doação às Obras Sociais da Paróquia da Boa Viagem, com sede em Belo Horizonte, dos lotes oito (8) e nove (9) do quarteirão vinte e um (21), da primeira (1ª) secção suburbana, para construção de casas ou abrigo para velhos desamparados (BELO HORIZONTE, Lei 1.195/1965).

Art. 2º - Fica a Fundação Obras Sociais da Paróquia da Boa Viagem, sediada em Belo Horizonte, autorizada a alienar o terreno formado pelos lotes nº 8 (oito), e 9 (nove) do quarteirão 21 (vinte e um) da 1 (primeira) Seção Suburbana, que lhe foram doados através da Lei nº 1195, de 27 de agosto de 1965, e nos quais se acha edificada a sede do Lar e Abrigo Santa Isabel.

Parágrafo Único - A autorização de que fala o artigo tem por objetivo permitir à donatária levantar recursos suficientes ao pagamento final do terreno onde está edificado o Sanatório Hugo Werneck, medindo 171.000m (cento e setenta e um mil metros quadrados), localizado no Distrito de Venda Nova, por ela adquirido, visando à ampliação do Lar e Asilo Santa Isabel (BELO HORIZONTE, Lei 3.106/1979).

⁸⁸ O MPMG abriu uma investigação sobre a propriedade do terreno que apontou para diversas irregularidades. O conjunto delas foi reunido na Ação Civil Pública (ACP), segundo a qual a verdadeira origem da propriedade do terreno permanece indefinida, sendo necessário averiguar as matrículas e os registros de propriedade. A ACP será revisada no próximo capítulo.

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

Figura 9. Resquícios da Pedreira da Granja Werneck



Fonte: PBH (2010).

A Pedreira (**Figura 9**), localizada na Granja Werneck, foi instalada durante a década de 1950 e pode ter colaborado pra fornecer material para a construção da cidade de Belo Horizonte naquela época (CHEREM, 2010). No entanto, tem-se pouca informação sobre o local. Já o Quilombo das Mangueiras (**Figura 10**) se instalou na região desde a segunda metade do século XIX, onde moram, hoje, em uma área de 2 hectares de extensão, 19 famílias descendentes de um casal de lavradores. Seu terreno foi doado, em 1932, pela família Werneck à matriarca do grupo, D. Maria Bárbara. A comunidade já foi certificada como quilombola pela Fundação Cultural Palmares, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IEPHA) e pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte (CDPCM/BH) e um processo de regularização de 19 hectares de terras está em tramitação no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Segundo nota do dia 23 de setembro de 2014 da Assessoria de Imprensa do Ministério Público Federal em Minas Gerais (MPF, 2014), foi reconhecida, por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) - firmado entre o MPF, o Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Comunidade Quilombola de Mangueiras com as empresas Santa Margarida Empreendimentos Imobiliários, Bela Cruz Empreendimentos Imobiliários⁸⁹ e Direcional Engenharia, tendo o município de Belo Horizonte e a Fundação Municipal de Cultura como intervenientes –, a legitimidade da posse de

⁸⁹ A Bela Cruz é uma Sociedade de Propósito Específico, controlada pela Direcional Engenharia S.A. e que assumiria, perante a Granja Werneck, parte dos direitos e obrigações relacionados ao contrato de promessa de venda e compra condicionada.

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

terras aos remanescentes da comunidade⁹⁰. As proximidades da comunidade já foram ocupadas pelos bairros Novo Aarão Reis e Ribeiro de Abreu, o que tem gerado um processo de ameaça à identidade de matriz africana do quilombo.

Figura 10. Quilombo das Mangueiras



Fonte: PBH (2010).

De modo geral, como apontado anteriormente, o crescimento populacional do Vetor Norte, onde a Região da Izidora está localizada, foi marcado pelo histórico de ocupações urbanas irregulares de trabalhadores que não conseguiam arcar com os preços do centro da cidade. Trata-se de um local em que os serviços urbanos e equipamentos públicos (água, luz, saneamento básico, escolas, postos de saúde, transporte, sistema viário) sempre foram escassos, uma vez que houve ausência quase completa de planejamento nesta parte da cidade, conforme afirma o documento produzido pelo Arquivo Público da Cidade sobre a História da Regional Norte (2011).

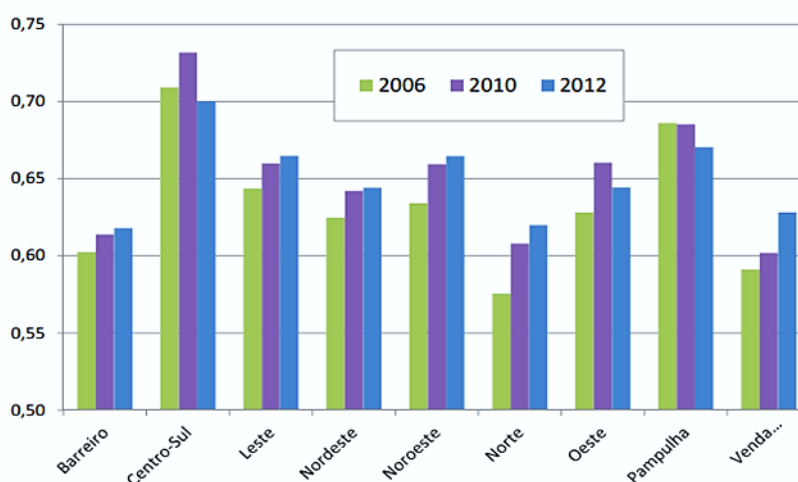
Por se tratar de um espaço considerado longe do centro da capital e, ainda, com uma topografia acidentada, seus lotes eram mais baratos e atraíam uma população de baixa renda. Sem o auxílio do poder público, toda essa ocupação se deu sem planejamento. As residências eram precárias e os equipamentos e serviços urbanos praticamente não existiam (APCBH, 2011, p.21).

⁹⁰ As 26 medidas mitigadoras e compensatórias garantem a salvaguarda dos direitos das famílias dos prejuízos causados pelo empreendimento. Desde 2010 o MPF atuava em favor do reconhecimento da condição de quilombola para garantir que as famílias tivessem tratamento diferenciado no licenciamento ambiental da OUI. Entretanto, as empresas responsáveis pelo empreendimento não haviam realizado um Inventário Cultural da Comunidade e um Plano de Salvaguarda do patrimônio cultural imaterial da comunidade. Assim, o TAC teve como objetivo prevenir possíveis danos socioambientais e preservar os direitos dos remanescentes do Quilombo de Mangueiras. No caso de descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, serão suspensas as autorizações concedidas pelo Iphan para a implantação do empreendimento e os responsáveis estarão sujeitos ao pagamento de multa diária no valor de R\$ 5 mil (MPF, 2014).

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

O Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) é um instrumento de planejamento da PBH e consiste em um índice multidimensional intraurbano composto por 38 indicadores (nos quesitos Abastecimento, Cultura, Educação, Esportes, Habitação, Infraestrutura, Meio Ambiente, Saúde, Serviços Urbanos e Segurança Urbana) que quantifica a desigualdade espacial no interior do tecido urbano e aponta para áreas carentes de investimentos públicos. Uma análise do IQVU referente às nove Regionais do município de Belo Horizonte (**Gráfico 2**) aponta que a Regional Norte se apresenta com o segundo pior resultado, seguida da Regional Barreiro, posição que reflete a falta de planejamento urbano e investimentos destinados à localidade, na qual se insere a Região da Izidora.

Gráfico 2. Índice de Qualidade de Vida Urbana em Belo Horizonte segundo as regionais



Fonte: PBH (2010).

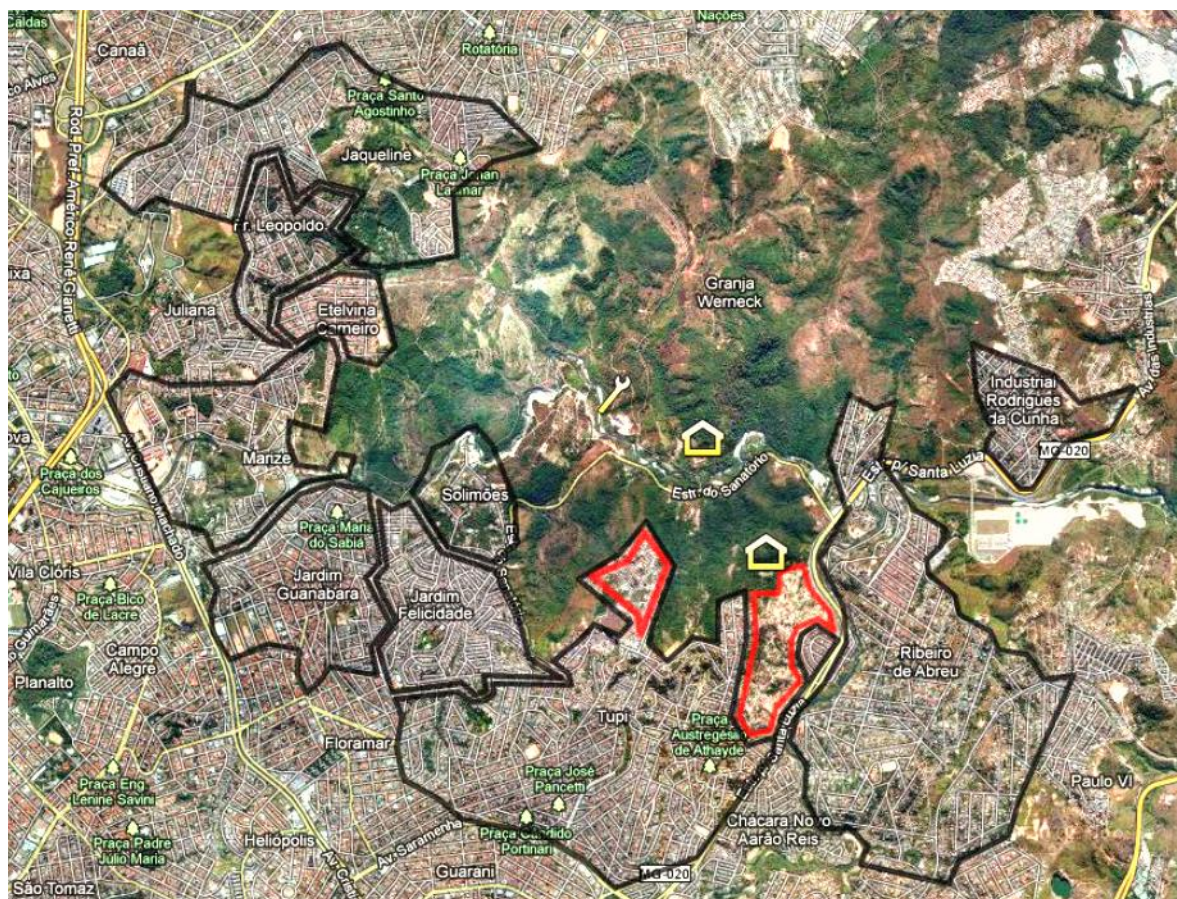
Um exemplo de ocupação no entorno da Região da Izidora é o bairro São Tomaz, ocupado no início dos anos 1960 por moradores vindos do interior do Estado. Estes viviam em péssimas condições e com a constante ameaça de um despejo, além de dificuldades de acesso ao centro da cidade e aos serviços urbanos localizados nos bairros próximos, como postos de saúde e escolas. Na década de 1970, a qualidade de vida no bairro melhorou, mas isso não se deu por iniciativa da PBH, mas por meio da mobilização dos moradores através de abaixo-assinados e associações⁹¹ (APCBH, 2011). Como este, a maioria dos bairros que se localizam no entorno da Região da Izidora surgiram a partir de vilas e conjuntos populares da PBH, construídos para fornecer moradia à população de baixa renda removida de outras partes da cidade e aos trabalhadores das indústrias que se estabeleciam nas

⁹¹ O bairro Jardim Felicidade foi construído em terras da antiga Fazenda Tamboril, desapropriada pela PBH em 1986 graças à mobilização de lideranças comunitárias, em especial da AMABEL, embora nem toda a população tenha o documento de sua propriedade. Os moradores pressionaram os governantes pela doação dos lotes à população inscrita nos programas de habitação e de material de construção para o soerguimento das casas (APCBH, 2011).

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

proximidades, após o engajamento social na luta por direitos. Os bairros que caracterizam o entorno da Região da Izidora podem ser observados na **Figura 11** abaixo.

Figura 11. Vista aérea da Região da Izidora e seu entorno (2010)



Fonte: CHEREM (2011). Os *perímetros pretos* indicam loteamentos regularizados; os *perímetros vermelhos* indicam, a oeste, o Tupi-Mirante, e a leste, o Novo Lajedo; a *ferramenta* indica a Pedreira; a *casa ao norte* representa o antigo Sanatório Hugo Werneck; e, a *casa ao sul* é referente ao Quilombo das Mangueiras.

Conforme um técnico⁹² da Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento de Belo Horizonte (SMAPU) entrevistado relembra, em 2007, o Decreto Estadual 44.500 instituiu o Plano de Governança Ambiental e Urbanística da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), no qual se designou ao Estado de Minas Gerais a função de promover a implantação de programas, projetos e ações de desenvolvimento integrado na RMBH, de modo que o Vetor Norte e a área de influência do Anel de Contorno Norte da RMBH (o Rodoanel Norte) seriam priorizados⁹³ (**Figura 12**). A Região da Izidora

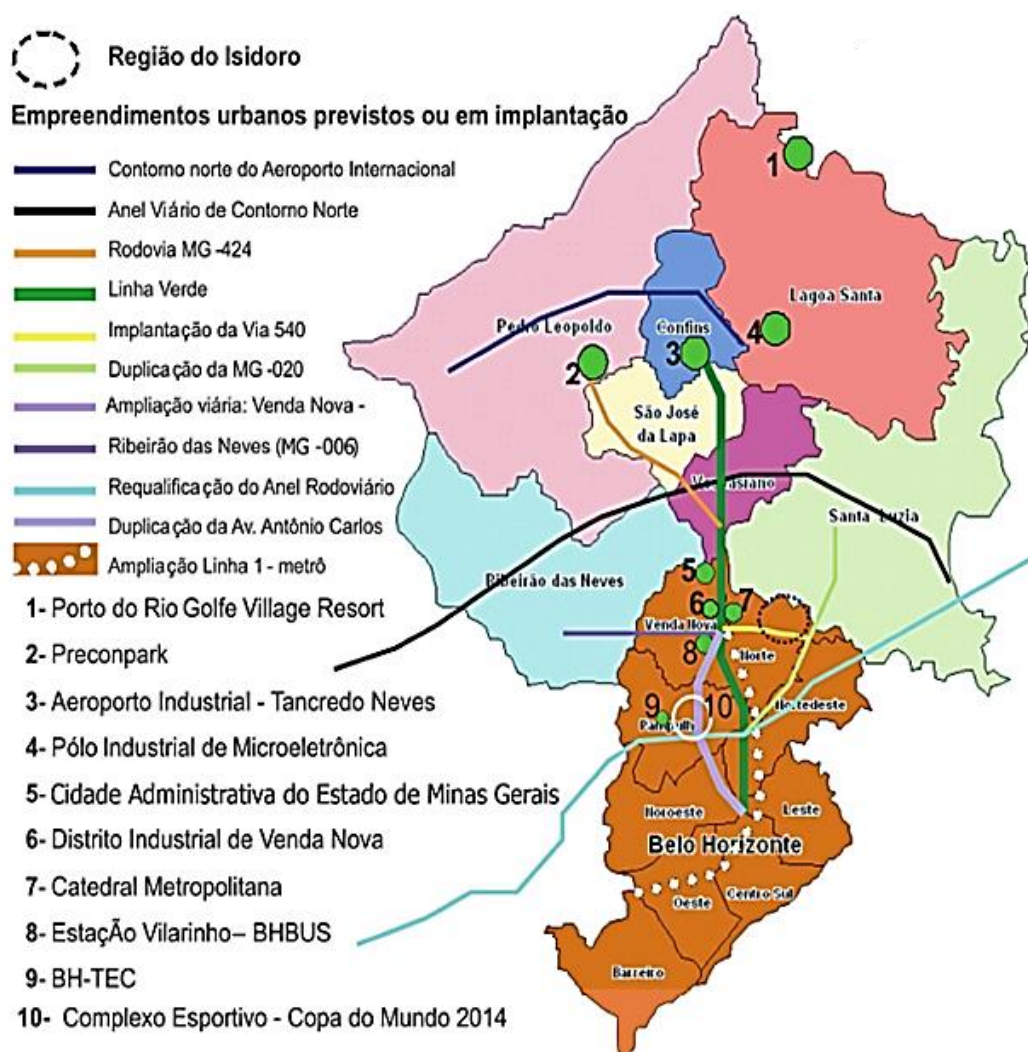
⁹² Este técnico não será identificado neste trabalho.

⁹³ O Rodoanel Norte será uma via responsável por fazer a ligação Leste-Oeste na RMBH, conectando a BR-381, na saída para Vitória, com a mesma rodovia na saída para São Paulo, cruzando, por sua vez, com a BR-040, na saída para Brasília e outras rodovias estaduais (MG-010, MG-020, MG-404 e LMG-806), interligando, assim, os municípios de Sabará, Santa Luzia, Vespasiano, São José da Lapa, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Contagem e Betim em uma extensão de 66km.

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

está inserida neste vetor de forte expansão do mercado imobiliário e seu terreno se apresenta como um local de potencial especulação da terra. É importante compreender esta situação, pois decerto se apresenta como um dos fatores que pressionaram sua ocupação, tanto por grupos representantes do capital imobiliário quanto por grupos que tiveram expropriado seu direito à moradia por uma dinâmica perversa de valorização da terra.

Figura 12. Dinâmica do Vetor Norte de Belo Horizonte e RMBH



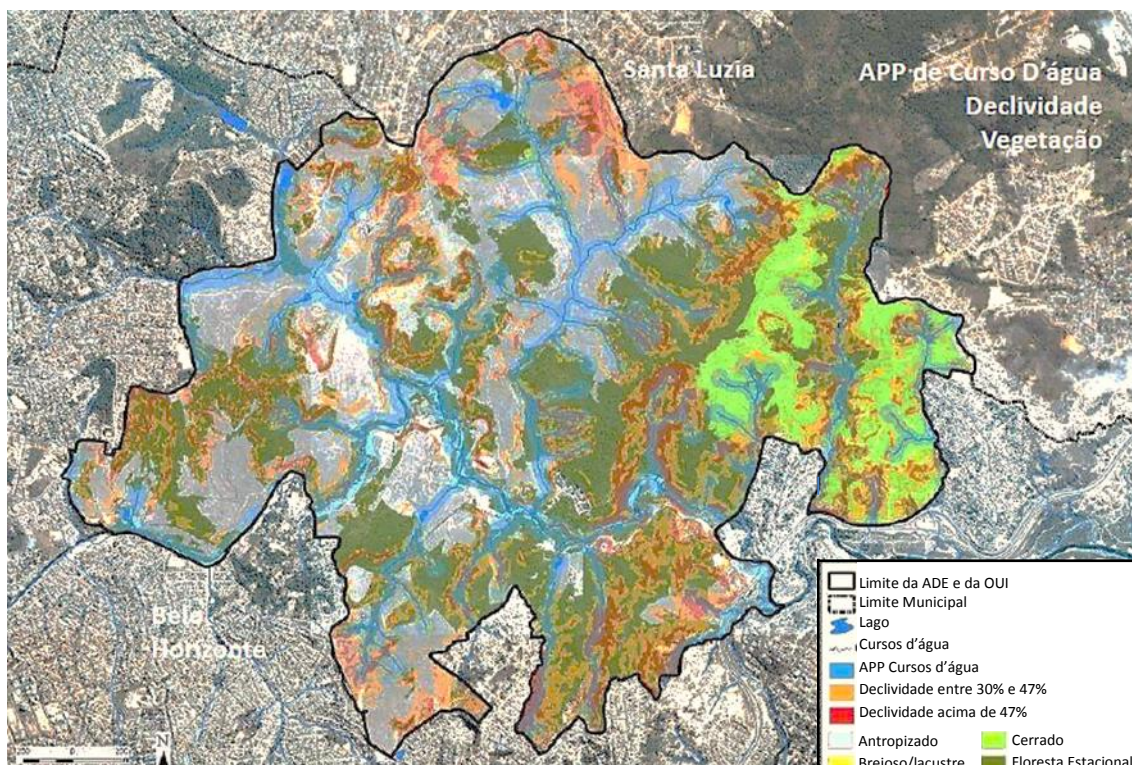
Fonte: Plano Urbano Ambiental do Isidoro (PBH, 2010).

De toda a extensão da Região da Izidora, 2km² correspondem a uma zona de preservação ambiental, o que determinou seus parâmetros urbanísticos. A Região da Izidora está localizada na Bacia do Ribeirão da Izidora, que possui uma área de drenagem de cerca de 55km², o que corresponde a aproximadamente 20% da área de Belo Horizonte (PBH, 2010). Esta bacia possui 64 córregos e cerca de 280 nascentes, das quais 65 estão aterradas. O alto e o médio curso da corredeira

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

correspondem às áreas mais urbanizadas, enquanto no baixo curso estão localizadas fazendas e chácaras que possuem córregos, nascentes e áreas preservadas. Os quatro córregos principais da região são o Córrego Terra Vermelha, o Córrego dos Macacos, o Córrego do Angu e o Ribeirão da Izidora, os quais podem ser observados na **Figura 13**.

Figura 13. Condicionantes ambientais à Operação Urbana do Isidoro

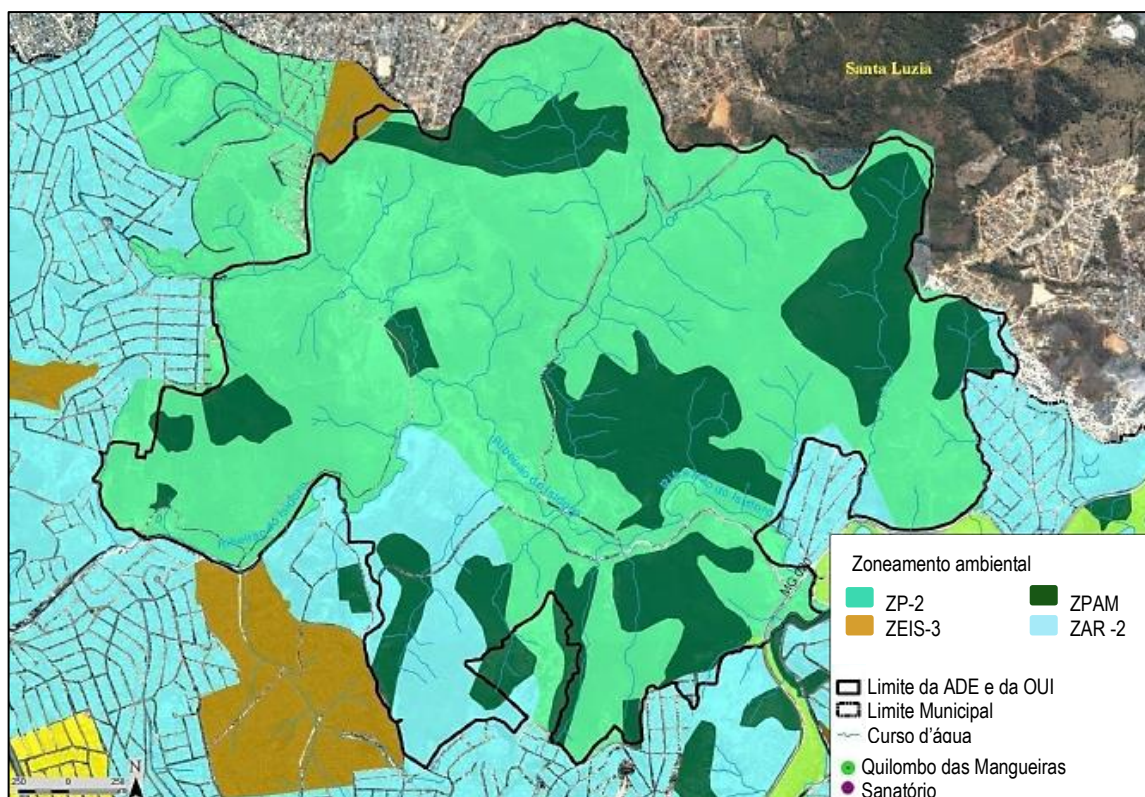


Fonte: PBH (2010).

No que tange à vegetação, o local já foi, em boa parte, antropizado e se divide, basicamente, em dois tipos de uso do solo e vegetação: cerrado e floresta estacional (PBH, 2010). Segundo o biólogo Rubens C. Motta, trata-se de uma Floresta Estacional Semidecidual, pertencente à Mata Atlântica, tipologia comum nos arredores, mas que possui poucos fragmentos intactos restantes, e, ainda, a presença de espécies importantes na preservação do ecossistema local, como o falcão-relógio (BONIS, 2012). Somente uma pequena porção pode ser caracterizada como brejos/lacustre. Seu relevo é variado, com diversos trechos de declividade superior a 47%. Devido a essas qualidades, há partes na área onde a construção não é recomendada, caracterizando-se como *áreas de risco* - elemento importante ao se considerar o despejo de algumas famílias (PBH, 2010).

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

Figura 14. Zoneamento da Região da Izidora segundo a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo (1996)



Fonte: PBH (2010).

Tabela 2. Parâmetros urbanísticos originais da Região da Izidora

PARÂMETROS	ZPAM	ZP-2	ZAR-2
Coefficiente de Aproveitamento	0,05	1,0	1,0
Quota de terreno por unidade habitacional	-	1.000m ²	45m ²
Taxa de ocupação	0,02	0,5	-
Taxa de permeabilização	95%	30%	20%
Altura máxima da divisa	-	5,0m	5,0m

Fonte: PBH (2010).

A Figura 14 acima apresenta o zoneamento da região, anterior à aprovação da OUI, predominantemente de preservação ambiental e desfavorável à ocupação devido às condições ambientais. Segundo os parâmetros urbanísticos, disponíveis na Tabela 2, determinados pela LPUOS, a área da Região da Izidora consistia em lotes de 1.000 m² na área de ZP-2 e lotes de 125m² ou 360m² na área de ZAR-2. Desse modo, totalizariam 16.300 unidades habitacionais com 45% da área permeável, em uma área de 4.350.000m² de ocupação.

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

Na III Conferência Municipal de Política Urbana, foi aprovada a criação da **Área de Diretriz Especial (ADE) do Isidoro**, em proposta de alteração da LPOUS, contendo muitas das premissas elaboradas nas oficinas públicas e discussões que fizeram parte do Plano Diretor da Regional Norte (MONTEIRO, 2014). Essa decisão partiu do objetivo de “evitar a ocupação aleatória, fragmentada e predatória da área, preservar os recursos naturais, permitir a integração viária entre as regiões de Venda Nova e o Distrito Industrial de Santa Luzia e favorecer a implantação de atividades econômicas geradoras de emprego e renda” (BELO HORIZONTE, 2000, p.02). Mais tarde, ao incorporar a ADE do Isidoro na OUI, os parâmetros urbanísticos mudaram novamente⁹⁴.

As palavras de Monteiro (2014) abaixo revelam que o desejo dos proprietários por um empreendimento na região foi somado ao interesse empresarial de investir na área. Além disso, a existência de uma grande área de preservação ambiental ameaçada pela ocupação irregular e a necessidade de construção da Via 540 para expandir a acessibilidade ao local, interligando a Avenida Cristiano Machado à MG-20, foram os principais fatores que levaram a PBH a pensar um plano de urbanização por meio da operação urbana.

A condição de elaborar uma operação urbana para a área foi impulsionada pelo interesse de empresas privadas em utilizar o instrumento para viabilizar empreendimentos mais intensivos na apropriação do solo, sobretudo com a possibilidade de haver maior densidade populacional da região. Tais empresas não eram as mesmas que desejavam o loteamento da área para comercialização das frações. Interessavam-se em desenvolver intervenção mais complexa, com o parcelamento seguido da construção de imóveis, principalmente, residenciais, a serem comercializados (MONTEIRO, 2014, p.113).

A origem do instrumento se encontra nas parcerias público-privadas, que se inseriram no quadro de crise financeira e fiscal enfrentado, que se iniciou na década de 1980. Associaram-se, portanto, às políticas neoliberais, tendo sido instrumentalizadas no período de redemocratização dos anos 1990⁹⁵. Conforme apontam Daniela Abritta Cota e Geraldo Magela Costa (2008), a incorporação da operação urbana pelos municípios se deu a partir da necessidade de viabilização de intervenções urbanísticas pontuais, que partissem da flexibilização de parâmetros construtivos mediante contrapartida por parte do empreendedor. Como a parceria pressupõe o compartilhamento de objetivos, assim como o Estado possui uma alternativa de captação de recursos para viabilizar ações, é

⁹⁴ Segundo aponta a proposta de nº 1.38, presente no Caderno de Propostas de Planejamento Participativo Regionalizado da Regional Norte, de 28 de maio de 2012, há um assentamento ZEIS-3 (Zona de Especial Interesse Social) na fronteira com o município de Santa Luzia, que corresponde a 23 lotes irregulares no Conjunto Zilah Spósito, com parte de seu território no município vizinho, cuja proposta de promoção da regularização fundiária depende do diálogo com o Governo Estadual e a Prefeitura de Santa Luzia. Uma pequena parte desta porção de terra transborda o Conjunto Zilah Spósito para a Ocupação Rosa Leão, conforme denuncia a ACP do MPMG e que será revisitada mais adiante.

⁹⁵ Art. 65 - *Operação Urbana é o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Executivo Municipal, com a participação de agentes públicos ou privados, com o objetivo de viabilizar projetos urbanos de interesse público, podendo ocorrer em qualquer área do Município* (BELO HORIZONTE, 1996).

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

imprescindível que o setor privado vislumbre a realização de lucros, o que já aponta para seu caráter mercadológico.

Essa forma de parceria se inseriu no debate brasileiro com o conceito de solo criado⁹⁶, quando o ideário de reforma urbana previa a adoção de instrumentos de planejamento urbano no sentido de contribuir com a redução da exclusão socioespacial. A operação urbana em si apareceu pela primeira vez, no Brasil, no PL do PD de São Paulo, de 1985, que, no entanto, não foi aprovado. Mais tarde, sua instituição nas legislações municipais do país foi justificada por quatro pontos: i) a carência de recursos públicos; ii) a necessidade de captura da mais valia gerada por investimentos públicos; iii) a rigidez das normas urbanísticas; e iv) a possibilidade do uso, pelo poder público, do sistema de contrapartidas em troca da flexibilização do potencial construtivo.

Embora a lei exija a destinação das intervenções para promover melhorias sociais e valorização ambiental, sua aplicabilidade, desde os anos 1990, vem se restringindo a ocasiões nas quais o mercado imobiliário vislumbra vantagens econômicas. Prova disso é que, em São Paulo, boa parte das operações urbanas anteriores à aprovação do Estatuto da Cidade exigia um grande volume de investimentos por parte do governo local para garantir a perspectiva concreta de lucro por parte do setor privado, conforme mostra a pesquisa de Mariana Fix (2007). Assim, a instituição das OUCs tem reforçado o ônus recaído sobre o poder público, distanciando-se do cumprimento de sua responsabilidade redistributiva.

(...) a prática vem demonstrando que não só o Estado se mantém como responsável por viabilizar as condições gerais de produção e reprodução do capital, especialmente por meio do investimento em infraestrutura capaz de viabilizar investimentos econômicos, como não há retorno do capital público investido, já que as mais-valias geradas são apropriadas pela iniciativa privada (COTA; COSTA, 2008, p.151).

Em Belo Horizonte, a LOM, aprovada em 1990, contemplou o princípio do solo criado, que viria a dar passagem para a inclusão do instrumento da operação urbana (MONTEIRO, 2014). No início do governo da Frente BH Popular, foram propostos mecanismos de política urbana capazes de inverter as prioridades no ordenamento territorial, por influências do processo ocorrido em São Paulo, na tentativa de superar uma concepção funcionalista de regulação e ocupação do solo. Como consequência desse debate, o PD Municipal, de 1996, definiu o instrumento da operação urbana simplificada (OUS)⁹⁷. Após

⁹⁶ O solo criado consiste na possibilidade de ampliar o coeficiente de aproveitamento do terreno a partir da concessão de contrapartidas segundo critérios definidos pelo PD.

⁹⁷ **"A Operação Urbana Simplificada**, sempre motivada por interesse público, destina-se a viabilizar intervenções tais como: tratamento urbanístico de áreas públicas; abertura de vias ou melhorias no sistema viário; implantação de programa habitacional de interesse social; implantação de equipamentos públicos; recuperação do patrimônio cultural; proteção ambiental; reurbanização; amenização dos efeitos negativos das ilhas de calor sobre a qualidade de vida; regularização de edificações e de usos; requalificação de áreas públicas" (PBH, 2015).

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

a aprovação do Estatuto da Cidade, que definiu a operação urbana consorciada (OUC)⁹⁸, na III Conferência Municipal de Política Urbana, foi decidido que o município adotaria dois formatos de operação urbana: a OUS, que já existia na LPOUS de 1996, e a OUC, aos moldes do Estatuto da Cidade. Segundo Monteiro (2014), a OUS não foi explicitamente definida na Lei 9.959/2010, mantendo-se a decisão de não delinear com clareza os tipos de intervenções urbanísticas passíveis de serem realizadas com o instrumento⁹⁹.

As operações urbanas tinham o pressuposto de servir à redistribuição dos recursos na cidade, em especial, originados a partir de intervenções urbanísticas mais inclusivas e justas. No entanto, segundo Monteiro (2014), na forma na qual foi delimitada pela lei municipal, este caráter redistributivo não foi explicitado. A autora critica a própria passagem dos PLs pela Câmara Municipal, na qual o setor empresarial não apresentou resistência quanto à aprovação do instrumento, mas rechaçou a ferramenta do solo criado. O texto aprovado destinou a condição de aplicação da operação urbana à negociação entre a Administração e o parceiro privado, não havendo limitações legais à sua instituição. Assim, os custos das contrapartidas implicavam uma pequena porcentagem dos lucros obtidos pelos empreendimentos. A autora reconhece, ainda, a pouca interferência dos conselheiros e da população afetada nos processos de sua formulação, uma vez que há poucas oportunidades de debate, nas quais o assunto é complexo e a linguagem, em geral, muito técnica.

Desse modo, o que se observa, a partir das experiências das operações urbanas em São Paulo e Belo Horizonte, é que os instrumentos legais concebidos legitimaram regimes de exceção ao invés de formatar meios de consolidação de objetivos coletivos, comprometidos com o direito à cidade (MONTEIRO, 2014). No caso de Belo Horizonte, os projetos se limitaram a interesses particulares e pontuais na cidade, desconsiderando os impactos futuros. Assim, as operações urbanas da capital mineira não promoveram alterações estruturais na cidade, tendo seus benefícios reclusos aos setores elitistas e contribuindo com a exclusão socioespacial, distanciando-se, portanto, dos princípios de gestão democrática reforçados nos anos 1990.

⁹⁸ “As Operações Urbanas Consorciadas têm por objetivo promover alterações estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental em áreas estratégicas da cidade. A implementação desse instrumento ocorre sob a coordenação do Poder Executivo Municipal, com a participação dos proprietários de imóveis, moradores, usuários permanentes e investidores privados” (PBH, 2015).

⁹⁹ Além disso, foi suprimida a obrigatoriedade de constituição de um plano urbanístico para a OUS, foram separadas as contrapartidas (resgate de mais valias fundiárias decorrentes do empreendimento) e as medidas mitigadoras e compensatórias (controle dos impactos urbanístico e ambiental causados pelo empreendimento), e a elaboração do EIV se tornou condicionada aos “casos em que o empreendimento derivado da operação estiver sujeito ao licenciamento urbanístico pela lei do município” (MONTEIRO, 2014, p.109).

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

Cota e Costa (2008) destacam que o Poder Executivo detém o controle da coordenação do processo da operação urbana, sendo o único capaz de apresentar o projeto para a Câmara dos Vereadores. Entretanto, sua efetivação apenas ocorreu nos casos em que houve interesse do capital imobiliário. Isso explica por que várias operações urbanas que se tornaram lei ainda não foram viabilizadas. Os recursos públicos se mantiveram destinados ao suporte da atividade privada e da acumulação na produção do espaço, com um suposto apelo redistributivo¹⁰⁰. Assim, para os autores, a perversidade do instrumento se encontra na forma como tem sido aplicado e não está presente em sua natureza, tornando-se uma questão de interesses políticos. De todo modo, meu interesse não se coloca na discussão da “boa intencionalidade” ou não da política urbana, mas, sim, na consideração de que, por trás de sua aprovação e implementação, perpassa uma série de correlação de forças capazes de capturá-la segundo seus interesses.

A falta de diretrizes legais quanto aos reais interesses públicos, a ausência de um acompanhamento durante a implementação da operação e a falta de representação da população diretamente afetada são fatores que podem contribuir para a não efetivação do caráter redistributivo do instrumento (COTA; COSTA, 2008, p.154).

A primeira versão da **Operação Urbana do Isidoro (OUI)** foi aprovada em 21 de dezembro de 2000, definida no Capítulo V da Lei Municipal 8.137 - embora não tenha sido aprovada em lei específica, conforme manda o Art.65, parágrafo primeiro da Lei 7165/1996, que instituiu o PD. O objetivo explicitado era promover uma ocupação ordenada na região, diferentemente da ocupação do entorno, concedendo parâmetros urbanísticos mais permissivos na troca de contrapartidas pelo poder privado, embora somente um dos proprietários da área tenha se interessado, segundo Matheus Cherem (2010). Seus parâmetros urbanísticos permitidos a partir da Outorga Onerosa podem ser contemplados na **Tabela 3**.

¹⁰⁰ Segundo os autores, em São Paulo, a financeirização do setor imobiliário caracterizou uma expansão não restrita à produção do espaço, e o instrumento contribuiu com a participação do poder público na expansão da base de circulação do capital (COTA; COSTA, 2008). Como em Belo Horizonte o setor imobiliário não atingiu o mesmo nível de financeirização, a situação não se deu da mesma forma.

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

Tabela 3. Parâmetros urbanísticos da Operação Urbana do Isidoro de 2000

PARÂMETROS ⁽¹⁾	ÁREA 1		ÁREA 2
	DECLIVIDADE ATÉ 30%	DECLIVIDADE > 30 ATÉ 47%	
Lote mínimo	1.000m ²		1.000m ²
Coefficiente de Aproveitamento	1,2 ou 1,5 ⁽²⁾		1,0 ou 1, ⁽²⁾
Quota de Terreno por Unidade Residencial	60m ²		90m ²
Taxa de Ocupação	0,5		0,4
Taxa de Permeabilização	30%, vedada a substituição da área permeável obrigatória pela caixa de captação e drenagem referida no art. 50 da Lei 7166/96		
Afastamentos	Valores de "b" para cálculo de afastamentos: - para H ≤ 30 m, b=2 - para H > 30 m, b=3		
USOS			
Residencial	- unifamiliar e multifamiliar		
NÃO RESIDENCIAIS	Grupo I	- todas as atividades	
	Grupos II e III	- todas as atividades ⁽³⁾ , desde que licenciadas pelo COMAM	

(1) A utilização de qualquer parâmetro urbanístico mais permissivo que o estabelecido pelo zoneamento da Lei 7166/96 determina a observância dos demais parâmetros constantes.

(2) Coeficiente de Aproveitamento autorizado no caso de recepção de potencial construtivo transferido de terreno situado em Área 3.

(3) Respeitado o critério de conjugação da classificação da atividade com a natureza e a largura da via pública, definido no *caput* do art. 67 da Lei 7166/96.

Fonte: BELO HORIZONTE (2000).

A meta era ocupar-se do tratamento paisagístico das áreas públicas componentes do projeto da Via 540 a ser implantada e dos parques municipais previstos no plano urbanístico da região. Logo, ainda não havia um esforço de urbanização com a construção de grandes empreendimentos habitacionais. Entretanto, o projeto de 2000 - que não tinha um plano tão detalhado quanto o de 2010 - não se realizou por falta de interesse do setor empresarial, de modo que a área permaneceu predominantemente desocupada até o surgimento das ocupações urbanas. Conforme aponta Monteiro (2014), a aprovação de uma nova lei dependia de mais concessões urbanísticas capazes de convencer o setor privado a participar.

O Executivo, principalmente pela experiência mal sucedida da operação urbana formatada em 2000, alterou – negociou – condições previamente constituídas no Plano Urbano-Ambiental do Isidoro e indicações da equipe técnica, tais como: diminuição das áreas classificadas como Grau de Proteção 1; possibilidade de adensamentos construtivo e populacional mais expressivos do que os defendidos pela maior parte da equipe técnica; disposição de percentual inferior de habitações para famílias com renda de até 3 salários mínimos, vinculando as moradias a serem doadas como contrapartida ao atendimento da Política Municipal de Habitação; fixação do valor da contrapartida por metro quadrado de construção, ao invés de um cálculo que leve em consideração a valorização da área; implantação das vias 540 e Norte-Sul como contrapartida, não sendo, nem parcialmente, exigidas como obrigação do loteador (MONTEIRO, 2014, p.117).

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

Conforme colocado pelo técnico da SMAPU, a aprovação a OUI de 2010, definida pela Lei 9.959, foi o resultado de um interesse empresarial, mas também do município em ocupar a área, uma vez que a operação urbana ocorre quando há interesse público¹⁰¹. Seu discurso está pautado na necessidade de preservação e recuperação ambiental da área, objetivando delimitar um crescimento ordenado na região. Sua aprovação se deu como parte do Projeto de Lei 820/2009, o que teria contrariado o Estatuto da Cidade que prevê a OUC como lei específica - embora, segundo o técnico, os jurídicos divergem no que seria uma lei específica, se uma lei separada ou uma lei de temática urbanística. A entrevistada reforça:

Essa discussão não é tão cabível para o Isidoro porque o município fez uma operação urbana simplificada e nem os juristas especificam o que é isso. Mas normalmente, a operação urbana, para não dar problema nenhum, tem que ser uma lei separada (Técnico SMAPU, PBH, 2014).

Desse modo, surge o questionamento acerca da natureza da OUI: trata-se de uma OUC, aos moldes do Estatuto da Cidade; ou uma OUS? Segundo o técnico da PBH, embora muitos se confundam, a OUI de 2010 foi feita nos moldes de uma OUS, uma vez que o município ainda não tinha uma legislação específica para OUC. Explica que uma OUC deve produzir um Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e um plano urbanístico obrigatório *anterior* à aprovação do projeto de lei. No entanto, o município já tinha seus próprios instrumentos urbanísticos mesmo antes da aprovação do Estatuto da Cidade, de modo que manteve o instrumento de OUS pra atuar pontualmente na cidade, conforme aprovado na III Conferência Municipal de Política Urbana. Assim, a OUI foi aprovada sem obedecer ao conteúdo exato de uma OUC, de modo que não foi realizado um EIV nem um plano de ocupação em obediência ao Estatuto - embora este tenha sido feito em outros moldes, uma vez que era necessário reconhecer as questões ambientais do local, tratando-se da primeira OUS em Belo Horizonte com estudo técnico profundo da área.

Em entrevista aos Arquitetos Sem Fronteiras Brasil (ASF) - que conta em sua composição com alguns militantes que, desde 2009, trabalham, além de outras frentes, com as ocupações urbanas¹⁰² -, o arquiteto Eduardo Bittencourt recorda de seu trabalho na SMAPU, em 2011, quando uma equipe foi

¹⁰¹ A OUI, dentre as outras operações urbanas aprovadas para Belo Horizonte, se inclui no grupo daquelas motivadas por interesse do Executivo Municipal, visando à transformação urbanística e implantação de equipamentos urbanos e comunitários, ainda que fosse explícito um interesse empresarial de negócios e pelo loteamento da gleba da Região da Izidora por parte de alguns proprietários. A participação destes segmentos com reivindicações no processo de elaboração da OUI resultou na definição de novas diretrizes para o projeto.

¹⁰² A ASF ressurgiu no final de 2014. Segundo os arquitetos, já existiam profissionais que haviam participado de processos de autoconstrução, acompanhando obras e processos participativos em assentamentos precários em Minas Gerais. A partir do florescimento das Ocupações Urbanas em Belo Horizonte, esse grupo de arquitetos virou uma referência para os movimentos sociais, sendo chamados para reuniões de negociação. Foram entrevistados conjuntamente os arquitetos Eduardo Bittencourt e Tiago Castelo Branco, cuja dissertação (LOURENÇO, 2014) foi referência para vários pontos deste trabalho.

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

contratada para criar uma metodologia das OUC¹⁰³. Em uma reunião, alguém teria apontado para a existência da OUI de 2010 e questionado por que estariam montando uma metodologia para o instrumento, se já existia uma, conforme conta.

A gente começou a entender melhor esse instrumento, o que é bom, o que funciona, o que não funciona, o quanto ele é redistributivo. Aí, de repente, alguém disse, “Tem aqui uma operação no PD de 2010, a Operação Urbana Consorciada do Isidoro. Por que a gente está montando uma metodologia se já tem aqui?” (Eduardo, ASF, 2014).

Contra-pondo-se ao depoimento do técnico da SMAPU, os arquitetos da ASF insistem que, por se denominar uma OUC, além da produção anterior do EIV, o plano urbanístico deveria ter sido feito de maneira compartilhada, ou seja, com a participação de todos os influenciados direta e indiretamente pelo empreendimento. Para eles, assim como a OUC Nova BH¹⁰⁴ foi revista, a OUI também deveria ser questionada pela PBH antes de as empresas Rossi e Direcional Engenharia se sentarem à mesa de negociação com as ocupações e seus apoiadores, como veremos mais tarde. Os arquitetos apostam, portanto, que este questionamento quanto aos procedimentos da OUI é o principal elemento a favor do sucesso político das Ocupações da Izidora, o que as diferencia das outras ocupações da Grande BH¹⁰⁵.

O **Plano Urbano Ambiental da Izidora**, ao qual o técnico se refere, resultou dos estudos de elaboração de um Plano da Regional Norte, levado para a discussão na III Conferência, onde foi aprovada a ADE do Isidoro. Este plano, conforme conta, fez parte de um estudo iniciado em 2007, quando a equipe de planejamento urbano da Secretaria Municipal de Políticas Urbanas (SMURBE)

¹⁰³ Segundo o entrevistado, a equipe foi orientada por um grupo vindo do Rio de Janeiro, coordenado pelo economista e Secretário Adjunto de Planejamento Urbano da PBH, Marcelo Faulhauber, que havia participado do plano de governo do Eduardo Paes baseado na Operação Urbana do Porto Maravilha. Para Eduardo, a contratação desta equipe foi um reflexo da aposta equivocada do prefeito Márcio Lacerda (PSB) de que o mercado imobiliário mineiro teria o tamanho e desenvoltura do Rio de Janeiro, o que se mostrou não ser verdade, ao ponto do MPMG comprometer, em alguma medida, o projeto da OUC Nova BH, em 2014. Segundo os arquitetos, o capital imobiliário em BH não tem muita força e não há capacidade institucional do governo para impulsioná-lo, como no Rio de Janeiro, onde foi criada a empresa pública Companhia Porto Maravilha, ou em São Paulo, onde há a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). Os arquitetos acrescentam que, embora isso possa, a princípio, parecer pouco eficiente, é também o que permite à cidade viver um ambiente mais democrático, como, por exemplo, com a existência do COMPUR.

¹⁰⁴ O projeto da OUC Nova BH foi anunciado em outubro de 2013 e englobava os eixos dos corredores das avenidas Antônio Carlos/Pedro I e a extensão do Vale do Arrudas (Eixo Leste-Oeste), totalizando intervenções em cerca de 7% do território de Belo Horizonte (25 km²), onde afetaria cerca de 170 mil moradores. Por se tratar de um projeto elaborado por técnicos da PBH e empresas de consultorias sem a participação da população, conforme exigido pelo Estatuto das Cidades, dentre outros fatores, o MPMG iniciou investigação sobre irregularidades, com o auxílio do grupo de extensão universitária Indisciplinar, da Escola de Arquitetura da UFMG. Atualmente, a PBH divulga o projeto com um novo nome - Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos + Leste-Oeste (OUC ACLO) - e busca promover maior participação popular no processo.

¹⁰⁵ Vale destacar que, em entrevista a defensora Cláudia Nepomuceno, da Defensoria Pública dos Direitos Humanos, esta afirmou o conhecimento da Lei da OUI, mas que esta não influenciou na defesa judicial e extrajudicial às ocupações urbanas que o órgão tem realizado.

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

começou a produzir o Plano Diretor da Regional Norte, no qual havia um plano específico para a Região da Izidora.

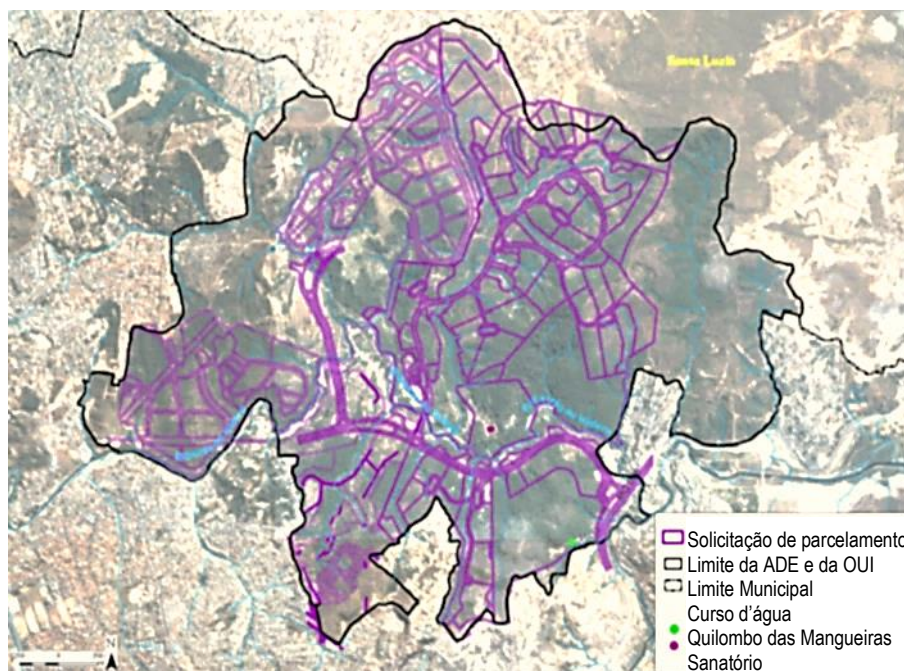
O município sempre quis fazer os Planos Diretores Regionais, e o primeiro plano foi o da Regional Norte, onde estava tendo uma ocupação irregular muito efetiva, ainda não na área do Isidoro exatamente, mas havia uma população migrando para aquela área e a gente tinha que lidar com a realidade da expansão do Vetor Norte: a Cidade Administrativa, a reativação do Aeroporto de Confins com um viés mais intensivo, o Polo Tecnológico em Vespasiano. Então a gente confiava que o Plano Diretor da Regional Norte daria algumas respostas de ocupação para aquela área com a alteração de dinâmica que estava acontecendo. Na época, o terreno daquela área de R\$50,00 o m², tinha passado para R\$300, R\$400 e até mais (Técnico da SMAPU, PBH, 2014).

Embora o Plano tivesse sido realizado por uma empresa contratada - a licitação foi concedida à empresa Técnicos em Transporte Ltda. (Tectran) -, os resultados não estavam satisfatórios para a PBH, de modo que a SMURBE começou a realizar alguns estudos em paralelo, tanto para confrontar com os da contratada quanto também para conhecer o território. Conta o técnico que foi montada uma equipe com profissionais da Urbel, da Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP), da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), da Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana (SMARU), da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A (BHTRANS), SMAPU e outras secretarias de responsabilidades sociais, para consolidar uma proposta de ocupação para a Região da Izidora ambientalmente correta. O técnico relembra que, concomitante a isso, as empresas Rossi e Direcional Engenharia começaram a procurar a PBH para lotear a Granja Werneck, pois apresentavam interesse em construir condomínios no local. O interesse dos proprietários da parte Oeste era lotear a área para vendê-la posteriormente, os quais solicitavam o parcelamento das glebas desde 2008, conforme é possível observar na **Figura 15**.

A gente desconfiava muito que eles subdividiriam os lotes em 360m². Isso era algo que poderia acontecer, porque a conformação do terreno estava esquisita, segundo a nossa experiência; não eram terrenos grandes como o zoneamento pregava. Isso tudo fez com que a PBH fizesse os estudos para fazer a operação urbana (Técnico da SMAPU, PBH, 2014).

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

Figura 15. Solicitações de parcelamento da Região da Izidora pelos proprietários



Fonte: PBH (2010).

O técnico destaca que, ainda que nem todos os proprietários estivessem de acordo com a OUI, dada a fragilidade ambiental da área, era mais interessante para a PBH adotar este modelo, pois permitiria o acompanhamento do loteamento até a chave do imóvel, em contraposição ao parcelamento das glebas que poderia levar a uma ocupação desorganizada e que desobedecesse ao zoneamento local. Entretanto, como percebemos em sua fala, essa forma de parcelamento se insere em um modelo de parceria público-privada, no qual, a PBH transfere ao setor empresarial, sua responsabilidade de provedora da urbanização do local e garantias de moradia e serviços urbanos à população, se isentando, enquanto Estado.

O complicador das ocupações entra, mas de qualquer forma, a questão do controle da ocupação que se pretendia *na época* era ter os prédios, porque a residência pode, depois, fazer um puxadinho e impermeabilizar mais a área do que o normal. Então, a gente preferia que fosse um empreendedor que fizesse o empreendimento como um todo: que implantasse as vias, as escolas, que fosse garantida a área comercial. Está na lei, mas quando a gente simplesmente vende os lotes, a gente perde um pouco desse controle (Técnico da SMAPU, PBH, 2014).

Conforme mostra Cherem (2011), a primeira aparição do projeto de revisão do PD e LPOUS pela PBH ocorreu em outubro de 2009, e em novembro do mesmo ano este já estava sendo deliberado na Câmara. A apresentação à comunidade da proposta propriamente dita ocorreu em março de 2010, e em abril o projeto de lei que a continha passou pelo primeiro turno do debate na Câmara, tendo sido

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

aprovado em maio, após a realização de algumas audiências públicas¹⁰⁶. A proposta não violava determinações anteriores, como as Áreas de Interesse Histórico e Cultural, correspondente ao Sanatório Hugo Werneck, à Pedreira e ao Quilombo das Mangueiras, e as Áreas de Interesse Ambiental determinadas pela ADE do Isidoro. Assim, o objetivo era alterar o zoneamento local de modo a garantir a ocupação com preservação ambiental, o que não estava garantido somente pela ZPAM e ZP-2¹⁰⁷.

Era uma proteção fictícia que se tinha da área e isso deveria ser corrigido. Além disso, as quotas, a quantidade de habitações que podem existir por lotes, era muito baixa para o tipo de população que se pretendia atender na cidade – para ter uma noção, o Mangabeiras e a Pampulha são ZP-2, e não era aquele tipo de ocupações que condizia com a realidade do município hoje -, então deveria ter uma redução da quota. A ZPAM, apesar de estar na lei que é área de preservação e deve ser utilizada para parque, isso vale para as áreas públicas; as privadas podem ser ocupadas por lotes grandes. A OUI vem restringir a ocupação de ZPAM e falar que ali só vai ser área para parque. Quem tem terreno nessa área, doa e ganha a Unidade de Transferência do Direito de Construir (UTDC), que pode transferir para outros lugares (Técnico da SMAPU, PBH, 2015).

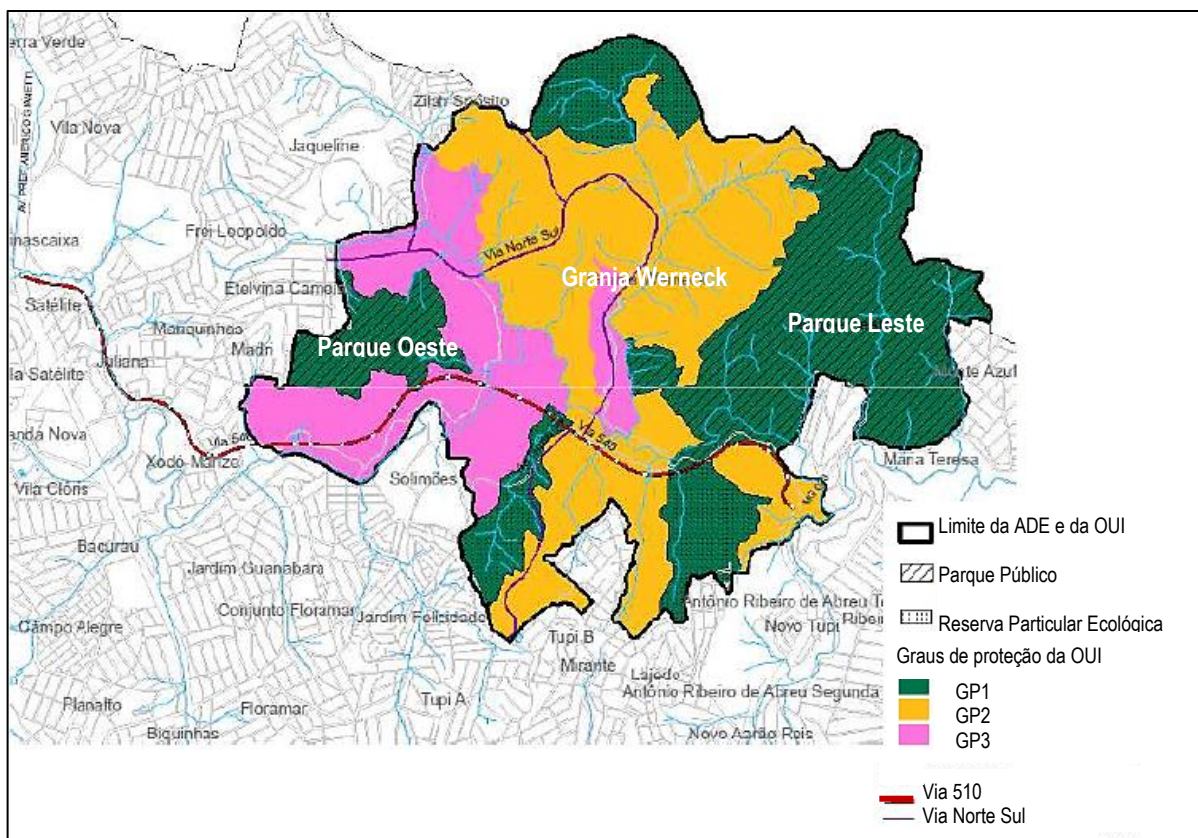
Justificada com base nos argumentos ambientais, a OUI funcionaria a partir do sistema de contrapartidas, prevendo o zoneamento – um misto de ZP-2, ZPAM e ZAR-2 anteriormente - como uma ADE – conforme aprovado na III Conferência -, dividindo-a em três categorias urbanísticas, em função de seus aspectos geomorfológicos e ambientais, a saber: i) Grau de Proteção 1 (G1), ou área de proteção máxima, onde a ocupação deverá ser proibida, exceto para atividades relacionadas com a sua manutenção e preservação; ii) Grau de Proteção 2 (G2), ou área de proteção elevada, na qual a ocupação, o adensamento e a impermeabilização do solo deverão sofrer restrições; e iii) Grau de Proteção 3 (G3), área de proteção moderada, onde poderão ser estabelecidos parâmetros de ocupação e adensamento menos restritos que nas demais áreas (BELO HORIZONTE, 2010).

¹⁰⁶ Segundo Cherem (2011), a passagem do projeto no legislativo se deu de forma indevida, pois teria sido apresentado aos vereadores momentos antes de sua aprovação em primeiro turno. Na ocasião, o então vereador Iran Barbosa (PMDB) se colocou fortemente contra o projeto, questionando a ausência de um EIV. Segundo o então vereador Paulo Lamac (PT), por se tratar de somente um traço de diretrizes para a Operação Urbana, o projeto não necessitaria de tal documentação, defendendo o projeto em prol da preservação da área verde no local. Iran Barbosa, em um segundo momento, reforçou sua oposição ao projeto que teria sido votado às pressas, em desacordo com o regimento interno.

¹⁰⁷ O técnico da SMAPU destaca, ainda, o fato de que se tratava de uma grande área verde na fronteira com o município de Santa Luzia, em um local onde se instalava uma atividade industrial. Assim, o zoneamento da região era completamente discrepante com o zoneamento de Belo Horizonte.

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

Figura 16. Mapa das macrozonas propostas pela Operação Urbana do Isidoro



Fonte: BELO HORIZONTE (2010).

Segundo conta o técnico da SMAPU, o G1 corresponde ao que sempre deveria ter vigorado sobre a ZPAM, tornando-se área de parque que não poderia ser ocupada. Além disso, o plano conseguiu garantir que o desenho da Via 540 respeitasse o curso do Ribeirão da Izidora, e a Via Norte Sul teve seu traçado desviado para não passar sobre a cabeceira do rio. Na **Figura 16** se encontra um mapa com as macrozonas propostas pela OUI, onde o hachurado corresponde às áreas de parques públicos - Parques Leste (2.300.000m²) e Oeste (5000.000m²) - e as áreas de bolinhas se referem a reservas particulares ecológicas abertas ao público (1.125.600m²).

A lei de zoneamento vigente com a aprovação da OUI ampliou a área de ZPAM de 25% para 40% e a área permeável exigida passou de 45% para 65%. Os parâmetros urbanísticos se referem a um padrão predominantemente unifamiliar, com edificações horizontais com lotes de 125m² a 1.000m² e áreas permeáveis de preservação sem continuidade. A proposta incentiva, assim, a ocupação concentrada e verticalizada em lotes de áreas de 2.000m² a 10.000m², definindo, ainda, manchas contínuas de preservação e redução do risco de expansão irregular. Graças à elevação de 600.000m² do potencial construtivo, permitiu-se a construção de 67.620 unidades habitacionais, em comparação a

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

16.500 segundo a lei anterior, com 444.600m² destinados a lotes comerciais (12% do total de lotes). O empreendimento teria, no total, o prazo de dez anos a se realizar. As modificações que a lei trouxe aos parâmetros originais de ocupação definidos pelo zoneamento da LPOUS estão na **Tabela 4**¹⁰⁸:

Tabela 4. Parâmetros urbanísticos da Região da Izidora (antes e depois da Lei 9.959/2010)

PARÂMETROS	ANTERIOR		PROPOSTA	
	ZP-2	G2	G3	
Coefficiente de Aproveitamento	1	1 ou 1,2 (c/ UTDC do G1)	1 ou 1,5 (c/ UTDC do G1)	
Quota de terreno por unidade habitacional	1000	150	45	
Taxa de Ocupação	0,5	0,3	0,5	
Taxa de Permeabilidade	30%	50%	30%	
Lote mínimo	1000m ²	5000m ²	2000m ²	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da apresentação PBH (2010).

A OUI respeitou as condições colocadas pela ADE do Isidoro, tais como: obrigatoriedade de adoção da forma de parcelamento vinculado¹⁰⁹; manutenção dos córregos em leito natural; calçamento das vias locais com piso intertravado de modo a garantir circulação moderada de veículos; implantação de parques lineares nas áreas lindeiras aos principais cursos d'água (Ribeirão da Izidora, Córrego dos Macacos e Córrego Terra Vermelha); arborização com espécies nativas; definição de altimetria que garantisse visada e preservação da linha de cumeeira na área do Parque Leste; dentre outras.

Conforme conta o técnico da SMAPU, a PBH queria controlar ao máximo a ocupação da área para que não se tornasse uma região de carência. Assim, a OUI apresenta algumas contrapartidas exigidas pela flexibilização dos parâmetros urbanísticos. No licenciamento ambiental é que serão exigidas medidas mitigadoras e compensatórias do empreendimento. A **Tabela 5**¹¹⁰ apresenta os custos estimados com as intervenções urbanísticas propostas.

¹⁰⁸ Anteriormente, a maior parte da área era definida como ZPAM, de modo que era proibida a ocupação. Na tabela se encontram as informações somente das áreas ZP-2, que necessitam autorização do COMAM para ocupação.

¹⁰⁹ Art. 35 - Parcelamento vinculado é aquele em que ocorre aprovação simultânea do parcelamento e da edificação em função da necessidade de análise e de estudos detalhados da repercussão do empreendimento sobre o meio urbano. § 1º - O uso da edificação deve ser explicitado no projeto e somente pode ser alterado mediante licença prévia condicionada a comprovação da compatibilidade do parcelamento com o novo uso pretendido. (BELO HORIZONTE, 1996).

Segundo o arquiteto da ASF, Tiago, o instrumento não torna a OUI legítima, pois concede grande poder de decisão ao arquiteto responsável pelo desenho do empreendimento, Jaime Lerner, para definir a urbanização da área, o que acaba por seguir a ordem de prioridade do investidor e não promove discussão com aquela população que nunca teve o acesso à cidade.

¹¹⁰ O cálculo se deu a partir do número de pessoas atendidas por equipamento, segundo consultas aos órgãos responsáveis pela saúde e educação no município. No entanto, o técnico da SMAPU destaca que esta tabela consiste em um equilíbrio de gastos e estimativas de quanto de volume edificado será gasto, quanto de potencial construtivo será comprado e quanto será empregado na área. Assim, o total de equipamentos previsto só será instalado se houver iniciativa

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

Tabela 5. Custo das intervenções previstas na Operação Urbana do Isidoro

ITEM	DESCRIÇÃO	CUSTO
Via 540 ¹¹¹	6,7km, com largura média de 45m, incluindo desapropriações.	R\$421 milhões
Via 038	6,5km, com largura de 18m, incluindo desapropriações.	R\$152 milhões
Parques Públicos	2.800km ² , incluindo desapropriações e infraestrutura.	R\$182 milhões
Equipamentos públicos ¹¹²	14 Centros de Saúde, 16 UMEIs, 21 Escolas de Ensino Fundamental e 8 de Ensino Médio, 2 Centros Profissionalizantes, 1 Terminal de Integração de Transporte, 17 Terminais de embarque e desembarque de ônibus.	R\$315 milhões
TOTAL DE INVESTIMENTOS		R\$1,07 bilhões

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da apresentação da PBH (2010).

Segundo o Artigo 79 da lei 9.959/2010, estaria incluída no projeto a construção de unidades de alojamento decorrente da demanda da cidade sede da Copa do Mundo FIFA de 2014, a partir da transferência de até 30% das UTDCs, correspondentes às áreas de G1, para áreas fora da OUI; e, ainda, o Artigo 80 determinava que seriam edificadas, no mínimo, 3.000 unidades habitacionais a serem cedidas temporariamente ao município para atender ao fluxo de visitantes decorrente da Copa de 2014. No entanto, devido aos atrasos do início da aplicação da OUI, foi aprovada a Lei 10.705, em 16 de janeiro de 2014, conhecida como **Operação Urbana BH Morar/Capitão Eduardo**, que alterou a Lei 9.959/2010 e, assim, foram revogados os Artigos 79 e 80. No novo Artigo 79, a transferência de UTDCs foi direcionada à Política Habitacional do Município e o Artigo 67 foi alterado¹¹³, determinando a **inclusão do PMCMV na OUI** não sujeitas ao pagamento de contrapartidas.

empresarial. O técnico da PBH destaca, assim, que a OUI é um instrumento facultativo e os empresários o aderem somente se houver interesse.

¹¹¹ Não inclui custo de desapropriação de terrenos fora da área da ADE do Isidoro.

¹¹² Inclui apenas o custo de implantação.

¹¹³ Art.67. § 6º - Não se sujeitam ao pagamento da contrapartida prevista no caput deste artigo os empreendimentos cujas unidades residenciais sejam integralmente vinculadas ao atendimento da demanda da Política Habitacional do Município, observada a seguinte proporção: I - no mínimo 70% (setenta por cento) das unidades habitacionais destinados a beneficiários com renda familiar mensal de até 3 (três) salários mínimos; II - percentual restante das unidades habitacionais destinado a beneficiários com renda familiar mensal superior a 3 (três) até 6 (seis) salários mínimos;

§ 7º - A configuração da hipótese prevista no § 6º deste artigo não isenta o empreendedor da realização das obras de urbanização e tampouco da transferência de percentual da gleba em decorrência das exigências relativas ao parcelamento do solo.

§ 8º - A altura máxima prevista no art. 86-G da Lei 7.166/96 será medida, para as edificações de que trata o inciso I do § 6º deste artigo, a partir da cota mais alta do terreno natural.

§ 9º - Os empreendimentos de que trata o § 6º deste artigo ficam dispensados do atendimento ao disposto no art. 50 destas Disposições Transitórias, desde que: I - sejam destinados, no mínimo, 10% (dez por cento) e, no máximo, 15% (quinze por cento) de seus lotes ao uso não residencial; II - sejam doados ao Município 12% (doze por cento) dos lotes destinados ao uso não residencial para o desenvolvimento de ações voltadas a atração de investimentos e ao fomento de negócios na região.

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

Segundo os dados apresentados pelo técnico da PBH para o EGW, foi calculada a produção de 9.128 unidades habitacionais para famílias de 0 a 3SM e, aproximadamente, 4.000 unidades habitacionais para as famílias de 3 a 6SM¹¹⁴. Com isso, o EGW se tornou um projeto de produção de habitação de interesse social, contudo, garantindo o interesse – lê-se, o lucro - dos empresários, talvez de forma ainda maior, uma vez que as contrapartidas não seriam mais necessárias. O que se manteve da lei 9.959/2010 foi, basicamente, os parâmetros urbanísticos reformulados. A inclusão do PMCMV no EGW é, portanto, o exemplo perfeito para ilustrar como a lógica desse programa deslocou a responsabilidade da política habitacional do Estado para o Capital, ou seja, não é mais a PBH o agente responsável por sua execução, mas sim, o setor empresarial.

Conforme reforça o técnico, o empreendimento não depende de um acordo entre proprietários para ocorrer, de modo que o modelo de negócio adotado entre os proprietários e a empresa interessada não é definido pela lei, ainda que o proprietário possa ganhar um poder maior de negociação a partir dele. O proprietário da porção Oeste da Região da Izidora, por exemplo, tem o interesse somente em lotear a área, cabendo somente ao futuro comprador a obediência dos termos da OUI, caso queira a flexibilização dos parâmetros.

O negócio entre particulares não pode ser definido pelo Estado. Não nesse modelo. Agora, vamos supor que fosse uma operação urbana em vila e favela: daí eu tenho o direito de intervir, dizer que não pode sair ninguém daqui, os imóveis finais têm que ser vendidos a X, porque seria uma lei que envolve particularidades. Mas no Isidoro, *quando a lei foi feita*, era uma área praticamente toda desocupada e entre particulares que não precisavam de medidas protetivas, não tinha por que o município interferir na forma de negócio (Técnico da SMAPU, PBH, 2015).

Ainda que no momento em que foi aprovada a OUI, em 2010, as ocupações urbanas no local não existissem, a aprovação da Operação Urbana Morar BH/Capitão Eduardo se deu em 2014, cerca de seis meses após o início das Ocupações da Izidora. Desse modo, podemos apreender que a PBH tinha a opção de elaborar um projeto de operação urbana que trabalhasse com as atuais particularidades da Região da Izidora, ou seja, incluindo medidas protetivas aos atuais moradores das ocupações. No entanto, devido ao não reconhecimento da legitimidade das ocupações urbanas por parte do prefeito Márcio Lacerda (PSB), não houve nenhuma abertura institucional para tanto.

§ 10 - Os lotes de que trata o inciso II do § 9º poderão ser aprovados sem as respectivas edificações, ficando a vinculação do parcelamento do solo restrita, nesse caso, à destinação dos referidos lotes ao uso não residencial.

§ 11 - A execução das obras de infraestrutura e a implantação dos equipamentos urbanos e comunitários correspondentes aos Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social, exceto se decorrentes do licenciamento do empreendimento e da consequente aprovação do parcelamento do solo, ficarão a cargo do Município (BELO HORIZONTE, 2014).

¹¹⁴ Foi firmado um contrato entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Santa Margarida Empreendimentos Ltda., em dezembro de 2013, que previa a construção de 8.896 unidades para o programa. Como veremos mais tarde, este contrato foi adiado após manifestações das Ocupações da Izidora.

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

A responsabilidade da PBH, segundo o técnico, se limita ao licenciamento ambiental e à garantia do pagamento das contrapartidas à OUI. Após a aprovação da lei, que identifica o potencial de ocupação da área, o procedimento da operação urbana consiste na elaboração de um licenciamento ambiental que condiciona a ocupação, definindo o loteamento. Este projeto passa, ainda, por uma aprovação da SMARU e há uma Comissão de Acompanhamento, responsável por sua fiscalização e quanto ao pagamento da contrapartida¹¹⁵. Segundo o técnico da SMAPU, o licenciamento ambiental está sendo atualmente conduzido pelo Estado¹¹⁶, pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), embora a SMAPU tenha participação no processo, em especial devido à inclusão do PMCMV. O técnico conta que a escolha da empresa que assume o projeto fica a cargo do proprietário, sendo irrelevante para o município. No entanto, revela que a PBH tinha conhecimento do interesse da Rossi e Direcional Engenharia, tendo se reunido com elas algumas vezes devido às pesquisas realizadas.

Apesar de essa ser uma OUS, toda operação urbana tem que ter a participação dos moradores, que na área era o quilombo os proprietários do terreno - dos sete, conversamos com poucos, com o Hugo Werneck e com mais alguns, que são inclusive as pessoas que hoje fazem o licenciamento ambiental da área -, conversamos com a Rossi e a Direcional Engenharia, porque vieram procurar o município - porque a operação urbana só dá negócio se tiver interesse das duas partes. Mas a gente não fez a operação urbana para a Rossi ou a Direcional Engenharia, ao contrário de algumas operações urbanas que são direcionadas para alguma empresa específica. (...) A OUI não foi feita com o casamento de interesses para proprietários específicos. Por isso que ela parece bastante com uma OUC: é uma lei que sobrepõe, mas que serve para todo mundo que está ali (Técnico da SMAPU, PBH, 2015).

A OUI deu origem ao EGW, um projeto de aplicação do instrumento na área dos proprietários interessados, em especial, a família Werneck. Este projeto, empreendido pela Santa Margarida Empreendimentos, teve grande reconhecimento, devido à divulgação pela mídia e à autoria do plano urbanístico pelo arquiteto-urbanista Jaime Lerner¹¹⁷, como um instrumento capaz de promover ocupação sustentável da gleba da Izidora. Para Reginaldo Magalhães (2014), a razão disso é que o

¹¹⁵ Esta comissão é composta pelos seguintes órgãos: Secretaria Municipal de Finanças (SMF), Secretaria Municipal de Desenvolvimento (SMD), Secretaria Municipal de Governo (SMGO), SUDECAP, SMAPU, BHTRANS, SMMA e um representante dos moradores, um dos proprietários e um dos empreendedores (MONTEIRO, 2014).

¹¹⁶ Daniela Lima, Cláudia Michalaros e Maria Eugenia Carneiro (2012), funcionárias do Setor de Meio Ambiente da Central de Apoio Técnico ao MPMG, denunciaram a necessidade de que o licenciamento ambiental ocorresse no âmbito estadual, suspendendo o licenciamento municipal iniciado pelos empreendedores (EIA/RIMA realizado pela contratada MYR Projetos Sustentáveis), tendo sido emitida recomendação ao Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM). Na denúncia, foi recomendada a expansão da delimitação da Área Diretamente Afetada (ADA) de modo a formar corredores interligando as áreas preservadas na busca de manter os representantes dos diversos ecossistemas existentes na região, o que exigiria alteração da LPOUS no município de Santa Luzia. Além disso, a Área de Influência Direta (AID), gerada pelos impactos sobre os recursos ambientais e rede de relações sociais, econômicas e culturais, abrangia o município de Santa Luzia. Estes elementos tornaram indispensável a coordenação do Estado na elaboração do licenciamento ambiental. Anteriormente a isso, o promotor Eduardo Nepomuceno de Souza havia recomendado à PBH que anulasse o voto da relatora do Conselho Municipal do Meio Ambiente (Comam), Fátima Cristina Gomes Cândido de Araújo, por se tratar da mãe de Maria Diniz Cândido, advogada da Direcional Engenharia, embora a recomendação tenha sido negada pela PBH (BONIS, 2012).

¹¹⁷ Jaime Lerner é ex-prefeito de Curitiba e se tornou referência mundial em planejamento urbano.

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

projeto é influenciado pelo urbanismo moderno, que se ocupa em lidar com a reestruturação produtiva e a desordem na distribuição espacial das funções urbanas. Desse modo, acredita-se que modelos espaciais se tornarão objeto de desejo, evocando o ideal de cidade presente no imaginário, por exemplo, dos proprietários da Granja Werneck, como explicita Otávio Werneck (2013), ou ainda daqueles que manifestaram seu apoio ao projeto na reunião de aprovação na Câmara dos Vereadores, como o ex-vereador Paulo Lamac e o professor e coordenador geral do Projeto Manuelzão, Marcus Vinícius Polignano.

Embora com algumas conotações diversas dos teóricos utopistas do urbanismo científico, empreendimentos como a Granja Werneck tentam vender uma utopia de uma sociedade ideal, em convívio harmonioso com a natureza e com os “vizinhos”, inquietando o imaginário como uma estratégia de marketing. Esse convívio depende muito mais de uma estrutura social mais ampla do que o simples desenho urbano de um bairro. As ideias presentes nas teorias do “urbanismo científico” continuam sendo apropriadas por grupos sociais e inseridas no inconsciente das pessoas, como produtos que estas deverão desejar (MAGALHÃES, 2014, p.15).

Em um caderno didático publicado pelo Arquivo Público da Cidade (2011) sobre os bairros da Regional Norte, da Coleção História de Bairros de Belo Horizonte¹¹⁸, revela-se uma necessidade de planejamento da ocupação da Região da Izidora, anteriormente resguardada diante da legislação municipal. Destacando o interesse de construtoras pela venda de apartamentos na área – embora sem mencionar a OUI - em contraposição a mobilizações sociais em prol da preservação ambiental da Região da Izidora, a seguinte afirmação é feita:

E você? Se você tivesse o poder de decidir, o que acharia melhor: preservar as poucas áreas verdes que ainda restam na cidade, garantindo a manutenção da fauna, da flora e das nascentes de água presentes aí, ou fazer com que a ocupação dos lugares pelas pessoas seja feita com planejamento e infraestrutura adequada, oferecendo uma melhor qualidade de vida às famílias? (APCBH, 2011, p.28).

Isso denota o pensamento de que não é possível unir as duas coisas, ou seja, a ocupação do terreno com a garantia de qualidade de vida em consonância com a preservação ambiental. Trata-se de uma ideologia que preza a conservação da natureza, necessariamente, através de sua intocabilidade. Isso tem sido criticado por aqueles que apostam no uso sustentável dos recursos naturais por parte de uma população local capaz de sobreviver a partir de modos alternativos de reprodução, em defesa do saber comum, da biodiversidade e da multiculturalidade (MENDES, 2009)¹¹⁹.

¹¹⁸ Projeto criado em 1999 para desenvolver um levantamento de informações históricas sobre os bairros da cidade.

¹¹⁹ No entanto, conforme o Art. 1º do Decreto Municipal 14.055/10, a OUI preservou a propriedade do Quilombo das Mangueiras.

Fica suspenso qualquer processo de parcelamento do solo e de edificações, bem como a instituição de Reserva Particular Ecológica, no âmbito da Operação Urbana do Isidoro, na área em processo de reconhecimento e demarcação, conforme Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sócio-Cultural do Quilombo de Mangueiras, de agosto de 2008, constante do respectivo Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTDI, elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, até que seja publicada Portaria do referido órgão, em conformidade com o art. 17

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

Outras críticas ainda podem ser feitas ao projeto no que tange à produção do espaço, como destacado no depoimento de Eduardo.

Além da criação das APPs, que separam a área urbanizada da natureza, o plano trata-se de uma produção do espaço baseado na via veicular, no confinamento residencial em condomínios isolados, de alta densidade, cercado por estacionamento. Se olharmos as ocupações informais, os assentamentos espontâneos têm uma intensidade do uso da rua, predominância do pedestre e diversidade de atividade econômica, ou seja, o que um condomínio residencial de baixa renda precisa (Eduardo, ASF, 2014).

Entretanto, como vimos, o argumento da ocupação sustentável do espaço foi um grande fator de fortalecimento da ideia de um projeto de operação urbana na Região da Izidora e, inclusive, argumento contra a presença das ocupações urbanas, que estariam degradando a área. Em artigo no qual discute o uso da *sustentabilidade* no discurso internacional para criar novos paradigmas na política na escala do urbano, Klemens Laschefski (2013) critica o uso do adjetivo em uma perspectiva desenvolvimentista, voltado para o crescimento econômico. Destaca como, atualmente, o modelo de desenvolvimento contemporâneo é insustentável e tem dado atenção insuficiente à espacialidade, o que gerou uma concentração nos centros urbanos marcada pela luta desigual pelo espaço. Segundo Laschefski, estes conflitos permeiam a questão da sustentabilidade urbana, da desigualdade social aos problemas ambientais.

Tais conflitos ambientais podem ser: distributivos, que ocorrem em torno da aplicação de recursos públicos para o acesso à água potável ou à instalação de equipamentos urbanos e infraestrutura de saneamento para melhorar a qualidade de vida na região; espaciais, que se referem à localização de fontes poluidoras, como fábricas, que afetam a população pelas emissões gasosas, líquidas ou sonoras que se espalham no espaço; territoriais, que giram em torno de como determinados grupos realizam formas de vida que não correspondem aos significados atribuídos por outros grupos, como, por exemplo, a ocupação de áreas de risco. (...) Os conflitos ambientais territoriais, por sua vez, indicam as contradições profundas do próprio modo de produção capitalista do espaço e da distribuição de poder sobre o território, que apontam a necessidade de repensar a configuração socioespacial (...) (LASCHEFSKI, 2013, p. 155).

Refletindo sobre o caminho para a sustentabilidade urbana, Laschefski analisa o caso brasileiro e o contexto de avanços no que tange à reforma urbana com a aprovação do Estatuto da Cidade. Em sua análise, a OUI reforça um modelo de cidade que limita as relações socioespaciais através de processos de segregação em um “empreendedorismo urbano” promovido pelo poder público subordinado pelas vantagens econômicas de pequenos grupos. Para o autor, a falta de compreensão do real impacto que o EGW possa causar ao entorno levou - anteriormente ao surgimento das ocupações urbanas - ONGs ambientais e entidades da sociedade civil organizada a não se posicionarem contra, reconhecendo aspectos positivos no projeto. Este foi o posicionamento, por exemplo, do coordenador do Projeto Manuelzão, o que é contraditório, dada a “possibilidade de

da Instrução Normativa INCRA/ 57, de 20 de outubro de 2009, estabelecendo os limites do território do Quilombo de Mangueiras (BELO HORIZONTE, 2010).

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

supressão da vegetação nativa por causa da construção dos edifícios e os impactos de aproximadamente 200.000 novos moradores na bacia hidrográfica” (LASCHEFSKI, 2013, p.160).

Aparentemente, há certa aceitação da hipótese de que a preservação das áreas restantes pode ser alcançada por meio da agregação de valor aos imóveis, visando compradores que procuram proximidade com as belezas cênicas das paisagens da região (LASCHEFSKI, 2013, p.160).

O que se observa, finalmente, é que esta busca pela sustentabilidade ambiental em detrimento de uma justiça social gera processos de urbanização descontrolados, colaborando com a construção de um conflito entre o ambiental e o social – o que o autor descreve como “ambientalizar um problema social”. O problema da moradia muitas vezes se resolve através da ocupação de áreas de risco, o que é visto com maus olhos quando o sujeito é da população de baixa renda, mas ignorado se este for membro da elite¹²⁰.

No caso de remoções de bairros populares de áreas consideradas inadequadas surgem novas contradições com capacidade de provocar conflitos ambientais. As soluções propostas pelo poder público para os removidos é a disponibilização de moradias em edificações verticais, em função da falta de espaços destinados a essa finalidade. Contudo, a troca de um barraco por um apartamento pode provocar grandes transformações no modo de vida dessas pessoas, já que determinadas ações não podem mais ser realizadas (LASCHEFSKI, 2013, p. 163).

Na busca pela criação de um espaço urbano sustentável, Laschefski destaca a importância de compreender o problema da sustentabilidade como multidimensional, ligado tanto à crise ecológica quanto social. O autor retoma Lefebvre (1991)¹²¹, “que alega que a estratégia para um projeto socialmente progressivo pode ser fundada em pequenos e médios empreendimentos em cidades compatíveis com esse foco” (LASCHEFSKI, 2013, p.164). Prevalece a necessidade de se pensar em um novo modo de produção do espaço para além de distribuição e consumo justos dos recursos naturais, mas na direção à ampliação do direito ao território.

Segundo os arquitetos da ASF, em contraposição ao atual projeto da OUI, a integração de um bairro popular com um empreendimento de baixa renda seria uma forma de produzir o espaço de maneira mais sustentável, excluindo as possibilidades de que o bairro se transforme em uma favela, ou o condomínio se torne um lugar isolado. Eduardo afirma que o plano urbanístico poderia prever uma via

¹²⁰ Para exemplificar esta situação, Laschefski (2013) cita o caso da ocupação do Bairro Belvedere III, em Belo Horizonte, que ultrapassou uma área tombada pelo IPHAN da Serra do Curral e culminou na ameaça de importantes mananciais em torno da Lagoa Seca e do Córrego Cercadinho, afluente do Ribeirão Arrudas, pertencente à bacia hidrográfica do Rio das Velhas. Além de a ocupação ter sido, mais tarde, legalizada, o poder público ficou a cargo de realizar as correções necessárias para manter a qualidade ambiental da região.

¹²¹ Ver LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991.

2. A CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA

de penetração estruturante que proporcionasse organicidade à atual ocupação do local, dialogando melhor com a realidade do relevo, uma diretriz prevista na legislação urbanística da cidade¹²².

Não é produzido um tecido com diversidade social, pois há concentração de um perfil socioeconômico em um território, e a expansão da cidade se dá a partir da formação de guetos. E o pobre, que necessita de mais infraestrutura, será o primeiro a entrar naquele local, sem infraestrutura. Assim, é reproduzida, de forma evidente, uma situação recorrente no desenvolvimento urbano brasileiro, que vem sendo questionada desde a Constituição de 1988 (Eduardo, ASF, 2014).

Foram expostos alguns elementos que caracterizam a controvérsia em torno da aprovação da OUI e de elaboração do EGW – a única parte da operação urbana que se pretendeu implementar até o momento. Com suas diferentes visões de mundo - mas, em sua maioria, adotando um discurso de comprometimento com uma cidade mais justa -, o Estado, o setor empresarial, os proprietários, os moradores das ocupações, os arquitetos e os militantes apresentam críticas distintas ao projeto que pretende redirecionar a produção do espaço na Região da Izidora, conforme exposto no depoimento de Leonardo Péricles, militante do MLB.

Em algumas audiências que tivemos a oportunidade de participar, nós nos colocamos contra. Porque essas operações urbanas, em geral no Brasil, são travestidas de democracia, mas são esquemas vanguardados por empreiteiras que impõem outro tipo de cidade. Se esse governo do Estado quer mostrar que é diferente do anterior, deveria intervir nesse negócio junto a PBH. Tem uma boa parte ali que teria que ser preservada. Mas ali pode ser feito um grande processo de construção de moradia popular, para BH e RMBH – o que poderia ser feito em parceria com as cidades limítrofes, como Santa Luzia. Ao invés da OUI, poderia atender ao interesse de milhares de pessoas, dando acesso a quem mora lá à escola, universidade, local de trabalho. Os moradores têm noção que existe a OUI, sabem que ali tem um projeto gigantesco para os ricos. A Direcional, por exemplo, é ponta de lança desse processo e todo mundo viu que ela passou a ser nossa inimiga porque quer o despejo e fez uma proposta ridícula de reassentamento em um gueto, num resto de terreno (Leonardo, MLB, 2014).

Da forma imposta pelos empresários e proprietários interessados, a realização do empreendimento se apresenta como um impedimento às ocupações permanecerem no local. Por outro lado, como Leonardo destaca, outras formas de intervenção pública poderiam estar sendo pensadas para a Região da Izidora. Assim, o EGW se coloca como um importante ator-rede na constituição do movimento de resistência das Ocupações da Izidora, que, dentre outros aspectos, resistem, também, a esse projeto e à ideologia por trás dele. No próximo capítulo, serão apresentados elementos que compõem a trajetória de formação da rede *#Resistezidora*, que garantiu o não despejo das famílias em agosto de 2014, pressionado pela tentativa de implementação do EGW.

¹²² Como veremos mais adiante, a ASF realizou um plano de readensamento das ocupações da Izidora pautado nestas ideias, como instrumento de negociação do movimento de resistência.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Como o processo de luta dos moradores das Ocupações da Izidora se apresenta como uma alternativa mais justa ao processo de produção do espaço urbano? Vimos que, em contraposição ao planejamento urbano contemporâneo promovido pelo Estado, em parceria com o Capital, as teorias sobre a justiça urbana, desenvolvidas por Harvey (1980) e Soja (2010), buscam uma aproximação de táticas de planejamento autônomo. Essas táticas passam, também, pela prática da resistência, como descrita por Proust (1998, 2000a, 2000b). Assim se insere o estudo de caso das Ocupações da Izidora neste trabalho: um exemplo contemporâneo de resistência urbana.

Minha proposta é *realizar um mapeamento de controvérsias no movimento de resistência das Ocupações da Izidora*. Para tanto, busquei aproximar-me da ANT a partir da apreciação do trabalho desenvolvido por Elisa Sampaio de Faria (2014)¹²³. Como a autora mostra, as controvérsias surgem quando os atores percebem que não podem se ignorar mutuamente, e ideias e simplificações, antes dadas como aceitas, passam a ser questionadas. Desse modo, as controvérsias estão presentes em toda situação de incerteza relacionada a práticas que ainda não possuem um formulário de atuação estabilizado, como é o caso da Região da Izidora atualmente.

A disputa territorial na Izidora é permeada por diversos atores com seus respectivos interesses. Os moradores, ao ocuparem o terreno, ainda que motivados por suas necessidades individuais, estão questionando a lógica de produção habitacional que impõe ao Estado o dever de prover a moradia, transgredindo a via legal de garantia de seu direito. Ao mesmo tempo, o Estado busca assumir seu papel de planejador, garantindo que a área seja ocupada de maneira organizada e que preserve sua riqueza ambiental. Por sua vez, o proprietário, que por muitos anos não vislumbrou uma destinação à propriedade, vive agora a possibilidade de lucrar com um novo empreendimento que compõe a agenda da OUI. E o setor empresarial enxerga nesta um investimento altamente lucrativo e está disposto a colocá-lo em prática.

Esses são alguns exemplos dos diferentes interesses pretendidos para o local, que consistem, também, em diferentes modos de ver um mundo possível (FARIA, 2014). Para a ANT, a realidade é localizada histórica, cultural e materialmente, de modo que múltiplas realidades emergem e coexistem simultaneamente. Sendo assim, quem define a realidade são os atores em suas performances. Neste capítulo, pretendo compreender, *dentre os atores envolvidos no movimento de resistência das*

¹²³ Faria (2014) faz uma cartografia das controvérsias, segundo a metodologia de Latour (2012) e Venturini (2010), para investigar o papel do conhecimento científico na disputa em torno da instalação do Projeto Apolo na Serra da Gandarela. Trata-se de um complexo de minas de ferro, barragem de rejeitos e ferrovia em uma área da RMBH que contém importantes aquíferos, capazes de fornecer água a Belo Horizonte, além de outras riquezas naturais.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Ocupações da Izidora, os diversos pontos de vista que permeiam sua luta. Buscarei, ainda, identificar em seus interesses elementos que coadunam com o ideal apresentado previamente de justiça urbana.

Voltando à metáfora rochosa de Venturini (2010) na análise das relações sociais pela ANT, para o autor, a *observação* é a parte líquida do magma, enquanto a *descrição* é sua solidificação. Desse modo, quanto à descrição, quatro passos são necessários: i) não reduzir o número de depoimentos; ii) garantir que os atores envolvidos não estejam viesados; iii) comparar seus resultados com o que já foi produzido e está disponível na literatura; e iv) uma vez feitas as proposições, sua legitimidade não deve ser questionada. A descrição é acompanhada pela elaboração de cartografias: não se trata de conter apenas a descrição do espaço observado, mas explicitar as controvérsias de forma legível. Isso é essencial para fins acadêmicos, e ainda mais caso se pretenda contribuir para o debate público, como é o caso deste trabalho.

Para Latour (2012), ao trabalhar com a ANT, é preciso ser objetivo ao tratar das questões de interesse com relação aos atores mapeados. Isso não significa dar peso igual aos atores, mas atribuir a cada um deles seu papel segundo sua representatividade (relativo ao número de atores que defendem seu interesse - *a pessoa que fala*), influência (posição de interesse que afeta a ação de outros atores - *o ponto obrigatório de passagem*) e interesse (independente da quantidade de atores e de seu poder de influência) na disputa. Nesse sentido, três cuidados são necessários: adaptar as diversas camadas construídas a partir do depoimento dos atores envolvidos; não se preocupar em ser redundante - é possível fazer mais de uma cartografia para que o conjunto seja legível; e exigir-se que a cartografia seja flexível, considerando o dinamismo que há nas controvérsias.

Dito isso, o material reunido aqui acerca da Região da Izidora propõe explicitar o conflito socioespacial no local, na medida em que atores distintos disputam esse espaço. Isso não é privilégio desse local e, sim, o reflexo de um processo que se dá na cidade como um todo: entende-se que Belo Horizonte – e qualquer espaço urbano – foi construída e se reconstrói a partir desses conflitos. Nesta seção, pretendo elucidá-los em um estudo de caso da Região da Izidora, apontando para os principais passos da luta das ocupações que ali se instalaram e os atores de destaque que emergiram neste processo de constituição de uma resistência.

Este exercício se consolidou em duas etapas: primeiramente, foi realizada uma compilação de informações disponíveis na internet (artigos, jornais, blogs e postagens do Facebook) sobre a Região da Izidora, de modo a compreender melhor o atual contexto vivido no espaço pelas ocupações, o que gerou um relato dos fatos ocorridos desde agosto de 2013 até os dias atuais; a etapa seguinte consistiu em uma inserção no campo propriamente dito, com entrevistas às lideranças locais, membros

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

dos movimentos sociais, arquitetos da rede de apoiadores, funcionários da prefeitura, Ministério Público e Defensoria Pública, dentre outros atores que participaram do movimento de resistência.

3.1. Dinâmica de formação de grupos

3.1.1. *Processo inicial de ocupação e organização interna*

A primeira ocupação que surgiu, em maio de 2013, foi a Ocupação Rosa Leão (**Figura 17**), anteriormente com o nome Ocupação do Conjunto Ubirajara, por se localizar ao lado desse conjunto, no Bairro Zilah Spósito. Mais tarde, recebeu o nome de Rosa Leão, decidido em uma assembleia geral, em homenagem à companheira da luta pela moradia, membro de uma das Comissões do Movimento de Luta pela Moradia (MLPM) – na década de 1990. Rosa Leão ajudou na conquista do Conjunto Ubirajara em setembro de 1999, dentre outras lutas, e foi assassinada ao tentar impedir um homicídio. A ocupação ocorreu por iniciativa dos próprios moradores, mas logo foram organizadas quadras (15 quadras, inicialmente), que contavam com coordenadores escolhidos em reunião interna que serviriam de referência para os outros moradores da mesma quadra. Além disso, foram convidados arquitetos da UFMG e da PUC Minas para realizar um plano urbanístico da área, delimitando ruas, praças, áreas de lazer e demarcação de lotes. Assim, como veremos, à medida que foi se consolidando, manteve uma organização interna mais avançada em comparação com as outras ocupações da Região da Izidora.

A Ocupação Esperança (**Figura 18**) foi a segunda a se formar na Região da Izidora, em junho de 2013. Está organizada em 6 quadras, com mais de 20 coordenadores. O nome, escolhido pelos moradores, reflete a luta das famílias que possuem esperança de um dia ter seu pedaço de terra para morar, sem arcar com o ônus do aluguel que compromete a renda familiar. Por último, a Ocupação Vitória (**Figura 19**) se instalou em junho e julho de 2013, enquanto ocorriam as manifestações de rua, em terreno próximo à fronteira com o Município de Santa Luzia, tornando-se a maior e mais dispersa das três ocupações.

Essas ocupações diferenciam-se da maioria das outras ocupações urbanas em Belo Horizonte mais consolidadas por terem ocorrido a partir da iniciativa dos próprios moradores, de modo que não havia um movimento social organizado por trás da mobilização destes, em um primeiro momento. Dandara e Eliana Silva, por exemplo, são ocupações que tiveram o apoio de movimentos sociais desde o princípio, com os quais faziam reuniões antes mesmo de ocupar o terreno. Ao contrário, os primeiros moradores da Izidora ocuparam o terreno de maneira desorganizada, conforme a necessidade, para a surpresa dos próprios movimentos sociais, como aponta a fala do militante do MLB, Leonardo Péricles.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Todo mundo que atua na luta da moradia em Belo Horizonte já há algum tempo olha para a Região do Izidora, porque é uma região gigantesca e abandonada. Mas é uma região de muita luta política historicamente, muita briga, então sempre foi algo complicado. Daí foi interessante, porque participamos ativamente das jornadas de junho de 2013 e ficamos sabendo que havia tido ocupação no Izidora e ficamos assim “que movimento foi esse, ousado, que ocupou o Izidora?” (Leonardo, MLB, 2015).

Segundo o militante das Brigadas Populares Rafael B, a organização de conjuntos de sem teto na Zona Norte de Belo Horizonte ocorreu a partir da ação de pequenos grupos de famílias que se reuniram e decidiram ocupar após o conhecimento acumulado de outras experiências na cidade que deram certo. Assim, à medida que foram entrando no terreno, essas famílias abriram flancos para a chegada de outras, em um processo que apresentou consonância com o que acontecia nas ruas de Belo Horizonte naquele momento. A evolução das três ocupações nos últimos anos pode ser observada a partir de imagens satélites capturadas pelo Google Earth, na **Figura 20**. A moradora e liderança local da Ocupação Vitória, Elielma Carvalho, também faz a mesma análise.

A leitura que nós fazemos é que as três ocupações surgem no bojo de junho de 2013, quando houve as maiores mobilizações de massa do país. Enquanto os centros da cidade estavam tomados por um caráter de ação direta, por uma multiplicidade de atores sociais, o povo sem teto se organizava na periferia para reivindicar seus direitos de maneira mais concreta (Rafael B., Brigadas Populares, 2014).

A ocupação não surgiu com o movimento. Surgiu com o povo na necessidade. E surgiu, também, com as manifestações de junho. Foi ali. Tudo começou ali. Todo mundo tomando posição na vida. Todo mundo querendo saber de seus direitos. Uma coisa que poderia ter sido resolvida por causa de uma passagem virou aquilo tudo, graças a Deus (Elielma, Ocupação Vitória, 2015).

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Figura 17. Fotos da Ocupação Rosa Leão



Fonte: Blog da Ocupação Rosa Leão. **1**



Fonte: Acervo pessoal. **5**



Fonte: Acervo pessoal. **2**



Fonte: Acervo pessoal. **6**



Fonte: Blog da Ocupação Rosa Leão. **3**



Fonte: Acervo pessoal. **7**



Fonte: Blog da Ocupação Rosa Leão. **4**

1. Rosa Leão, líder comunitária do Zilah Spósito.
2. Centro Comunitário.
3. Faixa da PBH de preservação ambiental.
4. Horta no quintal.
- 5, 6 e 7. Casas da Ocupação.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Figura 18. Fotos da Ocupação Esperança



Fonte: Acervo pessoal.

1



Fonte: Acervo pessoal.

5



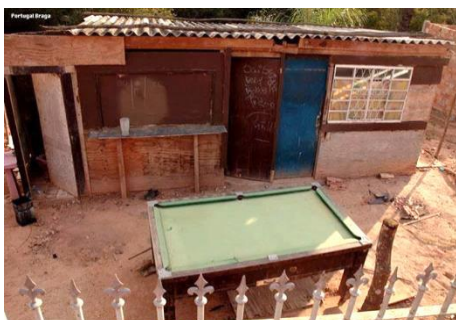
Fonte: Acervo pessoal.

2



Fonte: Acervo pessoal.

6



Fonte: Facebook, página Resiste Izidora.

3



Fonte: Acervo pessoal.

7



Fonte: Facebook, página Resiste Izidora.

4

1. Entrada da Ocupação.
2. Centro Comunitário.
- 3, 4, 5, 6 e 7. Casas da Ocupação.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Figura 19. Fotos da Ocupação Vitória



Fonte: Acervo pessoal.

1



Fonte: Acervo pessoal.

5



Fonte: Acervo pessoal.

2



Fonte: Acervo pessoal.

6



Fonte: Acervo pessoal.

3



Fonte: Acervo pessoal.

7



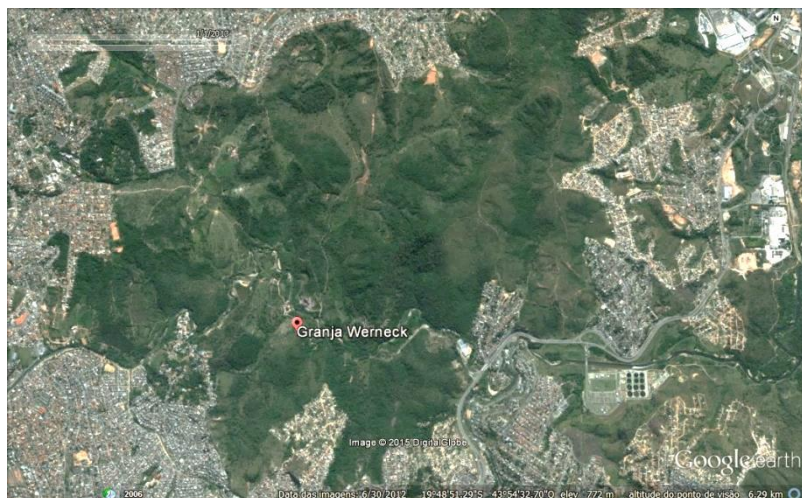
Fonte: Acervo pessoal.

4

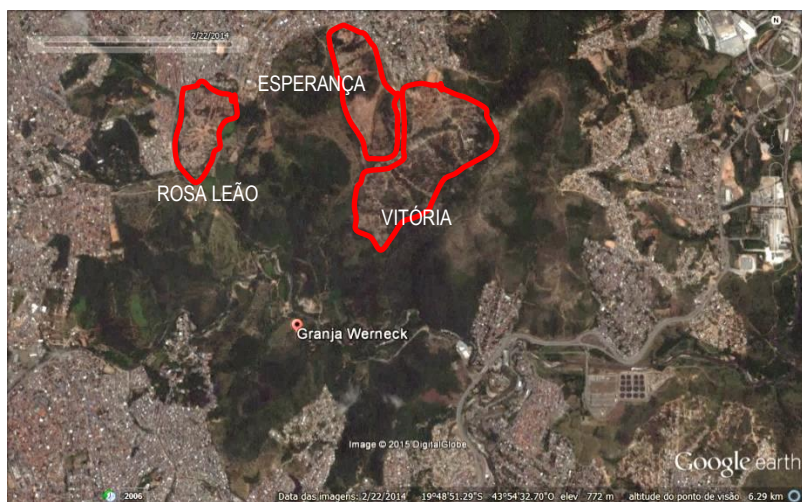
1. Centro Comunitário.
- 2 e 3. Casas da Ocupação.
4. Horta no quintal.
5. Muro de Pedra.
- 6 e 7. Vista da Ocupação.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Figura 20. Evolução da ocupação da Região da Izidora



1



2



3

1. Foto por satélite da Região da Izidora de janeiro de 2013.

2. Foto por satélite da Região da Izidora de fevereiro de 2014.

3. Foto por satélite da Região da Izidora de março de 2015.

Fonte: Google Earth (2015).

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

A escolha da Região da Izidora não foi aleatória, uma vez que seu entorno já tinha um histórico de ocupação por famílias de baixa renda, como é o caso do bairro Zilah Spósito. Conforme conta Rafael B., nos arredores do local onde surgiu a Ocupação Rosa Leão, por exemplo, em 2011, houve a ocupação Zilah Spósito-Helena Grecco, que entrou de maneira tímida na área de encosta do morro¹²⁴. Algumas lideranças do Conjunto Ubirajara, construído em 1996 pelo prefeito Célio de Castro (PSB), em um processo de reassentamento promovido pela PBH na região da Pampulha, também atuaram na resistência da Ocupação do bairro Zilah Spósito e, atualmente, apoiam a Ocupação Rosa Leão. Segundo Charlene, moradora e liderança da Ocupação Rosa Leão, o terreno da Região da Izidora estava abandonado havia muitos anos e sua ocupação, em 2013, se deu a partir da chegada de famílias necessitadas que viram ou souberam de terceiros a oportunidade.

Essa é uma ocupação espontânea. Eu me lembro que caminhava por esse terreno com a minha mãe desde pequena – que era raizeira e catava raiz para vender no mercado central. Esse era um lugar cheio de entulho, achavam corpos aqui, porque servia como local de desova. Assim, as famílias, por necessidade, começaram a ocupar. Chegaram três, quatro, cinco, seis, um foi passando para o outro e quando assustou já éramos 1500 famílias. Então, era um espaço sem organização nenhuma (Charlene, Ocupação Rosa Leão, 2015).

No entanto, alguns atores envolvidos no movimento de ocupação analisam a situação de outra forma e discordam do uso do termo *espontâneo*, como usado pela moradora. Rafael B., das Brigadas, insiste que as ocupações não surgem do nada, pois sempre tem um elemento de orientação e de influência que dá um horizonte à luta, argumento que Leonardo, militante do MLB, também compartilha.

Esse pessoal fica achando que as coisas vão ser feitas sempre do nada, as pessoas vão tomar consciência e fazer, nós não acreditamos que isso exista. Mesmo que ela aparentemente seja espontânea, tem lideranças ali que pegaram o boi pelo chifre, tomaram a frente e falaram “Vamos ocupar ali!”. E foram fazer. Alguém tem que estar à frente para fazer, mesmo que não tenha consciência daquela ação. A pessoa pode até deixar de ser liderança, depois, mas naquele momento cumpre um papel que está em consonância com o conjunto das ideias daquelas pessoas que estão fazendo a ação (Leonardo, MLB, 2015).

Reforçando essa ideia, Tiago e Eduardo, da ASF, apontam que uma rede de resistência já estava sendo construída nos anos anteriores, a partir de outras experiências, de modo que não seria possível dizer que as Ocupações da Izidora fossem verdadeiramente espontâneas. Os arquitetos recordam, ainda, que o MLB e as Brigadas haviam tido uma experiência de assessoria, em interface com projetos de extensão e ensino universitário da UFMG e da PUC Minas. Desse modo, havia uma organização interna dos moradores, provavelmente advinda de lideranças com alguma experiência nesse sentido.

¹²⁴ Segundo conta Leonardo, naquela época, a PBH organizou uma tentativa de reintegração de posse. No entanto, com a formação de uma rede de apoio, com movimentos sociais e a participação da Ocupação Dandara, a ordem de despejo foi suspensa e, três meses depois, a ocupação se consolidou com 150 moradias. Hoje, todas as casas são de alvenaria, ganhando um aspecto de favela, devido ao forte adensamento em uma região íngreme.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

A relação das comunidades com a vizinhança, por sua vez, varia conforme a ocupação. No caso da Rosa Leão, segundo Charlene, um lado da vizinhança é o local cuja maioria dos moradores é composta por policiais, que desaprovam os novos vizinhos e realizaram um abaixo assinado para sua retirada. Do outro lado, onde se localiza o bairro Zilah Spósito, fruto também de uma ocupação, não há resistência ao movimento; ao contrário, apoiam a luta. Em seu depoimento, Elielma, da Ocupação Vitória, menciona mais de uma vez a solidariedade dos vizinhos ao disponibilizar documentos que permitiram a matrícula de crianças em escolas no Município de Santa Luzia. Para Elielma, a relação com a vizinhança é boa, mas como a comunidade é muito grande, é comum que haja alguns desentendimentos pontuais. Seu depoimento é confirmado por Rose Freitas, da Ocupação Esperança, que reforça que a resistência era maior no início, mas, após conhecer os moradores, os vizinhos começaram a apoiar a luta, inclusive realizando doações aos moradores.

Segundo a análise da ASF, o processo de organização das ocupações em Belo Horizonte, em geral, inicia-se com poucas famílias, quando, então, é feita uma formação política dos moradores por cerca de um ano. No princípio, a ocupação se multiplica rapidamente: as pessoas necessitadas espalhadas pela cidade, quando ficam sabendo, decidem participar do movimento. No entanto, o morador que aparece de repente, segundo os arquitetos, apresenta “comportamentos da classe média” e não quer construir logo, para não colocar a vida dos filhos em risco ou sem acesso a serviços básicos, como água, luz e esgoto. Portanto, somente depois que a ocupação se consolida um pouco mais é que a família decide se mudar; por essa razão é que, muitas vezes, encontramos lotes vazios, com somente uma placa com o número do telefone. Tiago, um dos arquitetos, chamou a atenção para o papel das mulheres neste processo, que assumem uma posição de liderança do ponto de vista da luta. Segundo ele, enquanto o homem é mais racional e não quer se arriscar, a mulher deseja romper logo com a situação da “cruz do aluguel”¹²⁵.

A origem dos moradores das Ocupações da Izidora é diversa, porém a maior parte deles se encontra no déficit habitacional de Belo Horizonte e RMBH. Segundo Frei Gilvander, os moradores vieram da “cruz do aluguel”, a grande maioria da própria região, que já estava experimentando o êxito, pelo menos parcial, da ocupação Zilah-Spósito/Helena Grecco, onde há, portanto, uma herança histórica e cultural de mais de 20 anos de luta. Corroborando com essa afirmação, em seu depoimento, Charlene afirma ter sido ela própria fruto de uma ocupação, pois sua vida sempre se deu dentro da luta, desde a infância pobre. Após morar de aluguel com o padrasto, sua mãe, junto aos nove filhos,

¹²⁵ A “cruz do aluguel” é uma expressão recorrente utilizada pelo militante da CPT, Frei Gilvander, que se tornou usual no discurso a favor das ocupações urbanas em Minas Gerais para se referir ao peso do valor financeiro dos aluguéis que corrói o orçamento dessas famílias contabilizadas no déficit habitacional.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

ocupou um terreno, no Município de Santa Luzia, onde moravam em uma barraca de lona pequena demais para o número total de pessoas e em condições precárias.

Nesse período, eu devia ter uns cinco anos e ficava brava com minha mãe, o que, acho que é provação de Deus. Reclamava que meus amigos na escola tinham casa e nós morávamos na lona, tudo embolado, sem água e sem luz, e que achava que era culpa da minha mãe. Então eu cresci assim, na adolescência. A gente sempre lutou muito, até conseguir construir a casa de alvenaria. Hoje, ela mora nesse espaço já tem mais de vinte anos e paga imposto, mas não tem título de propriedade até hoje (Charlene, Ocupação Rosa Leão, 2015).

Charlene saiu de casa aos 27 anos, quando se casou e teve seu filho. Foi, então, morar na casa da sogra, onde afirma ter sido o pior local que já morou. Após a separação, retornou à casa da mãe, mas teve dificuldades de lidar com a perda de privacidade. Assim, decidiu morar de aluguel em um local próximo, no Zilah Spósito, onde estava quando soube da ocupação. Questionada se ela ou a mãe tentaram inclusão em algum programa habitacional, Charlene responde que não se lembrava de nenhum programa habitacional na sua adolescência. “Se tinha algum programa, eles ficavam para eles, porque não era oferecido para quem precisa”, diz.

Muitas vezes, o poder público, o Estado, não é cobrado por ignorância, por nós não sabermos de nosso direito. Eu também não sabia que eu tinha direito a ter moradia, que o governo é obrigado a proporcionar moradia para quem não tem renda. Eu vim saber disso depois que eu vim para a ocupação. Então, muitas pessoas que sofrem e pagam aluguel desesperados e deixam de dar comida para os filhos para pagar, é porque não sabem dos direitos que têm, senão estavam aí cobrando, lutando. Minha mãe, também, não tinha apoio nenhum, era analfabeta, não sabe ler nem escrever, e essas coisas todas implicam. E a maioria das pessoas é dessa natureza: não sabem ler e escrever, não gostam de política, e nem de buscar informações que nos favoreçam. Por isso que muitas vezes, nós sofremos e temos tantos direitos negados ¹²⁶(Charlene, Ocupação Rosa Leão, 2015).

Rose, que hoje tem 38 anos, mora com dois filhos e um neto na Ocupação Esperança, conta que, quando chegou à ocupação, já havia dois meses que as famílias se encontravam no terreno. A decisão por ocupar foi consequência de um período difícil em sua vida, no qual perdeu um de seus filhos assassinado, o que fez com que fechasse seu pequeno negócio no bairro onde morava, São Bernardo. Sem nenhuma fonte de renda, Rose não conseguia mais pagar o aluguel e os gastos com a gravidez precoce de sua filha adolescente. Mesmo com a inscrição feita no PMCMV, nunca havia sido sorteada¹²⁷. Desse modo, após o conselho de um amigo, que contou sobre a existência das

¹²⁶ Charlene destaca a importância de iniciativas como o curso de formação política para jovens, ministrado pelo Professor Fábio, do Instituto Pauline Reichstul, que estava ocorrendo na Ocupação Rosa Leão na ocasião da entrevista. “Eles serão adultos bem formados e seguros dos direitos que têm, e aí vai fazer diferença, muita diferença”, diz Charlene.

¹²⁷ Rose conta que sua mãe participou de uma ocupação e foi indenizada com bolsa de aluguel durante 11 anos, até que obteve seu apartamento do PMCMV. No entanto, o apartamento de dois quartos não atendia as 15 pessoas que moravam junto com sua mãe, de modo que somente metade da família ficou no apartamento. A outra metade mora, hoje, na Ocupação Esperança. Segundo pesquisa do Escritório de Integração da PUC Minas, baseada em dados publicados pela PBH, “considerando o atual ritmo de produção habitacional do programa e a quantidade de pessoas inscritas, um indivíduo que se inscrever no programa no ano de 2014 será contemplado com uma moradia após 72 edições. Mesmo que as projeções do governo para o período de 2015 e 2016 sejam cumpridas e replicadas pelos anos seguintes, tal indivíduo só seria contemplado depois de 10 anos de espera” (GOMES; CYRINO; SILVA, 2015, p.15).

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Ocupações da Izidora, Rose resistiu desacreditada, mas após quatro dias, decidiu tentar encontrar seu espaço. Foi primeiro à Ocupação Rosa Leão, onde conversou com Charlene que lhe havia dito que não havia mais espaço. Rose foi, então, à Ocupação Vitória, onde também lhe haviam dito que não havia mais espaço. Conta que não conseguia localizar a Ocupação Esperança até que, quando estava indo embora, passou na rua correta. Conversou com Edna, outra liderança local, presente desde o princípio na ocupação, e que lhe passou uma área para ocupar.

Aí ela falou comigo: “Construir e morar, só isso que eu te peço”. E eu fiz a minha barraca de lona. Assim, lá e cá, porque eu não podia trazer minha menina, que passava mal direto. Eu não podia tirar de uma vez e trazer ela e meu menino da escola. Quando eu vi mesmo que não dava pra aguentar mais o aluguel, que estou devendo até hoje, eu vim pra cá de vez no dia 12 de outubro. Eu estava saindo do aluguel e vindo pra onde era meu e vai ser até hoje. Porque assim, a gente está nessa terra, mas a gente sabe que não tem nada ganho ainda, que a gente tem que lutar. Mas eu já considero como minha casa. A única coisa que eu tenho, primeiramente, é muita fé em Deus, e segundo, tirando os meus filhos, eu não tenho nada além disso aqui (Rose, Ocupação Esperança, 2015).

Elielma, com 34 anos, vivia na casa do sogro. Para ela, assim como para Charlene, viver de favor é pior do que pagar o aluguel, devido à humilhação. Trabalhava com vendas e tinha clientes que moravam próximo à Rosa Leão. Quando soube da ocupação e tentou se instalar, não havia mais espaço. A Ocupação Esperança também estava lotada. Então foi informada por um rapaz de que estavam começando a ocupar uma região próxima ao bairro Baronesa. Elielma diz que tentou participar do PMCMV, mas que até hoje não obteve resposta. “Não é legal morar na ocupação, você tá entendendo? Você não tem direito aos serviços básicos, coisa de primeira necessidade. Quando chove, falta água, falta energia, é ruim, não é bom. Mas é o que a gente pode hoje.”, diz. Desse modo, encontrou na Ocupação Vitória uma forma de garantir sua moradia.

Eu fui e no mesmo dia surgiu a ocupação, a uns 200m do Vitória, na parte de Santa Luzia. Porém, a polícia chegou com o proprietário e os documentos, e fomos saindo. O proprietário começou a tocar fogo nas barracas de lona e queimando tudo. Saímos em direção à frente da ocupação e vimos que tinha esse terreno abandonado. Aí eu falei: “É aqui!”. Aí o pessoal falou: “Ah, mas aqui pertence à Santa Luzia, ali é Belo Horizonte”. E eu falei: “A terra está livre, do jeito que Deus deixou pra gente, vamos ocupar!”. E todos foram pegando o espaço, amarrando o barbante pra dar tempo de ir ao depósito comprar o material e era aquela alegria e aquela ansiedade. Começamos com poucas pessoas, hoje a gente tem 4.500 famílias distribuídas dentro da ocupação. Cada um ocupando terreno de 150m² e tem pessoas que, vai fazer dois anos, juntas com a ocupação, que não pagam mais aluguel (Elielma, Ocupação Vitória, 2015).

Por se tratar de uma ocupação espontânea – no sentido de que não houve envolvimento de movimentos sociais no princípio –, a primeira fase de ocupação do terreno da Rosa Leão foi realizada de forma arbitrária, conforme é possível apreender pelo depoimento de Charlene. Cada morador delimitou seu lote com o material que tinha em mãos, uma vez que o mais importante era garantir um pedaço de terra. Somente mais tarde, na medida em que novos moradores chegaram, e com o apoio

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

do movimento social, é que ocorreu uma divisão dos lotes capaz de abrigar a todos de forma mais organizada e equitativa.

Quando eu vim ocupar, para demarcar o lote, eu não trouxe nada. Eu vim de moto com meu sobrinho e pegamos o capacete dele e o meu e fomos marcando. Enquanto eu estava aqui olhando o terreno, ele foi buscar arame e então começamos a limpar e marcar. A demarcação do lote foi uma luta, pois tinha muito espinho e formiga, num sol danado e não tinha nem água nem luz. (...) Minha mãe me ajudou a comprar uma lona e fizemos uma barraca. Tinha um cupim lá no meio da rua e nós o cortamos por baixo e trouxemos para servir de fogão de lenha; buscávamos água descartável lá no Zilah Spósito (Charlene, Ocupação Rosa Leão, 2015).

Com relação à divisão dos lotes, esses tiveram seu tamanho padronizado, baseado nos lotes da Ocupação Dandara (8mx16m, podendo chegar a 7mx10m); e aquelas pessoas que haviam demarcado uma fazenda ou sítio tiveram seu lote reduzido. Charlene conta como foi difícil o trabalho de conscientização dos moradores e a explicação dada a eles de que “na ocupação não se ganha com tamanho de terras, mas com o número de famílias”. Ao longo desse processo, o grupo de arquitetos do Escritório de Integração do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas passou a trabalhar com as Ocupações da Izidora em um projeto de loteamento e plano urbanístico – inclusive com a produção de uma maquete para identificação pelos moradores de quadras, famílias por quadra e nomes de ruas.

A inserção do Escritório de Integração partiu de Margarete de Araújo Silva, professora dos cursos de Arquitetura da PUC Minas e da UFMG, conhecida por todos como Leta, e que já há alguns anos atua nas ocupações urbanas em Belo Horizonte. Em entrevista, a professora conta que, quando começou a Ocupação Rosa Leão, os moradores procuraram os vizinhos da Igreja próxima que os colocaram em contato com Frei Gilvander, que, por sua vez, fez seu contato com Charlene. Leta relembra que Rosa Leão teve início com uma turma que ocupou os primeiros lotes na frente da Rua Leila Diniz e, a partir daí, começaram a adentrar o terreno e se organizando de maneira atribulada e espontânea. Como houve uma reação desfavorável da vizinhança com relação à ocupação, devido ao preconceito, os moradores entraram em contato com o pessoal da Igreja. Na época, juntamente com outros arquitetos, a maioria recém-formada, e alguns alunos da PUC Minas, que haviam trabalhado com a Ocupação Dandara, a professora realizou uma primeira visita e foi impossível virar as costas para a situação.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

A gente chegou na Rosa Leão e a demanda deles era muito objetiva: “Nós queremos um mapa da ocupação”. “Nós queremos dividir os lotes, marcar as quadras” - em um traçado que já existia mais ou menos. “Nós queremos delimitar as áreas de preservação” – porque esse argumento da degradação ambiental já havia sido usado contra eles. “Nós queremos demarcar as áreas de risco” – até porque eles já percebiam onde estas áreas estavam. Então a gente sempre trabalhou em cima da demanda deles, incorporando a esta demanda aquilo que poderia ser útil para nós. Por exemplo, para produzir o mapa: diante da total falta de informação - e da situação de já existir uma ocupação física no terreno - nós inventamos esse negócio da maquete. E levamos a maquete pronta do lugar. E aí tem sempre aquele impacto de se reconhecer no lugar e falar “Aqui é tal coisa”. E eles absorveram bem essa história da maquete; ela andava pra lá e pra cá. Quando o pessoal da Esperança veio nos procurar, eles disseram “Nós queremos uma maquete, com um mapa” (Leta, Escritório de Integração, 2015).

A atuação do Escritório de Integração, inicialmente limitada à Ocupação Rosa Leão, foi no sentido de mapear o que já existia. Os próprios moradores haviam realizado a demarcação de lotes e ruas - diferentemente da Ocupação Dandara, por exemplo, na qual o arquiteto Tiago, como aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas e membro do Escritório de Integração, começou a atuar quando os moradores estavam ainda concentrados. Na Izidora, os arquitetos começaram a fazer o mapeamento básico do lugar, com uma metodologia que depois seria mais bem desenvolvida pelo Escritório, baseada nas maquetes, sobre as quais a população conseguia se organizar e enxergar melhor a forma de ocupação. Para Charlene, esse processo facilitou o diálogo com os moradores: ao ver a organização e o envolvimento da comunidade com o projeto, aqueles mais resistentes cederam e aceitaram a redução do lote, por exemplo.

Daí, vieram as arquitetas - a Professora Leta, que é uma pessoa maravilhosa, um anjo da nossa vida -, que vieram explicando como fazer as fossas, o que fazer e não fazer, tamanhos de rua. Tanto que aqui é como se fosse um bairro: nós temos nomes de ruas, números, tamanhos de lotes e ruas padronizadas, com espaço para passeio, espaços públicos e coletivos, como o barracão comunitário, um centro ecumênico, espaço para o posto, a horta comunitária, estamos olhando uma quadra para as crianças... Então, estamos nos preocupando não só com a moradia, mas termos um bairro bom para se viver, coisa que o poder público não se preocupa (Charlene, Ocupação Rosa Leão, 2015).

A primeira estratégia dos moradores, como em geral ocorre em ocupações urbanas, é a ocupação rápida do terreno, com a lona. Com o tempo, à medida que sentem mais segurança acerca da estabilidade da ocupação e conseguem juntar um dinheiro – que, em muitos casos, antes servia para pagar o aluguel –, passam a investir na construção da casa, e os materiais utilizados das lonas plásticas se tornam placas de madeira compensada (madeirite) ou edificações de alvenaria de tijolo com estrutura de concreto armado (LOURENÇO, 2014). A ocupação do espaço também varia ao longo desse processo de adaptação das famílias ao terreno. O depoimento da moradora Charlene exemplifica isso.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Depois da barraca de lona, eu morei nesse espaço, onde é a varanda, também; atrás era plástico e, na frente, um monte de madeira que eu encontrei na rua. Tem uns quatro meses e pouco que estou morando na casa de alvenaria, que eu consegui através de muita ajuda - bastante doação, como a de uma senhora da pastoral de uma igreja de Venda Nova. Para finalizar a casa, vieram uns seis ou oito pedreiros, que faziam de pouco a pouco; todos, moradores daqui. Um ajudando o outro. Havia também morador que vinha com o cartão - inclusive, estou pagando material até hoje da construção (Charlene, Ocupação Rosa Leão, 2015).

É importante destacar que a construção de casas de alvenaria é um argumento valioso no processo de resistência das ocupações, pois o investimento comprova o comprometimento das famílias com a luta, fortalecendo-a. Conforme Lourenço (2014) apresenta, a construção em alvenaria nas ocupações ajuda, ainda, a estabilizar sua população, que pode variar muito nos assentamentos provisórios e enfraquecer a resistência a um possível despejo. O autor destaca que essa variação não resulta somente de situações onde há oportunismo por parte dos moradores, mas se deve, também, às dificuldades de permanência em um local sem infraestrutura urbana básica, como água, esgoto e energia elétrica.

Charlene conta que, ao chegar à ocupação Rosa Leão, não havia água nem luz e estas foram obtidas a partir da formação de mutirões: cada quadra tinha um coordenador que fazia reunião com os moradores que juntavam o dinheiro. O valor gasto para cada serviço (água, luz, e abertura de vias¹²⁸) era pesquisado pelos moradores e todos contribuíam. A moradora chama a atenção, no entanto, de que o acesso aos serviços não é de qualidade: a energia elétrica não resiste muito - há casas nas quais a luz da lâmpada é como uma vela e a geladeira e a televisão não funcionam - e noutras casas a água só chega ao entardecer. Assim, o que há de serviços é apenas o bastante para garantir a sobrevivência precária dos moradores.

Vimos quanto se gastaria para abrir a rua, "Moradores, vai dar tanto para cada um", ok, íamos lá e pagávamos o tratorista. Inclusive, a juíza que assinou nossa reintegração de posse disse não saber como abrimos a rua, que deveria ter alguém patrocinando a gente. Isso poderia gerar até um processo sobre a fala dela, porque nós temos nota: os moradores pouco a pouco foram pagando e conseguimos fazendo as aberturas. Por isso que eu digo: com trabalho coletivo, união e conscientização, a gente consegue fazer muita coisa aqui na comunidade (Charlene, Ocupação Rosa Leão, 2015).

Na Ocupação Vitória, Elielma diz que a abertura das vias se deu a partir de uma consulta ao Google do tamanho correto das ruas e avenidas, para evitar que o local se tornasse uma favela, devido aos becos. A partir de então, foi feito um mutirão para piquetar vias de 8m de largura, com 1,5m para o passeio, e demarcar os lotes de 150m². Segundo Elielma, a medida foi respeitada no início, mas, com o crescimento da ocupação, algumas avenidas acabaram se tornando mais estreitas. O acesso à luz e

¹²⁸ Quanto ao sistema de esgoto, ainda não foi encontrada uma solução. Charlene chamou a atenção para o desejo de trabalhar com construção do sistema TVAP, implementado na Ocupação Eliana Silva, no entanto ainda não houve uma conversa com os arquitetos.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

água, assim como Charlene destaca, também se dá a partir do Programa do Governo Federal Luz e Água para Todos – nome ao qual se referem como o conhecido “gato” –, com a ajuda de um morador do Bairro Baronesa, que ofereceu um cano da rua para que a ligação fosse possível. Esse padrão se mantém na Ocupação Esperança.

Sobre o acesso a outros serviços no entorno da comunidade, Charlene, da Ocupação Rosa Leão, destaca que o comércio passou a lucrar mais com a chegada dos novos moradores. No entanto, outros serviços da região não receberam as famílias com a mesma facilidade, como no caso das escolas e postos de saúde. Segundo a moradora, o atendimento às crianças, mulheres grávidas e pessoas idosas é feito graças à sensibilidade de alguns funcionários, uma vez que, sob orientação da PBH, o atendimento não deve ser realizado para indivíduos que não possuem comprovante de endereço. Elielma afirma que, na Ocupação Vitória, serviços como supermercado e comércio são adquiridos no Bairro Baronesa, vizinho à ocupação. A moradora reforça que o acesso à saúde e educação é dificultado devido à exigência de que os moradores apresentem comprovante de residência de Santa Luzia. Esta ocupação se localiza, em sua maioria, em Belo Horizonte, mas está em uma região fronteira: parte dela pertence à Santa Luzia e, por sua vez, os serviços desse Município estão mais próximos das famílias que os da capital mineira, embora, em tese, elas deveriam usufruir dos serviços do Município de onde moram.

Ao perguntar para Charlene, Rose e Elielma sobre as vantagens e as desvantagens de viver em uma ocupação urbana, todas citaram a qualidade de vida que ganharam. Dentre os elementos citados, além do fato de não terem mais que pagar o aluguel que corroía a renda familiar, destacam-se: a recuperação diante de problemas de saúde, como depressão; o espírito de gentileza, solidariedade e companheirismo da comunidade, na qual todos cuidam de todos, o que garante, também, maior segurança; o contato direto com a natureza, possibilitando lazer e uma alimentação mais saudável devido às plantações; mais liberdade para as crianças brincarem e se deslocarem. Assim, esses elementos superam a dificuldade da falta de acesso aos serviços básicos (água, luz e saneamento), o preconceito da vizinhança, a pressão policial e a criminalização empreendida pela mídia.

Segundo Charlene, após a inserção dos movimentos sociais (CPT, através do Frei Gilvander, Brigadas Populares e MLB) nas comunidades – na Ocupação Rosa Leão, cerca de dois a três meses após seu início –, os moradores começaram a entender o que era uma ocupação e a se organizar através de reuniões e assembleias diretas e em quadras. As assembleias das três ocupações ocorrem segundo as necessidades do grupo e atualmente se dão em dois dias – um durante a semana e o outro no final de semana. Os moradores são convocados antes das reuniões por uma buzina e a participação varia conforme a pauta.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Muita gente veio para a ocupação sem saber o que é uma ocupação. Então, nós temos que ir trabalhando na cabeça das pessoas que é importante participar das reuniões, estar informado e consciente de como está a luta. Tem dia que vem mais gente e tem dia que vem pouca gente, mas eles estão sempre presentes. Geralmente as assembleias são mais para informação de trabalhos coletivos. Agora cada quadra tem seus problemas individuais, então fazemos reuniões em quadras para trabalhar os problemas separadamente (Charlene, Ocupação Rosa Leão, 2015).

3.1.2. *A entrada do movimento social*

Além desse papel de formação das lideranças, a atuação dos movimentos sociais nas ocupações urbanas constitui importante ponto de partida para o movimento de resistência, uma vez que garante uma dinâmica diferenciada de produção do espaço. Conforme Guilherme Boulos (2012), esses movimentos buscam fazer uma reforma urbana com as próprias mãos, visto que o Estado não promove avanços reais nesse sentido.

As ocupações organizadas por movimentos populares, além de serem resultado de alternativa de moradia, trazem muitas vezes valiosas lições para uma nova lógica de organização do território urbano (BOULOS, 2012, p.61).

(...) O nome que damos a isso é fazer Reforma Urbana com as próprias mãos, apropriar-se do espaço urbano de acordo com interesses coletivos, colhendo os frutos da organização autônoma dos trabalhadores, sem deixar, por outro lado, de enfrentar o Estado para exigir a conquista de nossos direitos (p.63).

Nas ocupações urbanas em Belo Horizonte, segundo aponta Tiago, da ASF, a atuação do movimento social tem sido essencial para garantir a união e a coesão interna entre os moradores, muitas vezes, inexperientes no que tange ao processo de ocupação, conforme afirma Charlene. Além disso, como parte dos moradores não frequenta as reuniões políticas ou a mesa de negociação – o que representa a maior parcela da população local, segundo Tiago – é, portanto, menos resistente a uma tentativa de reintegração de posse. A atuação do movimento social, em especial para essas pessoas, criou uma rede de apoio que se torna um alicerce no qual se sustentam – “o SAMU das ocupações”.

Na ocupação, a grande maioria é aquele cara que chegou à casa da sogra e viu o pessoal entrando no terreno e quer ter um lugar pra morar, não quer militância política. Esse cara, às vezes, não percebe a dimensão política dessa luta do direito à cidade. Para ele a coisa é mais pragmática, é o cotidiano, e o fato de estar morando em uma ocupação há dois anos significa uma economia de aluguel. Esse cara, na hora que bate o pé, ele sai correndo. Mas aquele que está o tempo todo na luta política, vai dando uma visibilidade e passa uma mensagem de que aquele pessoal está armado, pronto para um enfrentamento. (...) Quando ocorre o processo de reintegração de posse nessas comunidades, todos buscam o apoio dessa rede, que vira o SAMU das ocupações (Tiago, ASF, 2014).

Desse modo, ainda que as Ocupações da Izidora não tenham contado com a participação de movimentos sociais desde o início, sua entrada foi essencial à organização interna e consolidação do movimento de resistência. No caso da Izidora, os movimentos sociais que mais atuaram na região, em conjunto, foram a CPT, liderada pelo Frei Gilvander, as Brigadas Populares e o MLB. Sua inserção nas

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Ocupações da Izidora, segundo conta Frei Gilvander, se deu a partir da indicação dos moradores da vizinhança da Ocupação Rosa Leão.

No terceiro dia de ocupação espontânea, a Zoca me ligou, porque ela era companheira de luta da Rosa Leão, do seu Joaquim, já estava há quatro anos conosco, junto com as Brigadas Populares e a CPT, acompanhando a ocupação Zilah Spósito. E ela falou “Frei Gilvander, tá acontecendo uma ocupação aqui, e o povo tá desembestado e tá ocupando tudo. Venha pra cá pra apoiar”. Daí, eu fui lá, no terceiro dia, fizemos uma assembleia geral com o povo e estava realmente uma ocupação desordenada: cada um fechando o seu lote, um pequeno, outro médio e outro grande, cheio de arame, nada de rua... O trem estava virando um favelão. Aí nós falamos: “Gente, a luta é justa, o terreno estava abandonado, não estava cumprindo a função social, mas não pode fazer de qualquer jeito, precisa de se organizar” (Frei Gilvander, CPT, 2015).

A partir desse momento, foi criada uma comissão provisória de coordenação local, e outros apoiadores foram chamados, além da CPT, como as Brigadas, a Defensoria Pública e a professora Leta. Frei Gilvander acrescenta que muito moradores admitiram que, se não fossem os movimentos sociais, provavelmente o tribunal e o prefeito já teriam despejado as famílias, dado que, em 24 de julho de 2013, já havia quatro liminares de reintegração de posse para as três ocupações.

A inserção do movimento social na Ocupação Rosa Leão foi o ponto de partida para que também trabalhassem nas outras ocupações. No depoimento abaixo, Elielma conta que, por iniciativa própria, foi à procura de Frei Gilvander para chamar sua atenção para a nova ocupação.

Eu vi que tinha um Frei que ajudava o Rosa Leão dando força, mostrando a luta do povo através de vídeos e tudo. Aí eu fiquei sabendo que ele ia estar na Esperança certo dia. A primeira vez que ele esteve lá eu fui assistir e no intervalo falei com ele sobre a ocupação. Quando eu falei que tinha mais de 2.000, o Frei tomou um susto: “Mas essa quantidade? Onde?” (Elielma, Ocupação Vitória, 2015).

Após indicação do Frei, Elielma teve seu primeiro contato com Leonardo Péricles, do MLB, por telefone, quando este estava em uma manifestação da Ocupação Eliana Silva, pois a COPASA havia interrompido o fornecimento de água – isso mostra o comprometimento diário dos movimentos sociais com a luta das ocupações urbanas em Belo Horizonte. Dias depois, juntamente com as Brigadas, Leonardo fez uma visita à Ocupação Vitória e se surpreendeu com a evolução da comunidade. A moradora conta que a entrada do movimento social na comunidade foi essencial para fazer os contatos necessários com a equipe de suporte jurídico e técnico aos moradores, como o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Devido à falta de experiência, as famílias não sabiam a quem recorrer para perseguir seus direitos e, na visão de Elielma, graças aos movimentos sociais, conseguiram dialogar com as autoridades necessárias.

Como fazer? Pra quem pedimos água? Pra quem pedimos luz e tudo? Não vai ser direto na CEMIG e na COPASA. Nós falamos: “Nossa comunidade está sem água”. Daí eles falaram: “Vamos acionar os Direitos Humanos, vamos ao MPMG”. E o MPMG também cobrava das empresas, por exemplo, COPASA e CEMIG. A gente manifestava e encontrava sempre com a pessoa que a gente queria conversar (Elielma, Ocupação Vitória, 2015).

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

As reuniões que ocorrem entre as lideranças das três ocupações são realizadas em conjunto com os três movimentos sociais. Segundo Rafael B., das Brigadas, trata-se de um fórum democrático, um espaço legítimo baseado no “centralismo democrático”, no qual, uma vez tomadas as decisões, todos devem respeitá-las. Os militantes ressaltam que, ainda que haja conflitos entre as diretrizes dos movimentos e, até mesmo, entre as lideranças das ocupações, esses são minimizados em prol da luta. Isso se confirma no depoimento de Leonardo, do MLB, no qual é possível detectar, também, uma centralidade, em algum nível, das formulações do movimento diante da opinião dos moradores da comunidade como um todo.

Os problemas são tão pequenos perto do propósito central, que é manter a comunidade, que nem interessa dizer. Entre nós próprios, por sermos de movimentos diferentes, tem contradições, mas não são antagônicas e inconciliáveis, senão a gente não estava trabalhando junto. Quando cada um tem uma formulação, nós buscamos pensar o que é melhor para as famílias e, se há dúvida, levamos para a assembleia e o povo fala (Leonardo, MLB, 2015).

Conforme aponta Rafael B., anteriormente à chegada do movimento social, em especial na Ocupação Rosa Leão, que já sofria com ameaças da tropa de choque da Polícia Militar (PMMG) para impedir sua expansão, estava presente um grupo que se autodenomina Esquerda Festiva. Esse grupo era formado por estudantes ativistas que foram morar na ocupação por alguns meses, buscando fazer uma ponte entre a sociedade civil e a ocupação, elaborando relatos cotidianos do que acontecia no local. Para o brigadista, essa atuação foi importante para que não acontecesse o despejo no início.

Em entrevista a Rafael Campos, da Esquerda Festiva, o militante afirma que o grupo teve sua origem na primeira ocupação da Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte, pouco antes das Jornadas de Junho de 2013. Desde esse momento, distingue a Esquerda Festiva dos outros movimentos sociais de esquerda em Belo Horizonte presentes no interior da ocupação e que chamaram pejorativamente de Esquerda Caviar, em um trocadilho com sua autodenominação¹²⁹. Desde então, o grupo que foi crescendo e atualmente conta com cerca de 30 pessoas, segundo Rafael C. Nas Ocupações da Izidora, sua atuação se limitou à Ocupação Rosa Leão, somente em 2015 começaram um trabalho na Ocupação Vitória com a realização de uma roda de debates sobre sexualidade. O grupo tomou conhecimento das Ocupações da Izidora através das Brigadas Populares, mas sua inserção na comunidade foi anterior, pois naquele momento as Brigadas ainda estavam muito envolvidas na luta da Ocupação Dandara.

¹²⁹ A Esquerda Festiva resultou de um grupo de jovens não diretamente relacionados com nenhum outro movimento social que decidiu se reunir e realizar projetos em conjunto na defesa de um mundo melhor. Adota, portanto, uma postura romântica diante dos problemas sociais, favorecendo a perspectiva do indivíduo em detrimento de uma filosofia de luta de classes presente na abordagem dos outros movimentos sociais que apoiam as Ocupações.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Segundo conta Rafael C., a Esquerda Festiva chegou à Ocupação Rosa Leão aberta para ajudar naquilo que lhes fosse solicitado, de modo que não havia nenhum manual a ser seguido: “O objetivo era apenas estar de corpo presente para servir”, conforme afirma o militante, que viveu na ocupação por cerca de quatro meses. Citando o nome dos moradores e mostrando seu vínculo afetivo, em especial com os idosos e crianças, Rafael C. conta que o grupo defende a postura de não adotar um discurso instituído ao movimento social que, muitas vezes, prevalece sobre o discurso do morador, com o desejo de que pudessem somente ajudar nos serviços básicos, como na infraestrutura local. Assim, ajudaram na construção de um banheiro comunitário e do centro comunitário (reerguido após uma tempestade que o destruiu) e mobilizando também doações do lado de fora da ocupação. Essa proximidade e convivência com os moradores permitiu um diálogo intenso, com rodas de conversa, por exemplo, sobre o preconceito vivido pelas famílias nos postos de saúde ou nas escolas da região¹³⁰.

Com relação aos outros movimentos sociais presentes na luta das Ocupações da Izidora, Rafael C. faz uma crítica, em especial, às Brigadas e seu método de verticalização do movimento, de modo que sua voz ganha maior proporção que a dos moradores¹³¹. Critica, ainda, a preocupação dos outros movimentos em estabelecer um diálogo muito próximo com instituições políticas, o que para a Esquerda Festiva discorda. Para ilustrar, Rafael C. conta que, em um momento em que a polícia entra nas Ocupações para realizar o despejo, enquanto as Brigadas se preocupam em ligar para a DPMG e para os advogados populares, a Esquerda Festiva está pensando em como retirar as crianças do local para que não corram riscos. Embora esse seja um depoimento, talvez, amador e romântico, é importante reconhecer a força que a presença dos militantes proporcionou aos moradores, que se sentem melhor amparados e fortalecidos na luta. Rafael C. afirma que o diálogo faz parte da resistência e que não se deve ser intransigente, mas reconhece que os movimentos possuem posicionamentos distintos, embora estes sejam relevados em prol da luta em comum pela permanência dos moradores.

Segundo Frei Gilvander, as principais tarefas que o movimento social exerce nas ocupações são: i) o acompanhamento da atuação das coordenações internas às ocupações, quase diariamente, na tentativa de qualificá-las; ii) a participação nas assembleias gerais, no mínimo, duas vezes na semana; iii) o acompanhamento da organização interna, no contato com as universidades, com os

¹³⁰ Segundo Rafael C., o grupo é fortemente carregado de um discurso contra a homofobia, uma vez que é composto, em grande parte por homossexuais, os quais, a partir de seus testemunhos, buscaram trazer para a ocupação uma nova visão de mundo, em especial diante da diversidade de formações familiares ali presentes. O grupo ajudou, também, com a divulgação do cotidiano vivido dentro das Ocupações para a comunidade no exterior. Em setembro, o fotógrafo e midiativista Renan Cossatis, cujo contato Rafael C. obteve no Ocupa Cabral, no Rio de Janeiro realizou vídeos da Ocupação Rosa Leão e divulgou na internet para tentar convencer a opinião pública.

¹³¹ Vale dizer que essa crítica é o ponto de vista do integrante do movimento. A visão dos outros movimentos – Brigadas e MLB – sobre a Esquerda Festiva não foi mencionada na conversa com Rafael B. e Leonardo.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

advogados e com os arquitetos, na elaboração de atividades, como o plano urbanístico e a construção da horta comunitária; iv) o desenvolvimento do senso de solidariedade, construção comunitária e ajuda mútua interna; v) a realização de reuniões para organizar lutas externas, como marchas, acampamentos na frente da prefeitura, bloqueios de trânsito; e vi) a divulgação da luta, através de notas públicas, gravações e vídeos.

Rafael B., das Brigadas, conta, ainda, que o movimento acompanhou de longe o surgimento das ocupações, mas demorou cerca de dois ou três meses para se organizar e atuar de maneira incisiva. O trabalho das Brigadas se concentrou na formação das lideranças locais, participando das assembleias semanais com as comunidades e discutindo os problemas fundamentais do acampamento: tamanho do lote, local onde seriam feitas as ruas e as quadras, os princípios que guariam a luta, as famílias que teriam o direito ao lote e etc. Rafael B. defende que, devido à atuação em outras ocupações de Belo Horizonte e do interior, não há tempo para acompanhar diariamente as ocupações. Privilegia-se, portanto, a formação de lideranças, embora diversos moradores sejam protagonistas na organização dos acampamentos, de modo que não há uma concentração total nas mãos da coordenação das decisões e do poder. Contudo, conforme afirma Rafael B., as Brigadas não acreditam em uma horizontalidade total e apostam em um modelo mais hierárquico de organização política, o que é criticado por outros movimentos, inclusive a Esquerda Festiva.

Por ter uma visão mais ampla devido a uma experiência maior, as lideranças se tornam capazes de tomar decisões à luz do interesse coletivo. Então, prioriza-se essa forma de organização, em detrimento de assembleias horizontais, em que todos têm um peso (Rafael B., Brigadas Populares, 2014).

Como já apontado por Tiago, dos ASF, Rafael B. afirma que os moradores entram no processo de ocupação de maneira insegura, pois muito do que sabem constitui um imaginário e não possuem um método de ação. Assim, em geral, as ocupações recebem de braços abertos o apoio externo de quem se mostra disposto a compartilhar as responsabilidades e as dificuldades da luta, o que se confirma no depoimento abaixo de Rafael B.. Além disso, o movimento traz respostas rápidas a problemas cotidianos que permitem um rápido desenvolvimento da ocupação.

Por exemplo, as ocupações poderiam ser como as favelas, quando feitas de maneira espontânea. Entretanto, o movimento social traz essa questão, de que não quer reproduzir um lugar adensado e inadequado às famílias, colocando a questão da espacialidade do assentamento através da organização dos lotes de mesmo tamanho, que possuem acesso a ruas, destinando alguns lotes para áreas coletivas, creches e centro ecumênico. Os moradores logo já absorvem essas diretrizes, como a preservação ambiental e a luta política em si (Rafael B., Brigadas Populares, 2014).

Outro fator destacado pelo brigadista é que a atuação do movimento traz um novo tratamento no caso do enfrentamento policial, na medida em que a organização se apresenta mais organizada e tem contatos com o MPMG e outras instituições de poder. Por exemplo, se a polícia chega às

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

ocupações, o movimento social auxilia na resistência dos moradores, exigindo a apresentação do documento de reintegração de posse com autorização judicial e de um protocolo prevendo quantas famílias serão realocadas, quantas crianças possuem e o que acontecerá com elas.

Leonardo conta que o MLB soube das Ocupações da Izidora somente no mês de junho. Como tinham iniciado um trabalho próximo ao Zilah Spósito, o movimento enviou alguns membros para fazerem os primeiros contatos com a população local, ainda de forma embrionária. Logo depois das Jornadas de Junho de 2013, em conjunto com as Brigadas, o MLB organizou a ocupação da PBH – uma ocupação histórica com repercussão nacional –, mobilizando alguns moradores da Ocupação Rosa Leão – poucos, pois a ocupação não tinha muita organicidade e trabalho político. Através da força do movimento popular, foi imposto à prefeitura um recuo no propósito de despejar sete comunidades, inclusive a Ocupação Rosa Leão. Na opinião de Leonardo, esta é a razão de a prefeitura não ter empregado toda a energia possível para despejar as Ocupações da Izidora logo no início. Assim, ainda que o movimento social tivesse pouco contato com as novas ocupações, essa vitória a partir da luta organizada garantiu suas condições de desenvolvimento.

Segundo Leonardo, o papel do MLB nas ocupações é garantir condições de o povo estar organizado para a luta. Para além do propósito de afastar a ameaça de despejo, o movimento defende outras lutas, para a regularização fundiária e a urbanização das ocupações, trazendo os serviços básicos, como ocorreu na Vila Corumbiara¹³², na qual se inspiram. Assim, sua atuação vai além do momento de crise, no sentido de informar a população para entender que a luta continua e outros direitos devem ser conquistados. O militante acredita que, “se as ocupações não forem organizadas e lutarem de forma infantil, estas serão atropeladas pelo Estado burguês”, o que fica claro no discurso abaixo. Assim, o que o MLB faz é ensinar, aprender¹³³ e potencializar a luta.

No fundamental, as força do Estado – polícia, judiciário, as prefeituras e boa parte dos governos de Estado e Federal – estão na mão dos ricos e vão se movimentar para detonar com os direitos dos trabalhadores em vários momentos. A gente conscientiza o pessoal que precisa se organizar e ter lado nessa luta. Somos um movimento que acredita que vivemos numa luta de classes: existe uma disputa direta na nossa sociedade entre rico e pobre, que vai se manifestar no Estado e em vários lugares, inclusive na luta das ocupações. Se a gente não levar isso em consideração, o Estado nos atropela, porque o Estado é uma máquina organizada, domina o conjunto das leis, evidentemente, e toda a estrutura (Leonardo, MLB, 2015).

¹³² Segundo Nota no Site da PBH, a Vila Corumbiara conquistou melhorias, principalmente por meio do Orçamento Participativo, incluindo infraestrutura urbana básica (água encanada, energia elétrica e rede de esgoto) e sistema viário consolidado e integrado com as vias do entorno. No dia 21 de dezembro de 2009, os moradores receberam os registros do direito de propriedade dos imóveis ocupados, o que ocorreu pela primeira vez, nos 28 anos de existência do programa de regularização fundiária em vilas e favelas (PBH, 2009).

¹³³ Leonardo afirma que as Ocupações da Izidora mostraram ao MLB que não é preciso ensinar o povo a lutar, pois ele já sabe. O militante se refere, aqui, à espontaneidade das ocupações: os moradores se mobilizaram sem a ajuda do movimento social, ocupando um terreno que nem mesmo o movimento social havia tomado frente para fazê-lo.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Sobre a acolhida dos moradores aos movimentos sociais, Leonardo destaca que, no início, o povo teve dúvida “naturalmente”, uma vez que vivemos em uma sociedade em que há muitos oportunismos e falsas políticas. O militante diz que a situação foi contornada graças à unidade dos movimentos sociais – MLB, Brigadas e CPT –, que fizeram uma divisão de tarefas e, a partir da prática, conquistaram a confiança das pessoas. Frei Gilvander destaca que esta unidade se iniciou com a experiência na Ocupação Dandara, mas que se fortaleceu com as Ocupações da Izidora.

Antes, o que nós tínhamos era a experiência da Dandara que uniu o MST, as Brigadas e a CPT. Foram nove meses de conversa e planejamento para fazer a Dandara. Mas na Izidora - e esse é um diferencial também das Ocupações da Izidora - foi reforçada a união. Primeiro porque sentimos a necessidade de que um movimento social só não daria conta de dar o respaldo necessário e o acompanhamento suficiente. Em segundo lugar, nós vimos a importância política da atuação conjunta dos movimentos sociais (Frei Gilvander, CPT, 2015).

Na visão de Leonardo, este trabalho, que existe até hoje, para renovar o compromisso com o povo, garantiu que os militantes fossem bem recebidos, ao ponto de haver integrantes do MLB que moram na Izidora. Segundo a ótica do MLB, é importante enraizar o movimento no local de atuação, uma vez que este é expressão do povo e é preciso que haja uma troca permanente entre o movimento e o povo.

Boa parte das pessoas está tão decepcionada de ser tão enganada que não acredita que é possível ter gente que trabalhe para melhorar a vida das pessoas. Eu falo isso porque moro em uma ocupação e vivo essa realidade. Na nossa chegada, óbvio que muita gente ficou assim: “Esse pessoal tá aqui pra quê? Tem alguma coisa aí, esse pessoal não veio de graça.” (Leonardo, MLB, 2015).

Desse modo, a partir do trabalho dos três movimentos organizados, foi possível envolver a comunidade no processo de organização interna. Leonardo destaca sua participação nas assembleias, colocando as opiniões, chamando para outras lutas, fazendo a formação política e estudando e discutindo juntos sobre a reforma urbana. Segundo o militante, os moradores participam, mas a frequência varia com o momento, razão da importância da organização e das coordenações atuarem também na mobilização interna, impedindo o comodismo.

Não é fácil, inclusive o povo falar, porque nesse sistema capitalista as pessoas acreditam que não podem tomar decisão. Boa parte do povo pobre trabalhador aceita o que o patrão, o dono, a autoridade diz. O povo tomar a decisão é algo que o movimento prega. Por mais que eu fale minha opinião, eu moro no Barreiro, não moro no Izidora. No fundo, quem vai dizer “Vamos fazer isso!” é quem mora lá. A gente não deixa de dar a nossa opinião, mas quem decide é o morador (Leonardo, MLB, 2015).

Leonardo ressalta que a primeira estratégia utilizada pela PBH contra as ocupações foi a tentativa de criminalização dos moradores das comunidades, criando uma imagem negativa do conjunto das ocupações com a ajuda da mídia¹³⁴. Assim, o movimento social desconstruiu isso,

¹³⁴ A atuação da mídia no processo de resistências das Ocupações da Izidora, na maioria das vezes, está aliada ao poder público, conforme as notícias apontam. Em um trabalho realizado pelo Escritório de Integração da PUC Minas (GOMES, CYRINO; SILVA, 2015), os autores pretendem mostrar o hiato entre dois modos de produção de cidade a partir de críticas

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

expondo à sociedade civil o verdadeiro perfil das famílias das ocupações. A partir disso, outros setores importantes foram se envolvendo, como a academia, a Igreja Católica (através da PUC Minas, como instituição) e sindicatos (como o Sindicato dos Metalúrgicos), o que contribuiu para a formação da rede de apoiadores.

Das primeiras vezes nesses anos recentes, conseguimos dividir o lado de lá, porque quem realmente começou a apoiar era gente que, geralmente, estava contra. Isso inverteu a ótica, ganhamos um monte de setores novos que a gente não atuava anteriormente, e isso deu força pra caramba. E foi ganhando repercussão nacional e outros movimentos e grupos apoiaram e a coisa se estendeu até para fora do país. Muitos mídia-ativistas estiveram lá dentro, viveram a vida com o povo. E isso tomou proporção que nem esperávamos, virou talvez o maior movimento que existiu nos últimos anos em Belo Horizonte de repercussão e força social aglutinada (Leonardo, MLB, 2015).

Frei Gilvander, da CPT, destaca, também, o papel que a fé adquire nas ocupações, como uma das colunas mestres da luta¹³⁵. Recordando outras motivações que fortalecem a mobilização coletiva, como a indignação diante da injustiça social e da “cruz do aluguel” – de origem sociológica e filosófica, com inspiração de grandes lutadores, como Che Guevara –, outra grande inspiração e origem da força do movimento é a fé no “Deus da vida” e a convicção de que a terra é de Deus e, portanto, de seus filhos, de modo que não pode continuar sequestrada.

É muito comum o povo das ocupações usar um argumento religioso para justificar a luta. Por exemplo, uma pastora, Cláudia, da ocupação Esperança inventou uma musiquinha, que é mais ou menos assim: “Quando/nós aqui chegamos/na ocupação/o Senhor já estava/passeando pela ocupação/o Senhor já estava/no nosso meio”. Então é uma forma de reconhecer o Deus da vida presente ali lutando, lado a lado com o povo (Frei Gilvander, CPT, 2015).

Lourenço faz uma crítica aos movimentos sociais envolvidos com as ocupações urbanas na Grande Belo Horizonte¹³⁶. O autor aponta que, após o enfraquecimento da bandeira da reforma urbana que havia sido levantada no governo da Frente BH Popular (1993-1996), atualmente, se fortaleceram os movimentos sociais que veem nas ocupações uma tentativa de promover a formação política das camadas excluídas do direito a cidade. O autor destaca que, para esses militantes, as ocupações são um meio de atingir objetivos mais abrangentes.

às representações que a sociedade produz das Ocupações da Izidora. De 27 reportagens extraídas do *Estado de Minas*, 18 desqualificaram as ocupações (evocando o impedimento de execução do PMCMV e o desgaste ambiental, com argumentos que privilegiam a propriedade privada, o “trabalho duro” de produção, em detrimento da reprodução, e o conhecimento técnico, em oposição ao “saber fazer”) e 9 descreveram o conflito da Região da Izidora de modo imparcial (fornecendo apenas dados técnicos e apresentando depoimentos dos moradores), de modo que nenhuma notícia apresentou tentativa explícita de legitimar as ocupações, o que ficou limitado a poucos comentários reproduzidos nas páginas do jornal na internet.

¹³⁵ Lourenço (2014), ao observar o envolvimento da CPT na luta pela moradia em Minas Gerais, conclui que, em muitos casos, o próprio ato da ocupação em si constitui uma prática de evangelização a partir da organização do povo, segundo princípios católicos.

¹³⁶ O trabalho de Lourenço trata das ocupações Dandara, Eliana Silva e Emanuel Guarani-Kaiowá, no entanto, os movimentos sociais envolvidos na luta são os mesmos que das Ocupações da Izidora.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Importa acentuar que, ao contrário do que as notícias na mídia ou uma observação à distância fazem parecer, as motivações para transformar a cidade mediante ocupações urbanas organizadas não provêm dos moradores dessas ocupações. Elas são fomentadas e postas em prática por sujeitos cuja posição social não é a mesma dos moradores. A distinção entre aquilo que move uns e outros é necessária para se analisar os conflitos nesse processo que é, ao mesmo tempo, cotidiano e político (LOURENÇO, 2014, p.80).

O que Lourenço (2014) quer enfatizar é que, ainda que articulados com a população local das ocupações na luta pela moradia, muitos dos militantes que compõem a rede de apoiadores possuem outra visão de dominação: ainda que se sintam dominados por forças maiores, como o Estado ou o Capital, assumem uma posição de dominação, em especial em relação aos moradores das próprias ocupações, seja por questões de consciência política ou outra. Para Lourenço, isso é complexo, pois as ações do próprio movimento social podem incorrer na reprodução dos mecanismos de dominação que criticam.

O pressuposto da solidariedade de intelectuais e artistas com “o povo” me parece um dos maiores ‘contos da carochinha’ na tradição da esquerda brasileira. Afinal, intelectuais e artistas também são representantes da pequena-burguesia e importantes construtores de discursos a favor do *status quo* (LOURENÇO, 2014, p.95).

Para Lourenço, a solidariedade que se estabelece entre pessoas de diferentes classes sociais assume aspectos assistencialistas que se tornam dominantes ao longo do processo. Esta “diferença de classes”, muitas vezes, é negligenciada pela militância, o que acaba por menosprezar *não intencionalmente* a trajetória de luta própria da classe à qual não pertencem. Como aponta Lourenço, em geral, muitos dos militantes envolvidos nos movimentos sociais são arquitetos, advogados, assistentes sociais, enfermeiros ou sacerdotes, ou seja, profissões que se inserem em uma tradição afirmativa funcional ao sistema capitalista e, portanto, mais propensa a evitar uma revolução do que encabeçá-la. Assim, ainda que o discurso possa ser o mesmo – do militante revolucionário e do morador – a estabilidade que se deseja conquistar – o *cosmos*, na ANT (VENTURINI, 2012) – é outra. Lourenço critica que, em alguns casos, quando os movimentos sociais assumem uma posição vanguardista no curso de emancipação dos oprimidos, acaba-se ignorando a possibilidade de processos autogestionários. O discurso utilizado pelos militantes na busca pela legitimidade das ocupações pode levar a práticas reformistas que contradizem a ação política em si da ocupação.

Esclarecer os objetivos dos movimentos sociais com as lutas políticas que são estabelecidas dentro das ocupações urbanas e em outros espaços para a sua base política é tão importante quanto uma reunião com um secretário do governo, que pode gerar ganhos mais abrangentes (LOURENÇO, 2014, p.87).

O autor condena, ainda, um afastamento do cotidiano vivido pelos moradores, e, assim, de seus objetivos e anseios. Muitas vezes, o discurso dos movimentos sociais, ao se afastar da realidade concreta vivida pelos moradores e lideranças nas ocupações, não procede e acaba por minimizar os conflitos ali existentes na busca de construir uma imagem positiva e romanceada do que é uma

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

ocupação urbana. Para Lourenço, isso reduz o propósito político crítico da ação em relação à dominação vivida por aqueles setores na sociedade brasileira.

A conquista de simpatias os faz abrir mão de uma crítica direta da ideologia da formação da identidade nacional brasileira, que costumeiramente encobre essa dominação. A noção de sociedade sem conflitos, pacífica, na qual há unidade dos diferentes, é uma marca da ideologia brasileira. Os militantes e apoiadores dos movimentos sociais utilizam essa mesma noção nos seus discursos em favor das ocupações (LOURENÇO, 2014, p.93).

É importante lembrar que os movimentos sociais de luta pela moradia, como qualquer outra instituição ou entidade, são heterogêneos, compostos por atores que advêm de trajetórias de vida – e, portanto, de classes – variadas e que assumem visões diferentes sobre o modo de atuação nas ocupações. Entretanto, priorizam sua unidade como estratégia de fortalecimento na luta e é inquestionável o fato de que seu apoio às Ocupações da Izidora foi essencial para garantir sua estabilidade e atrair a opinião pública a seu favor.

A atuação das Brigadas, MLB e CPT na trajetória das Ocupações da Izidora corrobora, ainda, com a ideia de Soja (2010). Vimos que o autor se esforça para compreender uma concepção mais ampla de justiça, a qual, segundo ele, passa pela busca por formas mais progressistas e participativas de se fazer política e ativismo social, gerando novas ideias para a mobilização e coesão entre movimentos sociais diversos, orientados pela justiça. Soja defende, portanto, que somos responsáveis por nossa geografia a partir do mundo material e imaginado que criamos coletivamente, sendo que tais geografias podem gerar efeitos positivos (que devem ser ampliados) ou negativos (que devem ser reduzidos). Desse modo, podemos dizer que os movimentos sociais de luta por moradia digna em Belo Horizonte se aproximam do modelo de mobilização que Soja traça na busca pela justiça espacial, pois buscam contrariar as forças que desejam manter as geografias de privilégio e poder existentes na cidade, baseando-se em conceitos como liberdade, igualdade, democracia e direitos civis.

3.1.3. A formação de lideranças

Como vimos, a primeira iniciativa do movimento social nas ocupações é a definição de coordenações locais que permitam um diálogo mais fluido com a comunidade. Assim, outro ator que se destaca na organização interna das ocupações urbanas é a figura da liderança local, quem leva à frente o projeto de resistência e serve de porta-voz aos anseios dos moradores. A escolha de lideranças é aconselhada pelo próprio movimento social, conforme afirma Rafael B., das Brigadas, para que seja criado um grupo que promova reuniões unificadas uma vez por semana. São várias as lideranças comunitárias que surgem ao longo da organização, algumas se consolidam com o tempo e outras são substituídas.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Segundo o brigadista, há uma heterogeneidade de tipos de liderança: existem aqueles focados em interesses próprios, mas o próprio povo se encarrega de tirar os oportunistas da coordenação; as lideranças que se consolidam são as mais altruístas. Para Rafael B., nem todos se dispõem a tanto, pois há um grau de dedicação cujo retorno é mais sensível e político. Por outro lado, os escolhidos acabam detendo maior poder de voz e influência nas assembleias, por serem mais capazes de balizar seu pensamento conforme os interesses do coletivo.

Em tese, nas assembleias, todos participam e têm direito a fala, mas a liderança assume um papel de coordenador, reunindo as pessoas e conduzindo a conversa. A liderança parte do pressuposto de que as decisões devem ser horizontais, mas é admitido que isso não ocorre sempre. Há assimetrias e desigualdades no interior de uma assembleia e comunidade que acaba tornando as decisões não horizontais, do ponto de vista formal, ainda que este seja o horizonte, o objetivo (Rafael B., Brigadas Populares, 2014).

Entrevistei algumas dessas lideranças locais para tentar entender como se deu esse processo. Segundo Charlene, liderança da Ocupação Rosa Leão, assumir a posição foi consequência de sua personalidade, sempre curiosa e resolvida para tomar decisões.

Na escola eu era coordenadora do conselho de classe, então acho que já tem essa coisa que é minha. Eu ficava observando as reuniões e via que tinha muita coisa que dava pra fazer, mas dependia de pessoas para correr atrás disso. Então, como eu vi que havia carência de pessoas pra se dedicar e com esse perfil, eu resolvi ser coordenadora, entrei e estou aí até hoje atuando, há um ano e meio, com a esperança de que a gente alcance algo que seja bom para todos (Charlene, Ocupação Rosa Leão, 2015).

Sobre a sua experiência, Charlene afirma que, após se tornar uma referência na ocupação, os outros moradores apresentaram maior confiança e esperança porque há mais alguém lutando por eles. Embora admita não ser possível agradar a todos, em especial no que se refere ao exercício de se fazer justiça, Charlene reconhece que é respeitada pela maioria, tanto na comunidade de Rosa Leão, onde mora, quanto em Esperança e Vitória. Segundo a moradora, a liderança faz a diferença e conquista as pessoas ao mostrar que, assim como os outros moradores, ela também precisa daquela luta¹³⁷. Além disso, destaca os momentos de conflito entre seus problemas pessoais e os problemas da comunidade: muitas vezes, os primeiros são deixados de lado em prol da luta, o que gera desânimo. Na passagem abaixo, percebe-se, ainda, um recolhimento na fé para justificar sua força de vontade.

O que me fortalece são as pessoas que confiam em mim e pessoas que realmente precisam. É uma luta constante, na verdade, porque você lidar com pessoas já é muito difícil - opiniões diferentes, educação diferente, culturas e etc. Você lidar com pessoas, organização interna e lutar contra um poder maior, que é o Município, o Estado, o capitalismo, são duas brigas muito fortes. Tem que ter muito amor, coragem e disposição. Acho que tem que ter a mão de

¹³⁷ Charlene conta da força que adquiriu da experiência como educadora popular no projeto Mova (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos) - Brasil, desenvolvido pelo Instituto Paulo Freire (IPF), em parceria com a Petrobrás e Federação Única dos Petroleiros, em 2013. Foram realizados cursos de alfabetização que promovem a participação cidadã, educando os moradores a partir de sua experiência de vida. Assim, o IPF, ainda que indiretamente, também contribuiu com a formação da rede de apoio do movimento de resistência.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Deus, é por isso: coordenador foi escolhido por Deus, senão não conseguia (Charlene, Ocupação Rosa Leão, 2015).

Já Elielma, da Ocupação Vitória, diz não se ver como uma liderança, mas apenas mais uma pessoa somando a luta por um único objetivo. “É a casa, a gente quer a casa. Aqui ninguém vai mais além do que a casa, a casa é o ponto final dos moradores. A gente não vai gravar outro CD o ano que vem”. Segundo a moradora, no início da ocupação, foi feita uma assembleia para eleger em torno de dez coordenadores responsáveis por fazer os contatos necessários com técnicos e juristas. No entanto, no decorrer da luta, muitas pessoas foram abandonando o posto por diferentes motivos – em geral, por doença ou medo -, de modo que Elielma foi uma das poucas que se manteve, por acreditar na beleza e dignidade da luta.

Rose confirma esse mesmo sentimento de Elielma e diz que também não se vê como coordenadora, mas apoiadora. “Esse negócio de coordenação é muito chato. Coordenação é muito focado, eu acho essa palavra meio feia. Apoiadora, sim”. Segundo a moradora da Ocupação Esperança, como não tinha condições de se mudar imediatamente no início, foi estimulada por Edna a ser da coordenação. Rose não quis aceitar, a princípio, pois precisava cuidar da sua filha adolescente que estava grávida. “Mas ela disse ‘Hoje dá pra você vir com a gente numa reunião pra você conhecer?’. Aí eu fui à primeira reunião, na segunda, e aí acabou: eu gostei e não quis sair mais”, conta Rose. Desse modo, confessa que tem sido uma experiência muito boa, pois garante a convivência com todo o tipo de pessoa.

Quando eu cheguei aqui, me falaram uma coisa que é verdade: “Antes de a gente conhecer a situação, você está com uma venda nos olhos. Depois que você começa a ver a realidade, aquela venda some, você começa a ver com outros olhos”. Então eu vinha e participava das assembleias, manifestações, eu estava em todas. Queria saber qual era a realidade e a possibilidade de estar ali (Rose, Ocupação Esperança, 2015).

Para Elielma, assumir esse papel não foi uma tarefa fácil e as próprias relações pessoais são afetadas: Elielma conta que a relação com a família também mudou, tendo se distanciando da mãe e das irmãs devido à falta de tempo para se comunicar; além disso, algumas amigas possuem preconceito com a Ocupação e raramente fazem visitas. Reconhece, ainda, que se tornou outra pessoa após a ocupação, irreconhecível até mesmo para muitos amigos.

Hoje, posso me considerar outra pessoa. Porque a ocupação ensina; ela te mostra o outro lado; mostra a política, mostra a sociedade, mostra muita covardia, muita necessidade, muita falta de amor. Sou outra pessoa. Se você conversar com qualquer amigo meu eles falam. Mas posso te garantir que eu sou outra Elielma, com outra cabeça e com outro coração, muito maior do que eu já tinha. Só me fez bem (Elielma, Ocupação Vitória, 2015).

Desse modo, Elielma reforça que, embora tenha uma participação especial em reuniões e mesas de negociação, tudo o que é colocado passa pelas assembleias gerais na ocupação, de modo que nada é decidido pelas coordenações e movimentos sociais. No entanto, segundo a moradora, nem

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

todos participam da assembleia, ficando esta mais restrita àqueles que vivem há mais tempo na ocupação. De todo modo, a liderança não se responsabiliza sozinha por nenhuma decisão em nome da comunidade, que é sempre realizada em conjunto.

Por exemplo, agora teve essa questão do governo querer tirar a ocupação Vitória e colocar dentro da Esperança, que é uma comunidade muito menor. Então eu passei para o povo: “Olha, o pessoal quer tirar a gente daqui e colocar dentro do Esperança pra construir os prédios aqui. Depois, quem encaixar no programa, terá direito a um apartamento, quem não encaixar, é rua. E aí, vamos pra lá?”. “Não, daqui nós não vamos sair não. Você falou alguma coisa?”. “Não, não falei nada ainda” (Elielma, Ocupação Vitória, 2015).

Boulos (2012) destaca que o aprendizado adquirido no cotidiano em uma ocupação vale para a vida toda, independente do despejo. Assim, isso é levado para outras experiências (escola de luta), na medida em que estas lideranças passam a ter uma nova visão das relações sociais e políticas que determinam a produção do espaço.

Muitas vezes, esse exercício de decisão coletiva produz um resultado duradouro, ao formar novos militantes para a luta dos trabalhadores no Brasil. São aqueles que, com esta experiência, perceberam que podem lutar para decidir também os rumos da sociedade em que vivem (BOULOS, 2012, p.65).

3.1.4. *O meio ambiente como actante*

Segundo a abordagem da ANT, a controvérsia não envolve apenas atores humanos; vale destacar, também, o meio ambiente como um ator não humano que surge nos relatos, atuando na Região da Izidora e no processo de consolidação das ocupações urbanas. Vimos, no capítulo anterior, o argumento da preservação ambiental ser utilizado para fortalecer a ideia da Operação Urbana do Isidoro (OUI). Por outro lado, Charlene destaca a preocupação da própria comunidade com a preservação ambiental do local. Segundo a moradora, foram estabelecidas áreas destinadas a esse uso, nas quais é proibida a ocupação por meio de placas e faixas - o que se reproduziu nas Ocupações Vitória e Esperança. No caso de Rosa Leão, após intervenção da PBH, a ocupação de algumas áreas de preservação ambiental foi proibida, depois de conversas com dezenas de famílias que haviam se instalado em locais impróprios, como próximo à Avenida Atanásio Jardim.

Elielma reafirma a preocupação na Ocupação Vitória com relação ao desmatamento de árvores, que são tratadas com carinho como se fossem moradores também, contando o caso inusitado de um morador que construiu sua casa, mantendo a árvore em seu próprio quarto. Assim, sempre que é necessário o desmatamento para a construção de uma casa, uma árvore é plantada em outro local do terreno com sementes doadas por membros da rede de apoiadores.

Lourenço (2014) recorda que a criminalização das ocupações em geral se apoia fortemente no argumento da preservação ambiental, justificando a remoção das famílias pelos agentes do Estado. O

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

cadastro da URBEL das famílias da Região da Izidora é um exemplo disso: denuncia o desmatamento de grandes áreas e enfatiza o potencial de riscos geológicos e ambientais gerado pela ocupação desordenada. Para Lourenço, de modo geral e não somente para as Ocupações da Izidora, a questão ambiental deve ser objeto de reflexão: ainda que as ocupações optem pela preservação hoje, há uma responsabilidade da PBH em pensar nessa preservação para o futuro, uma vez que não é possível um verdadeiro controle interno da expansão das ocupações. Em geral, nos planos urbanos das ocupações, as áreas verdes são inicialmente respeitadas, a fim de manter o apoio dos movimentos sociais e de outros atores. No entanto, conforme a expansão da comunidade, a construção de moradias nessas áreas se torna inevitável. O problema é que, enquanto o argumento ambiental é utilizado para deslegitimar estas famílias, contribui para o desvio de foco no que tange à ocupação e ao uso do solo na cidade como um todo, comprometida pelos processos de especulação imobiliária.

Outro apontamento que merece ser feito é sobre a relação entre o homem e a natureza por trás desses discursos, tanto para deslegitimar as ocupações ou o contrário. Conforme Andreza Martins (2012), até o final dos anos 1980, o movimento ambientalista brasileiro adotava uma visão na qual a natureza era superior à espécie humana, de modo que se multiplicaram os espaços naturais protegidos – as Unidades de Conservação (UCs) – como estratégia de criação de *ilhas de diversidade*, nas quais a proteção ao meio ambiente se fazia de maneira integral e não se admitia a permanência humana¹³⁸. Por sua vez, a autora aponta que essas áreas naturais protegidas têm se consolidado como tema de investigação científica devido aos conflitos e às disputas territoriais gerados, em especial, no que tange aos múltiplos sentidos atribuídos a elas.

Martins (2012) destaca a inserção da categoria *populações tradicionais* para se pensar no papel do homem na proteção da natureza. Por meio do Decreto 6040/2007, foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, na qual os povos e as comunidades tradicionais foram definidos como:

(...) grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto 6.040, art. 3º, § 1º).

Essa população também foi objeto de trabalho de Ana Beatriz Mendes (2009) em sua tese, na qual defende que esses atores sociais podem contribuir para concretizar noções de direito e justiça, além da própria conservação ambiental. A autora critica a ausência de um posicionamento crítico

¹³⁸ Segundo aponta Martins (2012), atualmente, 17% do território brasileiro está sob proteção de UCs, o que corresponde a 1,5 milhão de km².

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

perante a legislação nacional no que tange a outros modos possíveis de o homem viver com a natureza – para além da estratégia com um viés urbano de criação de parques -, o que, segundo ela, está presente nestas comunidades. Observando as UCs na Amazônia, destaca-se a necessidade de haver reconhecimento e respeito de ordem moral no plano individual e coletivo, que garantam que a interculturalidade no território represente a ampliação de horizontes de sentidos dos atores.

[*O discurso da interculturalidade*] Pode significar o reconhecimento da importância de formas de vida e de relacionamento com o ambiente que sejam realistas e fundamentadas num aprendizado e consciência das dinâmicas internas e relacionais do ambiente e dos homens, de seus limites e de suas possibilidades. (...) Se há um reconhecimento mútuo da importância do conhecimento local e científico, é possível a construção de políticas públicas que sejam realmente participativas e democráticas (MENDES, 2009, p.327).

Mendes (2009) acrescenta à sua crítica à legislação vigente o fato de que, muitas vezes, são incorporados artigos de preservação ambiental e proteção à sociodiversidade, no entanto, sem a participação e reconhecimento da importância de populações tradicionais na conservação da natureza, por exemplo, não se posicionando quanto à conservação da natureza em territórios indígenas e quilombolas. Além disso, a autora observa que, muitas vezes, a mesma legislação que garante os direitos destas populações tradicionais entra em conflito com outras - por exemplo, a que prevê a criação de UCs -, o que acaba por tirar o direito da população local ao território.

Não pretendi, aqui, categorizar as populações das Ocupações da Izidora como tradicionais – ainda que na Região da Izidora o Quilombo das Mangueiras esteja incluído nessa categoria. Entretanto, é importante destacar alguns comportamentos semelhantes entre elas, como o aproveitamento dos conhecimentos acumulados em tratamentos medicinais com ervas locais, que levam os moradores a construir uma casa de cura. Além disso, a criação de hortas comunitárias também ajuda a garantir a soberania alimentar das famílias em certo nível e propor melhorias na qualidade de vida. Mesmo em um rápido passeio pela comunidade com os moradores, eles sempre se orgulham em mostrar um pé de couve, quiabo, jiló, maracujá e outros vegetais que cultivam, também, em seus lotes individuais. As hortas aparecem em fotos publicadas nas páginas do Facebook.

Tem gente que faz questão de tirar uma foto do meu prato e do que eu estou me alimentando hoje depois de não ter que pagar o aluguel. Eu me sinto maravilhada quando alguém fala pra mim: “Eu não estou mais pagando aluguel, eu estou bem. Estou comendo isso, olha a minha geladeira”. Antes era só garrafa d’água, hoje, cheia de fruta, de verdura que é plantada aqui mesmo no seu quintalzinho. Todo dia alguém me dá uma verdura, esse quiabo aqui foi colhido agora aqui do lado. Então isso é muito satisfatório, a união. Você ajudar o irmão que precisa (Elielma, Ocupação Vitória, 2015).

Desse modo, há um diferencial na relação em que estes moradores estabelecem com o território e a natureza local que deve ser levado em conta, em especial, se compararmos à proposta da OUI. O depoimento da professora Leta, que trabalha nas ocupações com um enfoque na preservação ambiental, é uma demonstração disso.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

[Os ocupantes] Não só demonstram para a sociedade que não são eles os degradadores ambientais – até porque a área já tinha uma série de evidências de processos de degradação ambiental ao longo do tempo, inclusive começando na época colonial, com a mineração da área -, mas o inverso disso: a possibilidade da habitação ser um elemento de recuperação ambiental e social de um território que está degradado ambiental e socialmente (Leta, Escritório de Integração, 2015).

A questão ambiental é destacada, ainda, pelos arquitetos da ASF, para criticarem o projeto da OUI, que faz uso do elemento da preservação ambiental para sua aprovação. Segundo os arquitetos, o Empreendimento Granja Werneck ignora e interrompe um corredor verde existente na Região da Izidora, na fronteira com o Município de Santa Luzia. Para Eduardo, para promover a qualidade de vida urbana, o empreendimento deveria propor o não isolamento do ambiental e do urbano, ao contrário do que está no desenho. Conforme analisam Luiza Gomes, Tarcísio Cyrino e Viviane da Silva (2015), do Escritório de Integração da PUC Minas, o trabalho dos técnicos da PBH de elaboração de um plano de preservação ambiental, como o que originou a OUI, é incapaz de adaptar-se à evolução daquele espaço: o surgimento das ocupações antes mesmo de o projeto ser posto em prática é o principal exemplo disso.

As condições ideais para preservar "a última área verde de Belo Horizonte" são difíceis de serem realizadas diante da supracitada capacidade de adaptação da cidade. O "metabolismo das cidades" indica que o técnico especialista é incapaz de produzir planos que não necessitem de alterações a curto e longo prazo e, ao mesmo tempo, sugere aberturas para a ação direta dos moradores na produção do espaço das cidades, pois, nesse último caso, a necessidade de adaptação das cidades frente à evolução natural (sic) do espaço não ocorre sem a atuação dos inúmeros agentes urbanizadores (GOMES; CYRINO; SILVA, 2015, p.18).

Desse modo, o meio ambiente, também, surge no relato como um ator que alimenta as controvérsias. Ele age como argumento de resistência das ocupações urbanas, mas também, por outro lado e com *cosmos* opostos, reforça a importância do empreendimento e a tentativa de criminalização dessa forma de mobilização social, em especial, pela mídia.

3.1.5. A extensão universitária

O apoio dos professores universitários foi explicitado no **Manifesto de docentes em solidariedade às Ocupações da Izidora**, que contou com mais de 500 assinaturas de docentes de áreas diversas do conhecimento e vinculados a universidades do Brasil e do mundo, incluindo nomes como Virgínia Fontes, Boaventura de Souza Santos, Ricardo Antunes e Eduardo Viveiros de Castro. Esse envolvimento, que reuniu alunos universitários em reuniões de apoiadores e grupos de trabalho que se organizaram ao longo do processo, foi resultado, também, segundo a Pró-Reitora Adjunta de Extensão da UFMG, Cláudia Mayorga, de trabalhos acadêmicos que evidenciaram a precariedade e a violação dos direitos humanos vividos pelos moradores de ocupações urbanas através de uma violência material e simbólica (BELCHIOR, 2014).

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Depois que a gente recebeu o apoio da CPT, Brigadas Populares e MLB, o povo ficou mais tranquilo. Quando chegaram os universitários, o povo disse: “Daqui eu não saio nunca mais. Esse povo gosta demais da gente”. Foi muito importante o contato direto desses universitários com os moradores. Chegou o pessoal das Brigadas, chegou MLB, chegaram os estudantes, aí é sombra e água fresca (Elielma, Ocupação Vitória, 2015).

O depoimento de Elielma descreve o peso da relação estabelecida entre as universidades e o movimento de resistência das Ocupações da Izidora, em especial, no que se refere à força adquirida após o apoio institucional e científico. A associação entre os moradores e as universidades se estreita em uma relação de troca - assim como sua relação com os movimentos sociais - na tentativa de adquirir legitimidade perante a opinião pública, por um lado, e, por outro, além de apoiar uma causa na qual é solidária, somar conhecimento científico. Conforme as palavras de Frei Gilvander, “a luta das ocupações acaba se transformando em uma grande sementeira para produzir conhecimento e se fazer pesquisa”.

O depoimento abaixo de Charlene destaca que, na visão do movimento de resistência, a entrada das universidades na rede de apoiadores promoveu a união entre classes diferentes, capazes de se sensibilizar em torno de uma pauta em comum, marcada por laços de solidariedade. A retomada de conceitos marxistas de classe no discurso de uma liderança local pode ser um reflexo do discurso revolucionário presente nos movimentos sociais, o que não é possível afirmar com certeza. De todo modo, na fala de Charlene está implícita uma auto diferenciação enquanto grupo entre eles, moradores, e nós, universitários.

No dia 13 de agosto, quando a polícia estava pronta para nos despejar, vieram uns 200 estudantes da UFMG, todos os dias, e das faculdades para nos ajudar, dormir com a gente e resistir junto à tropa de choque. Ficamos 15 dias na resistência, os moradores abriram as casas para receber o pessoal, aqui em casa mesmo estava chique demais, um monte dormindo aí no chão. Isso mostra a união de classes, porque são pessoas de classes diferentes e estavam aqui com o povo, dispostas a tomar bala de borracha e spray de pimenta, para garantir o direito. Resistir para garantir o direito que já é nosso, o pior é isso não é? Isso é o Brasil, acho que a desigualdade aqui é maior (Charlene, Ocupação Rosa Leão, 2015).

Além das instituições universitárias já mencionadas, como a PUC Minas e a UFMG, destacou-se o envolvimento da UNA no apoio às Ocupações da Izidora. Sua atuação se concentrou no Curso de Serviço Social, com a realização de um cadastro socioeconômico das famílias. A inserção da universidade partiu do projeto Ocupando Direitos, iniciado na Ocupação Eliana Silva. Segundo uma das coordenadoras do projeto, a assistente social Paula Rocha de Oliveira, questões relativas a direitos humanos, como o direito à moradia, tem forte presença no curso de Serviço Social. Paula destaca que o projeto entende o direito à habitação como parte do direito à cidade, sendo, também, um direito humano. As ocupações urbanas são, portanto, uma estratégia da população de efetivação de um direito que está garantido na lei, em especial, diante da inexpressividade das políticas públicas de habitação social no Brasil. Paula conta que, em 2012, quando surgiu o movimento de ocupação de um

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

terreno na Vila Santa Rita, na Região do Barreiro, alguns alunos, de forma espontânea, levaram a questão para os professores pensarem em alguma forma de apoio, que se inseria na proposta pedagógica do curso.

Nos reunimos com os alunos, eu e a Simone, professora de Assistência Social, e ficamos bastante sensíveis a esta questão e tentamos juntar as nossas experiências e pensar em uma proposta de apoio às ocupações urbanas. Em 2013 começamos a negociação com as lideranças da ocupação Eliana Silva, com o Leonardo Péricles e a Poliana, e outros integrantes do MLB, até então, nosso âmbito de atuação. Nós nos reunimos para pensar em como seria possível contribuir para a ocupação. Como ela ainda era jovem e havia uma carência de várias questões, resolvemos iniciar com um diagnóstico socioterritorial, para conseguir identificar a forma mais efetiva de contribuir, proposta que foi bem aceita pelos moradores e movimento social, pois até então não havia nada do tipo - ainda que o perfil das famílias fosse algo extremamente necessário em uma mesa de negociação e à organização interna (Paula, UNA, 2015).

A pesquisa na Ocupação Eliana Silva foi realizada através de um projeto de extensão, com cerca de 60 alunos trabalhando em um período de um ano no diagnóstico de 300 famílias, com a colaboração dos arquitetos do grupo de pesquisa Praxis, da UFMG, que também realizara um projeto naquela ocupação. As Ocupações da Izidora chegaram aos ouvidos do projeto Ocupando Direitos em meio à efervescência do diálogo com o governo. Naquele período, entre os meses de junho e julho de 2014, a universidade estava em recesso devido à Copa do Mundo. Assim, os alunos foram acionados no período de férias para poder alargar o quanto antes as fronteiras do projeto, atendendo às três ocupações: Rosa Leão, Esperança e Vitória.

A Urbel tinha ido fazer um cadastramento, mas a gente soube que não houve a presença de profissionais da Assistência Social acompanhando e foi um cadastramento mesmo, não um diagnóstico socioterritorial, que é muito mais profundo. Assim, foi um esforço de pegar o nome do pessoal, o documento e uma relação de pessoas que moram naquele lugar. Diante da experiência que tivemos na Eliana Silva e no contexto da Região da Izidora, o pessoal do Eliana Silva fez essa intermediação entre nós do Serviço Social da UNA e as ocupações da Izidora, onde fomos para poder conversar e apresentar a nossa proposta que foi muito bem aceita. Ou seja, houve um convite (Paula, UNA, 2015).

O grupo foi bem recebido entre os moradores, uma vez que estes tinham a necessidade de ter uma legitimidade perante o poder público¹³⁹ e o cadastramento era uma boa ferramenta para conquistá-la. A assistente social conta que houve vários parceiros de outras instituições e pessoas por conta própria no apoio às ocupações, inclusive graças à repercussão na mídia¹⁴⁰. Um destes foi a PUC Minas, que não teve uma presença expressiva como instituição inicialmente, mas, depois, passou a apoiar, através de vários cursos, dentre eles, o Serviço Social, que entrou em contato com as

¹³⁹ Paula faz uma ressalva, recordando que houve um pouco mais de resistência quando a Urbel e o MPMG realizaram dois cadastramentos na região, como consequência da disputa jurídica que se travava. Como vários atores diferentes chegaram à ocupação de diversos lugares para colher informações - para apoiar ou com outros interesses - e considerando a pressão psicológica feita pela PMMG e pelo Estado, alguns moradores começaram a apresentar resistência, não em relação ao trabalho da UNA, mas por desconfiança.

¹⁴⁰ Paula destacou o apoio do Instituto Pauline Reichstul, que se ofereceu como parceiro.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

coordenadoras do projeto Ocupando Direitos. Paula conta que, enquanto parte dos alunos da UNA foram à Ocupação Rosa Leão, os alunos da PUC Minas foram à Ocupação Esperança, com o objetivo de alcançar pelo menos 50% da população até o final do ano de 2014, cujos resultados se encontravam em processo de tabulação de dados até janeiro de 2015, quando ocorreu a entrevista. Segundo a coordenação do projeto, houve um acordo com as comunidades no qual o grupo se comprometeu que os resultados serão entregues primeiramente às famílias e, somente mais tarde, ao MPMG e a outras autoridades interessadas. Entretanto, como a entrada de novas famílias nas ocupações é contínua, o resultado da pesquisa realizada até o ano de 2014, nas ocupações Rosa Leão e Esperança, já se encontra defasado.

A participação da PUC Minas no processo de resistência das Ocupações da Izidora foi além da realização do cadastro socioeconômico em parceria com a UNA. Seu apoio surgiu a partir da atuação de alguns grupos de pesquisa que, separadamente, trabalhavam com o tema das ocupações urbanas. Um destes, já citado, foi o Escritório de Integração do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Após o trabalho iniciado em 2013 pela professora Leta e outros arquitetos e estudantes de graduação, no ano seguinte, quando as professoras Leta e Alcília Duarte assumiram o Escritório, houve uma seleção de estagiários com chamadas para remunerados e voluntários. Apareceram vários alunos dispostos ao trabalho voluntário e Leta apresentou a proposta de que se formasse um grupo para dar continuidade ao seu projeto ainda não vinculado ao Escritório, mas que pretendia atender à urgência das ocupações da Izidora.

Nessa época, eu estava atendendo Rosa Leão, junto com outro pessoal da UFMG, de uma maneira muito atribulada e precária, e o povo de Vitória e Esperança me chamava e eu não tinha como. Quando foi em 2014, nós falamos que estávamos com uma turma de meninos e agora podíamos tentar ajudar. O que eles queriam era que fizéssemos a mesma coisa que foi feita para Rosa Leão, porque Rosa Leão chegava às mesas de negociação e abria o mapa e falava “Nós temos planejamento, sim, está aqui o nosso mapa, aqui a Avenida Rosa Leão”. Então, eles queriam também ter um contraponto a esta questão técnica (Leta, Escritório de Integração, 2015).

Assim sendo, a atuação do Escritório começou com esse grupo de voluntários que aperfeiçoou a metodologia de levantamento através da produção de maquetes. Naquele momento, conta a professora Leta, já havia um consenso no Escritório de concentrar os esforços de seus projetos nas ocupações urbanas. Assim, no meio do ano de 2014, quando a Pró Reitoria de Extensão da PUC Minas (PROEX) abriu um edital para as propostas de projeto de pesquisa para o ano de 2015, todas aquelas propostas aprovadas pelo Escritório foram relacionadas às ocupações, tornando-se oficial para a PUC Minas este trabalho de assessoria. Na justificativa em comum entre as atividades de extensão apresentadas ao edital, estava descrito que essa decisão se pautava no reconhecimento do papel das

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

ocupações urbanas “no desenvolvimento da função social da cidade e o seu potencial como campo de experimentação de processos autônomos de urbanização”.

A maior parte dessas atividades do Escritório remete ao processo de assessoria técnica às ocupações urbanas de Belo Horizonte e RMBH. Na Izidora, sua atuação se concentrou, portanto, em ajudar na produção de um material técnico que pudesse ser usado na mesa de negociação, além de outros conhecimentos que pudessem auxiliar no cotidiano dos moradores. Entretanto, conforme conta a professora, em junho de 2014, quando houve maior pressão para a remoção das famílias, o grupo também passou a atuar sobre a urgência: sempre que havia uma reunião, se fazia presente um representante do Escritório.

Para Leta, o Escritório considera que as ocupações urbanas têm feito um trabalho de utilidade pública ao mostrar para a sociedade como colocar em prática o que está instalado constitucionalmente, mas não é praticado. O direito à cidade, o direito de acesso à terra, a função social da propriedade, tudo isso é corporificado pela ação das ocupações. A professora destaca que, no convívio com os moradores das ocupações, é possível perceber que há diferentes estágios de compreensão disso: alguns moradores estão lá pela pressão da necessidade, sem entender muito bem seu papel político; enquanto outros estão para minar a ocupação por dentro, gerando argumentos para a representação social de que nas ocupações só há bandido, malfeitor e gente de má fé¹⁴¹.

Leta conta que, quando a professora Alicia assumiu uma função na PROEX, a Pró Reitoria tomou conhecimento da situação vivida pelas Ocupações da Izidora. Ficou, decidido, assim, pela formação de um Grupo de Trabalho (GT), que surgiu a partir do GT de Moradia que já possuía uma tônica em ocupações urbanas. Foram reunidos, portanto, o trabalho do Escritório com o do professor Lucas Gontijo, do curso de Direito; a equipe do curso do Serviço Social, que estava realizando o cadastro das Ocupações em conjunto com a UNA, a Faminas e a UFMG, através do Programa Polos de Cidadania; dentre outras. Assim, unificaram-se as conversas, enquanto cada um realizava seus trabalhos individualmente¹⁴². Na página da PROEX da PUC Minas, em 02 de outubro de 2014, foi publicada uma notícia divulgando a criação deste GT Interdisciplinar, composto por professores dos departamentos de Arquitetura e Urbanismo, Ciências Sociais, Direito, Engenharia Civil, Serviço Social e da Pastoral PUC Minas. Ainda segundo o *post*, o GT tem como objetivo elaborar relatórios técnico,

¹⁴¹ A professora Leta faz referência ao assassinato do coordenador da Ocupação Vitória, Manuel Baía, morto injustamente por especuladores que não aceitaram sua postura firme contra a negociação interna de lotes.

¹⁴² Até a data de conclusão desta dissertação, o GT se reúne semanalmente no Campus Coração Eucarístico da PUC Minas e é aberto ao público. Mais informações: gtmoradia@pucminas.br ou (31) 3319-4588.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

jurídico, social e urbanístico a partir da organização do conjunto das produções individuais dos diferentes atores e instituições, capaz de apresentar um diagnóstico das ocupações.

O envolvimento da PUC Minas como instituição universitária trouxe ainda, via Pastoral, o apoio da Arquidiocese de Belo Horizonte às ocupações da Izidora, através do Vicariato de Ação Social e Política, inserido na missão evangelizadora da Igreja. O Arcebispo, Dom Walmor de Oliveira, telefonou para o Gabinete do Governador do Estado solicitando que a polícia não fosse enviada ao local, exigindo um prazo razoável para que as negociações ocorressem. No dia **15 de agosto de 2014**, em uma celebração realizada na Serra da Piedade, o Arcebispo declarou, ainda, apoio à luta das Ocupações da Izidora. No dia **16 de agosto de 2014**, o Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte, Dom Wilson Angotti Filho, visitou as ocupações e celebrou uma missa, acompanhado do Padre João Lucena, da Paróquia São Raimundo Nonato, do bairro Londrina, em Santa Luzia. Assim, a extensão universitária da PUC Minas contribuiu, também, para incorporar o apoio de uma nova instituição, que foi a Igreja Católica.

Dentre o envolvimento de estudantes das diversas áreas de ensino e pesquisa da UFMG, destacou-se nos depoimentos dos moradores e movimentos sociais a atuação do Programa Polos de Cidadania, da Faculdade de Direito. Segundo conta Lucas Furiati, da coordenação técnica, o programa não atua diretamente nas Ocupações da Izidora com projeto e objetivo específicos, mas possui experiência no campo do direito à cidade, buscando criar caminhos para se efetivar uma redução da desigualdade social. Desse modo, sua participação se deu a partir de uma rede de apoio às ocupações urbanas da RMBH, atuando em processos de remoção ilegal com argumentos técnicos e marcando presença em espaços de negociação como mediador de conflitos, dando voz aos excluídos. Lucas reforça que o grupo acredita que, como universidade, pode contribuir como “órgão pensante” numa mesa de negociação. Sua participação na mesa dirigida pela procuradora Gisela Potério, por exemplo, se deu a partir do convite do próprio MPMG, o que mostra seu respaldo diante do poder jurídico.

Por exemplo, na mesa de negociação, houve um momento em que o MPMG fez uso de seu poder para tentar pressionar a UNA e a PUC Minas a cederem o cadastro das ocupações. Daí, o Polos elevou o “suposto saber” de tais universidades idôneas para neutralizar o debate, tentando esvaziar a força da Dra. Gisela Potério (Lucas, Polos de Cidadania, 2015).

Lucas destaca, ainda, que a postura como agente de negociação do grupo se mistura à militância individual de alguns integrantes do grupo, algo que acontece em vários casos, inclusive na Izidora. Sua atuação na ocupação se intensificou, portanto, quando a pressão também aumentou, momento no qual a violação de direitos se torna mais iminente. Segundo Lucas, o Polos trabalha nos moldes da pesquisa-ação: atua à medida que as demandas locais surgem. Atualmente, sua atuação na Izidora se resume a três atividades: i) ajudar na divulgação do movimento de resistência; ii) compor

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

uma equipe para auxiliar na finalização do cadastro das famílias, através da mobilização de estudantes; e iii) buscar a instrumentalização da justiça para retirar as decisões judiciais do julgamento de valor de juízes e desembargadores¹⁴³.

Para Lucas, o programa, enquanto parte da universidade, não apresenta um papel isento politicamente, mas tampouco se permite assumir uma militância, de modo que adota estrategicamente uma posição fronteira. Assim, falando da universidade como um todo, há uma dificuldade de se colocar diante do problema, ainda que seja sensível à causa das famílias. Isso dificulta a compreensão dos moradores do que cada ator está realizando na luta diária, seja porque a discussão é muito técnica e a linguagem de difícil acesso, ou devido ao imediatismo das coisas, que leva as pessoas a não se envolverem com determinadas questões. Assim, o discurso se torna muito distante da realidade social vivida por aqueles moradores. Esta ideia da universidade como instituição do “suposto saber” colocada por Lucas pode ser enquadrada no que Marilena Chauí (1981) define como o *discurso competente*.

O discurso competente é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência (CHAUÍ, 1981, p.07).

Dotados desse discurso, sob o consentimento dos próprios moradores, os professores universitários e estudantes que realizam trabalhos acadêmicos nas ocupações se tornam figuras queridas e elementos essenciais ao movimento de resistência - a participação de representantes das universidades nas mesas de negociação é um exemplo disso. Desse modo, cria-se um abismo entre o conhecimento técnico-científico e os saberes desenvolvidos pelos moradores das ocupações. Ainda que os universitários busquem uma aproximação com novas metodologias, a partir de uma ciência institucionalizada, seu discurso assume o papel de dissimular uma existência real de dominação (CHAUÍ, 1981).

Lourenço (2014) aponta como o discurso cientista, ainda que não seja sua pretensão, carrega consigo o ponto de vista de uma classe privilegiada que, muitas vezes, não representa a totalidade. Além disso, ao supor certa neutralidade, pode alimentar ideologias capazes de fortalecer o poder dos setores dominantes da sociedade, em especial, no campo das ciências sociais e humanas. Segundo o autor, o discurso científico brasileiro produziu a ideia de que o povo brasileiro é cordial de tal sorte a

¹⁴³ Lucas conta que esta questão surgiu a partir do projeto que o Polos mantém no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte, e se pauta na crítica de que a decisão de uma ordem de despejo, por exemplo, está vinculada ao crivo pessoal do juiz, de modo que o julgamento moral que este faz sobre a legitimidade ou não de uma ocupação urbana interfere em sua decisão final.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

atribuir a nós uma tradição cultural personalista e patrimonialista. Em contrapartida, Lourenço aponta para a necessidade de buscarmos compreender as contradições e as desarmonias presentes em nossa vivência cotidiana, a partir de um discurso dialético, por exemplo, capaz de dar ao mercado seu devido papel na manutenção de disparidades sociais ao invés de atermos a nossa trajetória histórica. Este argumento reforça, por exemplo, a estratégia aqui adotada do mapeamento de controvérsias.

Em negociações com o poder público municipal ou em audiências com o judiciário, a ocupação urbana é quase sempre denominada *comunidade*, conotando um ambiente de comunhão e não de conflito, isto é, demonstrando a união de todos que moram no local e também sua intenção de integração à cidade. Já as menções às ocupações por agentes do poder executivo (fora dos fóruns oficiais de negociação), por representantes da sociedade civil (não envolvidos) e pela imprensa em geral usam predominantemente o termo invasão. Ainda que muitas vezes esse uso seja irrefletido, ele indica a postura predisposta a criminalizar esse tipo de ação política (LOURENÇO, 2014, p.126).

A criminalização das ocupações urbanas pela mídia e pela prefeitura é um exemplo da tentativa de manter a ordem a partir da ideia do consenso. Ao questionar a concentração da propriedade nas mãos de poucos, a ocupação rompe com o imaginário de harmonia, o que não faz parte do interesse dessas instituições. A defesa pela propriedade privada pelo judiciário é uma das ferramentas utilizadas para garantir essa criminalização e está arraigada à Justiça brasileira, que ignora marcos jurídicos recentes sobre o cumprimento da função social da propriedade, conforme o Estatuto da Cidade. Além do âmbito do judiciário, o autor destaca o papel da polícia, que se torna uma aliada do Estado na tentativa de criminalizar os moradores e ativistas sociais, identificando a ocorrência de crimes sem grandes detalhes referentes às ocupações, como ocorreu, por exemplo, com Manoel Baía, da Ocupação Vitória.

Por outro lado, os moradores também fazem uso dessa linguagem institucionalmente permitida para fazer valer a sua voz no momento de luta, de modo que este “suposto saber” também seja colocado a serviço do movimento de resistência – como este trabalho pretende ser também um exemplo disso. Conforme Faria (2014) destaca, a visão de um suposto “analfabetismo científico” pode ser contraposta pelo argumento de que todo cidadão possui a capacidade de questionar as instituições a partir de seus “direitos de conhecimento”.

Contrariando a visão do “analfabetismo científico”, a noção de cidadãos como “capazes de saber” desenvolve-se em legislações e práticas ocidentais há mais de 100 anos (JASANOFF, 2012). Essa mudança dá aos cidadãos um crescente poder para questionar o raciocínio técnico dos governos, para oferecer contra-argumentos e para desafiar raciocínios públicos que pareçam sem fundamento, politicamente motivados e desequilibrados. Esses “direitos de conhecimento”, como Jasanoff os denomina, são originários de diferentes fontes e se propagam por meio de todas as democracias contemporâneas. Ao contrário do que a alfabetização científica supõe, esse movimento presume que humanos possuem competências e habilidades que não devem ser demonstradas por meio de provas, diplomas

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

e certificados para assegurar sua atuação em disputas técnico-científicas¹⁴⁴ (FARIA, 2014, p.18).

Faria (2014) destaca que, para Latour, todos seremos um dia evocados para posicionar-nos diante de uma disputa técnico-científica, de modo que é preciso definir os diferentes partidos e interesses envolvidos em torno desta para assumir uma opinião. Conforme destaca Lourenço (2014), a submissão, muitas vezes, do morador ao representante de movimentos e ativistas sociais se justifica na busca pela inclusão no sistema social que prevalece. Ou, ainda, trata-se de uma tentativa de superação de sua condição de desfavorecido do sistema, algo que vai além das condicionantes históricas que determinam sua condição. Desse modo, a aproximação com classes sociais distintas faz com que os moradores se sintam mais capazes de fazer uso dos meios institucionais de participação e inclusão social. No entanto, essa relação não deixa de ser carregada por uma imposição cultural contrastante com os objetivos do próprio ato de ocupar, “que é construir meios para os moradores saírem de sua condição de subalternos e participarem das decisões desta sociedade” (p.117).

Nós, os “intocáveis”, partimos de ideias, pressupostos, experiências e convicções que não são idênticos aos dos moradores das ocupações. Assumindo o papel de autoridades, tolhemos a oportunidade de esse outro universo se manifestar. Em vez de gerar uma competição que revele as deficiências dos discursos de que somos portadores, tendemos à imposição cultural da mesma tradição que pretendemos romper (LOURENÇO, 2014, p.119).

Dessa maneira, ainda que a universidade apresente-se como mais uma figura no movimento de resistência que concede respaldo à causa das ocupações em uma mesa de negociação, por exemplo, ou diante da opinião pública, é importante não elevar sua cientificidade diante dos conhecimentos e os saberes produzidos pelos próprios moradores no processo de constituição de sua luta. Creio que o desafio que se coloca para a universidade é dialogar com isso, cuidando-se para afirmar seu posicionamento político para além de um comportamento acadêmico, e contribuindo com o fornecimento de ferramentas capazes de tornar acessível um mapeamento das questões técnico-científicas para a comunidade externa¹⁴⁵. A **Figura 21** ilustra essa rede de apoio que aqui tracei.

¹⁴⁴ JASANOFF, S. The Politics of Public Reason. In: RUBIO, F. D. e BAERT, P. *The Politics of Knowledge*, p. 11-32. Londres: Routledge, 2012.

¹⁴⁵ Estas ideias também foram trabalhadas por Boaventura de Souza Santos, em *Um discurso sobre as Ciências* (1988). O autor fala que estamos em um momento de transição para um paradigma emergente da ciência pós moderna, no qual saltamos do conhecimento científico para o conhecimento do *senso comum* “superficial porque desdenha das estruturas que estão para além da consciência, mas, por isso mesmo, é exímio em captar a profundidade horizontal das relações conscientes entre pessoas e entre pessoas e coisas. O senso comum é indisciplinar e imetódico; não resulta de uma prática especificamente orientada para o produzir; reproduz-se espontaneamente no suceder cotidiano da vida. O senso comum aceita o que existe tal como existe; privilegia a ação que não produza rupturas significativas no real. Por último, o senso comum é retórico e metafórico; não ensina, persuade. (...) O conhecimento científico pós-moderno só se realiza enquanto tal na medida em que se converte em senso comum. (SANTOS, 1988, p.70). Neste trecho, é inegável que uma relação possa ser estabelecida com o que propõe a ANT, embora esta se enquadre mais ao contexto pós-estruturalista que pós-moderno.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Figura 21. A rede de apoiadores das Ocupações da Izidora



Fonte: Acervo pessoal.

1



Fonte: Facebook, página Resiste Izidora.

5



Fonte: Facebook, página Ocupação Vitória.

2



Fonte: Facebook, página Resiste Izidora.

6



Fonte: Facebook, página Resiste Izidora.

3



Fonte: Facebook, página Resiste Izidora.

7



Fonte: Acervo pessoal.

4

1. Visita do Escritório de Integração à Ocupação Rosa Leão.
2. Placas com os nomes de rua da Ocupação Vitória.
3. Barricada em frente à Ocupação Rosa Leão.
4. Maquete do Escritório de Integração da Ocupação Vitória.
5. Reunião de apoiadores na Faculdade de Direito da UFMG.

3.2. A trajetória de resistência

No APÊNDICE é possível observar a linha do tempo com a cronologia dos principais eventos (ações) que marcaram a trajetória do movimento de resistência das Ocupações da Izidora, bem como os atores envolvidos. Para facilitar a compreensão e a organização do texto, adotei a estratégia de registrar esse processo de resistência a partir da ordem temporal dos fatos. Segue, portanto, meu relato do que ocorreu a partir de informações advindas de fontes variadas (*blogs* das Ocupações, do Frei Gilvander e outros, páginas do Facebook das Brigadas Populares, do movimento Resiste Izidora e das Ocupações, reportagens dos jornais eletrônicos *Estado de Minas*, *O Tempo* e *Hoje em Dia*, além de relatos contidos nas entrevistas realizadas), informações estas que foram articuladas para construir uma única história¹⁴⁶.

3.2.1. Ano 2013

Em julho de 2013, a **juíza Luzia Divina, da 6ª Vara de Fazenda Pública Municipal, concedeu liminar para os pedidos de reintegração de posse na Região da Izidora** e autorizou o despejo das ocupações. Os quatro processos de reintegrações de posse estão vinculados a: Município de Belo Horizonte (0024.13.242724-6), Granja Werneck S/A (0024.13.304260-6), Sr. Paulo Henrique Lara Rocha de Faria e outros¹⁴⁷ (0024.13.297889-1) e Sra. Ângela Werneck (0024.13.313504-6)¹⁴⁸. Conforme recorda Rafael B., das Brigadas, a PMMG tentou realizar a reintegração da posse com base na sua ilegalidade. No entanto, em **30 de setembro de 2013**, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) emitiu uma nota técnica com a recomendação à PMMG de algumas diretrizes necessárias ao processo de despejo segundo os padrões internacionais dos direitos humanos, as quais a polícia não conseguiu cumprir. A partir de então, iniciou-se um intenso ciclo de manifestações políticas até a abertura de uma mesa de negociação pelo Governo do Estado, em outubro de 2013.

Para a defensora pública Claudia Nepomuceno, as ocupações urbanas são legítimas enquanto luta que tem como objetivo garantir o direito à moradia, dentro do contexto de cumprimento da função social da propriedade – embora reforce que uma moradia verdadeiramente adequada dependa da regularização fundiária, na qual as pessoas têm direito a esgoto, água tratada, luz elétrica e serviços

¹⁴⁶ É preciso advertir o leitor de que, ainda que muitas informações tenham sido coletadas, muitas outras não foram incluídas, seja por sua pouca relevância, ou pela escassez de tempo, oportunidade ou persistência para obtê-las – ou, ainda, devido a um possível esquecimento. Desse modo, adianto minhas desculpas aos envolvidos no movimento pela ausência de algum detalhe importante ou mesmo por alguma inverdade revelada.

¹⁴⁷ Maria da Consolação Rocha Faria e Regina Aparecida Lara Rocha de Faria.

¹⁴⁸ As quatro ações foram reunidas pelo Juízo da 6ª Vara da Fazenda Pública Municipal devido à dimensão do conflito coletivo e ao impacto social dele decorrente.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

públicos. Os movimentos sociais já conheciam a atuação da Defensoria Pública de Direitos Humanos na defesa de conflitos possessórios urbanos, o que garantiu a entrada da instituição como apoiadora do movimento de resistência.

De qualquer sorte, na jurisprudência se tem o entendimento de que quando uma ação é movida contra um grupo grande de pessoas, como na ocupação, e quando fica caracterizado um processo de dificuldade do oficial de justiça ou do próprio autor em identificar todos os réus, os demais que não conseguem ser identificados são citados por edital. E a lei complementar que rege a defensoria pública incumbe a este órgão a tarefa de fazer a defesa como curador processual daquele réu citado por edital. No caso, cita-se por edital essas ocupações de grande quantidade de pessoas que não podem ser identificadas. Mas, tendo em vista nossa proximidade com os movimentos sociais, nós já fomos instados a fazer a defesa antes mesmo de o juiz nomear a defensoria pública como curador processual (Cleide, DPMG, 2014).

O papel da DPMG consiste em levar para o processo a versão dos fatos dos moradores, levantando sua necessidade de moradia em um contexto social de muita pobreza. Neste caso, foi também contestado que os autores, que fundamentaram seu pedido de liminar de reintegração de posse com base em documentos cartoriais e pagamento de IPTU, não possuem posse do terreno, pois nunca houve atos possessórios e estes descumpriam a função social da propriedade. Desse modo, após o conhecimento do conflito possessório, a DPMG entrou com um recurso contra a decisão do juiz, levando o processo para o tribunal.

De documentos, a gente junta fotos evidenciando a ausência de propriedade. A gente impugnou que não estavam demarcadas as áreas de quem estava reivindicando, então não havia como o juiz saber se a área de tutelando era exatamente do autor. Então, a gente faz uma defesa processual; documental mesmo, não tem, porque a posse é um elemento fático, não é um elemento comprobatório, por meio de documentos, ela se faz à prova por meio de testemunhas e inspeção judicial (Cleide, DPMG, 2014).

Cleide reforça que o trabalho da DPMG com as ocupações se resume a uma assistência jurídica extra e judicial, e não política, de modo que não se confunde com o papel do movimento social. Portanto, o diálogo com a comunidade se dá por meio de líderes comunitários e representantes dos movimentos sociais, embora ocorram visitas às ocupações para conhecer o local e as pessoas. Essa assistência jurídica, entretanto, não se esgota no âmbito judicial dos processos, de modo que, processualmente, ainda cabe recurso. Assim, quando a liminar foi confirmada pelo tribunal, o recurso interposto pela DPMG contra a decisão de reintegração de posse do juiz foi negado em provimento, de modo que as tentativas seguintes de resolução do conflito se deram nas instâncias superiores. No que tange à esfera extrajudicial de trabalho, a DPMG trabalhou junto com outros atores em uma tentativa de solução amigável para o conflito na mesa de negociação que será apresentada mais tarde.

Nos dias **29 e 30 de julho de 2013**, os movimentos sociais realizaram o **I Acampamento das Ocupações na sede da PBH**, juntamente com as ocupações urbanas da RMBH, reivindicando sua regularização fundiária e urbanização, evento do qual também participou a ocupação Rosa Leão.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Segundo Rafael B., das Brigadas, esse protesto gerou um fato político grande ao divulgar a falta de investimentos da PBH em habitação social na cidade. Na visão do brigadista, a resposta a esse movimento de resistência urbana pelo direito à moradia viria, seis meses depois, com a aprovação da **Operação Urbana Capitão Eduardo – MorarBH**, que alterou a lei da OUI. Isso reforça o argumento de Leonardo:

As ocupações [da Izidora] foram importantes por colocarem em xeque uma parte pequena da operação urbana proposta; a coisa é muito maior, envolve bilhões. Graças às ocupações, também, a PBH foi obrigada a aumentar o número de famílias de baixa renda que seriam atendidas. Ou seja, colocou em discussão o que estava sendo proposto antes e apareceu a operação urbana para o movimento de resistência, porque ninguém nem sabia disso (Leonardo, MLB, 2015).

Segundo nota publicada no *blog* das ocupações¹⁴⁹, após a ocupação do prédio da PBH, teria sido acordado entre movimentos sociais, DPMG, MPMG e PBH que as ocupações entrariam no processo de regularização fundiária. No entanto, em reunião de negociação com as ocupações, no mesmo dia, **27 de setembro de 2013**, o prefeito Márcio Lacerda (PSB) deu ordens ao policial da PMMG Coronel Genedempsey Bicalho, presidente da Urbel, para avisar às famílias sobre o despejo.

Para Lourenço (2014), a resistência por parte da PBH em dialogar com as ocupações urbanas se justifica pelo fato de acreditarem que uma negociação abriria precedentes para que novas ocupações surgissem e se multiplicassem na cidade os espaços degradados produzidos por estas. Para o autor, este posicionamento se assemelha ao adotado pela prefeitura de Patrus Ananias (PT) com relação à primeira das ocupações recentes em Belo Horizonte, a Vila Corumbiara, em 1996, conforme identifica Mônica Bedê (2005 apud LOURENÇO, 2014)¹⁵⁰:

Esse procedimento é necessário, evidentemente, para evitar práticas ilícitas, mas, sobretudo, para desestimular as ocupações como tática de luta do movimento por moradia. Pelo contrário, a intenção é consolidar uma política habitacional formulada, planejada e executada em parceria com o movimento por moradia, não só por coerência política, mas também por uma questão de governabilidade: considerando a exiguidade dos recursos municipais e a falta de perspectiva de apoio das outras esferas de governo, essa é a única alternativa que pode permitir enfrentar localmente o problema habitacional mantendo minimamente o controle político da situação, sem estar à mercê de demandas imprevisíveis, provocadas por ocupações organizadas, e muito maiores que a capacidade operacional e financeira da Prefeitura (BEDÊ, 2005, p. 222-223 apud LOURENÇO, 2014, p.131).

No entanto, muitas vezes estas mesmas instituições públicas se apropriam da prática da autoconstrução via ações e programas de incentivo de modo a desmascarar a ausência de políticas habitacionais capazes de lidar com o déficit crescente. Conforme aponta Lourenço, nos anos 1980, no governo de Sérgio Ferrara (PMDB), o qual muitos acreditam ter sido o provedor de habitações no

¹⁴⁹ A maior parte das informações descritas foi retirada do *blog* da Ocupação Rosa Leão.

¹⁵⁰ Ver BEDÊ, Mônica Maria Cadaval. *Trajatória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 1993/1996*. 2005.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

município, as unidades habitacionais produzidas eram quase todas autoconstruídas em terrenos cujo parcelamento a PBH promovia, mas não oferecia infraestrutura básica para a construção. O depoimento de Maurício Libânio, ex-funcionário da Secretaria Municipal de Direitos Sociais, aponta ainda para o fato de que é comum a prefeitura se ausentar dos processos de negociação quando o terreno em questão não lhe diz respeito.

O governo, não importa se é a Prefeitura nossa, se é a Prefeitura de outros tempos, quando o terreno é dela, ela joga duro para tirar. Quando não é terreno dela, a tendência dela é ficar omissa nas coisas e só eventualmente, porque ela é demandada, vai se posicionar contra uma ocupação. Porque ela sabe que, se o pessoal sair de lá, ela não tem condição de atender o pessoal em outro lugar. Aquela ocupação é conveniente para a Prefeitura. [...] E ela sempre fechou os olhos para os processos de ocupação. (Libânio, 2009, funcionário público apud LOURENÇO, 2014, p.34).

Assim, o não reconhecimento das ocupações urbanas por parte do poder executivo faz com que os moradores sejam os responsáveis por solucionar a questão da moradia, no âmbito individual e coletivo. A autoconstrução acaba por beneficiar o poder público que vê o déficit habitacional reduzido, o que reforça sua omissão nos conflitos territoriais como o das Ocupações da Izidora.

Na iminência de um conflito violento entre moradores e policiais, no dia **17 de outubro de 2013**, realizou-se a **I Audiência Pública das Ocupações da Izidora na Câmara de Vereadores de Belo Horizonte**, presidida pelos vereadores Adriano Ventura (PT) e Pedro Patrus (PT), na qual foi criticada a postura do prefeito Márcio Lacerda (PSB) em não dialogar com o movimento de resistência e buscar desqualificar as famílias. Na ocasião, o plenário serviu de espaço para os moradores reforçarem o discurso de que não aceitariam o despejo e exigirem a abertura de uma mesa de negociação.

Como consequência desse movimento, ocorreu a **abertura da primeira mesa de negociação com as Ocupações da Izidora**, no dia **21 de outubro de 2013**, na Cidade Administrativa de Minas Gerais (CAMG). A reunião tinha como objetivo tratar da situação dos despejos e foi coordenada pela Secretaria da Casa Civil e da Secretaria de Relações Institucionais do Governo de Minas Gerais (SECCRI), representada por Maria Coeli Simões Pires. Conforme a ata, participaram também: o Comandante Geral da Polícia, Coronel Santana; a juíza Luzia Divina; a Defensora Geral da Defensoria Pública de Minas Gerais, Andrea Tonet; os defensores públicos Cleide Nepomuceno, Christyane Linhares e Lucas di Simões, dentre outros; além das coordenações locais das ocupações, representantes dos movimentos sociais e dos grupos apoiadores.

Essa seria apenas a primeira de várias reuniões realizadas, nas quais o movimento de resistência exigia a mediação da Casa Civil do Governo de Minas Gerais como alternativa justa e pacífica ao despejo forçado. Conforme conta Rafael B., das Brigadas, ocorreram cerca de quatro a seis

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

reuniões até o período da Copa do Mundo FIFA 2014, coordenada pelo Secretário de Estado da Defesa Social (SEDS), Rômulo Ferraz, sendo os principais participantes a juíza Luzia Divina, representantes do Governo do Estado, do Governo Federal e da PBH, os proprietários, representantes dos movimentos sociais e as lideranças locais.

Ao mesmo tempo em que as Ocupações da Izidora se preparavam para possíveis negociações, outras ocupações em Belo Horizonte e RMBH sofriam despejos com a ação da PMMG, como na Ocupação no Bairro Tupã, em Contagem, e na Ocupação entre a Vila Corumbiara e Vila Pinho, na região do Barreiro, em Belo Horizonte. A Prefeitura de Contagem também se preparava para o despejo da Ocupação William Rosa. Esses elementos contribuíam para que o movimento de resistência se fortalecesse, na medida em que o repúdio às ações da PBH, aos poucos, atingia outros setores da população.

No entanto, segundo a opinião do movimento de resistência, as negociações se postergavam e poucos membros da mesa tinham o interesse de resolver a questão. Segundo Rafael B., até o momento, a inclusão do PMCMV no Empreendimento Granja Werneck não estava clara, e esta surgiu quando a Direcional Engenharia sentou-se à mesa de negociação juntamente com a Granja Werneck S/A, depois de esta lhe vender o direito de compra do terreno, a qual se efetivaria após a liberação dos recursos do projeto pela Caixa Econômica Federal (CEF). Na leitura do brigadista, o Governo do Estado, através do Secretário de Segurança Pública, protagonizou essa mesa de negociação, por ser o responsável por autorizar à PMMG o processo de reintegração de posse. Porém, Rafael B. entende que o interesse do grupo formado pela juíza Luzia Divina, os proprietários e a PBH era o despejo, que talvez só estivesse sendo evitado devido às eleições, uma vez que poderia haver um ônus político. A estratégia do movimento de resistência foi, portanto, a mobilização via comunicados destinados à comunidade e ao poder público, para divulgar a situação, além de se organizar em manifestações públicas.

Desse modo, no dia **13 de novembro de 2013**, foi realizada a **I Marcha das Ocupações da Izidora e William Rosa**, bloqueando a MG-010 (Linha Verde) em frente à CAMG. O protesto serviu para aproximar as ocupações e reforçar o apoio mútuo. Após reunião entre Subsecretários do Governo de Minas Gerais – o Secretário da SEDS, Rômulo Ferraz, o Secretário Extraordinário da Regularização Fundiária, o deputado Wander Borges, e o Comandante-Geral da PMMG, Coronel Márcio Sant’Ana – e lideranças populares, foram estabelecidos três compromissos: i) promoção da interlocução entre Governo Federal e Governos Municipais de Belo Horizonte, Contagem e Santa Luzia, com a participação da Agência Metropolitana de Belo Horizonte da Secretaria de Estado de Desenvolvimento

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Urbano (Agência RMBH); ii) manutenção da mesa de negociação com as lideranças e o Governador do Estado; e iii) compromisso da PMMG de não realizar o despejo sem notificação adequada.

No dia **25 de novembro de 2013**, foi entregue uma **Carta das Ocupações da Izidora ao prefeito Márcio Lacerda (PSB)**, na qual esses pedidos eram reforçados, somados à suspensão das liminares de reintegração de posse contra as Ocupações da Izidora e William Rosa e ao compromisso político com a proposta de transformação da Região da Izidora em AEIS (Área Especial de Interesse Social), para posterior regularização fundiária e emissão de títulos de posse às famílias. Entretanto, o prefeito insistia na decisão de não dialogar com as ocupações.

Assim, a fim de reforçar o enfrentamento à PBH, no dia **28 de novembro de 2013** ocorreu a **I Grande Marcha das Ocupações Urbanas da Grande Belo Horizonte**, em protesto contra os despejos forçados e a favor da negociação. A marcha saiu das Ocupações da Izidora em direção à sede da PBH, somando 28 km de caminhada. O objetivo era pressionar o prefeito Márcio Lacerda (PSB) a realizar uma reunião com representantes das ocupações, promovendo o diálogo diante dos pedidos realizados na Carta das Ocupações acima mencionada. Na ocasião, segundo informações divulgadas no *blog* das ocupações, sem dialogar com as ocupações, Márcio Lacerda (PSB) entregou, por meio de um funcionário, uma Nota à Imprensa, na qual nenhum pedido da Carta foi contemplado.

Conforme enfatizado por Frei Gilvander, a postura da PBH tem sido intransigente, destacando que a resistência do prefeito Márcio Lacerda (PSB) ao diálogo, para evitar uma onda de ocupações urbanas na cidade, tem surtido o efeito contrário, pois fortaleceu a luta e o surgimento de outras ocupações. Assim, além de omissa, o Estado seria cúmplice da violência estrutural instituída contra as Ocupações da Izidora. Entretanto, Frei Gilvander assume diferenças quanto ao posicionamento da PBH e do Governo do Estado e Federal.

Houve maior tolerância tanto do ex-governador Antônio Anastasia (PSDB), quanto do Governo Federal, que tem sido politicamente compreensivo. Mas, na prática, tem estado refém da PBH, porque Belo Horizonte é a capital que tem decolado menos o PMCMV, mesmo sabendo que se trata de um programa prioritariamente para resolver os problemas das construtoras. E a postura do poder judiciário tem sido muito injusta e anticonstitucional. Então, a coluna mestre da resistência das ocupações hoje é a resistência popular mesmo (Frei Gilvander, CPT, 2015).

A iniciativa do diálogo veio, portanto, por iniciativa do Governo do Estado: no dia **02 de dezembro de 2013**, a Secretaria de Regularização Fundiária de Minas Gerais entrou em contato com as lideranças das ocupações para realizar uma reunião com o então governador Antonio Anastasia (PSDB). Nessa reunião, foi reaberta a mesa de negociação com as Ocupações da Izidora e William Rosa, na qual o governador destacou a positividade da participação do Governo do Estado no diálogo.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Assim, as ocupações encerraram o ano de 2013 esperançosas com relação às negociações possíveis com o Governo de Minas Gerais.

3.2.2. Ano 2014

Em um ofício das Ocupações da Izidora, no dia **27 de janeiro de 2014**, foi solicitado ao prefeito Márcio Lacerda (PSB) que recebesse uma comissão de membros das ocupações e participasse da mesa de negociação coordenada pelo Governo do Estado. Na ausência de uma resposta, no dia **04 de fevereiro de 2014**, os moradores e os movimentos sociais organizaram o **II Acampamento das Ocupações na sede da PBH** para forçar um posicionamento da PBH.

No entanto, novamente as ocupações não foram ouvidas e a reunião da mesa do dia **05 de fevereiro de 2014** aconteceu sem a participação do prefeito Márcio Lacerda (PSB) ou de um de seus representantes – segundo informações do *blog* das ocupações, o Procurador Geral do Município, o Subsecretário da Regional Norte da PBH e uma diretora da Urbel, embora estivessem no local, não participaram da reunião por ordem do prefeito, uma vez que as ocupações permaneciam acampadas na sede da PBH. Na ocasião, a juíza Luzia Divina se recusou a suspender as liminares de reintegração de posse por ela emitidas; no entanto, foi definido que seria feito um cadastro das famílias no prazo de 20 dias, além de uma vistoria no local para delimitar a área objeto de reintegração de posse. A juíza determinou que, após o cadastro, a situação das famílias fosse analisada para serem incluídas em programas sociais.

Em resposta à deliberação desta reunião, em março de 2014, cerca de um mês após a reunião, foi entregue o **relatório final de cadastro das famílias que ocupam a Região da Izidora, realizado pela Urbel**. Esse documento buscou identificar o número de famílias, as reais condições de habitação e de instalação, além das condições de inclusão em programas sociais de habitação no Município. O cadastro (URBEL, 2014) foi realizado após um levantamento topográfico da área, em parceria com a PMMG, no dia **18 de fevereiro de 2014**. Na ocasião, os funcionários observaram um maior número de edificações no que corresponde à Ocupação Rosa Leão, enquanto nas outras – Vitória e Esperança – verificou-se uma área de expansão. Para obter os resultados o mais rápido possível, de modo a evitar novas ocupações, a Urbel, em conjunto com a Secretaria de Políticas Sociais, realizou o cadastro em um dia, em **19 de fevereiro de 2014**, com a participação de 76 técnicos das Gerências Regionais de Políticas Sociais e 54 técnicos administrativos da Urbel, os quais tiveram um treinamento de um dia.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Segundo esse documento, a Ocupação Rosa Leão (denominada *área próxima ao Conjunto Zilah Spósito*) foi avaliada por quinze equipes, as quais observaram um padrão de moradia precário, com um cômodo em madeirite ou lona, dos quais muitos se encontravam fechados e outros apresentavam aspecto de serem edificações recentes. Por sua vez, as Ocupações Vitória e Esperança (*área na Granja Werneck* ou *área próximo à Santa Luzia*) foram observadas por cinco equipes, das quais quatro não conseguiram terminar o cadastro devido ao prazo e à frequência da chegada de novas famílias que teriam causado transtorno aos técnicos, segundo relata o documento – embora Elielma, da Ocupação Vitória, tenha ressaltado que não houve resistência a nenhum dos cadastros realizados. Assim, no dia **21 de fevereiro de 2014**, 51 técnicos da Urbel retornaram aos locais não contemplados, quando acordaram com as lideranças locais em anexar ao documento uma lista com as pessoas não cadastradas nas áreas já contempladas. No local, foi observada maior dispersão das edificações, sendo muitas de difícil acesso. Também foi denunciado o baixo uso domiciliar (uso residencial permanente no espaço ocupado). Em locais onde havia presença permanente, observou-se a ausência de água e luz, e o uso de fossas sépticas como alternativa de esgotamento sanitário. Em algumas áreas, havia apenas placas com o nome e número de telefone do responsável. Os resultados gerais estão disponíveis na **Tabela 6**.

Em geral, os técnicos observaram a construção de edificações no momento da abordagem em diversos pontos, com a ajuda de carros e caminhões trazendo materiais de construção e tratores percorrendo as vias de acesso. A presença de moradores oriundos de outros Municípios da RMBH, em especial Santa Luzia (706 cadastros) e Vespasiano (140 cadastros), também foi registrada. Além disso, foi evidenciada a compatibilização das famílias com critérios do PMCMV - 357 casos passíveis de cadastramento em Belo Horizonte. Foi elaborado um formulário de cadastro, em um total de 2.507 cadastros, dos quais 689 foram respondidos por vizinhos ou parentes, com o perfil e o padrão habitacional das ocupações, a trajetória das famílias e o perfil socioeconômico. No entanto, ao final do documento, se encontra um relatório da Secretaria Municipal de Políticas Públicas, que declara que foram preenchidos, na verdade, 2.529 cadastros. O resultado do cruzamento com a base municipal do Cadastro Único para Programas Sociais revelou que havia 262 casos de inscrição no CU, dos quais 132 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) e 13 famílias do Benefício de Prestação Continuada (BPC), conforme é possível observar na **Tabela 7**.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Tabela 6. Resultados gerais do Cadastro da Urbel

CARACTERIZAÇÃO GERAL DA OCUPAÇÃO			PADRÃO CONSTRUTIVO		
Característica	Frequência	Percentual	Característica	Frequência	Percentual
Edificação habitada	928	37,0%	Alvenaria	399	27,1%
Edificação desabitada	546	21,8%	Madeirite	805	54,6%
Área vaga	169	6,7%	Lona	188	12,8%
Área cercada	841	33,5%	Barraca	9	0,6%
NS/NR	23	9,0%	Outros	42	2,8%
Total	2.507	100,0%	NS/NR	31	2,1%
			Total	1.474	100,0%

INFRAESTRUTURA						
Item	Sim		Não		Ns/nr	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Água	901	61,1%	543	36,8%	30	2,0%
Luz	719	48,8%	725	49,2%	30	2,0%
Esgoto	68	4,6%	1376	93,3%	30	2,0%
Banheiro	341	23,1%	1103	74,8%	30	2,0%
Cozinha	356	24,2%	1088	73,8%	30	2,0%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Urbel (2014).

Tabela 7. Cruzamento dos resultados com a base municipal do Cadastro Único para Programas Sociais

VARIÁVEL	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Inscritas no CU	262	10,35%
Beneficiários PBF	132	5,21%
BPC	13	0,51%
BPC/PBF	7	2,7%
Outros programas	Não localizados	0%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Urbel (2014).

Após a divulgação da Urbel, os movimentos sociais solicitaram aos arquitetos da ASF a elaboração de um parecer contra o documento, apontando seus equívocos. Em **20 de março de 2014**, foi emitido um **parecer técnico da ASF sobre o cadastramento realizado pela PBH/Urbel nas Ocupações da Izidora**. Segundo o parecer, publicado no *blog* da Ocupação Rosa Leão - assinado pelos arquitetos Tiago Castelo Branco, Denise Morado, Júnia Ferrari e Margarete Maria de Araújo Silva

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

-, havia muitas inconsistências no documento da Urbel, de modo que as famílias não poderiam ser despejadas sem que antes houvesse um novo cadastramento¹⁵¹.

Em resposta ao cadastro e para reforçar o movimento de resistência, em **21 de março de 2014**, os moradores das Ocupações da Izidora e William Rosa realizaram o **III Acampamento das Ocupações na sede da PBH**. Neste mesmo dia, foram reunidos para mais uma reunião da mesa de negociação, na CAMG, representantes do MPMG, da Secretaria de Estado de Defesa Social, do Poder Judiciário, da DPMG, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, do Ministério das Cidades, da SECCRI, da PMMG, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Santa Luzia, da ALMG, da Prefeitura de Contagem, da Secretaria de Agricultura, das empresas Direcional e Portela e Lima, da RNC Advogados e dos movimentos sociais (MLP, CPT, MLPL, Brigadas Populares e Consulta Popular), juntamente com representantes das Ocupações da Izidora e William Rosa¹⁵² – novamente, destaca-se a ausência de um representante da PBH.

Na ocasião, a juíza Luzia Divina determinou o recadastramento das famílias pela Urbel, convidando formalmente a participarem do recadastramento representantes das prefeituras de Belo Horizonte, Santa Luzia, Vespasiano e Ribeirão das Neves, do MPMG, da DPMG, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDESE) e dos movimentos sociais, além do comprometimento dos movimentos sociais em impedir a expansão das ocupações e articulação para a obtenção dos recursos do PMCMV Entidades.

O argumento do PMCMV Entidades foi utilizado na mesa de negociação por parte dos movimentos sociais como alternativa para viabilizar o empreendimento imobiliário¹⁵³. No entanto, segundo Tiago, arquiteto do grupo dos ASF, o programa não é viável nesse contexto, pois exige a

¹⁵¹ Os arquitetos destacaram que: i) os funcionários recrutados não estavam aptos para a função; ii) a precariedade física negativamente apontada nos relatórios ignorou o processo de consolidação das ocupações, ainda que em alguns locais as ocupações estivessem mais consolidadas com casas em alvenaria; iii) a indefinição das informações coletadas fragilizou a validade do documento; iv) ocorreu a classificação de imóveis vazios como desabitados, sendo que o cadastramento foi realizado em dia útil, ocasião em que os moradores estavam envolvidos com seus afazeres profissionais, além de que há casos em que o morador não apresentou condições financeiras para construção imediata; v) a ausência de aviso prévio do cadastramento aos moradores; vi) o predomínio de julgamento de valor dos funcionários com relação à situação dos moradores das ocupações; vii) a crítica ao entendimento de pontos comerciais nas ocupações como gerador de lucros, ignorando a necessidade dos moradores; viii) a ausência de evidências técnicas para apontamentos de riscos geológico e ambiental; ix) a incompreensão de que muitos moradores provenientes da RMBH já haviam sido expulsos de Belo Horizonte previamente pelo mercado imobiliário; e, x) a presença de barracos com lonas novas não implicavam em ocupação recente, mas na troca do material desgastado.

¹⁵² O aceso a atas de algumas reuniões se deu a partir de publicações no *blog* das ocupações.

¹⁵³ Atualmente, o MLB participa de um projeto do PMCMV-Entidades, em Nova Lima, no reassentamento de 50 famílias de três comunidades. Segundo Leonardo, o programa é o embrião de uma política habitacional interessante, no entanto, ainda que tenha sido proposto para as Ocupações da Izidora no início das negociações, considerando a atual situação de consolidação das casas, a melhor opção seria promover a urbanização.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

participação do poder público municipal (no provimento do terreno), que não dialoga com as ocupações, além de o número elevado de pessoas inviabilizar o processo¹⁵⁴. Segundo o arquiteto, isso reforça o ponto de vista de que o PMCMV não é uma política habitacional, mas de financiamento do terreno, uma vez que não incorpora em sua diretriz a viabilização da terra, que é hoje a grande barreira para construir habitação de interesse social nas grandes cidades.

No dia **27 de março de 2014**, foi realizada a **II Audiência Pública das Ocupações da Izidora na Câmara de Vereadores de Belo Horizonte**. No depoimento dos moradores, foi denunciado o preconceito sofrido no entorno das ocupações, destacando-se: a exclusão dos cuidados no SUS, incluindo mulheres grávidas, para as quais tem sido recusado o direito ao Pré-Natal por não terem endereço fixo; as dificuldades de matrícula nas escolas das crianças e adolescentes, também, pela ausência de endereço fixo, e o *bullying* sofrido nas salas de aula por professores e colegas; a impossibilidade de algumas mães entrarem no PBF por não terem endereço fixo; os julgamentos que os moradores sofrem no comércio do entorno das ocupações ao serem reconhecidos; a dificuldade de cumprir com os afazeres diários fora das ocupações e manter a vigília à casa ameaçada de despejo e a participação nos atos e manifestações; os constrangimentos com as ações da PMMG, para mencionar alguns.

Ainda na ocasião, Frei Gilvander criticou a inconstitucionalidade do **Termo de Ajusta de Conduta (TAC) de 2010**, acordado entre o MPMG, a PBH e a Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais (COPASA). Segundo este, a COPASA foi proibida de fazer ligações de água e esgoto em construções clandestinas ou irregulares, situadas em áreas onde não é permitido o parcelamento do solo, áreas de preservação ambiental e áreas não edificáveis, ou seja, onde não é possível a regularização fundiária a teor da Lei Federal nº 11.977/2009, que dispõe sobre a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas¹⁵⁵. No caso, somente após a regularização dos empreendimentos poderiam ser instalados os serviços de água e esgotamento sanitário, reforçando a ação preventiva do MPMG de evitar danos ao meio ambiente e à ordem urbanística. Conforme aponta Frei Gilvander, desse modo, o acesso legal à água, saneamento básico e eletricidade

¹⁵⁴ “A criação do PMCMV Entidades não passa de 5% de todo o recurso destinado ao programa e não chegou nem a 0,5% da produção habitacional, o que é cômodo para a gestão da política habitacional, porque mostra que os movimentos sociais e a autogestão não são capazes de responder o problema do déficit quantitativo, e o Estado é preciso. No entanto, a realidade nos mostra o contrário, porque, ainda que na lona, estas pessoas das ocupações estão *morando*. Enquanto o PMCMV fez 1.400 unidades de Faixa 1, em Belo Horizonte, as ocupações fizeram 11.000 moradias” (Tiago, ASF, 2014).

¹⁵⁵ Em julho de 2014, entrou em vigor nova redação do TAC firmado entre a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e o MPMG, sobre o fornecimento de energia elétrica a áreas de loteamento irregular, faixas de servidão e áreas de proteção ambiental. A nova redação permitiu à Cemig realizar instalações de energia elétrica e atendimento em locais em processo de regularização, o que era vedado no texto original. No entanto, a proibição permaneceu para o caso de loteamentos irregulares e em áreas de preservação ambiental.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEZIDORA

nas Ocupações da Izidora ficou restrito ao processo de regularização fundiária, dificultando ainda mais a vida no assentamento.

No dia **07 de abril de 2014**, representantes das Ocupações da Izidora, Emanuel Guarani Kaiowá, William Rosa e do movimento social tiveram um **encontro com a presidenta Dilma Rousseff**, em Contagem, entregando uma Carta à Presidenta, a qual se comprometeu a encaminhar as reivindicações apresentadas¹⁵⁶. O encontro foi importante ao dar visibilidade nacional para o caso, mas a mobilização social não cessou e mais marchas foram realizadas pelas ocupações naquele mesmo mês. No dia **24 de abril de 2014**, a marcha em direção ao TJMG tinha o intuito de exigir do Presidente do Tribunal, Joaquim Herculano Rodrigues, a suspensão imediata das ordens de reintegração de posse das ocupações e a instauração de um processo de Conciliação em 2ª Instância, sob sua coordenação; e a marcha de **22 de maio de 2014**, em direção à CAMG, reuniu mais de duas mil pessoas e bloqueou o trânsito da MG-010 por três horas. Na ocasião, a mesa de negociação foi resgatada, tendo sido convocada uma reunião com o Governo do Estado e garantido o aviso prévio de 30 dias no caso de despejo.

Além disso, em **07 de junho de 2014**, Charlene, da Ocupação Rosa Leão, participou da **7ª Conferência Municipal de Habitação**, em Belo Horizonte, na qual criticou a política habitacional da PBH e os critérios restritivos para o direito a voto e à candidatura ao Conselho Municipal de Habitação. Assim, as Ocupações da Izidora seguiam ocupando diversos espaços de mobilização política na capital mineira. Em contrapartida, os despejos seguiam ocorrendo em outros pontos do estado, como o de 300 famílias na Ocupação Santa Cruz, em Montes Claros, e das cerca de 30 famílias da Ocupação Nova Canaã, em Nova Lima. Sendo assim, o contexto sinalizava que a luta das ocupações urbanas ainda estava longe de terminar.

No final do mês de junho e início do mês de julho deste mesmo ano, ocorreu a **Copa do Mundo FIFA de 2014**. As manifestações em Belo Horizonte, neste período, divulgaram internacionalmente uma série de insatisfações da população brasileira. Assim, ali, as ocupações urbanas de Belo Horizonte e RMBH não marchavam sozinhas. Em fins de julho, iniciou-se a **Campanha #Resistezidora**, na qual as pessoas tiravam fotos com cartazes com a *hashtag* e publicavam na internet, o que contribuiu para o fortalecimento da rede de apoio ao movimento (**Figura**

¹⁵⁶ Dentre as reivindicações, as seguintes referiam-se às Ocupações da Izidora: i) viabilizar o PMCMV Entidades para as famílias das ocupações; ii) manter o compromisso da Secretaria Geral da Presidência, do Ministério das Cidades e da Secretaria de Direitos Humanos em participar da mesa de negociação, além de pressionar o então governador Alberto Pinto Coelho a estabelecer a coordenação da mesa por secretários da SEDESE ou Secretaria de Regularização Fundiária; iii) dialogar com o presidente do TJMG para buscar Conciliação em 2ª Instância e suspender as liminares de reintegração de posse; iv) dialogar com o governador Alberto Pinto Coelho e o prefeito Márcio Lacerda (PSB) no sentido de desapropriação dos terrenos das Ocupações da Izidora para fins de habitação de interesse social e regularização fundiária das ocupações.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

22). Entretanto, este foi o início do período mais tenso vivido pelas Ocupações da Izidora, marcado pelos meses de julho e agosto de 2014.

Figura 22. A campanha #Resistelsidoro



Vários apoiadores tiraram fotos com o cartaz escrito #Resistelsidoro e publicaram nas redes sociais. Dentre eles, os cantores Tom Zé (1) e Otto (2), os políticos Luciana Genro (PSOL) (3) e Jean Willis (PSOL) (4) e os professores Carlos Vainer (5) e David Harvey (6) contribuíram para dar maior visibilidade à campanha, que chegou a outros países, como o Peru (7).

Fonte: Facebook, página Resiste Izidora.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Nos dias **02, 03 e 04 de julho de 2014**, os moradores de 13 ocupações urbanas de Belo Horizonte e RMBH empreenderam a **ocupação da Urbel, da Advocacia Geral do Estado (AGE) e da porta da PBH**, por meio da qual conquistaram uma reunião com o Governo do Estado e Governo Federal, negociada com Rômulo Ferraz, da SEDS. Enquanto a ocupação da AGE se encerrou no dia 03, o prédio da Urbel e a porta da PBH permaneceram ocupados, com a exigência de que o prefeito convocasse o chefe de gabinete, Josué Valadão, e representantes da SUDECAP, SMARU e SMAPU para participarem de uma reunião com o movimento de resistência. Na ocasião, a PMMG impediu a entrada de alimentos e vestimentas para os manifestantes, tendo sido necessário um Mandado de Segurança para garantir que o povo, incluindo crianças e idosos, pudesse se alimentar após 20 horas de jejum forçado, demonstrando o tratamento dado pela polícia aos moradores¹⁵⁷.

Essa reunião - da qual o prefeito não participou – foi remarcada e seu lugar transferido, tendo se realizado no dia **24 de julho de 2014**, na Fundação João Pinheiro (FJP), ocasionando duas marchas simultâneas, em direção à CAMG e à FJP. Na marcha da CAMG, foi bloqueado o acesso da Rodovia MG-010 e a tensão entre as tropas especiais da PMMG e os manifestantes se intensificou, de modo que o comandante do Comando de Policiamento Especializado (CPE) da PMMG, o Coronel Ricardo Machado, autorizou os policiais da Cavalaria a passarem em disparada em direção aos manifestantes, na tentativa de desobstruir a via. No evento, um morador da Ocupação Eliana Silva foi golpeado na face por uma espada, e, ao retornar em disparada, a Cavalaria passou sobre o manifestante golpeado, que se encontrava deitado no chão. Dinei Delfino Ferreira levou 16 pontos, assim, uma denúncia foi feita ao MPMG. Ainda na ocasião, foi preso um morador da Ocupação Rosa Leão. Mais tarde, Frei Gilvander negociou com o Secretário da SEDS a liberação da via.

Enquanto isso, na reunião da mesa de negociação que ocorria na FJP, o MPMG apresentou a **Ação Civil Pública (ACP)** impetrada na 2ª Vara de Fazenda Pública estadual no dia **15 de julho de 2014**¹⁵⁸, na qual se questionou uma série de irregularidades e omissões no julgamento feito pela juíza Luzia Divina das reintegrações de posse. Segundo a ACP (MPMG, 2014), teria ocorrido a violação do Princípio da Transparência pelo Município de Belo Horizonte, porque, embora solicitado o acesso aos autos das ações de reintegração de posse, o MPMG não obteve a oportunidade legal de vistas destes, de modo que permanecia desconhecida a metragem da área em litígio, sua real localização e o tipo e denominação legal de parte dela. O documento esclarece, ainda, o objetivo de obter provimento judicial

¹⁵⁷ Por essa razão, os movimentos sociais têm insistido que as ocupações urbanas são confundidas com questão policial, entretanto, na verdade, trata-se de uma questão social, que demanda negociações e políticas públicas.

¹⁵⁸ A ACP consiste em um instrumento processual, de ordem constitucional, destinado à defesa de interesses difusos e coletivos. Assinaram este documento as Promotoras de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, Claudia do Amaral Xavier, Claudia Spranger e Silva Luiz Motta e Janaina de Andrade Dauro.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

para assegurar o direito constitucional à moradia das famílias em situação de maior vulnerabilidade social nas três ocupações, apontando para a necessidade de um cadastro fiel.

O primeiro ponto levantado pela ACP é a necessidade de participação da Vara da Fazenda Estadual nos processos, uma vez que a demanda de garantia ao direito fundamental à moradia é obrigação do Estado e do Município, além de a área em disputa se encontrar, em parte, no limite do Município de Santa Luzia, de modo que este deveria participar da negociação, segundo mostram as **Figuras 23 e 24**. A presença de moradores nas ocupações advindos de outros Municípios do Estado também demonstra a natureza do interesse municipal, metropolitano e estadual¹⁵⁹.

Figura 23. Área demarcada pelo MPMG como parte da Ocupação Rosa Leão localizada no Município de Santa Luzia (azul) e parte da Ocupação Vitória localizada no Município de Santa Luzia (verde)

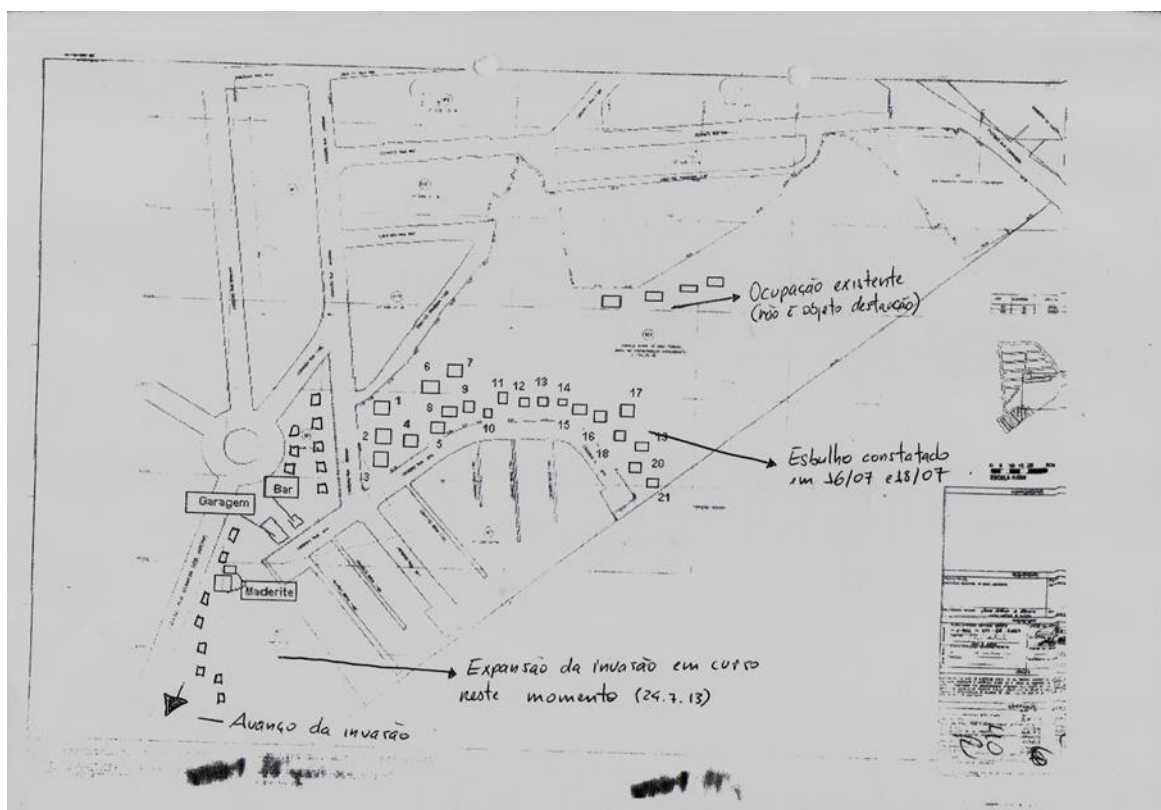


Fonte: Ação Civil Pública (MPMG, 2014).

¹⁵⁹ Outro fator destacado pela ACP é que a SEDRU deveria examinar e dar anuência à aprovação de projetos em loteamentos e desmembramentos de áreas localizados em AEIS, áreas limítrofes a Municípios da RMBH e loteamentos de área superior a 1.000.000 m². Uma vez que toda a área da Granja Werneck está inserida no Plano Urbanístico da OUI, é preciso garantir a participação do Estado e do Município de Santa Luzia no processo de modo a garantir sua legalidade, em especial por se tratar de área de 9.500.000 m² com uma parcela de ZEIS, como demonstra o documento. Cabe, ainda, à Agência de Desenvolvimento da RMBH exercer poder de polícia administrativa, no que se refere à regulação urbana metropolitana. Não há registros da participação da SEDRU ou da Agência Metropolitana na OUI, havendo descumprimento do disposto no *caput* do Decreto Estadual nº 44.646/2007.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Figura 24. Planta oficial (CP 038-021), na qual o próprio Município de Belo Horizonte demarcou, à caneta, onde estariam localizadas as Ocupações da Izidora



Fonte: Ação Civil Pública (MPMG, 2014).

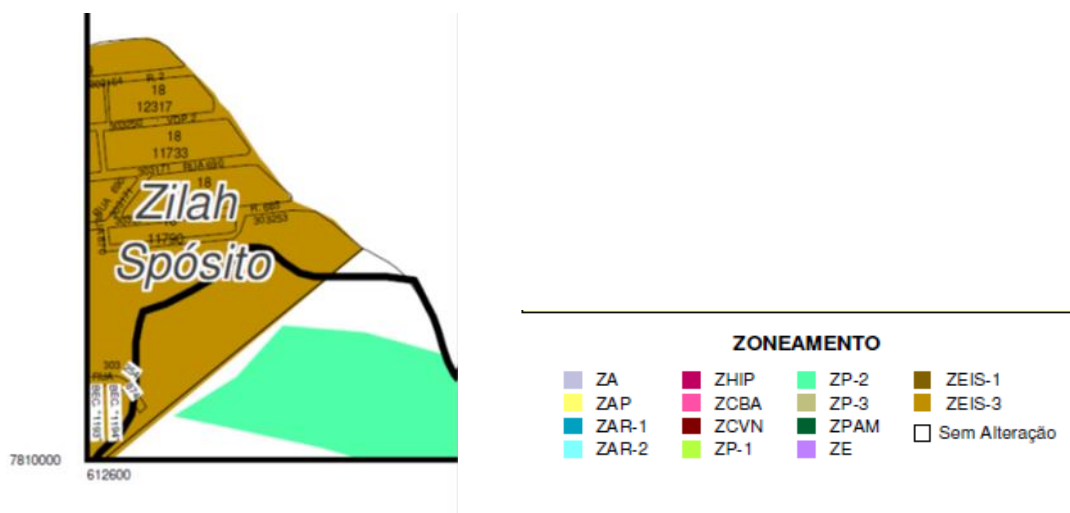
O segundo ponto se refere à indefinição da propriedade do terreno. Segundo o documento, os proprietários, nos pedidos de reintegração de posse, apresentaram documentos que comprovam o não exercício de posse e a não utilização do terreno para fins coletivos, sendo a propriedade mantida para fins especulativos; logo, estava há quase cem anos sem destinação social. As áreas assumidas por cada proprietário se confundem e não há clareza de sua delimitação, além de o local exato de localização das três ocupações não ter sido traçado com exatidão, o que torna necessária uma perícia para esclarecer as reais delimitações¹⁶⁰.

¹⁶⁰ Segundo consta na ACP, o Município de Belo Horizonte declarou possuir uma área de 36.632,46m² de espaço livre de uso público com função socioambiental, objeto da matrícula 81.309 do Cartório do 5º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte, alegando tratar-se de área ocupada pelas três ocupações e referente a uma APP – embora o Município de Belo Horizonte não tenha declarado o artigo no qual esta área foi assim designada. Por sua vez, a Granja Werneck S/A alega deter um terreno de aproximadamente 2.780.980,00 m², nos Municípios de Belo Horizonte e Santa Luzia, objeto da Matrícula 1.202 do 5º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte - há registros anteriores, embora nenhum conste nos autos de reintegração, mas esteja anexado ao Inquérito civil nº 0024.10.001.394-5, em trâmite na Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público. A proprietária Ângela Maria Furquim Werneck alega ser possuidora de uma área de 44.228,00 m² na Fazenda Granja Werneck, registrada no 5º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte, matrícula 95.975. Por sua vez, Paulo Henrique Lara Rocha e outros alegaram ser proprietários do imóvel situado na Rua Leila Diniz, nº 286, bairro Zilah Spósito, Belo Horizonte, regularmente inscrito no 5º Cartório de Registro de Imóveis da Capital, sob o nº

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

A ACP denuncia, também, a omissão por parte do Município de Belo Horizonte de uma área decretada como ZEIS, através do Decreto Municipal nº 10.483/2001, local onde ao menos parte da Ocupação Rosa Leão estaria assentada, conforme as **Figuras 25 e 26** apontam. Tal instrumento deveria viabilizar a produção habitacional para famílias de média e baixa renda, segundo a Lei 11.977/2009. Em visita ao local, duas promotoras da justiça e um oficial do MPMG declararam que a área não estava sendo submetida a nenhum projeto de melhoria social, urbanística, ambiental ou jurídica, para regularização fundiária, ainda que houvesse esgoto a céu aberto, ruas sem calçamento e ausência de meio fio e indicação de ruas. O documento ressalta, ainda, o fato de uma parte da área pertencer ao Município, o que deveria facilitar sua regularização, já que não seria necessária a desapropriação de propriedade privada, não onerando os cofres públicos.

Figura 25. Zoneamento da área do Zilah Spósito



Fonte: Ação Civil Pública (MPMG, 2014).

67.919, com área de 290.000 m², na Fazenda Tamboril - o ponto de partida da propriedade seria a Creche Instituto Zilah Spósito, localizada na Rua Leila Diniz, próximo ao cruzamento da Rua Machado de Assis, na divisa de Santa Luzia e Belo Horizonte. Um estudo da empresa Evan, Desenho e Arquitetura, contratado pela própria proprietária Ângela Furquim Werneck, declarou que a área em descrição do imóvel não é clara e que há dúvidas em relação ao local de área desapropriada amigavelmente de propriedade da Granja Werneck, em favor do Município de Belo Horizonte.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Figura 26. Área em azul demarcada pelo MPMG como parte da Ocupação Rosa Leão inserida em território de ZEIS-2



Fonte: Ação Civil Pública (MPMG, 2014).

O documento declara necessária a realização de um novo cadastramento, a fim de conhecer a realidade socioeconômica das famílias, o número de crianças, idosos e portadores de necessidades especiais, chamando a atenção para a importância de diferenciar o perfil dos moradores das três comunidades¹⁶¹. Esse cadastramento deveria informar sobre a situação da lista de espera para programas habitacionais e sobre a possibilidade de inclusão das famílias cadastradas na área ocupada no PMCMV do Empreendimento Granja Werneck, contrapondo-se ao argumento de que essas famílias estariam “furando a fila” – segundo os promotores, esse argumento estaria ensejando um clima de tensão entre os cidadãos e liberando o poder público de sua responsabilidade com a política habitacional.

Em uma conversa ao telefone (ocorrida em fevereiro de 2015), a promotora Cláudia Spranger afirmou que a ACP não foi nem sequer despachada, o que significa que ainda não foi julgada. Logo a questão da irregularidade da propriedade do terreno segue sendo negligenciada na disputa jurídica. Além disso, em uma mudança de posicionamento, o Governo do Estado anunciou sua retirada das mesas de negociação, abandonando o papel de mediador e mostrando-se conivente com as ações da

¹⁶¹ A ACP denuncia que a juíza Luzia Divina teria solicitado, no dia 16 de maio de 2014, a presença da Promotoria de Justiça de Defesa de Direitos Humanos em seu gabinete, em reunião também com a DPMG e advogados do empreendimento Granja Werneck S/A, de modo a comunicar a decisão de não efetuar um novo cadastramento, atitude incoerente com sua postura de mediadora do conflito.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

PMMG, que reprimiu violentamente os manifestantes da CAMG. O Governo Federal também não apresentou nenhuma alternativa para as ocupações. Em uma nota de repúdio, os movimentos sociais suplicaram ao novo presidente do TJMG, o desembargador Pedro Bitencourt, que assumisse o compromisso firmado pelo presidente anterior, atribuindo o protagonismo no processo de negociação em curso à 3º Vice Presidência do TJMG, especializada em solução de conflitos, de forma justa e pacífica, além de exigirem que a juíza Luzia Divina levasse adiante os pontos elencados pela ACP.

Em **31 de julho de 2014**, em resposta às reivindicações apresentadas, ocorreu a **abertura da segunda mesa de negociação das Ocupações da Izidora**, coordenada pela procuradora do MPMG, Gisela Potério. Todos foram recebidos pelo presidente do TJMG, pelo desembargador Wander Paulo Marotta Moreira e pelo juiz auxiliar da Presidência do TJMG, Manoel dos Reis Moraes. Esta mesa significou a transferência integral da negociação para o âmbito do Poder Judiciário, com a ausência de todos os níveis do Poder Executivo e Legislativo. Na ocasião, o TJMG assumiu o compromisso de promover um processo de mediação e conciliação em 2º Instância dos conflitos vividos pelas Ocupações da Izidora, William Rosa e Emanuel Guarani Kaiowá¹⁶².

Uma semana depois, em **07 de agosto de 2014**, o MPMG entrou com um pedido de suspensão da liminar de despejo e retirada da juíza Luzia Divina do processo¹⁶³. O recurso, no entanto, foi rejeitado em 1ª Instância, de modo que, em **11 de agosto de 2014**, o MPMG entrou com um recurso no TJMG. Enquanto isso, cerca de 20 moradores das ocupações se acorrentavam ao Palácio da Liberdade, na capital mineira, e centenas de apoiadores reforçavam a manifestação em repúdio ao despejo, na Praça da Liberdade. O evento ganhou destaque nas redes sociais e jornais eletrônicos, contribuindo para a visibilidade e o fortalecimento do movimento de resistência¹⁶⁴.

Enquanto isso, a PMMG, comandada pelo Coronel Ricardo Machado, agrupava um contingente policial de 1500 homens para a participação na ação de despejo dos moradores das

¹⁶² Segundo a promotora Cláudia Spranger, ao transmitir o processo para mediação em 2ª instância, a promotoria de justiça não deve mais acompanhar os recursos, de modo que a procuradora Gisela Potério assumiu o caso. No entanto, a promotora enfatizou que o MPMG não possui uma visão unificada do problema.

¹⁶³ Segundo conta a advogada Larissa Pirchner, do Coletivo Margarida Alves, a suspeição de um juiz pode ser apontada quando este está beneficiando uma das partes, leva muito tempo para dar uma decisão ou faz uso de argumentos que demonstram claramente estar a favor da outra parte. Ao entrar com a ação de suspeição, o juiz deve ser imediatamente afastado, no entanto, no âmbito da juíza Luzia Divina, isso foi ignorado.

¹⁶⁴ Anteriormente, no dia **08 de agosto de 2014**, havia sido entregue um Ofício assinado por Bruno Cardoso, da Comissão de Conflitos Fundiários do Conselho Estadual de Direitos Humanos (CONEDH), à Presidente do Conselho Tutelar Norte, Ana Paula Santos, no qual solicitava ao Conselho que oficiasse a PMMG para esperar as deliberações da mesa de negociação aberta pelo presidente do TJMG antes do cumprimento da reintegração de posse, garantindo a segurança e os direitos fundamentais das crianças das ocupações. Na mesma data, o Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRSS-MG) lançou uma nota de apoio às Ocupações da Izidora, defendendo os artigos fundamentais do Código de Ética profissional.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

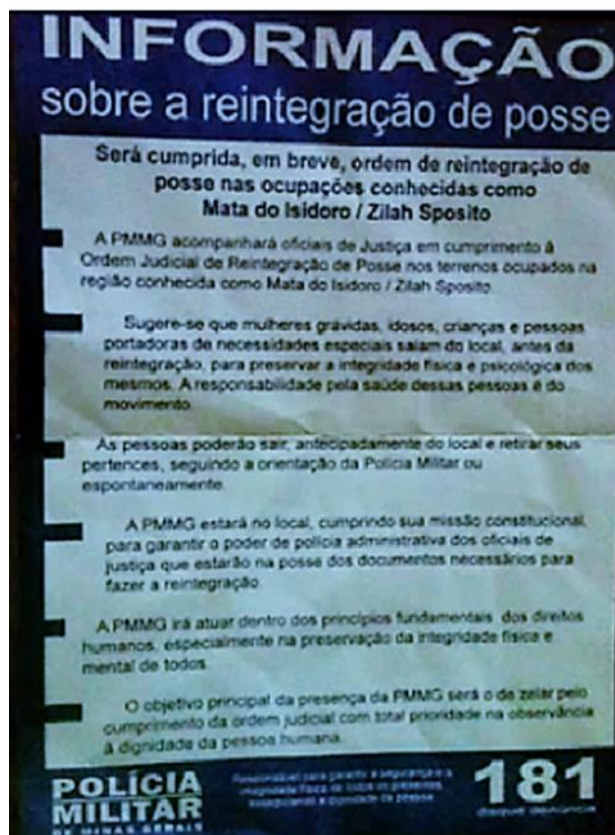
ocupações do Izidora, com a presença de 400 homens vindos de cidades do interior do estado, ação confirmada pelo major Gilmar Luciano, então chefe da Sala de Imprensa da PMMG (HOLANDA, 2014) (Figura 27). Ao mesmo tempo, segundo moradores, helicópteros da PMMG haviam sobrevoado, à noite, as ocupações, amedrontando as famílias e despejando panfletos de orientação para abandonarem o terreno, na tentativa de estabelecer uma comunicação que evitasse um contato físico (Figura 28). Essa ação indicou o descaso do Estado para com as famílias, uma vez que, como descreve o panfleto, a responsabilidade pela segurança de mulheres grávidas, idosos, crianças e portadores de necessidades especiais seria do próprio movimento de resistência no processo de reintegração de posse. Essa era mais uma tentativa do Estado de se eximir de suas obrigações perante a população.

Figura 27. Reforço da equipe da PMMG para realização do despejo em preparação no Estádio do Independência



Fonte: *O Tempo Cidades*, 11/08/2014.

Figura 28. Panfleto realizado pela PMMG distribuído por helicópteros às famílias das Ocupações da Izidora alertando sobre o despejo



Fonte: Facebook, página Resiste Izidora.

Em **10 de agosto de 2014**, quando ocorria um evento cultural de solidariedade às ocupações, a PMMG tentou destruir uma barricada construída pelos moradores como tática de defesa ao despejo iminente. Na ocasião, segundo informou o *blog* das ocupações, os policiais abriram fogo contra a população, mas ninguém ficou ferido. Segundo denúncia do *blog* de Helcio Zolini, um dia depois, em **11 de agosto de 2014**, os vereadores se reuniram a pedido do prefeito Márcio Lacerda (PSB) para a avaliação de projeto de lei que isentava a Direcional Engenharia do pagamento do IPTU lançado sobre a Região da Izidora, fator essencial à realização do Empreendimento Granja Werneck (ZOLINI, 2014). Uma vez aprovado o projeto de lei, o imposto será cobrado apenas dos futuros moradores do conjunto habitacional empreendido no local através do PMCMV¹⁶⁵.

Ainda neste dia, tendo em vista as constantes ameaças da PMMG e com o despejo marcado para o dia **13 de agosto de 2014**, em mais uma reunião da mesa de negociação, coordenada pela

¹⁶⁵ Não obtive demais informações sobre esta reunião extraordinária.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

procuradora Gisela Potério, foi proposta a suspensão dos despejos por 30 dias para a realização de um cadastro socioeconômico ou reconhecimento do cadastro realizado pela UNA, em parceria com a PUC. Com o desespero da comunidade, os moradores da Ocupação Vitória se dispuseram a reduzir a área de cada ocupação, a fim de abrigar as famílias que se enquadrassem no cadastro socioeconômico de 0 a 3SM, aceitando retirar-se da área original para reassentamento em novo terreno, mediante a prévia entrega de novas unidades - a serem construídas via PMCMV Entidades.

O apoio às Ocupações da Izidora se concentrou fortemente no âmbito judiciário. Conforme aponta Frei Gilvander, a atuação de alguns apoiadores neste setor foi essencial para fortalecer a pressão social necessária ao movimento de resistência. Para tanto, destaca a atuação do Coletivo Margarida Alves, criado pelo esforço conjunto da CPT, Brigadas e MST, com dezenas de advogados que acompanham a luta, reforçando a perspectiva jurídica. Trata-se de um grupo de advogados populares que atua na defesa de direitos humanos, moradia, trabalho, população em situação de rua, movimentos sociais, ocupações urbanas, sindicatos, entidades do terceiro setor e outros. Frei Gilvander destaca, também, a participação das promotoras e defensoras públicas das áreas de Direitos Humanos, fruto do diálogo estabelecido entre o movimento e atores presentes em todas as instituições do judiciário.

Ainda que sejam minorias, são sensíveis a essas lutas, e estão lutando para que o poder judiciário abrace outro paradigma de julgar: não na linha positivista, hipertrofiando o código civil, o direito penal, mas buscando julgar de formas *strictu sensu* constitucional. Com isso a gente vai criando na sociedade outro paradigma que é para não continuar absolutizando o direito à propriedade de uma minoria em detrimento do direito da maioria (Frei Gilvander, CPT, 2015).

A primeira reintegração de posse ajuizada foi a do Município de BH, ação distribuída para a 6ª Vara da Fazenda Municipal, que reuniu as três outras ações. A concessão da liminar de reintegração de posse ocorreu em julho de 2013. Em uma tentativa de recorrer à decisão, a DPMG interpôs Agravo de Instrumento, no entanto, em uma decisão de 2 votos contra 1, o efeito suspensivo foi negado pela relatora da 6ª Câmara, desembargadora Selma Marques¹⁶⁶. Para reunir forças à DPMG e ao MPMG na assessoria jurídica, os moradores contaram com o apoio do Coletivo Margarida Alves. Os advogados que compõem o grupo são, na maioria, militantes ou ativistas de movimentos sociais, de modo que já possuíam um envolvimento pessoal com o conflito fundiário antes mesmo de atuarem¹⁶⁷.

¹⁶⁶ Aqui vale recordar o argumento apresentado pelo coordenador do grupo Polos de Cidadania de que na justiça é permitido que a decisão do desembargador dependesse de sua opinião, por exemplo, acerca da legitimidade das ocupações urbanas.

¹⁶⁷ Segundo conta Larissa, enquanto a DPMG é um órgão público que vai proporcionar o acesso dos moradores das ocupações ao Poder, o Coletivo procura realizar uma assessoria jurídica popular, a qual não se limita ao processo, mas também envolve a formação dessas pessoas jurídica e politicamente. Desse modo, as Margaridas participam de assembleias e atos políticos como advogados jurídicos populares e mantêm diálogo constante com a DPMG e o MPMG.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Segundo conta Larissa Pirchiner, advogada popular das Margaridas, como o coletivo é apelidado, em uma tentativa de ganhar respaldo internacional, em conjunto com a Clínica de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da UFMG, os advogados entraram com um pedido de **medida cautelar para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)**, no dia **11 de agosto de 2014**, e elaboraram uma **denúncia à Relatoria Especial da ONU para a moradia adequada (UN-Habitat)**, na qual expuseram a realidade sofrida pelos moradores das Ocupações da Izidora e a violação de preceitos e normas internacionais e nacionais¹⁶⁸. Além disso, em **12 de agosto de 2014**, o Coletivo entrou com um **Mandado de Segurança contra o Governador do Estado de Minas Gerais, Alberto Pinto Coelho, e contra o Comandante Geral da PMMG, Coronel Ricardo Machado**, em nome dos moradores. O Mandado questionava o descumprimento pelas autoridades de regras previstas em tratados internacionais de direitos humanos e nos regulamentos da PMMG, os quais estabelecem diretrizes que devem ser observadas no cumprimento de mandados coletivos de reintegração de posse¹⁶⁹.

Contudo, o alívio para as ocupações veio somente no dia **13 de agosto de 2014**, quando o **juiz da Vara Cível da Infância e Juventude, Marcos Padula, expediu uma liminar suspendendo o cumprimento da ordem de reintegração de posse na região**, marcado para aquela mesma data. O documento acusava a ausência da realização pela PBH de um plano de alocação escolar (relativo ao direito à educação, transporte e alimentação escolar) para as centenas de crianças e adolescentes que vivem no local¹⁷⁰, concedendo um prazo de 10 dias para a apresentação de um plano, sujeito a uma multa diária de R\$5.000 caso houvesse descumprimento da ordem (LAMEIRA, 2014). Para a margarida Larissa, esta ação, pouco utilizada no sistema judiciário, merece destaque devido à sua fundamentação, pois sobrepôs os direitos das crianças e adolescentes ao direito de propriedade da terra, o que é raro.

Neste mesmo dia 13, ocorreu uma **Audiência Pública das Ocupações da Izidora na Assembleia Legislativa de Minas Gerais**. No encontro, foi comprovada a violação de direitos

¹⁶⁸ Dentre os documentos que reforçaram o argumento das Margaridas, constam: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o Pacto de San José da Costa Rica (Convenção Interamericana de Direitos Humanos), o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP), a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, a Convenção sobre os Direitos das Crianças e a quarta Convenção de Genebra sobre proteção de civis em tempo de Guerra.

¹⁶⁹ Segundo Larissa, conforme o regimento interno do TJMG, o Mandado de Segurança deveria ser distribuído para o presidente do tribunal, no entanto, por um erro da secretaria, ele foi distribuído para a desembargadora Selma Marques, que indeferiu o pedido.

¹⁷⁰ O movimento social estima cerca de dez mil crianças e adolescentes, no entanto, assim como o número estimado de oito mil famílias, este valor ainda é desconhecido. Segundo moradores, 300 certidões de nascimento foram coletadas, no entanto, estima-se um número muito maior.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

humanos aos moradores das ocupações pelo Estado: por parte da PMMG, em especial devido ao terrorismo causado pelo sobrevoo constante de helicópteros e pelos panfletos distribuídos; pelo não atendimento nos postos de saúde da região e escolas; e, por fim, pela alteração no dia 12 de agosto de 2014, às 11 horas da manhã, do itinerário das linhas de ônibus 607 e 5534, no sentido Zilah Spósito, impedindo a chegada à ocupação Rosa Leão, devido à possível ocorrência da ação de despejo.

Nessa reunião, presidida pela Comissão de Direitos Humanos, manifestaram-se a promotora de Justiça, Cláudia Spranger - que revelou a quantidade de equívocos jurídicos e processuais nas ações que envolvem as três comunidades, descritas na ACP -, o presidente do Instituto Pauline Reichstul, Pedro de Freitas Moreno, e o ouvidor nacional de Direitos Humanos, Bruno Renato Teixeira. Ignorando os pedidos dos presentes na reunião, inclusive do presidente da mesa, o deputado estadual Durval Ângelo (PT), ainda no dia 13, **a desembargadora Selma Marques suspendeu a liminar do juiz da Vara Cível da Infância e Juventude**, determinando que a decisão da juíza Luzia Divina, que já havia sido transitada e julgada, fosse cumprida e, assim, abriu o caminho para o despejo forçado (OLIVEIRA, 2014).

No dia seguinte, em mais uma reunião da mesa de negociação, em **14 de agosto de 2014**, foi apresentada uma proposta de negociação pela Granja Werneck S.A. e Ângela Werneck. Nessa proposta, estava incluída uma planta do projeto da OUI para reconhecimento da área do empreendimento ocupada, de modo a avaliar a possibilidade de realocar as famílias para a liberação da área. Em troca, foi solicitada a suspensão da reintegração de posse, para identificação e realocação das famílias, e o direito de permanência aos ocupantes nas áreas fora do empreendimento durante o tempo necessário para acessar ao PMCMV Entidades, solicitando o compromisso do governador, Alberto Pinto Coelho (PP), em não cumprir com a reintegração antes de efetivar a negociação. A este ponto, observamos que a vontade de negociação por parte dos empresários era maior do que a do Estado e, mais ainda, da PBH. A **Figura 29** apresenta um resumo dessa disputa jurídica das Ocupações da Izidora.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Figura 29. Infográfico sobre a disputa jurídica do caso das Ocupações da Izidora elaborado pelo Coletivo Margarida Alves



Fonte: Facebook, página Resiste Izidora.

Ao mesmo tempo, os protestos e os atos públicos seguiam ocorrendo em pontos variados da cidade, como em frente ao Palácio da Justiça, na CAMG e em outros. No entanto, vale destacar as **ocupações de agências da Caixa Econômica Federal** no centro da cidade, nos dias **22 e 23 de agosto de 2014** (Figura 30). Após a segunda ocupação da CEF, no dia **25 de agosto de 2014**, foi encaminhado um Ofício à PBH que esclarecia que a CEF assinara o contrato com a Santa Margarida Empreendimentos que garantiria a realização do EGW, baseado em dados falsos emitidos pela PBH, que afirmara haver menos de 160 famílias nas Ocupações da Izidora. Assim, foi prorrogada a transferência dos recursos ao programa até que houvesse esclarecimentos dos fatos. Esse ofício, assinado pelo Consultor Nacional da Presidência da CEF, Ricardo Gouvêa, pela representante da Secretaria Geral da Presidência, Márcia Kumer, e pelo Gerente Geral da CEF da Regional Sul de Belo Horizonte, Mauro Emediato, selou um compromisso de prorrogação até o esclarecimento do número

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

verdadeiro de famílias, o local de sua alocação após o despejo e a regularização de outras pendências¹⁷¹ (REDAÇÃO, 2014).

Figura 30. Ocupação da Caixa Econômica Federal



Fonte: Facebook, página Resiste Izidora e *Hoje em Dia*, em 12/08/2014.

Assim, iniciou-se um novo período de tentativas de negociação entre os moradores – amparados pelos movimentos sociais e assessorias técnica e jurídica –, a PBH e os proprietários, enquanto o prefeito Márcio Lacerda (PSB) dava declarações públicas criminalizando as ocupações urbanas¹⁷². No dia **24 de setembro de 2014**, vários pontos da RMBH foram bloqueados pelas

¹⁷¹ Na ocasião, Márcia Kumer afirmou estar trabalhando para abrir uma mesa de negociação para a mediação do conflito, por meio do Decreto 8.243, que instaura uma Comissão Interinstitucional de Mediação de Conflitos Urbanos, entregando cópias de Ofícios explicitando o compromisso do Governo Federal em mediar uma saída pacífica e justa, os quais teriam sido enviados às autoridades: Prefeito de Belo Horizonte, Procurador Geral da PBH, Presidente do TJMG, Governador de Minas Gerais, Ministro do STJ e para a desembargadora Selma Marques.

¹⁷² No dia **26 de agosto de 2014**, no lançamento da 21ª Edição do Orçamento Participativo de Belo Horizonte para os anos 2015 e 2016, o qual apresentava a modalidade do OP da Juventude da Criança e do Adolescente, o prefeito Márcio Lacerda (PSB) comentou sobre os moradores das Ocupações da Izidora com as seguintes palavras: “(...) essas organizações, elas arregimentam pessoas na rua. Elas perguntam “Você paga aluguel?”. “Ah, eu pago.”. “Então tem um lote aqui pra você”. Lá tem cerca de 300 com ficha criminal pesada, homicidas, pessoas com mandados de prisão em aberto andando armadas, incentivadas inclusive pelos líderes a fazerem guarda armada. É uma situação muito grave” (Márcio Lacerda, Prefeito de Belo Horizonte, em entrevista ao Jornal Alterosa).

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

ocupações urbanas, mostrando o apoio mútuo em torno da pauta do **Despejo Zero**. As Ocupações da Izidora bloquearam o trânsito novamente na MG-010, solicitando o diálogo com o prefeito Márcio Lacerda (PSB) e o Governo do Estado. Ao mesmo tempo, a Ocupação William Rosa bloqueou a BR-040, as Ocupações Eliana Silva e Irmã Dorothy fecharam a BR-381 e a Ocupação Dandara bloqueou a Avenida Antônio Carlos, próximo ao Campus da UFMG. Enquanto isso, as ocupações sofriam da falta de água, que havia sido cortada pela COPASA, o que contribuía para acabar com as hortas, alterando a alimentação dos moradores e crianças e reforçando sua situação precária¹⁷³.

Em outubro, foi apresentada à mesa de negociação uma **proposta de reassentamento para as Ocupações da Izidora pela Santa Margarida Empreendimentos**. Essa consistia na liberação pacífica de todas as famílias do terreno das Ocupações Esperança e Vitória (cerca de 3.000 famílias, de acordo com contagem realizada pelo MPMG e DPMG), as quais seriam reassentadas temporariamente em duas áreas da Ocupação Vitória, localizadas no Município de Santa Luzia – área esta, que já se encontra na posse das Ocupações da Izidora, mas não fazia parte do Empreendimento Granja Werneck. A **Figura 31** apresenta o desenho da proposta, que constituía em menos de 7 quadras de futebol a serem divididas entre 790 lotes de 62m² com a construção de três ruas de 15m de largura e becos de 2m de largura para o acesso aos lotes, sem áreas verdes ou coletivas. O reassentamento temporário em regime de comodato seria finalizado com a construção de 1.900 casas através do PMCMV Entidades, o que levaria cerca de 5 anos para se concretizar.

¹⁷³ No dia **04 de novembro de 2014**, ocorreu um **despejo da Ocupação Santa Maria, em Vespasiano**, também localizada no Vetor Norte da RMBH. Na ocasião, foi denunciada a ação da PMMG no despejo de mais de 100 famílias, através de gravações dos celulares de moradores e apoiadores, devido à demolição de mais de 80 casas de alvenaria. Vários moradores foram agredidos no processo e não foram atendidos nos Postos de Saúde. Segundo testemunhas, não foi fornecida pela prefeitura de Vespasiano uma alternativa de moradia para essas famílias e o dinheiro e o tempo investidos na construção das casas de alvenaria não foram considerados. O fato gerou comoção por parte do movimento de resistência da Izidora, também ameaçada de despejo, de modo que, no dia **17 de novembro de 2014**, ocorreu mais uma marcha, na MG-010 das Ocupações da Izidora contra os diversos despejos forçados ocorridos na RMBH após o período das Eleições de 2014.

Figura 31. Plano de Reassentamento da Santa Margarida Empreendimentos



Fonte: Fornecido pelo Escritório de Integração PUC Minas.

Segundo Tiago e Eduardo, arquitetos da ASF, a proposta dos empreendedores consistia em dividir uma gleba localizada em Santa Luzia em 640 lotes em uma planta de parcelamento assinada pelo arquiteto responsável Túlio Lopes, do escritório Nelson Soares de Faria. O local seria uma situação intermediária até o empreendimento ser viabilizado. Considerando que a proposta foi apresentada em uma mesa de negociação, a procuradora Gisela Potério pediu uma alternativa ao movimento de resistência à ideia dos empreendedores. Desse modo, em contrapartida ao plano do empreendimento Granja Werneck, no dia **06 de novembro de 2014**, foi apresentado o **Plano de Readensamento Compartilhado, realizado pela ASF**, em uma reunião da mesa de negociação.

Quando surgiu a Ocupação Rosa Leão, em maio de 2013, os movimentos sociais entraram em contato com alguns dos profissionais da ASF, que participaram de um processo de lançamento do sistema viário e acompanharam a ocupação do espaço. Segundo o grupo, inicialmente, sua participação se deu sem interferência de fato no espaço, buscando pensar o espaço junto com os moradores e se concentrando na participação em reuniões de negociação. Para Frei Gilvander, a atuação da ASF, junto às universidades e estudantes, foi essencial para estimular e orientar os moradores.

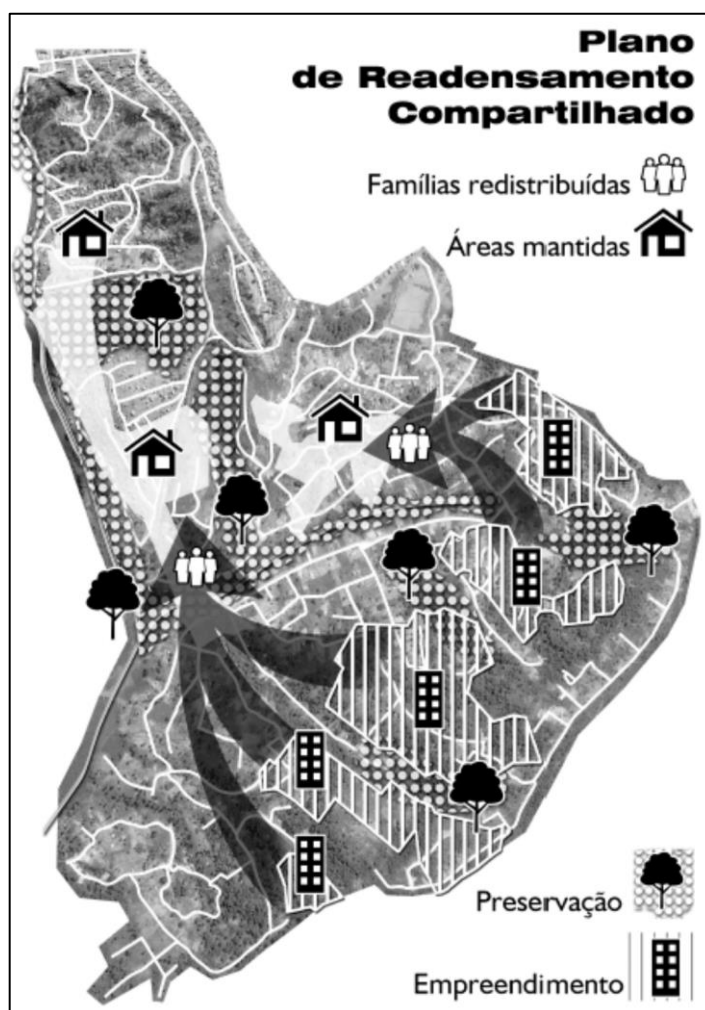
“Olha, nós vamos conquistar aqui é pra formar um bairro, uma comunidade, um lugar bom de se viver. Não é pra formar um aglomerado, um favelão a mais. Então, vamos fazer avenida Rosa Leão, Avenida Dandara, as ruas, os lotes; isso aqui é área de risco, tem que ser evitada; isso aqui é área ambiental, tem que ser preservada; os lotes têm que ser do mesmo tamanho”. Então vão dando todo o apoio técnico e respaldando e legitimando essa luta com

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

toda a argumentação técnica que muitas vezes o tribunal e as forças políticas usam para tentar macular a nossa luta (Frei Gilvander, CPT, 2015).

Porém, a partir de junho de 2014, quando se intensificou a pressão pela reintegração de posse do terreno, o contexto político mudou e os movimentos sociais pediram à ASF a elaboração de algo mais concreto, como um instrumento técnico que pudesse se contrapor ao que os empresários apresentaram. Desse modo, o plano (Figura 32) foi feito às pressas pela ASF para atender os prazos da mesa¹⁷⁴.

Figura 32. Plano de Readensamento Compartilhado



Fonte: Fornecido pelo Escritório de Integração PUC Minas.

O plano teve a participação de lideranças das três ocupações e algumas ideias trazidas pela comunidade. Entretanto, segundo os arquitetos, o processo verdadeiramente horizontal e participativo

¹⁷⁴ Uma das fortes críticas levantadas pelos arquitetos da ASF é de que o órgão gestor da OUI nunca apareceu na mesa de negociação e que, em todo o momento, se debateu o Empreendimento Granja Werneck e não a OUI.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

que a ASF defende não ocorreu, embora vários técnicos já estivessem participando do cotidiano da área, também através do Escritório de Integração da PUC Minas¹⁷⁵. Isso é corroborado nas entrevistas com as moradoras, que não souberam explicar muito bem do que se tratava. De todo modo, o plano obteve sucesso ao embargar o encaminhamento da OUI e o despejo das ocupações: “O grande mérito desse trabalho é evidenciar a contradição do processo de como a produção do espaço está sendo pensada e o que a OUI pretende. No entanto, faltou o diálogo com os moradores”, diz Eduardo.

A ASF acredita que seu papel não é fazer um plano, que sai do escritório, mas uma consequência de um processo coletivo, além de que pela área diversa e grande, talvez fizesse mais sentido diversos micro planos locais. No entanto, a contragosto, aceitamos fazer o plano mesmo indo contra o que acreditamos, por ver uma possibilidade do que acreditamos acontecer, que é o processo dessas pessoas das ocupações participarem da discussão (Eduardo, ASF, 2014).

Com relação ao processo de elaboração do plano, os arquitetos recordam que, inicialmente, as Brigadas propuseram um reassentamento na Ocupação Vitória, de um local (depois do muro de pedra) onde havia pouca densidade de casas de alvenaria, e uma expansão poderia comprometer a unidade do movimento. Após reflexão, iniciaram a concepção do plano a partir das seguintes diretrizes: a área do muro de pedra teria o previsto pelo empreendimento liberado, de modo que a ocupação não seria intransigente, mas liberariam o espaço necessário, e buscariam receber essas famílias em outros locais, sobretudo porque o empreendimento atenderia uma parte de pessoas que necessitam de moradia via inclusão no PMCMV¹⁷⁶.

A ideia do compartilhado surgiu da noção de que a cidade deve acontecer com diversidade; o empreendimento imobiliário tem que acontecer, mas as ocupações urbanas também, e o mercado imobiliário tem que lidar com o território da forma que está ocupado. Assim, na área em que a ocupação ficasse não haveria consolidação do empreendimento e vice-versa. E o resto? A ideia não é que o resto vire favela, pois o poder público cumprirá seu papel para trabalhar com a consolidação e regularização desse assentamento informal. Assim, o resultado é o empreendimento imobiliário Granja Werneck e um bairro popular consolidado e urbanizado, através da política municipal de habitação - ou seja, através da Urbel -, um permeando o outro e produzindo diversidade social¹⁷⁷ (Eduardo, ASF, 2014).

Os arquitetos defendem, portanto, o compartilhamento da produção do espaço, sem a pretensão de limpar o desenho urbano informal e separar a “cidade do engenheiro” da cidade

¹⁷⁵ Alguns arquitetos da ASF estão vinculados, também, às universidades e, desse modo, atuaram nas Ocupações da Izidora em duas frentes.

¹⁷⁶ Segundo conta Elielma, a realocação de famílias na Ocupação Vitória foi realizada sem resistência dos moradores, no entanto, na ausência de uma resposta por parte dos empreendedores, na semana do Carnaval de 2015, a área voltou a ser ocupada por outras famílias necessitadas e que lá vivem até hoje. A partir da entrevista, é curioso perceber que Elielma interpretou o Plano da ASF somente como uma proposta de negociação da liberação da área do muro de pedra, o que denota uma falta de compreensão por parte dos moradores de sua real densidade.

¹⁷⁷ Com relação ao projeto urbanístico, propriamente dito, o documento deixa claro que se trata de uma produção técnica e conceitual, de modo que um verdadeiro plano a ser aplicado deve contar com o envolvimento da população afetada e ser realizado com a expertise da Urbel. No caso, o poder público assumiria o ônus das ocupações ao promover melhorias e regularização dos assentamentos, fazendo cumprir a lei.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

autoconstruída. Desse modo, a proposta apresentada pelos empreendedores consistia na redução das áreas das Ocupações mediante o adensamento, coexistindo com o empreendimento do PMCMV. O remanejamento das famílias seria elaborado através de um plano detalhado de urbanização, após o reconhecimento da área como ZEIS. Os moradores iriam ceder cerca de metade da área das Ocupações Vitória e Esperança – onde o empreendimento está localizado –, enquanto as empresas cederiam 20% da área do projeto para o adensamento das comunidades.

Ainda que trabalhe com a manutenção da OUI, o memorial justificativo que acompanhou o desenho do Plano apresenta severas críticas a esta, a começar pela falta de participação popular e inclusão do Município de Santa Luzia no debate. Os autores defendem que a infraestrutura urbana local deve estar preparada para receber a grande população, com um sistema de transporte que conecte a área à sua zona de influência indireta e também ao Centro de Belo Horizonte, onde a oferta de empregos poderá suprir a nova demanda que surgirá. Além disso, destacam a importância da criação de um Órgão Gestor específico do empreendimento, para a regulação do uso e ocupação do solo e de cuidados dos impactos que serão gerados na cidade pela OUI. Esse órgão de gestão deve incluir os afetados e os interessados por este processo de planejamento, para além dos conselhos de políticas públicas. Assim, o poder público tem que atuar para além de acompanhar os estudos dos empreendedores, mas dialogando com a população envolvida e os demais atores do conflito, de modo que seria possível pensar na adoção de novas práticas de ação estatal que apropriam de estratégias de aprendizagem social. Os arquitetos reforçam, portanto, que a mobilização popular não deve caminhar no sentido contrário da intervenção do Estado para prover os moradores do direito aos serviços básicos.

Esta iniciativa de obter ajuda para alcançar seus objetivos sociais de modo autônomo como um bairro urbano através dos seus próprios meios não justifica o abandono das instituições públicas e privadas no enfrentamento da desigualdade, da pobreza e da segregação urbana resultante do crescimento da cidade (ASF, 2014, p.06).

Um dos destaques do Plano é a possibilidade de gestão da urbanização através das bacias hidrográficas da Região da Izidora, com destaque para a recuperação da bacia do Ribeirão do Onça, o que não é considerado pela OUI. Além disso, o Plano trabalha com a manutenção dos caminhos já existentes nas ocupações, de modo a minimizar as remoções e manter a alta densidade de vias, o que facilita a mobilidade interna, a acessibilidade ao futuro bairro e o encontro. Nesse sentido, também, há uma preocupação com a criação de espaços comuns e de convivência, o que se encontra em falta na cidade formal.

Com relação à preservação ambiental, os arquitetos criticam o desgaste promovido pela OUI, no sentido de “adotar uma concepção espacial que é majoritariamente artificial e incapaz de integrar-se

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

à natureza na forma e na função dos espaços produzidos pela urbanização convencional”. Assim, reforça-se a crítica de Mendes (2009) e da necessidade de se pensar na ocupação de espaços de preservação ambiental de forma sustentável e socialmente justa às multiculturalidades. É possível a ocupação de uma área de preservação ambiental seguindo as medidas necessárias para a segurança e a sustentabilidade, consolidando uma estrutura urbana adequada aos sistemas naturais da área, nos termos do princípio de justiça ambiental, que Harvey (1997) defende.

Muitas ideias presentes no Plano (ASF, 2014b) podem ser associadas à proposta que Fainstein (2010) apresenta para uma cidade justa, através da soma entre mobilização popular e ações não reformistas da estrutura estatal. Partindo de um movimento em comum na busca por maior equidade no que tange à moradia, ao desenvolvimento econômico e ao acesso aos espaços públicos, Fainstein desenvolve uma série de diretrizes gerais que possam conduzir políticas públicas a partir dos três critérios – equidade, diversidade e democracia. No **Quadro 1** foram relacionados alguns trechos do Memorial Justificativo produzido pela ASF com as diretrizes propostas por Fainstein para a produção de uma cidade justa – os trechos **em negrito** foram extraídos de Fainstein e os *em itálico* são oriundos do documento produzido pela ASF.

Quadro 1. Relação entre as propostas do Plano de Readensamento Compartilhado e os princípios de cidade justa

Por uma maior equidade
<p>- Todos os novos empreendimentos habitacionais devem fornecer unidades para a moradia de indivíduos de renda inferior à média, no mesmo lugar ou em outro, com o objetivo de promover moradia decente e um ambiente adequado para se viver para todos.</p> <p><i>“O amplo universo de moradias existente na área a ser consolidada e reurbanizada deverá ser alvo de um programa de melhorias habitacionais tal como previsto na Política Municipal de Habitação no artigo 2º da Resolução nº II do CMH de 1993. Além disso, através da discussão coletiva sobre as melhorias da habitação na área, poderão ser promovidas a realocação em novas construções que deverão se apropriar de uma diversidade de soluções já validadas na arquitetura pública e habitacional e se apropriem de ideias de verticalização, escalonamento, soluções multifamiliares horizontais, arranjos condominiais entre outros” (p.13).</i></p> <p>- Unidades habitacionais desenvolvidas devem ser acessíveis e permanecer como tal ou serem sujeitas a uma substituição por outra.</p> <p><i>“Considerando a dinâmica urbana da área, a densidade de construções em alvenaria e da distribuição espacial das ocupações no terreno acidentado, uma parte da área prevista pelo empreendimento para implantação de condomínios não poderá ser implementada. No entanto, nas áreas ao sul do brejo que deságuam no Córrego dos Macacos, por iniciativa das lideranças dos moradores da ocupação, devido à reduzida ocupação e principalmente a pouca ocorrência de construções de alvenaria, todas as quadras previstas para parcelamento e comercialização de condomínios de unidades habitacionais poderão ser implantadas” (p.09).</i></p> <p>- Moradias ou negócios não devem ser realocados involuntariamente com o propósito de obter desenvolvimento econômico ou equilíbrio dentro da comunidade, exceto por razões excepcionais. Nestes casos, devem ser oferecidos aos deslocados os meios de ocupar um domicílio ou negócio equivalentes, independentemente do valor da localização.</p>

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

“A ocupação existente possui um padrão de adensamento e uma flexibilidade na produção do espaço que certamente a manutenção da ocupação de interesse social é mais adequada para a diretriz de preservação ambiental do zoneamento e da OUC em curso que as formas de ocupação dos empreendimentos imobiliários, sobretudo por sua restrita flexibilidade para adequar seus padrões ao território e ao modo de vida da população local o que gera uma destruição do meio ambiente natural e humano que é normalmente mitigada por medidas compensatórias, mas que não garantem a retomada dos espaços naturais urbanizados” (p.12).

- Megaprojetos devem ser sujeitos ao escrutínio maior, sendo exigido que gerem benefícios para as pessoas de baixa renda na forma de geração de emprego, amenidades públicas e um salário básico e, em casos em que houver subsídio público, deve ser incluída a participação pública dos lucros.

“A produção das moradias e a consolidação da área de ocupação informal das ocupações deverá ser alvo de um processo de mobilização social em torno de um planejamento participativo com a intenção de compartilhar o máximo de informações com os moradores para que constantemente a ação estatal promova a avaliação dos resultados gerais” (p.14-15).

- Planejadores devem tomar uma posição ativa no papel de deliberação para promover soluções igualitárias e bloquear aquelas que favorecem os já privilegiados.

“Para isso será necessário que o poder público promova a gestão urbana deste processo de modo a ir além da simples fiscalização de um empreendimento imobiliário e se aproprie de uma variedade de instrumentos e práticas a fim de mediar a construção da cidade naquela área de forma sustentável e democrática, ou seja, com a participação dos cidadãos e sem reprodução de injustiças” (p.09).

“Esta proposta permitirá a construção de novas práticas na ação estatal e no empreendedorismo imobiliário que precisarão se apropriar de estratégias de aprendizagem social. Necessitarão incorporar ao planejamento o saber e a autonomia consolidada pela população das ocupações urbanas na produção do espaço” (p.15).

Por uma maior diversidade

- Famílias não devem ser requisitadas a se mudarem para gerar maior diversidade, mas não devem ser construídas novas comunidades que provoquem a segregação.

“Acredita-se que a convivência compartilhada entre padrões diferentes de assentamento humano, por exemplo, as ocupações informais e os condomínios habitacionais, será uma forma de garantir a sustentabilidade deste setor da Operação Urbana do Izidora, pois possibilitará a inclusão de uma população segregada na área, promoverá um adensamento com diversidade social e aproximará populações que, apesar de utilizarem formas diferentes de morar, a casa da ocupação urbana ou o apartamento da habitação social a ser construída, possuem uma condição socioeconômica semelhante. Além disso, se o poder público vier a cumprir o que está previsto pelo planejamento público da cidade e sua legislação, as áreas de ocupação informal não seriam favelas degradadas, mas sim comunidades consolidadas e reurbanizadas pela URBEL à semelhança da muitos bairros na cidade onde esta convivência se dá de maneira próspera” (p.09).

- Zoneamento não deve ser utilizado para fins discriminatórios, mas devem buscar a inclusão.

“A regularização e consolidação do parcelamento nas áreas nas ocupações urbanas também seguirão os padrões de parcelamento para ZEIS de modo a viabilizar a regularização de lotes com dimensões variadas e vias com diversas categorias: veicular, de pedestre em rampa ou escada e condominiais. Este zoneamento permite uma flexibilidade na reserva e implantação de áreas públicas que podem ser redistribuídas de forma diferente do que está previsto pelo plano de parcelamento do empreendimento. Foram reservadas áreas relevantes para a garantia da sustentabilidade hidrológica das microbacias ocupadas e para compensar a pouca disponibilidade de ELUP, que poderão receber o tratamento adequado para a utilização pela população local com área de lazer para práticas de esportes, circulação e convivência” (p.10).

- Limites entre os Municípios devem ser porosos.

“Ressalta-se que o EIA/RIMA classificou todo o Município de Santa Luzia como ADI – área de influência indireta, o que justifica a extrema necessidade de inclusão de vários atores presentes na dinâmica urbana da região afetada no processo de concepção e desenvolvimento da Operação Urbana, assim como os moradores das ocupações urbanas. A Avenida Brasília é um exemplo de centralidade metropolitana, que tem uma importância elevada como futura área central do Município de Santa Luzia e que certamente sofrerá impactos que devem ser considerados e compartilhados entre os empreendimentos realizados dentro da OUC” (p.03).

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

- Espaço público amplo deve ser acessível e variado, embora grupos com estilos de vida discordantes não devam ocupar a mesma localidade.

“Poderão ser criadas, caso os moradores dos condomínios e da ocupação aceitem, áreas livres de respiro no encontro entre estas quadras que servirão também como ponto de reunião e contato para as moradias do entorno. A manutenção da rede de caminhos existente se justifica pela minimização das remoções e pela possibilidade da região possuir um sistema com alta densidade de vias, característica morfológica dos parcelamentos muito adequada para os bairros residenciais, pois possibilita a realização de percursos a pé pela região, contribuindo para a mobilidade interna e acessibilidade do futuro bairro” (p.12).

“Acredita-se que a proposta, ao defender um arranjo de adensamento com diversidade social, garanta a produção de uma cidade sustentável, que apresente uma diversidade econômica com atividades e usos voltados para o lugar e que possibilitem que a vizinhança seja o elemento mobilizador das relações sociais através principalmente da ocupação do espaço político” (p.15).

- Na medida do possível e do desejado pela população afetada, o uso da terra deve ser variado.

“Devido ao grande número de famílias que terão que ser distribuídas na novas áreas reduzida, o adensamento na ZEIS se dará por tipologias variadas: a ampliação e melhoria das edificações existentes, a construção de novos arranjos de moradia compartilhada como casas geminadas, sobrados, conjuntos multifamiliares horizontais e edifícios multifamiliares verticais. Estas modalidades só poderão ser definidas depois da realização de um plano específico para a área ocupada, pela URBEL e posterior elaboração de projeto para a reestruturação habitacional da área” (p.11).

“Como dito na apresentação das diretrizes, os usos não residenciais e institucionais deverão ser distribuídos por todo o território ao longo da ocupação informal, aproveitando suas características morfológicas que permite a localização em diversos pontos do tecido urbano e a variedade de atividades comerciais que frutificam nestes assentamentos populares” (p.14).

- Autoridades públicas devem assistir grupos que historicamente sofreram discriminação e obter acesso à oportunidade de moradia, educação e emprego.

“Neste cenário o presente plano busca avançar no diálogo e iniciar um processo tomado a partir destas diretrizes para viabilizar a ocupação da área tanto pela população pobre que tem lutado por uma moradia, quanto os empreendimentos planejados para o adensamento da área do Izidora” (p.01).

Por uma maior democracia

- Planos devem ser desenvolvidos em consulta à população afetada se as áreas já forem desenvolvidas. Mas a população existente não deve ser o único árbitro do futuro daquela área.

“As diretrizes para ocupação apresentadas são indicativas para a compreensão do que está sendo apresentado no Mapa Geral deste Plano. A configuração do território e as formas de empreender a consolidação das formas de ocupações existentes e que serão implementadas deverão ser fruto de uma discussão coletiva com a participação de todos os envolvidos diretamente na produção e no uso do espaço do Izidora. Sendo assim, estas informações não devem ser utilizadas para o desenvolvimento de projetos ou previsões quantitativas de recursos materiais e humanos para a urbanização, principalmente por ter sido construída através de um exercício técnico e conceitual por hora detalhado” (p.08).

- No planejamento de áreas não habitadas, deve haver uma consulta mais ampla que inclua representantes de grupos que vivem fora das áreas afetadas.

“As ocupações urbanas na área em questão podem ser caracterizadas como áreas de interesse social e a fronteira norte do empreendimento se apresenta como um território ocupado por assentamentos em condições análogas às de ZEIS tais como favelas ou bairros com parcelamento e urbanização precários. Este universo socioespacial não pode permanecer na vizinhança de um empreendimento tão impactante sem que seja levado em conta permanentemente durante a Operação Urbana em todas as suas etapas, sobretudo com a participação dos órgãos públicos responsáveis pelas políticas habitacionais de todos os Municípios envolvidos” (p.06).

Fonte: Elaboração própria.

Outra importante mensagem do Plano se refere à adoção de escalas de tempo mais flexíveis e escalas de produção menores. Em alguma medida, esses pontos remetem à ideia do planejamento como gestão, pois defendem a necessidade de permitir que os impactos e os conflitos resultantes da

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

urbanização possam ser compatibilizados e absorvidos por toda a cidade. Afinal, a Região da Izidora não é um corpo fechado, mas recebe e emite fluxos para toda a cidade, mais especificamente, para seu entorno. Assim, levando-se em conta que não é possível a previsão dos efeitos gerados pelas transformações na produção daquele espaço, é preciso lidar com uma margem de tempo capaz de revelar tais eventos.

Para isto o planejamento público e os empreendedores privados deverão contribuir na produção do espaço que se dê em tempos mais flexíveis e escalas de produção do território menores, de modo que os impactos e os conflitos resultantes da urbanização possam ser compatibilizados e absorvidos por toda a cidade (ASF, 2014, p.15).

O movimento de resistência das Ocupações da Izidora permitiu a abertura de uma mesa de negociação, a qual, por sua vez, levou à elaboração de uma contraproposta ao que foi apresentado pela Direcional. Assim, trata-se de um exemplo prático da tese reforçada por Soja (2010), na qual os movimentos populares devem lutar por transformações que partam de uma mudança de comportamento do próprio Estado. Contudo, o Plano foi recusado pelos empreendedores e as famílias seguiram ameaçadas pela possibilidade de um despejo forçado. A mesa seguiu aberta até o final do ano de 2014, embora nenhum avanço tenha sido alcançado nas negociações. Minha análise do movimento de resistência se encerra juntamente com o ano de 2014, no entanto, algumas ações que ocorreram no ano de 2015 merecem destaque por sua relevância na dinâmica do conflito da Izidora e serão analisadas na próxima seção.

3.2.3. *Destaques do ano 2015*

No período de feriados de fim de ano, do final de 2014 ao início de 2015, houve uma pausa das negociações, devido à transição do Governo do Estado, assumido por Fernando Pimentel (PT). Segundo conta Frei Gilvander, durante sua campanha eleitoral, através do seu coordenador de campanha, Helvécio Magalhães, Pimentel (PT) assumiu o compromisso com os movimentos sociais de que, se fosse eleito, criaria uma mesa de negociação permanente e oficial com as ocupações urbanas de Minas Gerais. Desse modo, em alguma medida foi criada uma expectativa em torno deste novo governo, cujo partido possui um histórico mais progressista e aberto ao diálogo com os movimentos sociais que o anterior, como vimos com a gestão da Frente BH Popular.

Em **10 de março de 2014**, foi realizado um **Seminário de Conflitos Fundiários**, na Faculdade de Direito da UFMG, no qual estiveram presentes os movimentos sociais, grupos de pesquisa e outros apoiadores das ocupações urbanas da RMBH na tentativa de debater a proposta enviada pelo Governo do Estado de criação de uma mesa permanente de negociação de conflitos fundiários urbanos. Na ocasião, buscou-se debater uma contraproposta à minuta apresentada pelo Estado de criação desta

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

mesa. Tratava-se, portanto da **abertura da terceira mesa de negociação**, a **Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais**, agora unificando as ocupações urbanas de Minas Gerais, na tentativa de englobar também os conflitos fundiários de natureza rural que ocorrem no Estado e oficializar a mesa que já existia informalmente para tratar do caso das Ocupações da Izidora. Esta mesa é presidida pelo atual presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB) e ex-presidente da Urbel, Claudius Vinícius Pereira. No evento, foram debatidos com a sociedade civil diversos pontos específicos da minuta, embora o documento apresentado para o Governo do Estado seria finalizado pelos movimentos sociais. Leonardo, do MLB, destaca que a atuação conjunta dos movimentos sociais nas Ocupações da Izidora foi essencial para impor a correlação de forças necessária para abrir esse espaço do diálogo.

Essas lutas que nós fizemos cavaram esses espaços: não é bondade, mas uma conquista nossa. A gente espera que isso abra espaço para um diálogo permanente com essa parte da população que não tem onde morar e ocupa porque não tem alternativa. A mesa não resolve tudo, mas abre espaço para uma discussão maior sobre uma política habitacional organizada no Estado, atendendo a maioria das pessoas. Essas lutas que nós estamos fazendo vão acumulando e dando condição para uma luta maior, que é mudar as coisas com a reforma urbana (Leonardo, MLB, 2015).

Na ocasião, foi destacado por diferentes atores presentes no processo de negociação o receio de que a criação desta mesa implicasse uma tentativa do Estado de empreender um despejo “humanizado” – “o despejo branco” – das ocupações urbanas, caminhando no sentido contrário do objetivo de reconhecimento de sua legitimidade. Isso reflete a impressão de que as mesas de negociação têm sido tentativas do Estado e dos empresários de enganar o movimento de resistência para levar a uma negociação desfavorável às ocupações diante do desespero e cansaço dos moradores, ou ainda, ganhar tempo e dispersar o apoio da opinião pública para realizar o despejo.

Quando a gente tem reunião com a participação da polícia eles falam de “despejo branco”, despejo humanizado. E eu não sei o que é um despejo humanizado. Me diga se a palavra despejo tem algum sentido de combinação com a palavra humano? Pelo amor de Deus, não fala um negócio desse não, porque isso daí é um atentado à gramática. (...) A gente tem dois anos de luta e dois anos de ata. Eles não vão fazer nada pra gente que saia dos interesses deles, que é tirar o povo daqui. Não é todo o mundo que vai ter condições de se encaixar nos programas de habitação. Há, sim, uma série de dificuldades (Elielma, Ocupação Vitória, 2015).

Negociação é quando os dois lados cede. No caso ali, um lado só estava cedendo. A proposta deles não atende a comunidade, é uma proposta indecente. É igual o caso da minha mãe: ela ganhou um apartamento do PMCMV e metade está no apartamento, metade na ocupação. E é culpa de quem? “Ah, tem muito filho”, Tem, mas ela já tinha os filhos dela. Na ocupação, tem moradores que tem oito filhos, e aí? Vai dormir um em cima da cabeça do outro em 40m². E não existe esse negócio de você tirar uma ocupação e pôr em cima de outra, não. Eles não vão repor o dinheiro daqueles que já investiram nas casas de alvenaria (Rose, Ocupação Esperança, 2015).

Conforme a fala de Raquel Rolnik, no seminário, precisamos olhar para a mesa de negociação como apenas mais um espaço de disputa que pode vir a permitir algum nível de empoderamento ao

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

movimento de resistência; as outras lutas devem continuar. Lembrou-se, assim, da importância de reconhecer que a mesa existe para se sentar, mas também para sair dela. De qualquer maneira, o esforço por parte do Estado de estabelecer uma negociação permanente para os conflitos fundiários em Minas Gerais reforçou o impacto que o movimento de resistência criou no que tange ao diálogo do Estado e as ocupações urbanas de maneira unificada, em direção ao reconhecimento de sua legitimidade como forma de produção do espaço urbano¹⁷⁸.

Agora nós estamos fazendo um trabalho de unificar as ocupações, inclusive com a mesa de negociação, atuando naquilo que é particular em cada um. (...). O fundamental é que haja uma política que converse com isso, como parte da cidade. Na cidade, não tem projetos para atender e atuar em determinada região? Nas ocupações não pode ser diferente, nós também somos cidade (Leonardo, MLB, 2015).

Na ocasião do seminário, o coordenador da Ocupação Vitória, Manoel Ramos, denunciou que estava sendo perseguido pela PMMG, da qual teria sido vítima de tiroteios, além das ameaças que sofria dentro da própria comunidade diante de seu comportamento correto em seguir determinações coletivas que impediam a venda de lotes nas áreas ocupadas. Apenas três semanas após o evento, no dia **31 de março de 2015**, ocorreu o **assassinato do Manoel Baía**, como era conhecido pelos colegas em referência à sua terra natal. Segundo Frei Gilvander, Manoel Baía foi morto por oportunistas infiltrados na Ocupação Vitória, os quais pretendiam lucrar com a negociação de lotes¹⁷⁹.

O fato gerou repercussão nas redes sociais e uma forte mobilização da rede de apoiadores às Ocupações da Izidora. Foi decretado o luto de um mês para as três ocupações, no entanto a mesa de negociação não foi suspensa e os moradores seguiram sofrendo pressão por parte dos empresários e órgãos públicos, que já haviam apresentado uma nova proposta de negociação ao movimento e esperavam uma resposta. O depoimento de Elielma, da Ocupação Vitória, companheira de Manoel Baía, é um pequeno exemplo das repercussões de sua morte na comunidade. Elielma, assim como Frei Gilvander, aposta que o ocorrido será motivo de fortalecimento da luta e da convicção de que os moradores defendem uma causa justa¹⁸⁰.

¹⁷⁸ Até abril de 2015, no que se refere às Ocupações da Izidora, esta mesa estava tratando de uma nova proposta de negociação apresentada pela Santa Margarida Empreendimentos, a qual ainda não havia sido aceita pelos moradores.

¹⁷⁹ Conforme reportagem do jornal *O Tempo*, o boletim de ocorrência registrado pela PMMG declara que a vítima estava iniciando um processo de assentamento quando foi surpreendido por três pessoas (dois irmãos e o filho de um deles) moradores de Betim, que o agrediram com um machado, um martelo e uma enxada. Após efetuar uma série de golpes, os assassinos fugiram em um Fiat Siena e deixaram uma Kombi para trás, a qual seria queimada pelos moradores. Manoel Baía foi socorrido e levado para a UPA São Benedito, no entanto não resistiu à gravidade dos ferimentos. A reportagem declara que a irmã de um dos suspeitos direcionou a localização da vítima, a qual estaria demarcando como um novo assentamento uma área prometida por ela a uma filha que iria se casar. Testemunhas confirmaram que os suspeitos, embora não morem na ocupação, tinham o hábito de tomar terrenos à força para negociar. Até junho de 2015, os suspeitos seguiam foragidos (BAETA, 2015).

¹⁸⁰ Vale dizer que as entrevistas com Elielma e Frei Gilvander foram realizadas poucas semanas após o assassinato de Manoel Baía, o que certamente interferiu nos resultados obtidos. Elielma, quem já havia conhecido anteriormente e sempre

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Nasceram 4.500 Baías agora. Eu não quero usar a morte dele, sabe? Mas não vai ser em vão, não. Ele morreu lutando por moradia, contra especuladores, pessoas que usavam a palavra de Deus para cometer vários crimes. Porque vender lote é crime. Vender uma coisa que não é sua é crime. Vender a palavra de Deus é crime. E destruí uma família bonita, humilde, de pessoas que só têm a somar na grandeza desse mundo. Destruí a vida de cada um de nós aqui. A gente está muito chateada, muito mesmo, porque era uma pessoa que significava muito para as ocupações de Minas Gerais. A luta vai continuar (Elielma, Ocupação Vitória, 2015).

No primeiro momento, é um trauma muito grande, um abalo fortíssimo, que gera revolta, indignação, comoção, aparece a tentação de vingança, mas como Jesus ressuscitou ao terceiro dia, é preciso um tempo para as pessoas assimilarem essa dor e fazer todas as perguntas. Mas a regra geral que a história demonstra é que, quando uma pessoa justa e um lutador tombam, esse assassinato nunca será em vão. Com o passar das semanas, vai fortalecer essa convicção na consciência de cada um: “Ele morreu doando a vida pela nossa luta, então, agora eu não posso me acovardar, não posso me omitir e não posso ser cúmplice da violência e da especulação imobiliária”. Então agora eu tenho esperança e a intuição de que vai aumentar em número os lutadores e a qualidade da luta, negociando, sem extremismos e sem posturas exageradas, defendendo o que é justo e pacífico (Frei Gilvander, CPT, 2015).

Na opinião da professora Leta, é perverso como o assassinato de Manuel Baía contribuiu para minar a legitimidade das ocupações através de pessoas que levam a prática de mercado para dentro da comunidade – prática esta cujo destaque a mídia, a grande imprensa e os órgãos de comunicação desejam. Ainda que não fosse pelo despejo, a vítima teve seus princípios de justiça reprimidos por indivíduos que são a personificação de ideais mercadológicos, que também estão presentes no cosmos dos empresários. O crime dentro das ocupações por uma questão de terras não deixa de ser apropriado como uma estratégia de enfraquecimento do movimento de resistência constituído nos últimos anos e que ganhou a opinião pública.

Eu não sei o quanto que isso tem de previsão anterior, de que as coisas poderiam chegar nesse lugar e fazer vista grossa para que elas cheguem de fato, no sentido de estremecer as relações. Porque eu acho que esse reconhecimento que as ocupações passaram a ter por uma parte da sociedade é muito incômodo. Nas festas de Dandara, ou nas ações mais coletivas e públicas, a polícia ia pra lá e ficava sem saber como agir, porque ela via um monte de branquinho de olho azul “Como é que a gente faz com esse povo? A gente sai batendo, igual a gente bateria se eles não estivessem aqui?”. Esse tipo de reconhecimento por uma parte da sociedade, digamos a “sociedade culta”, do ponto de vista de direitos, eu acho que é uma coisa muito incômoda. Para se contrapor a isso, nada como um assassinato por uma questão de terras (Leta, Escritório de Integração, 2015).

De qualquer maneira, conforme enfatiza Elielma, mesmo após a morte de Manoel Baía, a luta das Ocupações da Izidora continuou e a mesa de negociação permanente seguiu aberta, cuja redação final de criação foi aprovada pelo Poder Executivo e lideranças dos movimentos populares no dia **14 de abril de 2015**. As reuniões, na tentativa de chegar a um acordo entre empresários, moradores e rede de apoiadores, ocorriam até abril de 2015, quando os moradores resolveram recusar a proposta apresentada pela Direcional, pois não contemplava todas as famílias despejadas no PMCMV e

nos recebia com um grande sorriso no rosto e um ótimo senso de humor, aparentava estar muito abalada. O encontro com Frei Gilvander, por sua vez, foi realizado na sede da TV Comunitária, logo após a gravação de dois programas Palavra Ética em homenagem à vítima.

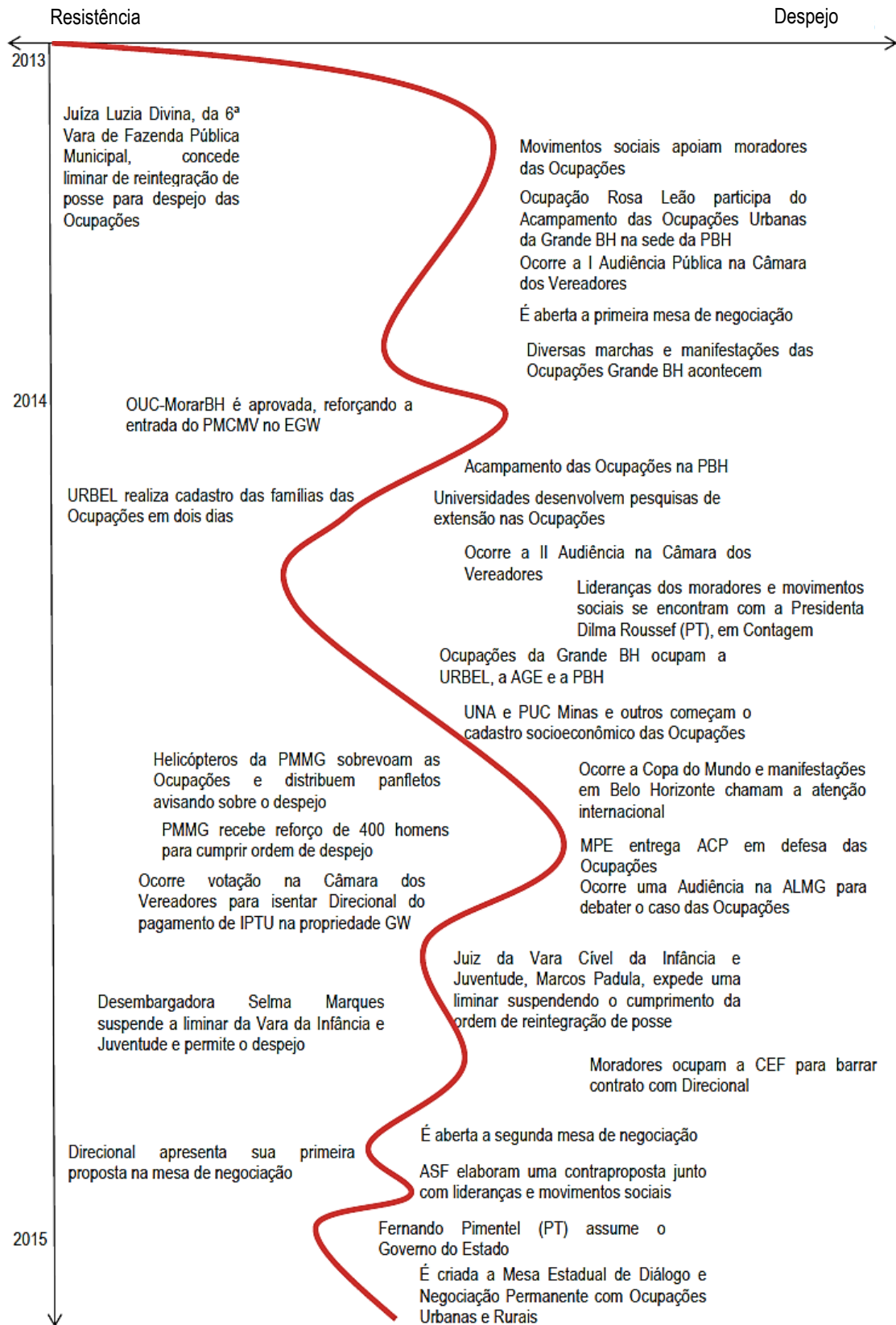
3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

promovia a demolição de casas de alvenaria construídas, cujo investimento não seria recuperado. De todo modo, até a finalização desta dissertação, a mudança de governo com a eleição de Fernando Pimentel (PT) não apresentou uma mudança do rumo que as negociações seguiram até 2014, no sentido de uma cidade mais justa.

A **Figura 33** abaixo consiste em uma sistematização da trajetória de resistência das Ocupações da Izidora a partir do momento em que a juíza Luzia Divina concedeu a liminar de despejo das famílias, em julho de 2013. Sua realização foi inspirada no trabalho de Faria (2014), na tentativa de adotar mecanismos digitais para explicitar uma controvérsia. A linha vermelha, ao se deslocar para a direita, indica as fases em que o despejo se tornou mais provável, enquanto o deslocamento para a esquerda ocorre no momento em que a resistência do movimento se fortaleceu a ponto de afastar a possibilidade real do despejo. Desse modo, as ações localizadas à esquerda da linha pressionam esta para a direita, em direção ao despejo; enquanto que, as ações que se encontram à direita da linha vermelha, pressionam seu deslocamento para a esquerda, em direção à resistência e, portanto, à permanência das famílias no terreno. Foram inseridas no esquema apenas as principais ações empreendidas até o final de 2014, quando o relato foi interrompido - com exceção para alguns apontamentos do início de 2015. A partir deste diagrama se pretende mostrar a dinâmica do movimento da resistência e proporcionar uma visualização da trajetória da controvérsia que tentei descrever nesta seção. Por sua vez, a **Figura 34** apresenta algumas imagens que ilustram essa trajetória que descrevi.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Figura 33. Diagrama de translação da resistência das Ocupações da Izidora



Fonte: Elaboração própria.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Figura 34. A luta das Ocupações da Izidora: protestos, manifestações e negociação



1



1. Convite para a Grande Marcha das Ocupações da Izidora em direção à CAMG.
2. Manifestantes insistem no diálogo com o governador Antonio Anastasia.
3. Mesa de negociação com Antonio Anastasia na CAMG.

Fonte: Blog da Ocupação Rosa Leão.



4. Reunião da mesa de negociação na CAMG.
5. Audiência Pública na Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte.
6. Acampamento em frente à sede da PBH.

Fonte: Blog da Ocupação Rosa Leão.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA



7



8



10

Fonte: Facebook, página Resiste Izidora.



9



Fonte: O Tempo Cidades, em 11/08/2014.

11



Fonte: Facebook, página Resiste Izidora.

13



Fonte: O Estado de Minas, em 12/08/2014.

12

7. Encontro com a Presidenta Dilma Rousseff.
8. Reunião de mesa de negociação no TJMG.
9. Manifestação no TJMG.
10. Morador da Ocupação Eliana Silva ferido pela PMMG.
11. Moradores se acorrentam ao Palácio da Liberdade.
12. Moradores se acorrentam ao TJMG.
13. Audiência Pública na ALMG.

**CONFLITOS
FUNDIÁRIOS
EM MG
E O DIREITO
À CIDADE**

10/03/15

Auditório da Escola de Direito
Av. João Pinheiro, 100 - Centro

PROGRAMAÇÃO:

08:30 - 11:00 Mesas:
Brigadas Populares
Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB)
Comissão Pastoral da Terra (CPT)
Coletivo Margarida Alves
Arquitetos sem Fronteiras
Pólos de Cidadania UFMG
Cidade e Alteridade
Indisciplinar EA/UFMG
Praxis EA/UFMG
Grupo de Trabalho Interdisciplinar - Moradia PUC MG

11:00 - 12:00 Raquel Rolnik

14:00 - 14:30 Apresentação da minuta e
divisão dos grupos de trabalho

14:30 - 16:00 Grupos de trabalho

16:00 - 18:00 Plenária para conclusão da
contra-proposta de minuta

ORGANIZAÇÃO:



15



16

14. Em campanha para as eleições, Fernando Pimentel (PT) promete negociação com as Ocupações da Izidora.

15. Panfleto-convite para o Seminário de Conflitos Fundiários, na Faculdade de Direito da UFMG.

16. Infográfico em homenagem a Manoel Baía.

Fonte: Facebook, página Resiste Izidora.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEZIDORA

3.3. Genealogia da rede #Resistezidora

Dias após o início da ocupação da Região da Izidora, em julho de 2013, a Justiça determinou a reintegração de posse em favor do município de Belo Horizonte e dos proprietários privados do terreno. Desde então, os moradores, amparados pelos movimentos sociais, têm lutado pelo direito à moradia digna, por meio de manifestações e em mesas de negociação. No entanto, em agosto de 2014, data na qual estava marcado o despejo das ocupações, esse processo de resistência se intensificou, constituindo a rede #Resistezidora.

Eu já estou com 51 anos, sou frei há 30 anos, padre há 20 anos. Nos primeiros 20 anos que acompanhei a luta, era a presença da pastoral – pastoral de favelas, comunidades eclesiais de base, comissão pastoral da terra – apoiando a luta com alguns poucos, bravíssimos, advogados. Era uma luta diferente. Agora, esta luta das ocupações urbanas em Belo Horizonte, que começou há cerca de sete anos, com a Ocupação Camilo Torres, é mais profissional do que amadora. Antes, quem se comovia com a situação ia lá, daí tinha a atuação de uns freis e padres. Mas a luta agora é profissional porque é muito bem organizada, colocando em uma atuação conjunta e harmoniosa uma série de forças vivas da sociedade que fazem a diferença (Frei Gilvander, CPT, 2015).

Para Frei Gilvander, a magnitude da luta das Ocupações da Izidora se deveu, em parte, à rede de apoio integrada que se formou ao longo da trajetória de consolidação das ocupações urbanas na RMBH. Destaca que o investimento na comunicação foi essencial para garantir o envolvimento da comunidade externa, fruto de uma divisão do trabalho entre vários jornalistas e pessoas da área de cultura que trabalham com a produção de vídeos e artes gráficas que permitem transmitir para a sociedade parte da realidade vivida na luta¹⁸¹. Segundo o Frei, isso tem sido feito “através de textos, notas, manifestos, fotografias e vídeos, pra tentarmos furar a grande cortina de fumaça que a mídia cria normalmente criminalizando a luta dos pobres”.

A divulgação dos blogs, com imagens das casas da família, isso tudo mostra a realidade para a sociedade, porque o que a mídia mostra é que aqui é um monte de gente à toa, vagabundo, traficante e oportunistas, que é o que quer nosso prefeito. Nós mostramos o outro lado da comunidade: a união do trabalho coletivo, cada um dividindo o pouco que tem, o respeito entre as pessoas, e a beleza da ocupação, que quem vê e gosta, diz: “Tem que ir lá conhecer!”. Então, assim, as pessoas visitam, gostam e nos ajudam (Charlene, Ocupação Rosa Leão, 2015).

Porque sempre tinha aquele negócio de que a classe alta nunca vai querer dar visibilidade para o povo pobre. Eles não vão querer vir aqui com medo de a gente matar eles, de ser assaltado, devido à fala do prefeito de que “só tem marginal, só tem marginal, só tem marginal”. A gente nem imaginava que viria esse apoio. Graças a Deus sua fala não teve validade nenhuma (Elielma, Ocupação Vitória, 2015).

Frei Gilvander destaca, também, a influência do movimento cultural que se estabeleceu em Belo Horizonte na divulgação, com uma sensibilidade à esquerda, que tem sido demonstrada em diversas manifestações culturais pela cidade. Ainda que os frequentadores de tais eventos possam

¹⁸¹ Um documentário intitulado *Isidoro: quando o discurso dissimula o cotidiano* foi produzido, sobre o conflito da Região da Izidora e se encontra disponível no Youtube.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

pertencer a grupos específicos da sociedade - na sua maioria, integrantes de outros movimentos sociais -, tais iniciativas contribuem para dar visibilidade à luta das Ocupações e conquistar a opinião pública, na medida em que são divulgadas em veículos tradicionais de comunicação, como no jornal *O Tempo* (KALIL, 2014).

Como fruto disso, fizemos uma ocupação cultural do Espaço Comum Luiz Estrela, liderada pelos artistas de esquerda, seja da área do teatro, da música, da poesia e do carnaval. Daí temos conseguido associar, em BH, os movimentos sociais junto com os movimentos culturais e isso tem dado uma parceria muito legal: por exemplo, nos últimos dois anos, conseguimos fazer nas Ocupações da Izidora o Carnaval nas ocupações: a juventude larga o centro de BH, o asfalto, e vai pular carnaval no meio do povo; é alegria, a festa, a arte, a reverência e ao mesmo tempo, fortalecendo e legitimando aquelas lutas (Frei Gilvander, CPT, 2015).

Além das citadas por Frei Gilvander, a ocupação da Virada Cultural, no dia **30 de agosto de 2014**, teve destaque. A chamada **Revirada Cultural** é um festival musical que, segundo os colaboradores do evento, surgiu da iniciativa dos próprios músicos de explicitar a importância da resistência e abrir o horizonte em relação à forma de gerir arte e cultura, sem depender da ação do Estado (KALIL, 2014). Em sua segunda edição, o evento teve o propósito de defender as Ocupações da Izidora e foi importante para divulgar a situação das famílias para parte da população belorizontina. A realização do **Dia das Crianças nas Ocupações** também merece ser mencionada: foram reunidas diversas doações ao longo da semana em alguns pontos da cidade e apoiadores realizaram atividades culturais nas ocupações direcionadas ao público infantil ao longo do dia **12 de outubro de 2014**. A chamada para doações no Facebook contribuiu para a visibilidade do movimento (**Figura 35**).

Para Frei Gilvander, a magnitude dessa rede foi uma surpresa para o movimento social, mas reconhece que foi, também, fruto de seu esforço de trabalho em várias áreas, como na comunicação, na perspectiva jurídica, na organização interna e na mobilização externa, nas quais o movimento foi “cativando as forças vivas em um crescendo”. Entretanto, destaca que a rede *#ResisteIzidora* é muito maior do que a grande rede de apoio conquistada com a luta da Ocupação Dandara, por exemplo, o que não se explica somente pelo número de famílias: “são fatores especiais que precisamos de tempo para entender”, diz o Frei.

A ação paulatina dos movimentos sociais no tempo ajudou a construir uma visibilidade da situação das ocupações urbanas para a opinião pública. Então, a coisa não nasce do nada. Vários despejos estão acontecendo no Brasil, mas o Resiste Izidora aconteceu porque o terreno foi fertilizado e proporcionou o florescimento desse campo de solidariedade em torno da luta das ocupações urbanas e que permitiu amalgamar várias forças policiais e sociais em Belo Horizonte. (...). No início, foi a Esquerda Festiva que começou, depois sendo assumido pelas Brigadas Populares e pela CPT, publicando os manifestos e os relatos do que está acontecendo. E assim, o poder público foi sendo mobilizado. É interessante que, no ano de 2013, ocorreram manifestações e mobilizações sociais, o que foi gestando a opinião pública e fomentando uma rede de solidariedade subterrânea, o que não poderia ser visto naquele momento (Rafael B., Brigadas Populares, 2014).

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Figura 35. A ocupação do espaço público



Fonte: Elaboração própria a partir de imagens do Facebook, página Resiste Izidora.

Rafael C., da Esquerda Festiva, enfatiza que, além da coalizão de movimentos sociais, a intensificação do diálogo entre as ocupações urbanas de Belo Horizonte e RMBH foi algo inédito, ausente nos casos de Dandara e Eliana Silva. Por esta razão, a união entre as diferentes ocupações urbanas também colaborou com o fortalecimento da resistência, pois antes a luta era mais dividida e solitária. Isso pode ser visualizado nas páginas do Facebook de diferentes ocupações urbanas da cidade, do estado e mesmo do país, nas quais as ameaças de despejo e necessidade de apoio são

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEZIDORA

sempre divulgadas. Rafael C. cita um caso de uma vila de pescadores no estado do Pará que seriam desapropriadas e trocou fotos com cartazes de apoio com as Ocupações da Izidora. A partir desse exemplo, o militante reconhece o papel do MLB e das Brigadas Populares na divulgação, que ganhou, inclusive, espaço internacional.

Para Rafael B., das Brigadas, assim como para Frei Gilvander, o movimento social possui muita importância na construção dessa rede, o que se expandiu para os outros movimentos sociais da cidade que defendem outras pautas para além do direito à moradia. Para o militante, as Jornadas de Junho de 2013 tiveram certo protagonismo nesse sentido, pois contribuíram para estabelecer um “dever moral” na opinião pública entre uma parcela da população que apoia os movimentos de resistência como o #Resistezidora, o que teve seu ápice em agosto de 2014.

A partir do momento que um grande público, dotado de um capital social – o Espaço Luiz Estrela, o Tarifa Zero, a comunidade universitária -, protagoniza essa luta e se engaja pela causa, ele consegue transferir essa legitimidade e o dever moral para um raio mais amplo de pessoas, como uma rede, na qual um nó vai ativando outros. (...) Os moradores sempre estiveram engajados, mas é outro tipo de engajamento, embasado em suas necessidades básicas. Mas, é claro, que ocorre o reconhecimento desse apoio externo (Rafael B., Brigadas Populares, 2014).

Leonardo, do MLB, destaca que essa associação entre outros movimentos sociais, universitários e apoiadores em geral da sociedade não minou a centralidade que os movimentos ligados à questão da moradia possuem na luta das Ocupações. Sua fala evidencia a opinião de que a CPT, as Brigadas e o MLB devem assumir um papel mais central no direcionamento dessa luta, o que é garantido pelo conhecimento acumulado de outras experiências. Assim, o militante considera uma vantagem da rede #Resistezidora que cada ator tenha reconhecido sua função na resistência, ainda que não houvesse um consenso absoluto.

O #Resistezidora foi um movimento que aglutinou a sociedade que apoiava e ficou acima dos movimentos sociais iniciais. Ao fazer isso, trouxe gente que pensa de jeitos variados, então não tinha um consenso absoluto. Mas foi interessante, porque a maioria das pessoas que vieram apoiar, vieram de forma sincera. Então não ficava afirmando o que nós tínhamos que fazer, mas deixava que nós disséssemos o que era central e fundamental pra se fazer. Isso foi interessante porque deu autonomia para os movimentos, que, sem arrogância, é quem tem competência para falar, porque é quem está lá vivendo a contradição. Quem chegou de fora entendeu isso e foi apoiar e, claro, trouxe contribuição e opiniões que foram fundamentais. Tudo era convergente? Não, mas aquilo que tinha discordância era debatido. E deu certo (Leonardo, MLB, 2015).

Em uma tentativa de abarcar toda a complexidade da rede #Resistezidora, faz-se necessária uma revisão do conceito de rede. Já fizemos uma aproximação desse conceito a partir da abordagem da ANT proposta por Latour (2012). As áreas da ciência que buscam compreender a relação entre sociedade e espaço identificaram na constituição de redes um grande potencial como ponto de partida para o entendimento da mobilização social. Olhar para as relações que se dão na sociedade como uma dinâmica de formação de grupos torna mais fácil a percepção do conflito de interesses que se dá na

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

luta pela produção do espaço. Desse modo, as redes se apresentam como importante ferramenta de análise do fenômeno urbano e da mobilização social.

Daniel Cefai (2009) apresenta a contribuição de outros autores da ciência social sobre o tema, para além da abordagem da ANT. Para o autor, a formação de redes é resultado do agenciamento de objetos, normas e pessoas, experimentando “esquemas de circulação de informações, de repartição de poderes e de divisão de tarefas, de cooperação entre operadoras, de distribuição de direitos e concentração de decisões” (CEFAI, 2009, p.19). Em uma análise das organizações de movimentos sociais que influenciaram esse tipo de processo, o autor afirma que:

(...) essas ideias [as perspectivas de rede] acabaram triunfando, contra as resistências das abordagens estruturais e racionais. A análise de redes transformou a visão que tínhamos das “estruturas de mobilização” e abriu caminhos para explorar esses processos de difusão. Desde os anos 1970, era diagnosticado que certos movimentos sociais não estavam mais tão encerrados em organizações centralizadas e hierarquizadas, que se tornavam reticulares, acéfalas ou policentradas (CEFAI, 2009, p. 20).

Uma das autoras destacadas por Cefai é Ann Mische (2008)¹⁸², que trabalha com a ideia de reconfiguração de redes no âmbito público por meio de rupturas, de acordo com o equilíbrio de dada situação. Para Mische, as redes são feitas e desfeitas segundo a ocorrência de eventos específicos, capazes de promover uma dinâmica de resolução de problemas. Desse modo, nas palavras Cefai, a autora defende que “as configurações de tomadas de posição públicas passam por operações de ‘separação’ dos atores de suas redes de ‘posições’ e pela remodelagem de suas paisagens organizacionais” (CEFAI, 2009, p.21). Assim, indivíduos que se agrupam e constituem uma rede em t1 podem se desagregar e constituir novas redes distintas em t2, conforme seus interesses individuais e coletivos.

Cefai (2009) afirma, ainda, que essa formação de redes preexiste à ação coletiva, de modo a fazer parte do agenciamento – de pessoas, objetos, ferramentas, falas, rituais, símbolos, rotinas, hábitos, repartições de poder e etc. - que as caracteriza. Vimos que a ideia de humanos dotados de agenciamentos recai na ANT. Quando Latour (2012) define o social como um movimento peculiar de reagregação, tomando a forma de uma série de associações entre elementos heterogêneos, se aproxima do que Mische (2008) identifica como uma reconfiguração de redes, as quais podem, ainda segundo Mische, ser aplicadas ao âmbito de políticas públicas. Isso pode servir de estratégia para lidar com novas perspectivas de planejamento urbano que se aproximem do ideal de cidade justa via reformas não reformistas nas instituições públicas, conforme propõe Fainstein (2010).

¹⁸² Ver MISCHÉ, Ann. *Partisan publics: Communication and contention across Brazilian youth activist networks*. Princeton, Princeton University Press, 2008.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Entretanto, é preciso ter cuidado para não tratar o significado de rede em Mische (2008) e Latour (2012) como o mesmo. Na medida em que Latour propõe uma ruptura epistemológica ao lidar com os híbridos – unindo, assim, natureza e cultura – e desenvolve a teoria relacional da ANT, sua noção de rede está essencialmente ligada a um ator (o *ator-rede*), e não como em uma rede de atores, conforme explicitado na introdução deste trabalho. Assim, baseando-se no princípio da relatividade, a ANT estabelece que a realidade se localiza histórica, cultural e materialmente, de modo que múltiplas realidades emergem e coexistem simultaneamente. Quem define esta realidade são os próprios actantes, que realizam a prática em uma rede complexa de interação entre humanos, coisas e híbridos.

Em outra perspectiva de redes que ajuda a compreender o movimento de resistência das Ocupações da Izidora, Eduardo Marques (2010) explora os vínculos estabelecidos entre os indivíduos no espaço. Segundo o autor, estes vínculos se estabelecem de duas maneiras: criando-se *laços* ao partilhar atributos em comum (*bonding*) e construindo *pontes* entre grupos que apresentam características distintas (*bridging*). No caso das Ocupações da Izidora, por exemplo, a dinâmica de união dos moradores para lidar com o problema do déficit habitacional, promovendo a ocupação espontânea da região - inclusive o processo de soerguimento das casas de alvenaria, realizado de forma compartilhada – reflete a existência de uma rede do tipo *bonding*. Observamos que atores com atributos semelhantes compartilhavam o mesmo problema referente às filas intermináveis nos programas habitacionais e à falta de condições de pagar aluguéis exorbitantes. Por outro lado, a rede de apoiadores, que cresceu de maneira exponencial nos últimos meses do ano de 2014, com a euforia provocada pela iminência do despejo, caracteriza a criação de uma rede do tipo *bridging*, que permitiu a associação entre indivíduos com atributos sociais distintos.

Para além dos moradores das ocupações e os movimentos sociais que já constituíam uma rede desde o princípio, uma rede mais ampla foi se constituindo em torno da causa, a qual foi além da questão do direito à moradia, mas tratou, por exemplo, dos direitos humanos, especialmente das crianças e adolescentes das ocupações, que sofreriam o despejo sem a devida assistência social. A análise dos militantes – Frei Gilvander, Rafael B. e Leonardo – é a de que os movimentos sociais tiveram papel importante nesse processo. Manuel Castells (2013) compreendeu essa relação da constituição de redes com a luta pela produção do espaço a partir dos movimentos sociais. Segundo o autor, o papel das tecnologias de informação neste processo, em especial de ferramentas proporcionadas pela internet, como o Facebook, assume certo protagonismo nos dias atuais.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEZIDORA

Os movimentos sociais em rede, como todos os movimentos sociais da história, trazem a marca de sua sociedade. São amplamente constituídos de indivíduos que convivem confortavelmente com as tecnologias digitais no mundo híbrido da realidade virtual. (...) a passagem fundamental da esperança à implementação da mudança depende da permeabilidade das instituições políticas às demandas do movimento e da disposição deste se envolver num processo de negociação (CASTELLS, 2013, p. 170-171).

Castells destaca a potência que existe no fenômeno da internet, ao associar redes distintas de movimentos sociais, simultaneamente globais e locais, em um processo espontâneo de ocupação do espaço. Para o autor, seu maior potencial é a promoção da esperança por deliberação neste espaço ocupado, a partir da eventual criação de laços de cooperação e solidariedade. Desse modo, enquanto os moradores estabeleciam esses laços no cotidiano vivido nas ocupações, a partir da plataforma do Facebook, principalmente, foi possível a apoiadores de outro convívio social acompanhar a luta e contribuir de alguma maneira com ela. Com relação à associação das tecnologias e a mobilização social, Araújo e Mello (2012) acrescentam:

As várias formas de comunicar e conferir visibilidade a um conjunto de demandas, para além da tradicional ida às ruas, é hoje um tanto quanto ampla face às novas tecnologias de comunicação e assim torna possível disseminar e tornar claro quais as reivindicações estão em pauta, o que, por sua vez, também contribui para que novas leituras da sociedade possam ser feitas e que possamos continuar nossa busca de decifrá-la (ARAÚJO; MELLO, 2012, p.180).

O argumento desses autores coaduna com as ideias de Latour (2012), no que tange ao papel das tecnologias e redes sociais, no sentido de dar voz e visibilidade a atores que, anteriormente, tinham seus desejos obscurecidos pelas estruturas das teorias sociais – e, vale dizer, no nosso caso, pela mídia tendenciosa. Para Latour:

(...) as tecnologias da informação nos permitem rastrear associações de um modo antes impensável. Não porque subvertem a velha sociedade 'humana' concreta transformando-nos em *cyborgs* formais ou 'pós-humanos' fantasmagóricos; o motivo é exatamente o oposto: tornam visível o que antes só existia virtualmente (LATOUR, 2012, p.299).

A divulgação da realidade vivida pela população das ocupações não teria tomado tais proporções se não fossem as redes sociais na internet. Seu raio de alcance foi, inclusive, internacional, a partir da publicação de textos em sites internacionais (*Revolution News*, *Autres Brésiles*, *Squat!net*, *Global Project*, *El Huffington Post* e *Alter Mondes*) e do compartilhamento de fotos tiradas também em outros países, nas quais as pessoas erguiam placas com a *#Resistezidora*. A visita à Ocupação Rosa Leão do professor Ash Amin, da Universidade de Cambridge, da Inglaterra, em 24 de agosto de 2013, também contribuiu com essa divulgação para o âmbito internacional, resultando em uma nota de apoio às Ocupações e um artigo (AMIN, 2014). O professor desenvolve pesquisas na área da geografia urbana que discutem os direitos dos pobres na produção do espaço no mundo contemporâneo, tendo desenvolvido trabalhos em cidades de diversos países ao redor do mundo, como na Índia e no continente africano. Na ocasião de sua visita à ocupação, Amin afirmou:

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEZIDORA

Esse tipo de empreendedorismo e autossuficiência deve ser facilitado, não ameaçado de despejo, pois não há muitos lugares no mundo moderno onde tanto é alcançado com tão pouco por pessoas com quase nada. Por que massacrar uma alternativa de baixo custo para a construção de casas e comunidades para os pobres? Por que não apoiar desde o início para que se tenha certeza de que o resultado será algo que a cidade terá o orgulho de mostrar para o mundo como um bom exemplo do que o desenvolvimento liderado pelas pessoas pode produzir? (Página da Assembleia Popular Horizontal do Facebook).

De modo geral, o que se percebe é que a definição de Castells (2013) é coerente com o *#Resistezidora*: trata-se de um movimento que ganhou a escala local e internacional de reconhecimento, associando-se a outros movimentos sociais. O formato que as redes sociais assumem permite uma rapidez da troca de informação, caracterizada por uma conexão multimodal, que possui um alcance impensável no mundo de quinze anos atrás, por exemplo. Assim, além dos diferentes movimentos ligados à questão do direito à moradia, movimentos como o Tarifa Zero BH também apoiaram a causa, além das outras ocupações urbanas da RMBH, e movimentos sociais de outras cidades brasileiras, como o Parque Augusta, em São Paulo, e o movimento Ocupe Estelita, em Recife, construindo uma rede de apoiadores que incluiu diversos setores da camada social (Figura 36).

No entanto, é importante destacar que a magnitude tomada pelo movimento não se restringiu ao uso das ferramentas disponíveis pelo avanço tecnológico. Conforme colocado por Rodrigo Firmino e Fábio Duarte (2008), a apropriação de tais ferramentas apenas reflete um processo que se inicia no próprio corpo social, a partir das redes sociais descritas por Marques (2010). O fortalecimento dessa rede de apoiadores é, portanto, também reflexo do fortalecimento dos movimentos sociais na cidade, os quais acompanharam o processo de repressão imprimido pelo Estado, em especial pela PBH, representada pelo atual prefeito Márcio Lacerda (PSB). Além disso, seguem um movimento internacional mais amplo e antiglobalização articulado em torno da busca pelo desenvolvimento humano a partir de critérios de igualdade e justiça social, conforme evidenciado por Araújo e Mello (2012).

Outro ponto em comum entre as mobilizações ocorridas em Belo Horizonte é o fato de ocuparem os espaços públicos da cidade não só no intuito de conferir visibilidade às ações, demandas e reivindicações, mas também como uma forma de anunciar que, ocupando os espaços públicos, exerce-se o direito à cidade que deve ser pensada como *lócus* de sociabilidade nos espaços públicos, mas também como espaço do exercício da política (ARAÚJO; MELLO, 2012, p.176).

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Figura 36. A coalizão de movimentos sociais



1. Apoio Ocupe Estelita.
2. Apoio Tarifa Zero BH.
3. Apoio Carnaval de Rua.
4. Apoio dos professores universitários.
5. Chamado para a Reunião de Apoiadores.
6. Apoio das Brigadas Populares.
7. Apoio Parque Augusta.

Fonte: Elaboração própria a partir de imagens do Facebook, página Resiste Izidora.

Para Lourenço (2014), a formação de redes de apoiadores tem contribuído com o fortalecimento da luta das ocupações urbanas, ao ampliar o custo político de um possível despejo. Na observância dos casos da RMBH, essa formação de grupos tem se apoiado fortemente na ferramenta digital das redes sociais, as quais levam o debate público a uma magnitude que não é possível nos fóruns democráticos de participação oferecidos pelo Estado, por exemplo.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Quando um público externo passa a se identificar com a ocupação e sua luta, o despejo se torna um problema mais complexo do que a situação imediata das pessoas que moram no terreno ocupado. Atualmente, as redes sociais digitais são um importante veículo nesse sentido. Nelas ativistas e apoiadores procuram angariar simpatias em relação às ocupações urbanas e tanto eles próprios como o público mais amplo manifestam pontos de vista e posturas políticas com maior liberdade e menos cuidado do que fariam em outros fóruns políticos (LOURENÇO, 2014, p.90).

Venturini (2010) destaca o papel da representação digital no mapeamento de controvérsias, que permite traçar e agregar fenômenos e atores variados ao mesmo tempo. Segundo o autor, a ANT se propõe a identificar a microestrutura e a macroestrutura, relacionando-as como parte de uma mesma camada, o que só é possível graças à mídia digital. Dentre as nove camadas de entrada da ANT no universo digital que o autor descreve, optei por construir uma rede sociotécnica que permite visualizar a relação entre os diferentes atores relatados na controvérsia em torno do movimento de resistência das Ocupações da Izidora.

Tomando por base metodológica o trabalho de Faria (2014), utilizei o software Gephi¹⁸³ (versão 0.8.2) para manipular as redes de relações compostas pelos atores humanos e não humanos que, a meu ver, mais se destacaram no relato acima. Assim, na **Figura 37**, os *nós* (pontos) correspondem aos *actantes*, enquanto as *arestas* (traços) são as conexões que se dão via *ações*. Para tanto, foram construídas duas tabelas em Excel (.csv): uma com a definição dos nós (*id* e *rótulo*) e outra, estabelecendo as relações entre eles (*origem* e *destino* da ação)¹⁸⁴. Após exportar os dados para o Gephi, foi realizado um teste estatístico de modularidade (Método de Louvain), que decompõe a rede em partições de cores diferentes, explicitando os grupos compostos pelos diversos actantes e, depois, estes foram distribuídos por meio do algoritmo ForceAtlas2¹⁸⁵, que distribui a rede aproximando os nós mais conectados e repelindo aqueles que não se conectam em nenhuma ação.

O teste de modularidade dividiu os actantes em quatro grupos ou comunidades, representados pelas cores: *roxo* (ocupações, movimentos sociais, instituições apoiadoras e atores não humanos que ajudaram a consolidar o processo de resistência, como a maquete feita pelo Escritório de Integração e

¹⁸³ Ver BASTIAN, M.; HEYMANN, S.; JACOMY, M. *Gephi: An Open Source Software for Exploring and Manipulating Networks*. Association for the Advancement of Artificial Intelligence, 2009. Disponível em: <gephi.org/publications/gephi-bastian-feb09.pdf>.

¹⁸⁴ Foram selecionados apenas os atores que mais se destacaram no relato. Evidentemente, a controvérsia é composta por numerosos outros atores, em especial, no que tange à rede de apoiadores. Portanto, o resultado gráfico da rede sociotécnica é uma interpretação minha dessa controvérsia.

¹⁸⁵ Segundo Faria (2014), “esse conjunto de forças de aproximação e repulsão cria um movimento na rede, que enfim converge para um *layout* estável. O *layout* resultante depende da distribuição inicial da rede, e não pode ser compreendido como uma projeção cartesiana. Por isso, a posição de um nó não pode ser compreendida por si só, mas sempre em comparação com a posição dos outros nós. Foi demonstrado que a proximidade entre os nós nesse *layout* explicita grupos (NOACK, 2009 apud JACOMY et al. 2012)” (p.48-9). Ver JACOMY, M.; HEYMANN, S.; VENTURINI, T.; BASTIAN, M. *ForceAtlas2: A Continuous Graph Layout Algorithm for Handy Network Visualization*. Esboço. 2012. Disponível em: <medialab.sciences-po.fr/publications/Jacomy_Heymann_Venturini-ForceAtlas2.pdf>.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEZIDORA

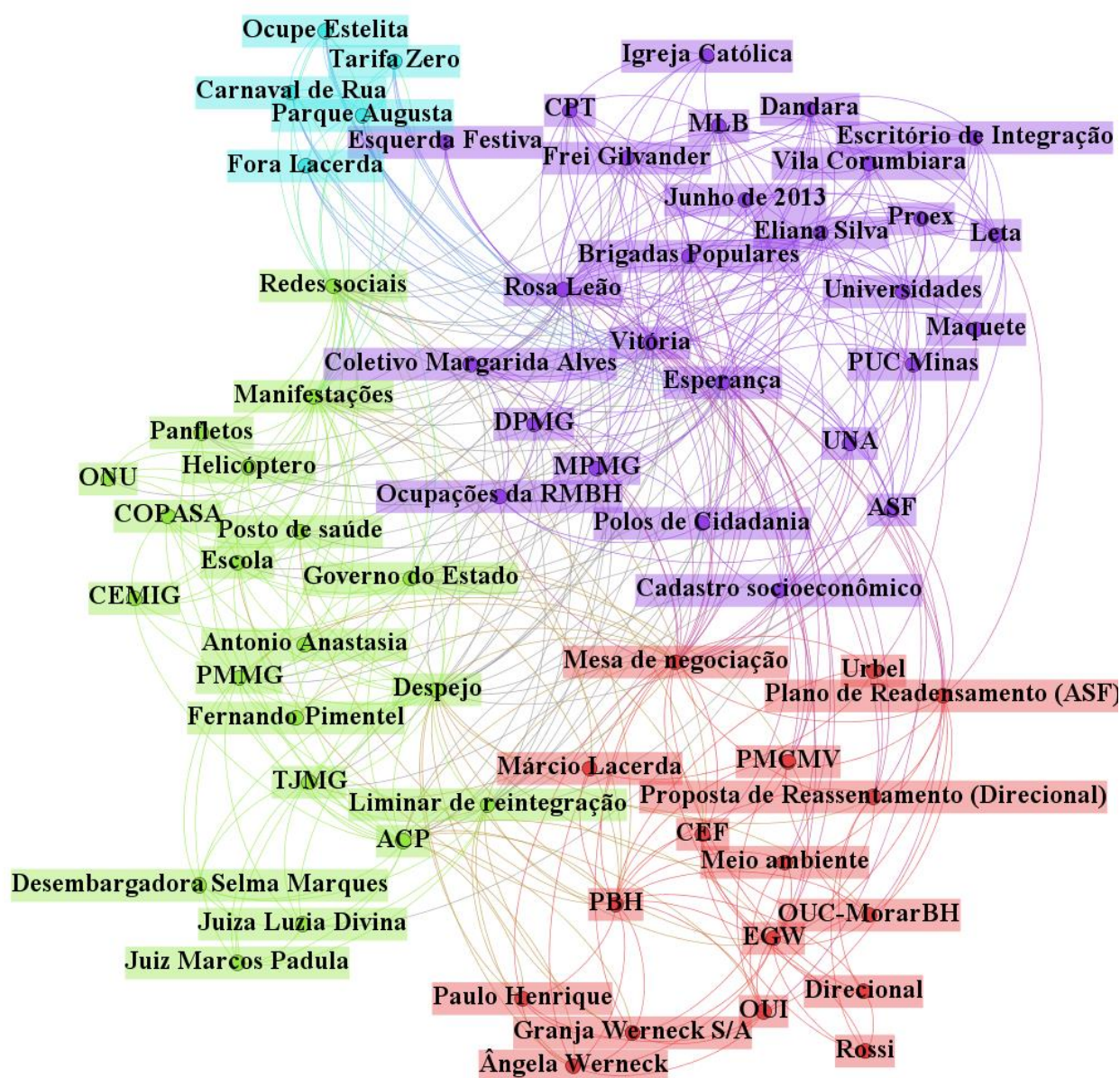
o cadastro socioeconômico realizado pela UNA, em parceria com a PUC Minas); *azul claro* (demais movimentos sociais apoiadores que estabelecem forte conexão com o movimento de resistência através das redes sociais e manifestações políticas e culturais); *verde* (instrumentos, instituições e atores não humanos que participam do processo de negociação, em especial, no âmbito jurídico); e *vermelho* (demais instituições ligadas associadas ao Estado e atores não humanos que pressionam o despejo, exceto pelo Plano de Readensamento da ASF). Desse modo, aqueles atores que apresentam um padrão de associação mais próximo se encontram no mesmo grupo e aparecem com a mesma cor.

Por sua vez, a distribuição do algoritmo aproxima ou repele os atores segundo suas associações e dissociações, conforme descrito na planilha do Excel. Assim, aqueles atores que mais se relacionam entre si se localizam mais próximos um do outro: por exemplo, Paulo Henrique, Granja Werneck S/A e Ângela Werneck, enquanto proprietários que lutam pela reintegração de posse, atuam em conjunto na maioria das vezes e se relacionam com os mesmos atores, de modo que se encontram muito próximos no diagrama e, ao mesmo tempo, estão distantes dos movimentos sociais que atuam na resistência, como o Tarifa Zero BH e o Fora Lacerda.

No entanto, como vimos na teoria de Latour (2012), grupos são formados em determinado momento, mas podem se desfazer em outro, segundo os interesses que direcionam suas ações. Desse modo, essa configuração apresentada é uma tentativa de esboço geral da rede sociotécnica do movimento de resistência e não expressa a variação da posição relativa dos atores ao longo do tempo diante da controvérsia. É possível afirmar que os grupos *roxo* e *azul claro* constituem os principais actantes que resistem ao despejo das ocupações, aproximando-se do que constitui a rede #Resistezidora. O grupo *roxo* é, também, a região onde as arestas são mais numerosas, ou seja, onde há um maior intercâmbio de ações. No entanto, sabemos que as ações empreendidas pelos grupos *verde* e *vermelho*, na prática, possuem um peso maior na controvérsia, em direção ao despejo.

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

Figura 37. Rede sociotécnica do movimento de resistência das Ocupações da Izidora



Fonte: Elaboração própria (Gephi).

Essa rede de ações e movimentos sociais urbanos em muito se assemelham àqueles analisados por Soja (2010), na cidade de Los Angeles, no final dos anos 1990, de onde o autor desenvolve sua noção de justiça espacial. Vimos que Soja insiste que, através do associativismo e da coalizão social, é possível descobrirmos uma maneira mais inclusiva de mobilização política, abrindo a possibilidade de produção de espaços mais justos. Esses movimentos, como o #Resistezidora, ainda que possuam uma pauta específica, desejam atuar sobre as geografias de privilégio existentes. Assim, a maior crítica que reúne esses elementos é uma oposição à forma com que o Estado, no caso, a PBH

3. MAPEAMENTO DE CONTROVÉRSIAS DA REDE #RESISTEIZIDORA

e o Governo do Estado, tem promovido políticas públicas e distribuição de recursos, reproduzindo as injustiças geográficas que Soja descreve.

Soja defende que as transformações que caminham no sentido da justiça espacial não têm na figura do Estado o ator que dá *origem* à ação. Este é, na verdade, a mobilização social que, por sua vez, pressiona o Estado (*destino*) por mudanças. No que tange ao planejamento urbano, acredito que sua aproximação da justiça urbana como parâmetro deve passar pela compreensão de redes como a apresentada acima e da incorporação de todos os grupos em suas deliberações. Uma forma justa de produzir o espaço da cidade é, portanto, aquela na qual o planejamento extrapola os elementos *verde* e *vermelho* (na **Figura 37**), assumindo as controvérsias que surgem ao longo deste processo infinito de produção e reprodução da vida.

4. APONTAMENTOS PARA O PLANEJAMENTO URBANO CONTEMPORÂNEO

4. APONTAMENTOS PARA O PLANEJAMENTO URBANO CONTEMPORÂNEO

Este é o momento em que destacamos as principais contribuições do estudo de caso nas Ocupações da Izidora para pensarmos a justiça urbana e novas perspectivas ao planejamento urbano contemporâneo. É preciso reforçar que a escolha desse objeto não se relacionou com a pretensão de que se trata de rara exceção diante da variedade de processos de produção do espaço presente em qualquer cidade de um país periférico. Entretanto, diante dos temas que me propus a debater e das perguntas que motivaram este trabalho, a controvérsia que se estabeleceu na Região da Izidora até o princípio de 2015 apresentou uma riqueza de elementos a serem analisados que darão suporte para responder a tais questões.

A pergunta central deste trabalho é: *como o movimento de resistência das Ocupações da Izidora impediu o despejo forçado e contribuiu para uma cidade mais justa?* Para responder à primeira parte, tentei apresentar a constituição da relação de forças por parte do Estado que mobilizaram a resistência (Capítulo II) e os diferentes atores envolvidos na rede *#Resistelzidora* (Capítulo III), capazes de impedir o cumprimento da reintegração de posse até o ano de 2014. Foram apontadas, também, algumas reflexões sobre como este movimento poderia contribuir para uma cidade mais justa. Para tanto, apresentei a relação entre o Plano da ASF entregue à mesa de negociação, no qual se propõe a incorporação das ocupações em um projeto urbanístico empreendido pelo Estado, aos moldes do que Fainstein (2010) sugere para uma cidade mais justa e, ainda, a associação que é possível estabelecer entre a rede *#Resistelzidora* formada e o que defende Soja (2010), no que tange à mobilização social e coalizão de movimentos na luta pela justiça espacial. Entretanto, para melhor responder à pergunta inicial, é preciso nos ater em mais dois pontos: *quais* são os desejos que essa resistência procura realizar? *Onde* se encontra a justiça urbana neste movimento de resistência?

Na introdução deste trabalho, ao apresentar a teoria da ANT, mostramos a preocupação que esta carrega em compreender as seguintes questões: *de que é feito o social? O que age quando estamos agindo? A que tipo de agrupamento nós pertencemos? O que queremos? Que tipo de mundo nós estamos dispostos a partilhar?* Novamente, os capítulos anteriores se esforçaram em responder às primeiras três questões. Resta-nos, portanto, debruçar-nos sobre as duas últimas para nos aproximarmos de uma resposta completa para a pergunta central retomada acima, uma vez que um mundo mais justo deve contemplar, também, nossos desejos. Então, voltemos ao estudo de caso: *o que querem os diferentes atores que analisamos da rede #Resistelzidora para o futuro das ocupações e da cidade? Que mundo desejam habitar?*

4. APONTAMENTOS PARA O PLANEJAMENTO URBANO CONTEMPORÂNEO

4.1. Cartografando desejos

As entrevistas com cada membro da rede de apoiadores das Ocupações da Izidora eram finalizadas com a seguinte pergunta: *qual o seu desejo para o futuro das Ocupações?* Não acredito que nossos desejos possam realmente ser expressos ou captados somente através da fala e, menos ainda, em uma rápida e pontual conversa. No entanto, alguns dos depoimentos que obtive compõem um material interessante de análise para tentar compreender a perspectiva que esses atores assumem da controvérsia que tentei mapear nos capítulos anteriores. Novamente, ao incorporar a abordagem da ANT, para saber o que os atores querem para o futuro das Ocupações, é preciso deixá-los se manifestar – lembrando-se de que, na verdade, essa manifestação se dá também de outras formas, que não a fala propriamente dita, as quais não foram exploradas aqui.

Charlene, moradora da Ocupação Rosa Leão, destacou sua esperança de que Márcio Lacerda (PSB) abandonasse seu preconceito e cumprisse seu papel como prefeito de Belo Horizonte. Para a moradora, as ocupações já se encontram consolidadas, com diversas construções, o que deveria descartar a possibilidade do despejo. Três preocupações se destacam no seu depoimento: a legitimidade da luta das ocupações urbanas, o acesso aos serviços urbanos de qualidade e o desejo de que as Ocupações da Izidora inspirem outras lutas.

O que esperamos é que a prefeitura veja a gente com um olhar de ser humano. Eles acham que aqui tem um monte de fantasmas, mas aqui tem pessoas, que votam, pagam imposto, são brasileiras e vivem no município. Então esperamos ser valorizados enquanto pessoas, que a prefeitura faça seu papel de urbanizar, colocar água e luz, porque a gente está no gato não é porque gosta, mas por necessidade, porque todo mundo queria ter uma conta de água e luz pra pagar para ter serviço de qualidade. Espera que o Estado também cumpra seu papel. Esperamos, em um futuro próximo, que aqui seja um bairro bom de se viver. E mais do que isso, que essa pequena ocupação de 1500 famílias seja exemplo de muitas famílias para garantir seu direito. E que seja exemplo de bairro e de lugar para muitos bairros de Belo Horizonte e RMBH que não têm a qualidade de vida que nós temos (Charlene, Ocupação Rosa Leão, 2015).

Por sua vez, Elielma, da Ocupação Vitória, afirma que o mais sensato a se fazer seria a desapropriação do terreno pelo Governo Federal, devido à quantidade de casas consolidadas e do perfil dos moradores. A moradora destaca que o povo não deseja nada de graça, mas estariam de acordo em pagar pelo imóvel aos poucos. E reforça que a vida em comunidade nas ocupações, mesmo na ausência de muitos programas assistenciais do governo e com a presença de diversos problemas, como em qualquer outro bairro, é possível ver no semblante de cada morador que estão vivendo bem. Ao perguntar sobre seu desejo, Elielma também destaca, como Charlene, o sonho de que a luta das ocupações urbanas sigam ocorrendo pela cidade.

4. APONTAMENTOS PARA O PLANEJAMENTO URBANO CONTEMPORÂNEO

Eu desejo que todo o mundo que precise de moradia tenha a sua casa. Eu desejo mais liberdade ao mundo. Eu desejo que ninguém tenha mais fome, nem sede, nem miséria. Posso não estar viva para ver isso, mas o que eu já lutei até hoje, junto com outros companheiros, a gente iniciou – ou deu continuidade, talvez – uma luta bonita e digna. Que sirva de exemplo para outros que não se desanimem - não vou falar não se acovardem, porque não se trata de covardia; quem vive em ocupação e já apanhou da polícia se sente oprimido. Eu quero que um dia, mais pra frente, outras pessoas continuem ocupando, porque é bonito ocupar. Moradia é um sonho, é o sonho mais lindo que existe: uma casa, não tem outro não (Elielma, Ocupação Vitória, 2015).

Rose, da Ocupação Esperança, também destaca seu desejo de que o governo olhasse para as ocupações com outros olhos e, ao invés de investir na ideia do despejo a qualquer custo, investisse na urbanização da comunidade, ofertando saneamento básico, água e luz, por exemplo. Seu sonho está focado, portanto, na qualidade de vida futura das famílias que ali vivem, com acesso aos serviços, como em qualquer outro bairro.

Meu sonho é escola, creche, igreja, posto de saúde, um pronto socorro dentro da comunidade, um posto policial (apesar de que a gente tem muito pé atrás com os policiais). Meu sonho é esse: ver tudo organizado. É muito bonito você chegar, entrar num bairro e ver tudo organizado (Rose, Ocupação Esperança, 2015).

Por parte do movimento social, o argumento é o mesmo: a necessidade de sensibilização do governo para que empreenda a urbanização das ocupações, uma vez que já se encontram consolidadas. Leonardo e Frei Gilvander, com os quais realizei a entrevista em um momento em que a mesa de negociação ainda se encontrava aberta, destacaram a esperança que tinham de que, através desta, fosse possível entrar em um acordo com o Estado que favorecesse a luta das ocupações e da reforma urbana, como enfatiza Leonardo.

Essas lutas que nós estamos fazendo vão acumulando e dando condição para uma luta maior, que é mudar as coisas com a reforma urbana. A gente gostaria que o diálogo tivesse acontecido desde o início. O Estado falava que estava conversando, mas estava tentando enrolar para fazer o jogo das construtoras. A gente queria que a capacidade e estrutura que o Estado tem para fazer o despejo fossem usadas para resolver o problema e urbanizar as comunidades. Vai lá e trata o negócio como tem que ser tratado! Vai ver a situação, quem que mora ali, o que se deve fazer. Ouve o que o povo está dizendo e resolve, garante as condições. Mesmo que não possa ser feito na velocidade devida, cria-se condição para começar a fazer (Leonardo, MLB, 2015).

É importante destacar quando Leonardo clama para que o Estado dialogue com os moradores das ocupações e compreenda sua situação e suas necessidades, o que coaduna com a ideia levantada por Latour (2012) da necessidade de dar voz aos atores para desenvolver uma controvérsia. Em seu depoimento, Frei Gilvander destaca, ainda, a resistência que se estabeleceu nas ocupações, a qual não pode ser ignorada pelo aparato público em nome de um despejo forçado.

Eu espero que prevaleça a sabedoria e a sensatez das autoridades, do Governo de Minas, do prefeito Márcio Lacerda e do TJMG, para não insistir em uma solução de força. O povo já investiu lá cerca de 50 milhões de reais e está devendo quase a metade disso, porque os aposentados pegaram empréstimos para pagar em três, quatro, cinco anos, descontados na aposentadoria. E tem o senso de comunidade, senso de pertença ao território. Desfazer isso é muito grave (Frei Gilvander, CPT, 2015).

4. APONTAMENTOS PARA O PLANEJAMENTO URBANO CONTEMPORÂNEO

Entretanto, na opinião dos arquitetos da ASF, não há nenhuma outra forma possível de diálogo institucional com o governo, o que fica claro na postura do prefeito Márcio Lacerda. Segundo Eduardo, o que a prefeitura está fazendo com as Ocupações da Izidora é o que tem realizado em outros locais onde há um conflito socioespacial: abandonar o planejamento e a gestão urbana daquela área. Além disso, destaca que o fato de a PBH não se abrir para o diálogo sobrecarrega os movimentos sociais e os apoiadores, enquanto não há uma pressão equivalente dos empresários para que haja o diálogo, pois não desejam que uma ocupação urbana seja legitimada pelo Estado. “O argumento que está sendo construído é de que a culpa do problema habitacional, em Belo Horizonte, é dos ‘irresponsáveis’ das ocupações urbanas”, diz Eduardo. O arquiteto afirma que os próximos anos serão marcados pela disputa política.

Não estou do lado nem do morador nem do movimento social, mas pelo direito à cidade. O nosso conhecimento deve ser utilizado em prol desse conceito revolucionário criado pelo Lefebvre. Assim, todos podem estar digladiando entre si, mas juntos e abertamente, jogando seus interesses na mesa. Todos ganham por participar desta disputa, inclusive o movimento social. É preciso abandonar o romantismo (Eduardo, ASF, 2014).

O arquiteto aponta também para a possibilidade do instrumento das ZEIS permitir uma experiência de produção do espaço diferente das situações análogas nos assentamentos informais em Belo Horizonte. Assim, destaca a importância de trazer a Secretaria de Planejamento Urbano para a mesa de negociação. Tiago, por sua vez, destaca a importância de pensar a OUI para iniciar a discussão da ocupação do terreno, para além da defesa pela garantia da casa para os pobres.

Vale destacar o depoimento de Rafael C., da Esquerda Festiva. O militante afirma que, além da manutenção das ocupações no terreno, deseja que os moradores não estejam focados nas concessões que o Estado pode fornecer, no sentido de esperar iniciativas que partam dele. Nesse sentido, sua fala se aproxima da visão de Soja, pois ainda que acredite que o Estado possa oferecer uma infraestrutura local e serviços urbanos necessários às famílias, destaca a importância de que seja mantido na comunidade um espírito de recusa à frustração diante da omissão da figura estatal. Além disso, Rafael C. destaca seu sonho em direção ao que compreendo como o empoderamento dos moradores, para que se envolvessem mais politicamente na comunidade e tivessem seu discurso valorizado no cotidiano.

4.2. Contribuições para a justiça urbana

Em uma reflexão sobre como as ocupações poderiam contribuir para a justiça urbana, Frei Gilvander destaca o conflito entre o capital e a dignidade humana que explicitam: enquanto, de um lado, há terrenos sem cumprir a função social e o interesse empresarial associado ao poder público do empreendimento, do outro, se encontra o movimento popular lutando por um direito elementar e justo,

4. APONTAMENTOS PARA O PLANEJAMENTO URBANO CONTEMPORÂNEO

que é a moradia digna. Assim, para o Frei, as ocupações urbanas não só podem como já estariam contribuindo para a justiça na cidade, porque, ao enfrentar o poder do capital e a especulação imobiliária, passam uma mensagem para toda a sociedade, inclusive milhares de famílias resignadas debaixo da “cruz do aluguel”, de que “o caminho mais salutar e frutífero é o caminho da luta coletiva organizada”, diz. Além disso, destaca que as ocupações estão demonstrando que é possível frear projetos como o grande Empreendimento Granja Werneck, o que contribui com o empoderamento de uma população historicamente excluída dos processos de planejamento da cidade.

Na leitura de Leonardo, a ocupação urbana é o “carro chefe” na luta pela reforma urbana, porque ela é a pauta que mais tem mobilizado o povo nos dias atuais. Além disso, ao mobilizar, é possível chamar a atenção para outros elementos, como mobilidade, acesso à educação de qualidade. Assim, uma luta estaria mobilizando a outra, todas em direção ao que seria mais justo para a cidade, ainda que seja preciso pensar em novas formulações do que seria essa cidade.

Tem um grande inspirador nosso, que é o Marx, que diz que antes de fazer política, religião, qualquer coisa, você tem que ter onde morar e se alimentar todos os dias. Nós não estamos inventando a roda, estamos nos baseando nisso. A pessoa tem que ter o básico para poder pensar e agir. Nós estamos lutando pelo básico para as outras coisas acontecerem. E entendendo que, quanto mais esse básico acontecer, mais gente vai se mobilizar para poder fazer as outras coisas. E a partir da conscientização, da atuação e organização do movimento, a coisa vai mudando. Precisamos de gente que pense, estude e formule sobre isso e difunda isso na sociedade. Só o MLB não vai fazer nada, por isso atua em conjunto com esses outros movimentos, e nós três também não seremos suficiente, precisamos congrega forças, organizações e grupos para que se tenha outra consciência política no Brasil (Leonardo, MLB, 2015).

Para a professora Leta, as ocupações urbanas são resultado da coexistência de uma necessidade premente por moradia e da possibilidade de se exercitar outros modos de vida, que se diferenciam do resto da cidade, descobrindo novos mecanismos de construir o espaço urbano. Assim, o que acontece atualmente na Região da Izidora não se diferencia daquilo que está presente em toda a cidade, exceto pela atuação do movimento de resistência, que acaba contribuindo com uma consciência política de uma parcela da população que não sabia que a possuía.

A novidade é os movimentos terem crescido tanto do ponto de vista de organização e de alcance. Porque essas pessoas que não sabem bem o papel político delas e seu papel na história - enquanto outros têm uma consciência muito clara disso - são atraídas por esse crescimento quase exponencial do poder de organização das ocupações. A coisa acaba esbarrando naquela pessoa, que do ponto de vista da formação política, não teria essa informação. Mas chega, porque as ocupações, do ponto de vista geográfico, se espalharam por todo lado. Então, de repente ela está do lado da minha casa e tem um vizinho que eu conheço que está lá. Era um conflito necessário; a parte injusta dele é que é muito sofrida para as pessoas que estão à frente do movimento, lidar com mentalidades tão distintas, interesses tão distintos. Pessoas que chegam por uma questão de necessidade e que vão desenvolvendo uma consciência política, convivendo com outros que continuam mercenariamente lidando com aquilo (Leta, Escritório de Integração, 2015).

4. APONTAMENTOS PARA O PLANEJAMENTO URBANO CONTEMPORÂNEO

Desse modo, adotando diferentes pontos de vista, foram apresentadas algumas perspectivas de como as ocupações urbanas têm contribuído para a justiça na cidade. Na introdução, ao evocar o trabalho da Fainstein, foram colocados os seguintes questionamentos pela autora: quais as qualidades de uma cidade justa? Em que medida tais qualidades se realizaram na história recente? Quais as forças (sociais e econômicas), políticas públicas e modelos de planejamento marcaram essa história? Quais estratégias podem ser adotadas para promover a justiça social e quais instituições podem ajudar nesse processo?

O caso das Ocupações da Izidora nos permite levantar alguns apontamentos para responder a essas questões. Talvez, o que mais tenha se destacado para uma cidade mais justa é a forma com que as ocupações tornam explícita a necessidade de promover a inclusão, dando voz àqueles excluídos da participação política no debate público - ainda que em uma falsa mesa de negociação -, o que historicamente tem sido realizado por meio da resistência. Em segundo lugar, é preciso realçar a magnitude que a força da coalizão de actantes que resistem a forças reprodutoras de geografias de injustiça pode ganhar na busca por satisfazer seus desejos em comum, o que, no caso das Ocupações da Izidora, certamente contribuiu para impedir o despejo no ano de 2014. O terceiro ponto que se sobressai é o reconhecimento de que ignorar essas vozes que resistem, como a PBH tem feito nos últimos anos com as ocupações urbanas, não contribui para uma cidade mais justa, *exceto*, pelo efeito inverso produzido, na medida em que fortalecem os movimentos de resistência.

No Capítulo II, ao rever a trajetória destes movimentos na história recente de Belo Horizonte, mostramos que a resistência sempre esteve presente, embora empreendida por atores distintos que possuem papéis também distintos na sociedade - ainda que sempre resistam a forças de poder, na maioria das vezes, empreendidas pelo Estado. Desse modo, enquanto a rede *#Resistelzidora* ganha importância no cenário local contemporâneo de luta por uma cidade mais justa, em um momento posterior, novas forças serão agregadas e atuarão em conjunto na luta por seus interesses em torno de uma outra disputa sociotécnica, seja inserida no contexto habitacional ou outro. Por essa razão, o estudo de caso das Ocupações da Izidora serve apenas como ilustração de potências que surgem e insurgem na cidade, mas que se encontram em um processo contínuo de substituição. A questão central que devemos nos fazer é como essas insurgências podem colaborar para a constituição de um imaginário no qual novas formas de ver o mundo são possíveis e novos meios de transformá-lo também surgem.

4.3. E o planejamento urbano?

Será possível ao planejamento urbano lidar com essa dinâmica de movimento? Como confirma a obra de Fainstein (2010), os planejadores se questionam constantemente sobre como seu trabalho pode afetar os usuários da cidade e quais princípios devem orientá-los para tanto. Contudo, Soja (2010), considerando a via institucional do planejamento, via Estado, se mostra pessimista com relação a qualquer iniciativa do poder público no que tange à incorporação de tais princípios, por mais que consigamos defini-los – e isso também é visível no depoimento dos arquitetos da ASF, por exemplo. Inicialmente, a formação da mesa de negociação demonstrou um avanço no sentido de dar voz aos moradores e ao movimento de resistência para opinarem sobre o futuro da Região da Izidora. No entanto, após dezenas de reuniões, vários dos entrevistados alegaram que não haveria concessões por parte do Estado e dos empresários para abrigar todas as famílias necessitadas. Portanto, o estudo de caso das Ocupações da Izidora aponta para a dificuldade de pensar em uma forma de planejamento urbano capaz de lidar com as novas insurgências que se destacam em uma luta por um modelo de produção do espaço. Isso é problemático, especialmente, porque essa população mobilizada nas ruas ainda espera muito do Estado, conforme alguns declararam em seus depoimentos.

Retomando o pensamento de Friedmann (1991), o planejamento urbano tradicional teria resultado de uma ciência que trabalhava a serviço da comunidade, em uma prática com ênfase na razão técnica e na racionalidade social. Entretanto, a prática do planejamento se constituiu pela preocupação com a racionalidade social, em um consenso político o qual, muitas vezes, conduziu o Estado a apoiar atividades com fins lucrativos do setor privado, correspondentes à racionalidade de mercado. Desse modo, o conflito entre as diversas necessidades sociais em disputa pelos subsídios públicos culminou no apoio aos interesses do capital, o que ajuda a entender o surgimento do planejamento estratégico como vertente hegemônica nos últimos anos.

Em última análise, a sua legitimidade (do Estado) depende da mobilização política das pessoas que atuam em defesa de seu próprio interesse coletivo. Como instrumento de orientação social, a prática real de planejamento inevitavelmente reflete neste papel complexo e conflitivo¹⁸⁶ (FRIEDMANN, 1991, p.46).

O que Friedmann (1991) mostra é que, no planejamento urbano, há um conflito que contrasta a racionalidade social e a racionalidade do mercado: a primeira só prevalece se houver mobilização política em larga escala, o que explica o privilégio que tem sido garantido pelo Capital, sob a hegemonia da segunda racionalidade. O Estado, enquanto instituição e espaço de disputa entre

¹⁸⁶ “En el análisis definitivo, su legitimidade (*do Estado*) depende de la mobilización política de las personas que actúan en defensa de su propio interés colectivo. Como instrumento de orientación social, la práctica real de planificación inevitablemente refleja este complejo y conflictivo rol”.

4. APONTAMENTOS PARA O PLANEJAMENTO URBANO CONTEMPORÂNEO

diversos atores, é um *mediador* - aqui, a palavra vem de Friedmann, mas acredito que valha, também, para Latour (2012) - desse conflito: na produção da racionalidade de mercado, a busca ilimitada pelo lucro destrói os laços de reciprocidade que fundamentam a vida social; por essa razão, o Estado se vê na necessidade de adotar um planejamento que estimule os interesses do capital sem interferir na vida comum, tarefa esta que o planejamento estratégico tem tentado cumprir, ainda que, em algumas vezes, sem sucesso, como podemos contemplar em Belo Horizonte com as Ocupações da Izidora¹⁸⁷.

Conforme colocado por Souza (2009), as relações de poder determinam um território, espaço complexo no qual há um conjunto de interesses a serem conquistados. Em certa medida, isso explica os diferentes rumos e modelos de planejamento urbano existentes, como o planejamento centralizado, planejamento estratégico, planejamento participativo, planejamento autônomo ou planejamento insurgente. Cada modelo visa ao interesse de um setor da população, de modo que sua aplicação consiste na privação dos interesses dos outros setores. O planejador possui um papel nesse sentido, na medida em que detém certo poder de direcionamento da política pública, ainda que submetido a forças políticas. Contudo, é preciso descentralizar essa figura do processo de transformação social - do contrário do que tem sido feito e que fica claro no exemplo das ocupações urbanas -, na medida em que está inserido em uma rede de atores que pode ou não promover agenciamentos em direção à justiça social. Afinal, ainda que um técnico que trabalhe para a PBH tenha um grau de decisão – e mais do que isso, *um desejo* – sobre o destino da Região da Izidora, seu agenciamento se relaciona, em alguma medida, tanto ao do prefeito quanto ao das Ocupações que resolveram se instalar ali. Talvez seja mais promissor compreender as diferentes possibilidades de vínculos a serem estabelecidos entre esses atores e como direcioná-los para a produção de cidades mais justas – o que, a meu ver, se assemelha à política que os Arquitetos Sem Fronteira procuram empreender, para citar um exemplo.

Segundo Friedmann (1991), um modelo de planejamento racional se manteve em voga, mesmo após várias críticas, devido à ausência de uma teoria competente que se contrapunha à racionalidade metodológica. No entanto, o autor alega que apelos à transformação social podem ser atendidos graças aos momentos de crise, que desestabilizam o sistema de ordem político.

¹⁸⁷ Friedmann destaca três movimentos possíveis para o sistema de ordem político: manutenção, mudança e transformação. Segundo o autor, é comum que o Estado busque reprimir as ações de transformação do sistema, se fechando internamente e expressando abertamente a vontade e os interesses materiais da classe dirigente que detém o poder. Por sua vez, a transformação social a partir da prática revolucionária pode se infiltrar dentro do sistema político existente, ainda que seu objetivo seja sua dissolução.

4. APONTAMENTOS PARA O PLANEJAMENTO URBANO CONTEMPORÂNEO

A pressão por uma transformação de todo o sistema é intensificada quando, no curso de uma crise que afeta todo o sistema, a autoridade legítima do Estado diminui, e o próprio Estado torna-se tão fraco, que não pode suprimir com êxito por mais tempo as práticas radicais da comunidade política¹⁸⁸ (FRIEDMANN, 1991, p.56).

Podemos considerar que o fortalecimento do movimento de resistência das ocupações urbanas em Belo Horizonte, que teve na Izidora seu auge no ano de 2014, compõe um quadro de crise por parte do Estado, que não tem cumprido com sua responsabilidade de garantir as condições gerais de produção (MONTE-MÓR, 2006). A omissão do prefeito Márcio Lacerda diante da mesa de negociação é o grande exemplo disso, e o depoimento abaixo de Tiago, da ASF, confirma como essa recusa tem reforçado o processo de ocupação na cidade. Assim, baseando-se na leitura de Friedmann, trata-se de um momento no qual as pressões por transformações se tornam mais propícias, o que, a meu ver, pode caminhar no sentido das reformas não reformistas de Fainstein (2010) por uma cidade mais justa.

Essa ação do poder público de reprimir esse evento político através das famílias desarticuladas tem um efeito benéfico ao poder público momentâneo, porque agora esse povo de Vespasiano [*referência ao despejo da Ocupação Santa Maria*] conheceu o Frei Gilvander, o MLB e as Brigadas Populares, e se liga a grupos muito bem articulados. Assim, essa estratégia de repressão não resolve o problema. Essa ilusão é recorrente. E nesse momento, em que há uma convulsão política e todos parecem dispostos a partir para uma ação política real e não ficar somente ouvindo o que as instituições podem fazer por você, a tendência disso piorar é muito grande. Por isso, a melhor ação não é a repressão, e, sim, conversar. Se a PBH tivesse conversado lá atrás, quando começou a Dandara, será que teria surgido Eliana Silva, Guarani Kaiowá e a Izidora? Eu falo de conversar não no sentido de segurar um processo político, mas no de garantir que essas pessoas participem do processo e isso o poder público não está aberto e, por isso, continua cometendo os mesmos erros (Tiago, ASF, 2015).

De certo modo, esse depoimento é uma reafirmação de que, ainda que o planejamento urbano, na sua forma institucionalizada, insista em ignorar as vozes da rua, essa resistência surte efeitos na produção do espaço com os quais precisa lidar eventualmente. Ainda que isso pareça óbvio, seguem ausentes políticas habitacionais que dialoguem com práticas culturais que estão estabelecidas no Brasil, e o Estado insiste em substituí-las por políticas que não atendem amplas camadas da população que nunca foram convidadas a participar de nada.

Gostaria de reproduzir os seguintes questionamentos apontados por Friedmann (1991): para quem serve o planejamento? Para aqueles com força o suficiente para empreender uma ação? E, se assim for, o planejamento é, então, um instrumento de dominação nas mãos dos atores com capacidade de promover seus próprios interesses, estando fadado a servir somente quem detém o poder? Ou pode atuar em conjunto com as mobilizações sociais? Como fazer isso, sem afetar suas pretensões de conhecimento objetivo? Ou seja, “será provável que os atores apaixonados admitam,

¹⁸⁸ “La presión para una transformación de todo el sistema se intensifica cuando, en el curso de una crisis que afecta a todo el sistema, la autoridad legítima del estado disminuye, y el estado en si mismo se debilita tanto que no puede reprimir con éxito por más tiempo las prácticas radicales de la comunidad política”.

4. APONTAMENTOS PARA O PLANEJAMENTO URBANO CONTEMPORÂNEO

com uma mente aberta, conselhos que são contraditórios às suas próprias percepções e crenças?”¹⁸⁹ (p.64). E, finalmente, são os planejadores simplesmente profissionais contratados ou coautores na produção do espaço?

Todos esses pontos são relevantes e culminam, inevitavelmente, em um novo questionamento acerca da própria validade do planejamento urbano. Afinal, se estudiosos e profissionais do planejamento urbano não têm agido da maneira adequada, para que serve o planejamento? Se há planejamento, para quem devemos conduzi-lo? E ainda que respondamos às questões anteriores, é possível driblar as relações de poder empreendidas pela racionalidade de mercado em prol da justiça urbana?

Uma possibilidade de lidar com esse problema é recorrer à literatura pós-estruturalista, conforme realizei na introdução deste trabalho. A entrada das ideias pós-estruturalistas, especificamente nos estudos sobre o planejamento urbano, segundo Philip Allmendinger (2009), se deu em um contexto no qual a teoria do planejamento se afastara da prática, em uma tentativa de reaproximação através de um paradigma pós-moderno. Assim, na busca de se contrapor à verdade absoluta, pautada na racionalidade instrumental preconizada pela modernidade, surgiu o planejamento pós-estruturalista. Segundo o autor, essa perspectiva consiste em compreender as relações entre os diversos processos que constituem o espaço, definindo linhas de ação alternativas ao interesse de uma minoria priorizada. Entretanto, surge um impasse quando, através do planejamento, o pós-estruturalismo busca criar permanências a partir dos fluxos desses processos de criação do espaço, uma vez que a filosofia defende que o espaço não é, mas está sempre *se tornando* (como em um *devenir-espaço*). Contudo, é nesse movimento, marcado pelo paradoxo temporário-permanente, que o planejamento pós-estruturalista atua como força estruturante na transformação do espaço.

Como já vimos anteriormente, não se trata de rejeitar os pressupostos de outros métodos filosóficos, mas de trabalhar dentro deles para desconstruir seu essencialismo, determinismo e naturalismo. Talvez por essa razão, Williams (2012) interpreta que seus seguidores acreditam em uma dimensão que supera a ciência, englobando desejos, atos e pensamentos e aproximando-se da arte. Seu propósito é atuar na busca por mudanças em um processo político ativo que mantenha a democracia viva e, para tanto, lutam pela abertura de novas possibilidades e revitalização de direitos. Assim, seus ideais podem ser associados ao ativismo político - contrapondo-se, contudo, aos movimentos utópicos.

¹⁸⁹ "¿Es probable que los actores con compromisos apasionados admitan con una mente abierta consejos que son contradictorios con sus propias percepciones y creencias?"

4. APONTAMENTOS PARA O PLANEJAMENTO URBANO CONTEMPORÂNEO

O pós-estruturalismo envolve uma crítica da política utópica e uma reflexão sobre como manter o desejo por um mundo melhor sem uma imagem fixa do que este mundo deveria ser (WILLIAMS, 2012, p. 41).

Logo, é possível questionarmos a relevância do planejamento em si, considerando sua forte associação com o Estado e sua capacidade de assujeitamento dos corpos, em especial através do trabalho do profissional (o planejador) que muito se associa ao *intellectual universal* em Foucault (2010) – o homem da justiça, que defende uma noção de que é possível representar a consciência de todos em um sujeito livre, consciente e justo. O conceito do devir nos permite pensar em linhas de fuga que possibilitam que o planejamento seja reapropriado, de modo a gerar novos estilos de vida, onde é essencial a participação do *intellectual específico* (FOUCAULT, 2010), que se mobiliza pela produção do pensamento a partir das lutas comuns, ou seja, em sua prática cotidiana - pensando nas ocupações urbanas, estamos falando especialmente da rede #Resistezidora.

Nesse contexto, surgiu, nos últimos anos, a vertente do *planejamento radical* ou *planejamento insurgente*. Segundo Faranak Miraftab (2009), nesta era neoliberal, as cidades do Sul Global têm ampliado sua relevância nos estudos do planejamento radical. Trazendo novas características que se diferenciam da onda que se deu nos anos 1970 nos países europeus, as experiências vivenciadas nas cidades do sul da África ou nas metrópoles brasileiras dão vida a um novo conceito que tem sido trabalhado por alguns autores, que é o do planejamento insurgente. Este possui caráter contra hegemônico, por desestabilizar a ordem vigente; transgressivo, por transpor as fronteiras do tempo (memória histórica) e do espaço (consciência transnacional); e imaginativo, por acreditar em outro conceito de mundo.

A ideia do planejamento insurgente, de acordo com Miraftab, passa pela compreensão do conceito de *cidadania insurgente*. O poder hegemônico do neoliberalismo, conforme vimos na *cidade pátria* de Vainer (2000), se apoia na legitimação da cidadania e na percepção dos cidadãos de inclusão, ainda que esta não seja acompanhada por um processo de redistribuição material, se limitando ao nível simbólico da questão. A subversão desta lógica demanda práticas contra-hegemônicas de movimentos sociais que exponham tais relações de dominação normalizadas. As práticas de cidadania insurgente, portanto, estão relacionadas com as arenas formal e informal da política, em lutas pelo reconhecimento e redistribuição, se assemelhando com os ideais da justiça social, em especial nas discussões apresentadas por Iris Marion Young, que inspiraram o trabalho de Soja (2010) e Fainstein (2010).

Uma das principais características do planejamento insurgente está em sua fluidez em manifestações de inclusão e resistência. Tais práticas buscam ocupar espaços de cidadania convidativos (*invited*) e inventados (*invented*): os espaços convidativos, como o nome sugere, são

4. APONTAMENTOS PARA O PLANEJAMENTO URBANO CONTEMPORÂNEO

aqueles legitimados pelo poder hegemônico - Estado, mídia, agências internacionais – para lidar com situações de dificuldade, enquanto que os espaços inventados resultam das ações coletivas que confrontam diretamente as autoridades e desafiam o *status quo* (MIRAFTAB, 2009). No caso das Ocupações da Izidora, as notícias de jornais que passaram a lidar com o tema das ocupações urbanas em Belo Horizonte, algo anteriormente ignorado pela mídia, representa a criação de um *espaço convidativo*; o mesmo se pode dizer da mesa de negociação, como resultado da resistência. Por sua vez, eventos como Revirada Cultural e a ocupação de espaços públicos em geral confirmam exemplos de um *espaço inventado*. Contudo, conforme afirma Miraftab, é importante ter cautela e não compreender ambos os espaços como uma análise binária, conforme o poder hegemônico insiste em divulgar, e, sim, em uma relação de interação constante. Desse modo, o planejamento insurgente tem como tarefa, também, a superação dessa compreensão binária das ações e relações sociais.

Neste momento neoliberal, a cidadania tangível não chega através de instituições legislativas do Estado. É algo que cresce sob a pele da cidade, isto é, como uma cidade invisível, através das práticas insurgentes das comunidades marginalizadas - sejam marginalizados imigrantes, étnicos, minorias raciais e de gênero do mundo industrializado; ou cidadãos das ocupações do Sul Global¹⁹⁰ (MIRAFTAB, 2009, p.40).

O que a autora propõe é que o planejamento insurgente deve se aproveitar das brechas geradas pela governança neoliberal, na promessa de uma cidadania inclusiva, para superar essa noção bifurcada da sociedade civil e reapropriar os espaços de ação coletiva pela liberdade. Isso significa, portanto, para o caso das Ocupações da Izidora, que todo e qualquer espaço de cidadania tem seu devido papel na resistência e luta pela justiça urbana. Ainda, segundo Miraftab, isso deve se transpor ao campo do planejamento urbano como disciplina e profissão, de modo que o trabalho dos planejadores deve ir além dos espaços de participação legitimados pelo poder hegemônico – e nessa perspectiva se inserem trabalhos como este. A insurgência aqui se refere à *ação* e à *prática*, não à figura de um planejador insurgente, o que se torna claro, na medida em que se observa que, em cidades como as brasileiras, apenas uma pequena parcela do espaço se desenvolve a partir de uma estrutura formal e profissional de planejamento.

Os protagonistas do desenvolvimento urbano passaram de agências de planejamento para processos informais de base comunitária; de planejadores profissionais e planejamento formal para ativistas de base e estratégias¹⁹¹ (MIRAFTAB, 2009, p.42).

¹⁹⁰ “In this neoliberal moment tangible citizenship does not arrive through the state’s legislative institutions. It rather grows under the skin of the city, that is as an invisible city, through the insurgent practices of marginalized communities – be it disenfranchised immigrants; ethnicized, racialized and gendered minorities of the industrialized world; or the squatter citizens of the global South”.

¹⁹¹ “The protagonists of urban development have thus shifted from planning agencies to community-based informal processes; from professional planners and formal planning to grassroots activists and strategies”.

4. APONTAMENTOS PARA O PLANEJAMENTO URBANO CONTEMPORÂNEO

A prática do planejamento insurgente, contudo, depende da adoção de uma nova consciência, passando por um processo de descolonização da imaginação dos planejadores, superando o compromisso com a modernização e com um modelo de cidade ocidental como objeto de desejo. Para tanto, na visão de Miraftab, é preciso um estímulo à memória coletiva, onde se encontra seu caráter transgressivo: superando os limites do tempo, buscando uma consciência pautada na história. A isso eu acrescentaria a perspectiva crítica espacial a que Soja (2010) faz referência em sua obra, o que nos aproximaria da superação das geografias de injustiça. Contudo, Miraftab destaca, também, o caráter imaginativo do planejamento insurgente, que busca recuperar o idealismo por uma sociedade justa, o que determina sua aproximação com os ideais de justiça social: “Acima de tudo, planejamento insurgente se atém teimosamente ao seu ideal de justiça”¹⁹² (MIRAFTAB, 2009, p.46).

Considerando a realidade vivida nas metrópoles brasileiras, as políticas públicas no cumprimento da função social da cidade e na garantia das condições gerais de produção ainda são necessárias, o que implica o convívio com o planejamento urbano em sua via institucionalizada, ainda que saibamos que se trata de um instrumento de dominação. Entretanto, precisamos seguir buscando linhas de fuga no território do planejamento e pensar em novas formas de resistência.

Segundo Jean-Luc Nancy (2013), a cidade tem seu sentido projetado nela e está à espera de sua figura. Assim, cabe às diversas singularidades produzir essa figura, a partir dos agenciamentos dos corpos, conforme Harvey (2013), reimaginando e refazendo nosso mundo urbano. Deleuze (1992) fala explicitamente dessa esperança de um novo mundo:

Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos. (...) É ao nível de cada tentativa que se avaliam a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle. Necessita-se ao mesmo tempo de criação e povo (DELEUZE, 1992, p.218).

O uso dos conceitos da teoria pós-estruturalista para conduzir o planejamento urbano às linhas de fuga na dinâmica de produção do espaço da cidade aqui defendido consiste na constituição de espaços lisos como uma forma de reaproximação da cidade *a lo lejos*¹⁹³ (NANCY, 2013), configurando uma cidade em que os corpos desejam viver. Michel de Certeau (1996) também desenvolveu essa ideia, defendendo *a arte de fazer* como uma técnica de resistência urbana, de reapropriação do espaço, explorada por ele a partir do ato de *caminhar* como a criação de espaços de enunciação (nômade e delinquente). Caminhar é a procura de um lugar próprio, a partir da inscrição do corpo no texto da ordem (o *relato*), produzindo o espaço como lugar praticado (o espaço liso de Deleuze e

¹⁹² “Above all, insurgent planning holds stubbornly to its ideal of justice”.

¹⁹³ Referência à obra de Jean-Luc Nancy, *La ciudad a lo lejos* (2013), que, traduzido, seria *A cidade distante*.

4. APONTAMENTOS PARA O PLANEJAMENTO URBANO CONTEMPORÂNEO

Guattari). De Certeau afirma, ainda, que planejar a cidade é *pensar a cidade* – talvez o lugar do planejador se encontre exatamente aqui – mas a partir de um pensamento plural – eu acrescentaria, sem centralidades. Isso tudo nos faz voltar à proposta multitudinária nômade, uma das principais mensagens que a teoria pós-estruturalista pode trazer para este momento de crise do planejamento urbano contemporâneo e que está bem resumida na citação abaixo do Movimento Passe Livre (MPL) de São Paulo, em referência às Jornadas de Junho de 2013:

A ação direta dos trabalhadores sobre o espaço urbano, o transporte, o cotidiano da cidade e de sua própria vida não pode ser apenas uma meta distante a ser atingida, mas uma construção diária nas atividades e mobilizações, nos debates e discussões. O caminho se confunde com esse próprio caminhar, que não começou em Salvador e não vai terminar em São Paulo (MPL, 2013, p.17-18).

4.4. Reflexões finais

Segundo Latour, “estudar é sempre fazer política no sentido de reunir ou compor aquilo de que é feito o mundo comum” (LATOURE, 2012, p.364). A influência dessa bibliografia no estudo de caso se encontrou na compreensão do fenômeno da rede *#Resistezidora* para além de um simples resultado da dinâmica capitalista de produção da cidade informal nas grandes metrópoles dos países periféricos. O olhar direcionado para as ocupações buscou explicitar os conflitos de interesses estabelecidos pelos moradores, lideranças, movimentos sociais, universidades, ativistas sociais, proprietários de terra e governantes em sua essência, evitando traçar previamente o papel e as intenções dos atores envolvidos nesta questão.

Talvez sinta prazer em dar uma 'explicação poderosa', mas é justamente aí que reside o problema: você participa da expansão do poder, e não da re-composição de seu conteúdo. Embora isso evoque falas políticas, nem de longe aborda o esforço político, pois nada faz para agrupar os candidatos num novo agrupamento que responda às necessidades específicas deles (LATOURE, 2012, p.369).

Para além das motivações acadêmicas e científicas que permearam a produção desta pesquisa, desejo que os resultados apresentados possam ser apropriados como instrumento na luta do movimento de resistência das Ocupações da Izidora. Logo, esta dissertação foi, também, uma tentativa de documentar alguns passos realizados por esses atores “protagonistas” da trajetória que queremos traçar por uma cidade mais justa.

Segundo Doreen Massey (2008), geógrafa que dialoga com o trabalho de Latour:

(...) pensar no espaço de um modo específico pode perturbar a maneira como certas questões políticas são formuladas, pode contribuir para argumentações políticas já em curso e – mais profundamente – pode ser um elemento essencial na estrutura imaginativa que permite, em primeiro lugar, uma abertura para a genuína esfera do político (MASSEY, 2008, 30).

4. APONTAMENTOS PARA O PLANEJAMENTO URBANO CONTEMPORÂNEO

Desse modo, compreendo que, antes de realizar nossos estudos urbanos, precisamos entender que *a forma como pensamos o espaço vai interferir no grau de abertura a novas possibilidades de construção política que teremos*. A ruptura ontológica proposta por Latour, ao incluir atores não humanos, é um procedimento que vai mudar esse grau de abertura¹⁹⁴. Se, ao falarmos de planejamento insurgente, inserirmos no debate que não se trata de dar voz somente aos atores *humanos* excluídos, mas também aos *não humanos* – como as plataformas de mapeamento coletivo de nossos dispositivos móveis, o meio ambiente, a LPOUS –, nos encontraremos em um novo horizonte de trabalho. O grande desafio que se coloca, talvez, seja *como* que pensar a partir do espaço urbano pode nos aproximar de uma nova forma de se fazer política.

Por fim, refletindo sobre nosso papel como planejadores, arquitetos ou acadêmicos, aposto na ideia de não nos colocarmos como figuras centrais no processo de transformação, mas nos reconhecemos como *mais um* nó de uma rede de atores que detém certo poder diante das inúmeras controvérsias nas quais estamos inseridos. Assim, não se trata de *qual* contribuição deve ser dada, mas *como* iremos contribuir, conforme expõe Venturini (2010). Por essa razão, baseando-me na filosofia implícita na ANT, acredito que nosso papel seja investigar as controvérsias presentes na produção do espaço e apresentar o maior número de visões de mundo nesta, dando oportunidade para que o máximo de atores expresse seus desejos – sem a pretensão de atingir uma totalidade. Desse modo, estaremos concedendo ao outro a oportunidade de mudar o mundo juntamente conosco. A produção acadêmica pode nos ajudar a compreender os diferentes olhares que existem sobre o mundo comum em que vivemos. Ao mesmo tempo em que compreendemos, outras possibilidades de planejamento –ou *não planejamento* – surgirão, as quais, talvez, nos aproximem do ideal de justiça urbana.

¹⁹⁴ Estas considerações, no que tange à influência da ANT nos estudos urbanos, foi melhor desenvolvida em um trabalho anterior realizado em coautoria com Cecília Reis Alves dos Santos e Júlia de Carvalho Nascimento (2015).

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Juliana. ¡Resiste, Isidoro! In: El Huffigton Post, Madri, 31 de agosto de 2014. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.es/juliana-afonso/isidoro-brasil_b_5732302.html?utm_hp_ref=spain>. Acesso em: 12/06/2015.
- ALLMENDINGER, Philip. *Planning theory*. New York: Palgrave Macmillan, 2009.
- ALVARES, Lúcia Maria Capanema; TEIXEIRA, Débora Barreto Amaral; LANSKY, Samy. A opção pelo planejamento estratégico e os conflitos urbanos manifestos em Belo Horizonte (MG). In: *Anais... XIII Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional: Florianópolis, 2009*.
- AMIN, Ash. Telescopic Urbanism and the Poor. In: *City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action*, 17:4, p. 476-492, 2013.
- AMIN, Ash. *Lively Infrastructure (Forthcoming, Theory, Culture and Society)*. 2014. Disponível em: <<https://www.repository.cam.ac.uk/bitstream/handle/1810/246366/OA2017.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12/06/2015.
- ARAÚJO, Wânia Maria de e MELLO, Ediméia Maria Ribeiro de. *Movimentos Sociais: reflexões sobre o século XX e as conexões possíveis com as experiências do século XXI*. In: MACHADO, Lucília Regina de Souza; AFONSO, Maria Lúcia Miranda. *Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- ARQUITETOS SEM FRONTEIRA BRASIL (ASF). Memorial Justificativo. In: ASF. *Plano de Reassentamento Compartilhado das Ocupações da Izidora*. 2014. No prelo.
- ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE (APCBH). *Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Norte*. Coordenador, Raphael Rajão Ribeiro. – Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2011.
- AVRITZER, Leonardo. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- BAETA, Juliana. Por não permitir venda de lotes em ocupação militante é assassinado. In: *O Tempo Cidades*, Belo Horizonte, 01 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/por-n%C3%A3o-permitir-venda-de-lotes-em-ocupa%C3%A7%C3%A3o-militante-%C3%A9-assassinado-1.1018279>>. Acesso em: 12/06/2015.

BAKER, Jennifer. Massacre Announced: Brazil PM to evict 20K people in \$6.5B land grab. In: Revolution News, 08 de dezembro de 2014. DISPONÍVEL EM: <<http://revolution-news.com/massacre-announced-brazil-pm-to-evict-20k-people-in-6-5b-land-grab/>>. Acesso em: 12/06/2015.

BELCHIOR, Douglas. Docentes do Brasil e do mundo dizem não ao despejo de 8 mil famílias em Belo Horizonte. In: *Carta Capital*. 22 de Agosto de 2014. Disponível em: <http://negobelchior.cartacapital.com.br/2014/08/22/docentes-do-brasil-e-do-mundo-dizem-nao-ao-despejo-de-8-mil-familias-em-belo-horizonte/>. Acesso em: 30/10/2014.

BELO HORIZONTE. *Lei n. 82 de 24 de outubro de 1914*. Autoriza conceder o terreno. Disponível em: <http://cm-belo-horizonte.jusbrasil.com.br/legislacao/239371/lei-82-14?ref=topic_feed>. Acesso em: 01/06/2015.

BELO HORIZONTE. *Lei n. 1.195 de 09 de agosto de 1965*. Autorizo doação de terreno às Obras Sociais da Paróquia da Boa Viagem. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1965/119/1195/lei-ordinaria-n-1195-1965-autorizo-doacao-de-terreno-as-obras-sociais-da-paroquia-da-boa-viagem-1965-08-09-versao-compilada.html>>. Acesso em: 01/06/2015.

BELO HORIZONTE. *Lei n. 3.106 de 02 de outubro de 1979*. Autoriza a alienação de terreno doado à Fundação Obras Sociais da Paróquia da Boa Viagem. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1979/311/3106/lei-ordinaria-n-3106-1979-autoriza-a-alienacao-de-terreno-doado-a-fundacao-obras-sociais-da-paroquia-da-boa-viagem>>. Acesso em: 01/06/2015.

BELO HORIZONTE. *Lei n. 7.165 de 27 de agosto de 1996*. Institui o Plano Diretor de Belo Horizonte. Disponível em: <<http://cm-belo-horizonte.jusbrasil.com.br/legislacao/237742/lei-7165-96>>. Acesso em: 01/06/2015.

BELO HORIZONTE. *Lei n. 7.166 de 27 de agosto de 1996*. Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo Urbano. Disponível em: <<http://www.rmbh.org.br/pt-br/repositorio/municipios/belo-horizonte/lei-n-7166>>. Acesso em: 01/06/2015.

BELO HORIZONTE. *Lei n. 10705 de 16 de janeiro de 2014*. Institui a Operação Urbana BH Morar/Capitão Eduardo e dá outras providências. Disponível em: <<http://cmbhsilinternet.cmbh.mg.gov.br:8080/silinternet/consultaNormas/detalheNorma.do?jsessionid=DEBF2B318EDAB12E82524AD7A95FED7F?id=2c907f764335bcfe0143a0030d7b0249&metodo=detalhar>>. Acesso em: 01/06/2015.

BENSAÏD, Daniel; PROUST, Françoise. Résister à l'irrésistible: Entretien avec Françoise Proust (1998). In: *Le site Daniel Bensaïd*. Disponível em: <<http://www.danielbensaid.org/Resister-a-l-irresistible?lang=fr>>. Acesso em: 01/06/2015.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Erminia. *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. 2ª edição. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979.

BONIS, Gabriel. Especulação imobiliária engole área verde da cidade de BH. In: *Ecológico*, 09 de abril de 2012. Disponível em: <<http://www.revistaecologico.com.br/noticia.php?id=250>>. Acesso em: 01/06/2015.

BOULOS, Guilherme. *Por que ocupamos?* Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scortecci, 2012.

BRASIL. *Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 12/06/2015.

BRASIL. *Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009*. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm>. Acesso em: 12/06/2015.

BRIGADAS POPULARES. Site. Disponível em: <<http://brigadaspopulares.org.br/>>. Acesso em: 12/06/2015.

CAMPOS, Paula Rogedo. O preço da terra urbana e a moradia de baixo custo. In: MENDONÇA, Jupira Gomes de; COSTA, Heloísa Soares de Moura. (Orgs.) *Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro*. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2011.

CARDOSO, Adauto Lúcio. *Desigualdades urbanas e políticas habitacionais*. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, IPPUR/UFRJ – FASE, 2001. Disponível em: http://www.ippur.ufrj.br/observatorio/download/adauto_desig_urb_polhab.pdf. Acesso em: 12/04/2012.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. A reestruturação do setor imobiliário e o Programa Minha Casa Minha Vida. In: MENDONÇA, Jupira Gomes de; COSTA, Heloísa Soares de Moura (Orgs.). *Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro*. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2011.

- CASTELLS, M. A transformação do mundo na sociedade em rede. In: *Redes de indignação e esperança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p.157-174.
- CEFAÍ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. In: *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, abr./maio/jun. 2009.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Ed. Moderna, 1981.
- CHEREM, Matheus Soares. *Planejamento urbano em Belo Horizonte: o caso da Região do Isidoro*. Monografia. Bacharel em Ciências Sociais. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- COLETIVO MARGARIDA ALVES DE ASSESSORIA POPULAR. *Blog*. Disponível em: <<http://coletivomargarida.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 12/06/2015.
- COMPANHIA URBANIZADORA E DE HABITAÇÃO DE BELO HORIZONTE (URBEL). *Cadastro da URBEL das famílias que ocupam a Região do Isidoro*. Belo Horizonte: março de 2014. No prelo.
- COMPLEXO imobiliário obteve a licença prévia. In: *Diário do Comércio*, 26 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.diariodocomercio.com.br/noticia.php?id=31440>>. Acesso em: 01/06/2015.
- COSTA, Heloísa Soares de Moura. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. (Org.) *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994.
- COSTA, Heloísa Soares de Moura; MENDONÇA, Jupira Gomes de. Urbanização recente e disputa pelo espaço na dinâmica imobiliária metropolitana em Belo Horizonte. In: *Anais... Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 17, 2010, Caxambu. Belo Horizonte: ABEP, 2010.
- COSTA, Márcia Helena da. *Participação democrática e planejamento urbano: O Conselho de Política Urbana e as Conferências de Política Urbana em Belo Horizonte*. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2011.
- COTA, Daniela Abritta; COSTA, Geraldo Magela. Operação Urbana: uma avaliação crítica. In: *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, v.15, n.17, 2º semestre, 2008.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: a arte de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editoria 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles. A imanência: uma vida... . In: *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 10-18, jul./dez. 2002.

- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs, Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- ECLESIASTES. In: *Bíblia Sagrada*. Nova Versão Internacional. São Paulo: Editora Vida, 2000.
- FAINSTEIN, Susan. *The Just City*. New York: Cornell University Press, 2010.
- FARIA, Elisa Sampaio de. *Cartografia de controvérsias*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação. Belo Horizonte, 2014.
- FARÍAS, Ignacio. The politics of urban assemblages. In: *City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action*, 15:3-4, p. 365-374, 2011.
- FIRMINO, Hiram. Invasão na Granja Werneck em Belo Horizonte. In: *Ecológico*, 29 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.revistaecologico.com.br/materia.php?id=71&secao=1098&mat=1219>>. Acesso em: 01/06/2015.
- FIRMINO, Rodrigo; DUARTE, Fábio. Cidade infiltrada, espaço ampliado. In: *Arquitextos*, São Paulo, 096.01, Vitruvius, mai 2008, <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.096/3408>.
- FIX, Mariana. *São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: ANPUR, Boitempo Editora, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Repensar a política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: GRAAL, 2012.
- FRANCO, Sérgio Henrique Rocha. *A democracia, o socialismo e o urbano: reflexões a partir da experiência dos governos das frentes de esquerda na cidade de Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Ciência Política. Belo Horizonte, 2007.
- FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v.63, 2012.
- FREI GILVANDER LUÍS MOREIRA. *Blog*. Disponível em: <<http://freigilvander.blogspot.com.br/>> Acesso em: 12/06/2015.
- FRIEDMANN, John. *Planificación em el ámbito público*. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1991.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP); Ministério Das Cidades; Secretaria Nacional De Habitação. Déficit habitacional municipal no Brasil (2000, 2007, 2008, 2009 e 2010). Disponível em:

<<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos1/2742-deficit-habitacional-no-brasil-3>>.

Acesso em: 01/06/2015.

GHINI, Laura. Brasile - Rosa Leão, Esperança e Vitória: comunita in lotta. In: Global Project, Roma, 22 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://www.globalproject.info/it/mondi/brasil-rosa-leao-esperanca-e-vitoria-comunita-in-lotta/17680>>. Acesso em 12/06/2015.

GIBSON, Andrew. *Melencolia III Heroica: Françoise Proust, Walter Benjamin and "Catastrophe in Permanence"*, In memoriam F.P. In: The London Consortium Static, Issue 07. London: 2008.

GOLDMAN, Márcio; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Abaeté, rede de antropologia simétrica. In: *Cadernos de Campo*, n. 14/15, p. 177-190, 2006. (Entrevista concedida a Aristóteles Barcelos Neto, Danilo Ramos, Maíra Santi Bühler, Renato Sztutman, Stelio Marras e Valéria Macedo).

GOMES, Luiza Lemos; CYRINO, Tarcísio da Silva; SILVA, Viviane Zerlotini da. O que todo cidadão deveria saber sobre as ocupações urbanas: um breve estudo da Região da Izidora. In: *Anais... XVI Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional: Belo Horizonte, 2015*.

HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1 ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

HARVEY, David. The Environment of Justice. In: MARRIFIELD, Andy; SWYNGEDOUW, Erik (org.). *The urbanization of injustice*. Nova Iorque: New York University Press, 1997.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. *Ciudades rebeldes: del derecho de la ciudad a la revolución urbana*. Madrid: Akal, 2013.

HOLANDA, Thiago de. PM lança folhetos pelo helicóptero nas ocupações avisando sobre ação de despejo. In: *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 12 de Agosto de 2014. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/08/12/interna_gerais,557546/pm-lanca-folhetos-pelo-helicoptero-na-ocupacoes-avisando-sobre-acao-de-despejo.shtml. Acesso em: 30/10/2014.

HOLLOWAY, J. Fissuras: a antipolítica da dignidade. In: *Fissurar o capitalismo*. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 24-44, jan./jun., 2012.

JORNAL DA ALTEROSA. *Prefeito Márcio Lacerda diz que há banditismo na ocupação da Mata do Isidoro* (video), 27 de Agosto de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aS7w-3dv49A&list=UUxbqmMsXory_zC-kNqKHUgw&app=desktop>. Acesso em: 12/06/2015.

KALIL, Lygia. Iniciativas formam o Lado B da Virada Cultural em BH. In: *O Tempo Magazine*, Belo Horizonte, 30 de Agosto de 2014. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/divers%C3%A3o/magazine/iniciativas-formam-o-lado-b-da-virada-cultural-em-bh-1.908122>>. Acesso em: 12-06-2015.

LAMEIRA, Gustavo et al. Justiça suspende ação de despejo na Granja Werneck. In: *O Tempo*. Belo Horizonte, 13 de agosto de 2014. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/justi%C3%A7a-suspende-a%C3%A7%C3%A3o-de-despejo-na-granja-werneck-1.898824>. Acesso em: 30/10/2014.

LASCHEFSKI, Klemens. 500 anos em busca da sustentabilidade urbana. In: *Cadernos Metrópole*, v.15, n.29, p.143-169: São Paulo, jan/jun 2013.

LATOUR, Bruno. *Factures/Fractures: From the concept of network to the concept of attachment*. In: *RES Antropolgy and Aesthetics*, Harvard University Press, nº36, p.20-31, 1999.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o Social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador-Bauru: EDUFBA-EDUSC, 2012.

LE VEN, Michel Marie; NEVES, Magda de Almeida. Belo Horizonte: trabalho e sindicato, cidade e cidadania (1897-1990). In: DULCI, Otávio; NEVES, Magda de Almeida (Orgs.). *Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996, p. 75-106.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2011.

LIMA, Daniela; MICHALAROS, Cláudia; CARNEIRO, Maria Eugênia. A ADE de Interesse Ambiental do Ribeirão do Isidoro e o empreendimento Granja Werneck: considerações do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. In: *Anais... II Seminário Nacional Sobre Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano: abordagens, conflitos e perspectivas nas cidades brasileiras*: Natal, 2012.

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. *Cidade Ocupada*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte, 2014.

MAGALHÃES, Reginaldo. A influência do urbanismo moderno em recentes produções do espaço urbano contemporâneo: Operação urbana Granja Werneck, em Belo Horizonte. In: PEIXOTO, Elane Ribeiro; DERNTL, Maria Fernanda; PALAZZO, Pedro Paulo; TREVISAN, Ricardo (Orgs.). *Tempos e escalas da cidade e do urbanismo: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Brasília, DF: Universidade Brasília- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014.

- MANZINI, Eduardo José. Entrevista Semi Estruturada: análise de objetivos e de roteiros. II Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos. In: *Anais...* Disponível em: <http://www.sepq.org.br/lisipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>. Acesso em: 24/05/2014. Bauru: março de 2004.
- MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MARQUES, Eduardo. Construindo pontes conceituais. Pobreza urbana, segregação e redes. In: MARQUES, Eduardo. *Redes sociais, segregação e pobreza*. São Paulo: Editora UNESP; Centro de Estudos da Metrópole, 2010. p.27-58.
- MARRIFIELD, Andy; SWYNGEDOUW, Erik. Social Justice and the Urban Experience. In: MARRIFIELD, Andy; SWYNGEDOUW, Erik (org.). *The urbanization of injustice*. Nova Iorque: New York University Press, 1997.
- MARTINS, Andreza. Conflitos ambientais em unidades de conservação: dilemas da gestão territorial no Brasil. In: *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales* (ISSN: 1138-9796), Vol. xvii, nº 989. Universidad de Barcelona: agosto de 2012.
- MASSEY, Doreen B. 2008. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- MELO, Izabel Dias de Oliveira. *O espaço da Política e as Políticas do espaço: tensões entre o programa Vila Viva e as práticas cotidianas no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia. Belo Horizonte, 2009.
- MENDES, Ana Beatriz Vianna. *Conservação ambiental e direitos multiculturais: reflexões sobre Justiça*. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais e Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. 2009.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS (MPMG). Ministério Público e Copasa assinam Termo de Compromisso. In: *Sala de imprensa*, Belo Horizonte, 12 de abril de 2010. Disponível em: <<http://www-antigo.MPMG.mp.br/portal/public/noticia/index/id/14185>>. Acesso em: 12/06/2015.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS (MPMG). Ofício nº2841/2011/PJPP-BH, de 15 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/sites/default/files/ap16ro120604ppa.pdf>>. Acesso em: 01/06/2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS (MPMG). *Ação Civil Pública com pedido de antecipação de tutela liminar*. 2014. No prelo.

MIRAFETAB, Faranak. Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South. In: *Planning Theory*, vol.08, n. 01, 2009. Disponível em: <<http://plt.sagepub.com/content/8/1/32>>. Acesso em: 15/06/2015.

MONTEIRO, Livia de Oliveira. *Espacialidades e especificidades: as Operações Urbanas Consorciadas como ferramenta de planejamento e de gestão do espaço*. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte, 2014.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. A questão urbana e o planejamento urbano-regional no Brasil contemporâneo. In: DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Mauro Borges (Orgs.). *Economia e território*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p.429-446.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, n. 111, p. 09-18, jul./dez. 2006.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Do urbanismo à política urbana: notas sobre a experiência brasileira. In: COSTA, Geraldo Magela e MENDONÇA, Jupira Gomes de (Orgs.). *Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas*. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2008.

MOVIMENTO PASSE LIVRE DE SÃO PAULO (MPL). Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1 ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MPF celebra acordo em favor da Comunidade Quilombola de Mangueiras, em Belo Horizonte. 23 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.prmg.mpf.mp.br/imprensa/noticias/indios-e-comunidade-tradicionais/mpf-celebra-acordo-em-favor-da-comunidade-quilombola-de-mangueiras-em-belo-horizonte>>. Acesso em: 01/06/2015.

NANCY, Jean-Luc. *La ciudad a lo lejos*. Buenos Aires: Manantial, 2013.

OCUPAÇÃO ESPERANÇA. *Blog*. Disponível em: <<http://ocupacaoesperanca.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 01/05/2015.

OCUPAÇÃO ROSA LEÃO. *Blog*. Disponível em: <<http://ocupacaorosaleao.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 01/05/2015.

OCUPAÇÃO VITÓRIA. *Blog*. Disponível em: <<http://ocupacaovitoria.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 01/05/2015.

OLIVEIRA, Thaís. Desembargadora do TJMG suspende liminar que cancelou o despejo das ocupações da Granja Werneck. In: *Hoje em Dia*. Belo Horizonte, 13 de Agosto de 2014. Disponível em: <http://www.hojeemdia.com.br/horizontes/desembargadora-do-tjmg-suspende-liminar-que-cancelou-o-despejo-das-ocupac-es-da-granja-werneck-1.261264>. Acesso em: 30/10/2014.

PELBART, Peter Pål. *A Vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea*. São Paulo: FAPESP/Illuminuras, 2000.

PELBART, Peter Pål. *Vida Capital: Ensaio de biopolítica*. São Paulo; Iluminuras, 2011.

POGREBINSCHI, Thamy. *O enigma do político: Marx contra a política moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE (PBH). *Plano Global para a Área do Isidoro: flora e cobertura vegetal*. Belo Horizonte: 2000. Disponível em: <http://www.rmbh.org.br/sites/default/files/PDDI_122.pdf>. Acesso em: 01/06/2015.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE (PBH). Moradores da Vila Corumbiara recebem registro de propriedade. In: *Portal PBH*, Belo Horizonte, 21 de dezembro de 2009. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=34631&pldPlc=&app=salanoticias>>. Acesso em: 12/06/2015.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE (PBH). *Apresentação Regional Norte*. 2010. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=Apresentacao_Regional_Norte.pdf>. Acesso em: 01/06/2015.

PROUST, Françoise. Introduction to *De La Resistance*. Translated by Penelope Deutscher. In: *Hypatia*, vol.15, Issue 4, p.18-22, 2000a.

PROUST, Françoise. Potencia y resistencia. In: *Revista Internacional de Filosofía Política*, n.12, p.139-152, 1998.

PROUST, Françoise. The line of resistance. Translated by Penelope Deutscher. In: *Hypatia*, vol.15, Issue 4, p.23-37, 2000b.

RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

REDAÇÃO, da. Moradores da Granja Werneck desocupam agência da Caixa. In: *O Tempo*. Belo Horizonte, 22 de Agosto de 2014. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/moradores-da-granja-werneck-desocupam-ag%C3%Aancia-da-caixa-1.903909>. Acesso em: 30/10/2014.

RESISTE IZIDORA. *Página do Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/resisteizidora?fref=ts>. Acesso em: 17/09/2015.

SANTOS, Boaventura de Souza. Um Discurso sobre as Ciências. In: *Estudos Avançados*, vol.02, n.02. São Paulo: mai./ago. de 1988.

SANTOS, Cecília Reis Alves dos; NASCIMENTO, Júlia de Carvalho; BIZZOTTO, Luciana Maciel. Reagregando o espaço: alcances da Teoria Ator-Rede nos estudos urbanos. In: *Anais... XVI Encontro Nacional da ANPUR*. Belo Horizonte: 2015.

SANTOS, Milton. *O tempo despótico da língua universalizante*. São Paulo: Folha de São Paulo, 05 de novembro de 2000.

SOJA, Edward. *Seeking Spatial Justice*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

SOMARRIBA, Mercês. Movimento reivindicatório urbano e política em Belo Horizonte. In: DULCI, Otávio; NEVES, Magda de Almeida (Orgs.). *Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996, p. 56-74.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SQUAT!NET. Belo Horizonte (Brasil): Les 8000 familles de l'Isidoro résistent devant la menace d'expulsion. In: *Squat!net*. 15 de agosto de 2014. Disponível em: <http://fr.squat.net/2014/08/15/belo-horizonte-bresil-les-8000-familles-de-lisidoro-resistant-devant-la-menace-dexpulsion/>. Acesso em: 12/06/2014.

STENGERS, Isabelle. The Cosmopolitical Proposal. In: LATOUR, Bruno; WEIBEL, Peter. *Making things public: atmospheres of democracy*. Cambridge: MIT Press, 2005.

SWAIN, Dan. *Justice as Fetish*. Londres: Conferência Marx and Philosophy Society, 2013.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. Belo Horizonte - da cidade planejada à metrópole segregada. In: *Anais... XIII Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*: Florianópolis, 2009.

- TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. *Trajatória do planejamento metropolitano no Brasil: a experiência do Plambel em Belo Horizonte*; São Paulo: 2010. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/docentes/deprojeto>. Acesso em: 05/02/2014.
- VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- VARGAS, Eduardo Viana. Multiplicando os agentes do mundo: Gabriel Tarde e a sociologia infinitesimal. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.19, n.55, jun., 2004.
- VENTURINI, Tommaso. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. In: *Public Understanding of Science*, Londres, v.19, n.3, p. 258-273, 2010.
- VENTURINI, Tommaso. Building on faults: how to represent controversies with digital methods. In: *Public Understanding of Science*, Londres, v.21, n.7, p. 796-812, 2012.
- VIRA LATA, Collectif. Près de 8000 familles menacées d'expulsion imminente à Belo Horizonte. In: *Autres Brésiles*, Paris, 01 de agosto de 2014. Disponível em: http://www.autresbresils.net/communiques/article/pres-de-8000-familles-menacees-d?utm_source=twitterfeed&utm_medium=facebook. Acesso em: 12/06/2015.
- WERNECK, Otávio. A história da criação da Granja Werneck. In: *Ecológico*, 02 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.revistaecologico.com.br/materia.php?id=72&secao=1139&mat=1250>. Acesso em: 01/06/2015.
- WILLIAMS, James. *Pós-estruturalismo*. Petrópolis: Editora Vozes. 2012.
- YIN, Robert K. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- ZIZEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. In: HARVEY, David et al. *Occupy*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012. p.15-26.
- ZOLINI, Hécio. Pode isso? Vereadores de BH voltam a cargo para beneficiar empreiteira. In: *R7*. 11 de Agosto de 2014. Disponível em: <http://noticias.r7.com/blogs/helcio-zolini/pode-isso-vereadores-de-bh-voltam-a-carga-para-beneficiar-empreiteira-2-20140811/>. Acesso em: 30/10/2014.

ENTREVISTADOS

BITTENCOURT, Eduardo; LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. Entrevista com os Arquitetos Sem Fronteira Brasil, Eduardo Bittencourt e Tiago Castelo Branco. 16 de dezembro de 2014. Entrevista concedida a Luciana Maciel Bizzotto.

BITTENCOURT, Rafael Reis. Entrevista com o militante das Brigadas Populares, Rafael Reis Bittencourt. Setembro de 2014. Entrevista concedida a Luciana Maciel Bizzotto.

CAMPOS, Rafael. Entrevista com o militante da Esquerda Festiva, Rafael Campos. 18 de junho de 2015. Entrevista concedida a Luciana Maciel Bizzotto.

CARVALHO, Elielma. Entrevista com a moradora da Ocupação Vitória, Elielma Carvalho. 02 de abril de 2015. Entrevista concedida a Luciana Maciel Bizzotto.

EGÍDIO, Charlene. Entrevista com a moradora da Ocupação Rosa Leão, Charlene Egídio. 21 de janeiro de 2015. Entrevista concedida a Luciana Maciel Bizzotto.

FREITAS, Rose. Entrevista com a moradora da Ocupação Esperança, Rose Freitas. 03 de junho de 2015. Entrevista concedida a Luciana Maciel Bizzotto.

TÉCNICO DA SMAPU. Entrevista com técnico da Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano. 20 de fevereiro de 2015. Entrevista concedida a Luciana Maciel Bizzotto.

MOREIRA, Frei Gilvander Luís. Entrevista com o militante da Comissão Pastoral da Terra, Frei Gilvander Luís Moreira. 09 de abril de 2015. Entrevista concedida a Luciana Maciel Bizzotto.

NEPOMUCENO, Cleide. Entrevista com a Defensora Pública do Estado de Minas Gerais, Cleide Nepomuceno. 24 de fevereiro de 2015. Entrevista concedida a Luciana Maciel Bizzotto.

OLIVEIRA, Lucas Furiati de. Entrevista com o coordenador técnico do Programa Polos de Cidadania da Faculdade de Direito da UFMG, Lucas Furiati. 22 de abril de 2015. Entrevista concedida a Luciana Maciel Bizzotto.

OLIVEIRA, Paula de. Entrevista com a professora do Serviço Social da UNA Paula de Oliveira. 29 de janeiro de 2015. Entrevista concedida a Luciana Maciel Bizzotto.

PÉRICLES, Leonardo. Entrevista com o militante do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, Leonardo Péricles. 16 de março de 2015. Entrevista concedida a Luciana Maciel Bizzotto.

PIRSCHINER, Larissa. Entrevista com a advogada popular do Coletivo Margarida Alves, Larissa Pirchiner. 22 de janeiro de 2015. Entrevista concedida a Luciana Maciel Bizzotto.

SILVA, Margarete Maria (Leta). Entrevista com a professora do Escritório de Integração da PUC Minas
Margarete Maria Araújo. 09 de abril de 2015. Entrevista concedida a Luciana Maciel Bizzotto.

APÊNDICE – LINHA DO TEMPO DA TRAJETÓRIA DE RESISTÊNCIA DAS OCUPAÇÕES DA IZIDORA

DIA	MÊS	ANO	EVENTO	ATORES
	MAIO	2013	Surge a Ocupação Rosa Leão.	Moradores.
	JUNHO	2013	Surge a Ocupação Esperança.	Moradores.
	JULHO	2013	Surge a Ocupação Vitória.	Moradores.
	JULHO	2013	Juíza Luzia Divina concede liminar de reintegração de posse e autoriza despejos.	Juíza Luzia Divina, ocupações.
29 e 30	JULHO	2013	I Acampamento das Ocupações na sede da PBH	Moradores, movimentos sociais, DPMG, MPMG, prefeito.
1	OUTUBRO	2013	Ocupação Rosa Leão entrega uma lista de nomes das famílias à Urbel.	Moradores, vizinhos, Urbel.
17	OUTUBRO	2013	I Audiência Pública das Ocupações da Izidora na Câmara de Vereadores.	Moradores, vereadores, rede de apoiadores.
21	OUTUBRO	2013	Abertura da primeira mesa de negociação com as Ocupações da Izidora.	Moradores, movimentos sociais, Secretaria de Relações Institucionais do Governo de Minas Gerais (Estado), moradores, movimentos sociais, rede de apoiadores, Santa Margarida Empreendimentos.
4	NOVEMBRO	2013	Manifestação das Ocupações da Izidora na CAMG.	Moradores, movimentos sociais e rede de apoiadores.
13	NOVEMBRO	2013	I Marcha das Ocupações da Izidora e William Rosa à CAMG.	Moradores, movimentos sociais e rede de apoiadores.
28	NOVEMBRO	2013	Grande Marcha das Ocupações Urbanas da Grande BH para diálogo com PBH	Moradores, movimentos sociais e rede de apoiadores.
2	DEZEMBRO	2013	Reabertura da mesa de negociação em reunião com o Governador Antonio Anastasia e manifestação em frente ao MPMG.	Moradores, movimentos sociais e governador.
4	FEVEREIRO	2014	II Acampamento das Ocupações na sede da PBH.	Moradores, movimentos sociais e rede de apoiadores.
19 e 21	FEVEREIRO	2014	Cadastramento das Ocupações da Izidora pela Urbel.	Funcionários da Urbel, PMMG, moradores.
20	MARÇO	2014	Parecer técnico da ASF Brasil sobre cadastro da Urbel.	ASF (assinam Tiago Castelo Branco, Denise Morado, Júnia Ferrari e Margarete de Araújo).
21	MARÇO	2014	III Acampamento das Ocupações na sede da PBH.	Moradores (Ocupações William Rosa, Emanuel Guarani Kaiowá, Nelson Mandela e Izidora), movimentos sociais, rede de apoiadores e estado.
27	MARÇO	2014	II Audiência Pública das Ocupações da Izidora na Câmara dos Vereadores.	Moradores, vereadores, rede de apoiadores.
7	ABRIL	2014	Representantes das ocupações da RMBH se encontram com Dilma Rousseff, em Contagem.	Lideranças das Ocupações da Izidora, Emanuel Guarani Kaiowá e William Rosa, movimentos sociais e presidenta.
24	ABRIL	2014	Marcha das Ocupações da RMBH à CAMG.	Moradores, movimentos sociais e rede de apoiadores.
22	MAIO	2014	Marcha das Ocupações da RMBH à CAMG.	Moradores, movimentos sociais e rede de apoiadores.
02, 03 e 04	JULHO	2014	Ocupação da URBEL, AGE e sede da PBH pelos moradores das Ocupações da Izidora.	Moradores, movimentos sociais e rede de apoiadores, PMMG.
15	JULHO	2014	MPMG entra com ACP para suspender ação de despejo devido à impropriedade do terreno.	MPMG, proprietários.
24	JULHO	2014	Reunião da mesa de negociação e duas marchas simultâneas das Ocupações da RMBH à FJP e à CAMG, quando um morador é golpeado pela cavalaria da PMMG.	Moradores, movimentos sociais, rede de apoiadores, PMMG, estado.

DIA	MÊS	ANO	EVENTO	ATORES
31	JULHO	2014	Abertura da segunda mesa de negociação das Ocupações da Izidora.	Estado, TJMG, moradores, movimentos sociais, rede de apoiadores, Santa Margarida Empreendimentos.
7	AGOSTO	2014	MPMG entra com pedido de suspensão da liminar de despejo e retirada da juíza Luzia Divina do processo.	MPMG, juíza Luzia Divina.
11	AGOSTO	2014	Recurso é rejeitado e MPMG recorre no TJMG enquanto moradores se acorrentavam ao Palácio da Liberdade em manifestação.	MPMG, TJMG, moradores.
13	AGOSTO	2014	Data na qual estava marcado o despejo das Ocupações da Izidora.	PMMG, moradores, rede de apoiadores.
13	AGOSTO	2014	Juiz da Vara Cível da Infância e Juventude expede liminar aprovada pelo TJMG de suspensão do cumprimento de reintegração de posse.	Juiz da Vara da Infância e Juventude (Marcos Padula), TJMG.
13	AGOSTO	2014	Audiência Pública das Ocupações da Izidora na ALMG.	Deputado, moradores, rede de apoiadores.
13	AGOSTO	2014	Desembargadora Selma Marques suspendeu a liminar do juiz da Vara da Infância e Juventude.	Desembargadora Selma Marques.
22 e 23	AGOSTO	2014	Ocupação da CEF pelos moradores das Ocupações da Izidora.	Moradores, movimentos sociais, CEF.
25	AGOSTO	2014	Reunião da CEF com Secretaria Geral da Presidência assina ofício que prorroga prazo de contrato com empresa.	CEF, Governo Federal.
24	SETEMBRO	2014	Manifestações de rua em apoio às ocupações na Cristiano Machado, Linha Verde, Antônio Carlos, BR-040 e BR-381.	Moradores, movimentos sociais e rede de apoiadores.
4	NOVEMBRO	2014	Despejo da Ocupação Santa Maria, em Vespasiano, cerca da Região da Izidora.	Moradores, PMMG, prefeitura de Vespasiano.
	NOVEMBRO	2014	Apresentação da proposta de reassentamento das Ocupações da Izidora pela Santa Margarida Empreendimentos.	Moradores, movimentos sociais, Governo do Estado, MPMG, Santa Margarida Empreendimentos.
6	NOVEMBRO	2014	Apresentação da contra proposta de reassentamento das Ocupações da Izidora, elaborada pela rede ASF.	Moradores, movimentos sociais, ASF, Governo do Estado, MPMG, Santa Margarida Empreendimentos.
17	NOVEMBRO	2014	Marcha das Ocupações da Izidora contra os despejos forçados em Vespasiano.	Moradores, movimentos sociais e rede de apoiadores.
01	JANEIRO	2015	Fernando Pimentel (PT) assume o Governo.	Governador.
	FEVEREIRO	2015	Abertura da terceira mesa de negociação e proposta de mesa de negociação permanente.	COHAB, moradores, movimentos sociais, rede de apoiadores, Santa Margarida Empreendimentos.
10	MARÇO	2015	Seminário de Conflitos Fundiários na Faculdade de Direito (UFMG).	Moradores, movimentos sociais, rede de apoiadores, Raquel Rolnik.
31	MARÇO	2015	Assassinato do coordenador da Ocupação Vitória, Manoel Baía.	Manoel Baía.

Fonte: Elaboração própria.